

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 16 de Março de 2007

Número 54

ÍNDICE

SUPLEMENTO

PARTE J

Banco Comercial Português, S. A.

Relatório n.º 1-AJ/2007:

Contas de 2001 7356-(2)



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

Relatório n.º 1-AJ/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto. Matrícula n.º 40 043/850717; identificação de pessoa colectiva n.º 505525882; número e data da apresentação: 712/14 de Junho de 2002; pasta n.º 2932.

Natália Vieira Machado, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial do Porto:

Certifica que, relativamente à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2001.

O que cumpre certificar.

Porto, 28 de Setembro de 2002. — A Escriturária Superior, *Natália Vieira Machado*.

Relatório e contas 2001

Corpos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Luís Francisco Valente de Oliveira.
Vice-presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos.
1.º secretário: Manuel Alfredo Cunha José de Mello.
2.º secretário: Adolfo Nunes Roque.
1.º vice-secretário: Cristiano José Seabra Van Zeller.
2.º vice-secretário Henrique Jaime Welsh.

Conselho fiscal:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogal efectivo: Mário Augusto de Paiva Neto.
Revisor oficial de contas: Mário Branco Trindade.
Revisor oficial de contas suplente: José Eduardo de Faria Neiva dos Santos.

Conselho superior:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves.
Vice-presidentes:

João Alberto Pinto Basto.
Pedro Maria Teixeira Duarte.
Vasco Maria Guimarães José de Mello.
Ângelo Ludgero da Silva Marques.
António Augusto Dias da Cunha.
Dimitrios Contominas.
E. Alexandre Soares dos Santos.

Francisco de La Fuente Sánchez.
Gijsbert J. Swalef.

Henrique Jaime Welsh.
Herculano José Fernandes.
Hípólito Mendes Pires.
Jaime de Sousa Lima.
Jassim Mohamed Al-Bahar.

João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho.
Jorge Augusto Caetano Silva José de Mello
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.
José João Ferreira de Magalhães.

José Machado de Almeida.
José Manuel Pita Goes Ferreira.

José Oliu Creus.
Keith Satchell.

Lino Benassi.
Manuel Roseta Fino.

Mário da Graça Machungo.

Vasco Luís S. Quevedo Pessanha.

Presidente da mesa da assembleia geral: Luís Francisco Valente de Oliveira.

Presidente do conselho fiscal: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.

Presidente do conselho de administração: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.

Suplentes:

Ana Maria Sousa Carvalho Cunhal.
António Baptista Mota.
Luís Zeferino Pereira Nazaré Marques dos Santos.
Rogério Manuel Farrajota Condessa.
Salvador Fernandes Caetano.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.

Vice-presidentes:

Filipe de Jesus Pinhal.
Christopher de Beck.
João Luís Ramalho de Carvalho Talone.
Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro.
Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
Alexandre Alberto Bastos Gomes.
Miguel José Ribeiro Cadilhe.
Rui Fernando Cunha do Amaral Barata.
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.

Secretário da sociedade: Paulo Jorge da Assunção Rodrigues Teixeira Pinto.

Secretário suplente da sociedade: Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho.

Síntese de indicadores

(Em milhões de euros)

	2001	2000	Varição 2001- -2000 (percent.)
Activo total	62 961	61 979	1,6
Créditos sobre clientes	42 938	41 113	4,4
Recursos totais de clientes (a)	49 068	47 610	3,1
Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados	6 294	4 609	36,6
Margem financeira	1 352	1 253	7,9
Outros proveitos (b)	1 214	1 440	- 15,7
Outros custos (c)	1 611	1 650	- 2,3
Lucro líquido atribuível ao Banco	572	505	13,1
Rendibilidade dos activos médios (ROA) (percentagem)	0,9	0,9	-
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) (percentagem)	26,2	27,7	-
Ratio de Solvabilidade BIS — total (percentagem)	9,4	9,2	-
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem)	1,4	1,1	-

(Em milhões de euros)

	2001	2000	Varição 2001- -2000 (percent.)
Crédito vencido total/crédito total (percentagem)	1,7	1,3	—
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem)	169,6	213,0	—
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido total (percentagem)	146,3	172,8	—
Capitalização bolsista (final do ano)	10 587	11 874	—
Resultados por acção (euros)	0,25	0,33	—
Valor de mercado por acção (euros):			
Máximo	5,74	5,98	—
Mínimo	3,35	5,10	—
Fecho	4,55	5,65	—
Sucursais em Portugal	1 139	1 383	— 17,6
Colaboradores em Portugal	14 103	16 099	— 12,4

(a) Inclui débitos para com clientes titulados e não titulados, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização. Expurgado do negócio transferido para a F&C.

(b) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(c) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

Principais acontecimentos em 2001

Janeiro:

Concretização das operações de fusão previstas, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo Seguros e Pensões.

Março:

Aumento do capital social de 2 101 562 549 euros para 2 269 687 552 euros;

Lançamento de uma emissão de obrigações subordinadas, ao abrigo do programa de Medium Term Notes do BCP, no montante de 400 milhões de euros;

Aprovação em Assembleia Geral da proposta de aplicação de resultados contemplando a atribuição de novas acções aos accionistas (*stock dividend*);

Cisão do Banco Popular Comercial, conduzindo à divisão dos balcões existentes do BPC entre o Banco Comercial Português e o Banco Popular Espanhol numa base paritária;

Lançamento do Banque BCP.

Abril:

Aumento do capital social de 2 269 687 552 euros para 2 326 714 877 euros;

Aumento da emissão de Obrigações Subordinadas BCP Finance Bank (6,25%, Março de 2011) de 400 milhões de euros para 600 milhões de euros.

Maio:

Emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado convertível pelo BCP Finance Bank no montante de 425 milhões de euros a 10 anos;

Lançamento do ActivoBank7, banco autónomo especializado na oferta das melhores soluções de investimento para particulares, através de uma abordagem

multicanal centrada na Internet.

Junho:

Lançamento do portal financeiro *managerland* dirigido a empresas e empresários clientes do Grupo Banco Comercial Português e do Banco Sabadell;

Reformulação do *lay-out* do portal financeiro *cidadebcp* com o objectivo de aprofundar o conceito inicial e de satisfação das necessidades diagnosticadas e experimentadas pelos seus utilizadores;

As acções BCP integraram o prestigiado Índice FTSE euro 100, elaborado pelo *Financial Times* incluindo as 100 maiores empresas cotadas na zona euro;

O *Financial Times* seleccionou o BCP para integrar o Índice FTSE 4GOOD, no seu *Europe Index*.

Julho:

Participação na operação de desmutualização e dispersão de capital da Friends Provident;

Atribuição ao BCP Investimento dos prémios Best Equity House (pelo segundo ano consecutivo) e Best Debt House pela revista *euro-money*;

Atribuição ao BCP do prémio The Best Bank pela revista *euro-money* pelo terceiro ano consecutivo.

Setembro:

Admissão à cotação das acções do Banco Comercial Português na Bolsa de Amesterdão;

O BCP integrou o índice *euronext 100* ocupando a 44.ª posição com uma ponderação de 0,61%;

Criação do serviço de Art Banking, que concilia a experiência do BCP em atendimento bancário personalizado com os mais sólidos conhecimentos em arte de uma rede dedicada de *outsourcers* especializados;

Implementação do modelo de distribuição multiproduto/multicanal de retalho do BCP, com o objectivo de aumentar a eficácia comercial e reforçar a capacidade de inovação e liderança que o BCP tradicionalmente tem demonstrado;

Atribuição do prémio Best Internet Bank in Portugal pela revista *Global Finance* ao BCP como reconhecimento pela excelência do portal financeiro *cidadebcp*.

Outubro:

Lançamento do serviço Código52Já, que permite efectuar operações bancárias através de mensagens escritas (SMS-Short Message System) por telemóvel.

Novembro:

Lançamento do serviço Atlântico Exclusive pela rede Atlântico, consistindo num serviço de aconselhamento e orientação personalizados destinado a aconselhar e orientar os clientes a gerirem de forma personalizada o seu património;

Lançamento de uma operação de securitização de crédito ao consumo denominada Nova n.º 2;

Fusão por incorporação do Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L., no Banco Comercial de Moçambique, S. A. R. L.;

Fusão por incorporação da Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. R. L., na Impar — Companhia de Seguros de Moçambique;

Acordo para a aquisição pelo Banco Comercial Português à Jerónimo Martins de 49,99% do capital social do Banco Expresso Atlântico;

Aumento da participação accionista do Banco Comercial Português no BIG Bank Gdansk de 19,9% para 44,1%, no âmbito da operação de reestruturação e capitalização do BBG;

Aprovação da oferta de compra do Sitebank pelo NovaBank, subsidiária grega do Banco Comercial Português.

Dezembro:

Lançamento da primeira operação de securitização de crédito hipotecário realizada em Portugal (Magellan Mortgages), sendo também a primeira operação enquadrada no regime legal de titularização de créditos, criado no final de 1999;

Conclusão do processo de concentração de negócios e racionalização de sucursais, tendo no ano de 2001 sido encerradas 278 sucursais, cerca de 20% das sucursais no conjunto das Redes do Grupo BCP;

Resultados líquidos consolidados do BCP elevam-se a 571,7 milhões de euros.

Uma palavra do presidente

A determinação com que o Banco Comercial Português venceu os desafios que impôs a si próprio no virar de século — o conjunto dos exercícios económicos de 2000 e 2001 —, constituiu um marco relevante, que estou certo perdurará na ainda curta mas profícua história do vosso banco.

A validade da afirmação impõe-se quer pelo simbolismo que representa em termos de concretização e de revitalização de aspirações, quer, como tem sido apanágio desde a sua fundação, pelo seu reconhecido contributo para a modernização e consolidação do sistema financeiro nacional e para a ultrapassagem bem sucedida de importantes etapas — Ano 2000 e Introdução física do euro — com que os agentes económicos e o país, em geral, se viram confrontados neste período.

Nesta breve palavra não me proponho fazer um balanço exaustivo sobre o caminho percorrido nos últimos anos, visto que na oportunidade e com a regularidade habitual fui levando ao conhecimento dos accionistas as linhas de orientação que nortearam as opções tomadas, bem como a apreciação devida sobre a evolução da actividade e dos resultados do Banco e do Grupo BCP.

Todavia, não deixarei de sublinhar a concretização nos dois últimos exercícios, que para o Banco Comercial Português jamais serão indissociados, de um vasto, complexo e exigente processo de integração de pessoas e operações — envolvendo o redimensionamento de efectivos, a reestruturação de sistemas de informação, o alinhamento de processos e operações, a fusão de cerca de quatro dezenas de sociedades, a racionalização de redes de distribuição e a concentração de negócios —, cuja rigorosa programação e execução se revelaram determinantes para antecipar o início de um novo ciclo de desenvolvimento da Instituição, diagnosticado e projectado no âmbito da reflexão estratégica a médio longo prazo.

Mesmo num enquadramento político, económico e social pautado, também ele, pela ocorrência de acontecimentos extraordinários à escala mundial, tratou-se inquestionavelmente de um período de extraordinária criação de valor, sucessivamente reafirmado como o principal vector estratégico do Banco, culminando um ciclo de aproveitamento incisivo das oportunidades de crescimento orgânico e por aquisição, como forma de alcançar a dimensão crítica indispensável à melhoria da eficiência das operações no mercado doméstico — permitindo transformar a eficácia, a produtividade e a racionalização de custos em vantagem competitiva —, e simultaneamente possibilitar a abordagem de novos mercados geográficos, encetar novos figurinos de cooperação estratégica em negócios especializados à escala europeia e em participar de forma mais activa na gestão de operações consideradas prioritárias no exterior.

A revitalização das capacidades competitivas no mercado doméstico, um novo impulso à afirmação do Banco Comercial Português como Instituição de referência na qualidade e liderança da inovação na distribuição de retalho de produtos e serviços financeiros, a par com a assunção de uma estratégia de internacionalização clara e consistente com o espírito fundacional que tem caracterizado o Banco, são encaradas, neste novo ciclo de desenvolvimento, como opções estratégicas de vital importância para a manutenção de níveis acelerados de crescimento da actividade, face às limitações inerentes a um mercado nacional de reduzida dimensão, para a prossecução de níveis sustentados de retorno a longo prazo para o accionista e para a criação de valor também para o cliente, através do aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos produtos e serviços prestados ao preço mais competitivo.

Como no início de 2000 referi ao dirigir-me aos accionistas, tínhamos consciência que a implementação coerente das nossas opções não se faria sem contratempus, no entanto, tal como então, move-nos a vontade de continuar a alargar horizontes como sempre o temos feito desde 1985.

Contaremos como sempre com a inestimável confiança e apoio dos accionistas, cientes de que tal como demonstrámos no passado, continuaremos a exercitar a nossa capacidade em identificar oportunidades e vencer desafios onde os mais conformistas e cépticos vislumbram ameaças e riscos.

O Presidente, *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*.

Síntese do relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos accionistas, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório e Contas de 2001 do Banco Comercial Português, S. A. (BCP). A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor de forma aprofundada: o comentário sobre o enquadramento competitivo; a explicação das prioridades estratégicas no exercício findo; a caracterização da actividade das diferentes áreas de negócio e das empresas associadas do Grupo; a análise da rentabilidade e da evolução da estrutura patrimonial, bem como dos mecanismos de gestão dos riscos; e a apresentação das demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, acompanhadas pelos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e dos auditores externos.

Precedendo a caracterização pormenorizada do enquadramento competitivo e a descrição das principais actividades desenvolvidas ao longo do ano, propomo-nos destacar, nesta breve síntese, as linhas de orientação e as iniciativas que, de forma mais influente, pautaram a agenda estratégica do Grupo BCP em 2001, cujo impacto se projectará no crescimento e rentabilidade no futuro próximo.

O enquadramento competitivo em que decorreu a actividade do BCP neste exercício, foi influenciado pelo abrandamento pronunciado das economias norte-americana e europeias, evolução agravada com os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro nos E.U.A., e pela persistente instabilidade dos mercados financeiros internacionais, que motivaram a adopção de programas de reestruturação por parte de numerosas empresas e suscitaram maior prudência por parte das instituições financeiras à escala global, tentando minimizar a exposição a economias e sectores particularmente afectados pela conjuntura adversa e, desse modo, preservar a qualidade dos activos em carteira.

Em termos sectoriais, assistiu-se a uma pausa na tendência de integração de mercados e dos movimentos de concentração nacionais e transfronteiriços, a que não terá sido alheia a quebra dos volumes de negócio e dos níveis de rentabilidade, com particular incidência na banca de investimento, gestão de activos e actividade seguradora.

Em Portugal, acentuou-se a trajectória de desaceleração do PIB iniciada no Verão de 2000 — contribuindo para a dissipação de tensões inflacionistas latentes, para a contenção do desequilíbrio externo e para a moderação do endividamento privado —, reflectindo o abrandamento da actividade produtiva e da procura global, dada a contracção do consumo de bens duradouro e do investimento em bens de equipamento, o esforço de contenção das despesas públicas e o arrefecimento da procura externa com origem na zona euro. Na esfera do sistema financeiro nacional, o crescimento insignificante dos recursos de clientes, em contraste com a manutenção de um ritmo superior de crescimento do crédito concedido, contribuiu para acentuar o recurso por parte dos Bancos ao financiamento nos mercados internacionais, nomeadamente através de instrumentos de médio e longo prazo, num esforço que visou, simultaneamente, dotar as Instituições financeiras nacionais dos meios necessários para dar continuidade aos programas de expansão e de reestruturação, visando a obtenção de ganhos de eficiência e de eficácia comercial, e ao aproveitamento de oportunidades de negócio no mercado doméstico e no exterior.

Após a conclusão bem sucedida dos sucessivos esforços de crescimento por via orgânica e por aquisição no mercado doméstico, que possibilitou ao Grupo BCP atingir a dimensão adequada à prossecução dos objectivos de crescimento sustentado e de consolidação da sua posição no sector financeiro, em 2001 concentraram-se esforços no prosseguimento dos programas de integração de pessoas, de áreas de negócio e de racionalização de meios e estruturas de apoio, iniciados no ano transacto. Neste âmbito, destaca-se a integração da plataforma informática do Sotomayor em Abril de 2001, concluindo um processo que foi caracterizado pelo rigor na programação e por um elevado padrão de qualidade de execução, possibilitando a incorporação de parte das sinergias identificadas num período de tempo mais breve que o inicialmente previsto. Paralelamente, prosseguiu o programa de redimensionamento das redes de distribuição do Grupo e foram concentradas energias na dinamização do esforço de acção comercial sobre uma base significativamente mais alargada de clientes, com vista a otimizar a captura das sinergias da concentração de negócio e o reposicionamento competitivo do Grupo BCP no mercado doméstico.

No final do ano, após diagnóstico e reconhecimento da existência de oportunidades de revitalização das capacidades competitivas das redes de retalho, iniciou-se um processo de reformulação das estruturas de coordenação e de dinamização da actividade comercial — denominado Novo Modelo de Distribuição Multiproduto/Multicanal —, alavancando a comprovada estratégia fundada no conceito central da segmen-

tação do mercado — tendo como pilares chave a preservação de marcas com identidade própria e a existência de canais de distribuição distintos para a abordagem de segmentos de clientes diferenciados —, com o objectivo de aumentar a eficácia comercial e reforçar a capacidade de inovação e liderança que o Banco tem tradicionalmente demonstrado, por via do lançamento de novos conceitos e formas de organização e de abordagens inovadoras nos mercados em que marca presença.

A implantação e consolidação deste novo modelo comercial de retalho — envolvendo a recentragem de actuação na função de venda através das unidades de distribuição e na salvaguarda da visão integrada das necessidades e expectativas dos clientes, tendo como suporte a existência de unidades de produto especializadas, vocacionadas para a concepção de uma oferta de produtos de elevada qualidade aos clientes das várias redes comerciais, secundadas por unidades de clientes especialmente dedicadas à valorização de cada segmento de mercado —, é assumida como uma prioridade estratégica num horizonte próximo e constitui uma oportunidade para que, num mercado onde tendencialmente se assistirá a uma gradual diluição dos factores de diferenciação, o BCP reforce as suas capacidades e vocação na distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros, preservando um posicionamento de liderança e de um protagonismo relevante na modernização do sistema financeiro.

Conquistada a dimensão crítica no mercado doméstico e procurando manter ritmos acelerados de expansão e de criação de valor, o Banco Comercial Português assumiu uma clara opção pelo aprofundamento da estratégia de internacionalização, dando enfoque ao reforço dos investimentos nas operações e nos mercados de afinidade — com enfoque nos mercados europeus da Polónia (BIG Bank Gdanski) e da Grécia (NovaBank) e em Moçambique (BIM) —, quer através do aproveitamento de novas oportunidades de crescimento e de afirmação de marcas BCP em mercados étnicos europeus (Banque BCP França e Luxemburgo) e norte-americanos (BPABank e SottoBank of Canada). A concretização deste novo impulso na internacionalização da actividade do Grupo, traduziu-se na evolução de uma presença basicamente alicerçada em *joint-ventures* limitadas a nichos de mercado, para uma actuação mais incisiva e assente em abordagens de maior alcance estratégico, requerendo uma crescente mobilização de recursos e de capacidades e exigindo uma maior influência na gestão das operações em mercados estrangeiros considerados prioritários.

A importância estratégica da internacionalização da actividade do Grupo BCP, assenta no reconhecimento das oportunidades limitadas da geografia doméstica e na atractividade estimada dos investimentos em mercados identificados como de enorme potencial de desenvolvimento e de rentabilidade, perfilando-se não só como importante fonte de diversificação do risco e da estrutura de proveitos por via da expansão dos volumes de negócio, como um importante desafio às capacidades do Grupo em participar no desenvolvimento de projectos e no reposicionamento de áreas de negócio que potenciem a aquisição de especialização e de escala num âmbito europeu, designadamente, nos domínios das actividades seguradora e da gestão de activos.

As apostas na inovação da oferta e no desenvolvimento de modelos de negócio de futuro com suporte em plataformas tecnológicas, mantiveram-se como prioritárias — aproveitando as potencialidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação —, enquanto veículos privilegiados para a captura de oportunidades de negócio e determinantes para a dinamização do *cross-selling* de produtos e serviços das empresas subsidiárias do Grupo. Neste domínio, foram aperfeiçoadas as soluções de *Internet banking* dirigidas a clientes particulares, acessíveis através do portal *cidadebcp*, e lançado um novo portal financeiro direccionado aos negócios e empresas — *managerland* —, que materializa a aposta do Grupo BCP e do Banco Sabadell no domínio do *e-banking*, no contexto ibérico, disponibilizando instrumentos financeiros e não financeiros para apoio à gestão de empresas e empresários clientes de ambas as instituições; ainda neste âmbito, foi lançada uma operação especializada na oferta de uma gama muito alargada de soluções de investimento para clientes particulares — *ActivoBank* —, mediante uma abordagem multicanal inovadora centrada na Internet, operando em Portugal (*ActivoBank7*) e em Espanha.

Durante 2001, concretizou-se um programa diversificado de reforço dos fundos próprios, incluindo duas operações de aumento do capital social, com subscrição reservada a accionistas e por incorporação de reservas especiais constituídas na sequência da proposta de distribuição dos resultados de 2000, que elevaram o capital social do BCP de 2 101 562 549 euros para 2 326 714 877 euros, fundamentais para a prossecução dos objectivos estratégicos do Grupo BCP, tanto ao nível do mercado doméstico como no domínio da sua estratégia de internacionalização. Ainda integradas no programa de reforço dos fundos próprios, concretizaram-se: a emissão de um empréstimo subordinado convertível no montante de 425 milhões de euros, com maturidade a 10 anos e com opção de conversão em acções a partir de

Junho de 2006; uma emissão de obrigações subordinadas, ao abrigo do programa de MTN do BCP, no montante de 600 milhões de euros, na primeira emissão de obrigações comuns com estrutura de subordinação efectuada pelo BCP nos mercados internacionais; e a emissão de empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados no montante total de 270 milhões de euros.

Os resultados líquidos consolidados do Banco Comercial Português atingiram 571,7 milhões de euros em 2001, registando um aumento de 13,1% em relação aos resultados apurados no ano anterior.

Os resultados por acção (EPS) cifraram-se em 0,25 euros em 2001, o que compara com 0,33 euros no anterior, reflectindo o efeito de diluição originado pelos aumentos de capital ocorridos em 2000 e 2001; a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) cifrou-se em 26,2%, comparando com 27,7% em 2000, enquanto que a rentabilidade do activo (ROA) situou-se em 0,9%, em linha com o valor registado no ano anterior.

Apesar do expressivo posicionamento atingido pelo BCP no mercado doméstico e da moderação do crescimento dos principais agregados monetários, os indicadores patrimoniais registaram acréscimos, tendo o activo total atingido 62 961 milhões de euros, a que corresponde um crescimento de 1,6% face ao montante apurado em 31 de Dezembro de 2000. Os créditos sobre clientes atingiram 42 938 milhões de euros no final de 2001, que compara com 41 113 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2000, enquanto os recursos totais de clientes (débitos para com clientes, incluindo montantes titulados, certificados de depósito, seguros de capitalização e patrimónios sob gestão) se elevaram a 49 068 milhões de euros no final de 2001, a que corresponde um aumento de 3,1% face ao montante apurado em 31 de Dezembro de 2000, ajustado pelo património sob gestão transferido para a F&C no âmbito do aprofundamento da parceria estratégica com a Eureka. Os Fundos próprios — agregado constituído por situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados — atingiram 6294 milhões de euros no final de 2001, registando um aumento de 36,6% face aos 4.609 milhões de euros apurados no final de 2000.

A adequação da estrutura de capitais e do grau de provisionamento dos riscos reflectiu-se na preservação de níveis confortáveis de qualidade dos riscos, de cobertura do crédito em situação de incumprimento e de solvabilidade. O crédito vencido representou 1,7% do crédito total no final do ano (1,3% em 31 de Dezembro de 2000).

A cobertura do crédito vencido por provisões manteve-se em níveis confortáveis, tendo-se cifrado em 146,3% no final de 2001 (172,8% em 31 de Dezembro de 2000). Por seu lado, o *ratio* de solvabilidade estimado, calculado em base consolidada de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 8,3% no final de 2001, tendo-se cifrado em 9,4% segundo os princípios BIS.

Não obstante o mau desempenho da componente accionista da Bolsa de Valores nacional, o título BCP manteve uma posição de relevo no mercado accionista português, registando uma *performance* menos desfavorável que os principais indicadores de referência do mercado bolsista. À semelhança dos anos anteriores, o título BCP foi em 2001 um dos mais transaccionados no mercado, registando um *turnover* de 3527 milhões de euros, representando uma quota de 11,5% da liquidez total do mercado de cotações oficiais em 2001, que compara com 9,3% em 2000; a capitalização bolsista atingiu 10 587 milhões de euros no final de 2001, o que compara com 11 874 milhões de euros no final de 2000, reflectindo o efeito conjugado da desvalorização do título (— 15,8%) e do impacto das operações de aumento do capital social realizadas em 2000 e 2001, continuando o BCP a afirmar-se como a sociedade portuguesa de maior capitalização na Bolsa nacional.

Factores determinantes da evolução dos resultados

Esforço de protecção da margem financeira por via do crescimento dos volumes de negócio e pela estabilização da taxa de margem financeira;

Evolução positiva do crédito concedido, apesar da concretização de operações de securitização de crédito hipotecário e ao consumo e da estratégia de concentração nos melhores riscos e da limitação a algumas grandes exposições;

Manutenção de baixos níveis de incumprimento do crédito, não obstante o impacto das operações de securitização efectuadas em 2001;

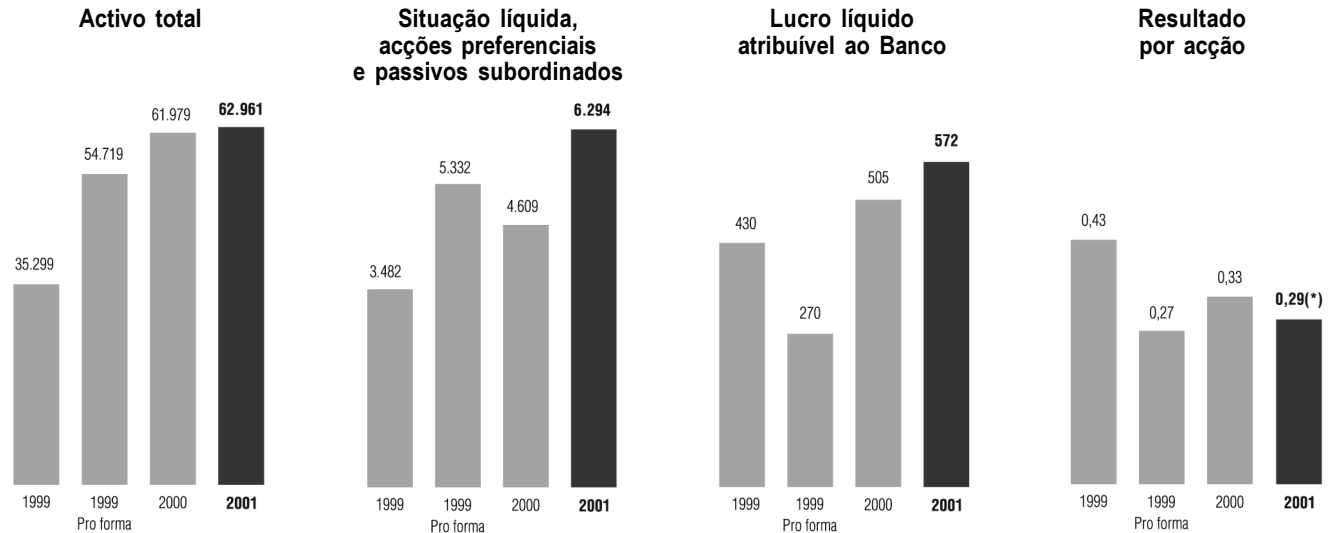
Crescimento dos recursos totais de clientes (ajustado do efeito da transferência dos activos geridos associados à actividade seguradora para a F&C no âmbito da parceria com a Eureka), devido ao desempenho favorável ao nível da captação de recursos de depósitos, seguros de capitalização e outros recursos fora de balanço, em parte amortecido pela retração dos fundos de investimento mais expostos ao segmento accionista do mercado de capitais;

Menor contributo dos outros proveitos, reflectindo a instabilidade e volatilidade que caracterizaram os mercados financeiros, não obstante o maior envolvimento com a base de clientes, por via da intensificação do *cross selling* de produtos das empresas subsidiárias através das redes de distribuição do Banco com destaque para a rede SottoMayor, e a adequação do *pricing* de comissões às propostas de valor do Grupo;

Contenção dos custos de transformação, reflectindo os impactos do redimensionamento de efectivos, da concentração de unidades de

apoio na ServiBanca e da racionalização das redes de distribuição, mais que compensando os custos relacionados com o crescimento da actividade;

Reforço do investimento e do envolvimento na gestão das operações em mercados prioritários, cujos níveis de actividade confirmaram o potencial estimado da sua atractividade e perspectivam uma contribuição crescente e sustentada da actividade internacional para os resultados consolidados do Grupo.



Valores extraídos das demonstrações financeiras consolidadas, expressos em milhões de euros, excepto resultados por acção (euros).

(a) Excluindo resultados extraordinários.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia portuguesa — mediante a concepção e a distribuição de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, cobrindo a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores —, consolidando o seu posicionamento como instituição de referência pela qualidade, inovação e liderança tecnológica das suas propostas de valor, tanto a nível doméstico como nos mercados geográficos em que marca presença autónoma ou por via de parcerias estratégicas.

Objectivos

- Maximização do valor na perspectiva dos accionistas;
- Preservação de elevados níveis de satisfação, fidelização e de relacionamento com os clientes;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez patrimonial;
- Valorização, motivação e compensação dos colaboradores;
- Protagonismo na qualidade, na inovação e no desenvolvimento tecnológico;
- Revitalização das capacidades competitivas da distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros no mercado doméstico;
- Enfoque da actividade internacional em negócios especializados e em mercados prioritários.

Linhas de orientação

- Optimização da estratégia de segmentação e racionalização das redes de distribuição;
- Capitalização das potencialidades transaccionais e comerciais dos canais remotos e áreas de *self banking*;
- Melhoria da eficiência operativa e dos padrões de serviço das unidades de apoio ao negócio;
- Implementação de um novo modelo de distribuição multiproduto/multicanal, visando aumentar a eficácia comercial no negócio de retalho.
- Concepção e lançamento de produtos e serviços financeiros especializados e inovadores;
- Desenvolvimento de plataformas de negócio autónomas com base na Internet;
- Aprofundamento da estratégia de internacionalização, através do reforço do investimento e do envolvimento mais activo na gestão das operações em mercados prioritários;

Reforço da estrutura de capitais e ampliação dos fundos próprios de base e complementares.

Consolidação no mercado doméstico

Conquistada uma dimensão no mercado doméstico considerada adequada, o prosseguimento dos objectivos de crescimento sustentado e de consolidação de uma posição de proeminência no sector financeiro nacional, mantém-se como um dos vectores estratégicos prioritários do Banco Comercial Português, quer capitalizando a sua experiência na qualidade e inovação da oferta e no desenvolvimento de abordagens inovadoras na distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros, quer através do reconhecido protagonismo no lançamento de modelos de negócio de futuro, aproveitando as potencialidades de aplicação das novas tecnologias de comunicação ao negócio financeiro.

Concluídos atempadamente os programas de integração de pessoas, de áreas de negócio e de estruturas de apoio e de racionalização da rede de distribuição, e antecipada a captura das sinergias operativas estimadas, concentraram-se energias na dinamização do esforço de acção comercial sobre uma base significativamente mais alargada de clientes. Inseriu-se neste âmbito, a implementação no final do ano de um novo modelo de distribuição multiproduto/multicanal, cuja concepção e estrutura organizativa têm como propósito fundamental: a revitalização das capacidades de inovação; o reforço das propostas de valor do Grupo BCP e consequente reposicionamento competitivo; e a melhoria da eficácia comercial em resposta aos crescentes graus de exigência e soistificação dos clientes.

Novo modelo de distribuição multiproduto/multicanal



Internacionalização

O imperativo de aprofundamento da estratégia de internacionalização, acompanhando as tendências e a evolução do contexto competitivo europeu, a par com o capital de experiência adquirido no lançamento de *joint-ventures* na abordagem de nichos de mercado, permitiu ao Banco Comercial Português alargar horizontes e equacionar novos figurinos contemplando uma abordagem mais incisiva em mercados de afinidade, a afirmação de marcas BCP em mercados étnicos, e um maior envolvimento em plataformas transfronteiriças de negócio financeiro, consubstanciado no progressivo reforço da sua posição na estrutura accionista da Eureko, Grupo europeu especializado nos negócios de seguros e da gestão de activos financeiros.

As recentes iniciativas empreendidas no quadro da internacionalização da actividade do Grupo BCP, confirmam claramente a evolução para uma abordagem mais incisiva e assente em configurações de maior alcance estratégico, requerendo uma crescente mobilização de recursos e de capacidades e exigindo uma maior influência na gestão das operações em mercados considerados prioritários. Nesta abordagem, o BCP tem vindo a privilegiar os mercados de afinidade, mantendo-se fundamentalmente apostado na Europa, em particular na Polónia onde tem vindo a reforçar o investimento no BIG Bank GDANSKI (BBG) e na Grécia (NovaBank), e também no mercado africano, em especial em Moçambique (BIM), embora se mantenha atento a novas oportunidades de negócio.

Grupo BCP — Áreas de negócio

Banco Comercial Português:

Particulares e negócios:

Segmentos-alvo:

Particulares e profissionais liberais com rendimentos acima dos 50 000 euros/ano e inferiores a 250 000 euros/ano e pequenas empresas e negócios, com volume de vendas compreendido entre 500 000 euros e 7,5 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Gerentes de conta — gestores de relação, especializados no atendimento e aconselhamento personalizado de uma carteira de clientes homogénea e adequadamente dimensionada.

Rede de distribuição:

73 sucursais localizadas essencialmente nas zonas da Grande Lisboa, Grande Porto, litoral e nas principais capitais de distrito.

Solução de *homebank*:

Portais vocacionados para clientes particulares — cidadebcp.pt — e empresas e negócios — managerland.pt — possibilitando a consulta em tempo real ao património financeiro, bem como a execução de operações bancárias diversas, ordens de bolsa e o acesso a produtos e serviços não financeiros.

Nova Rede:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 10 000 euros/ano e inferiores a 50 000 euros/ano e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 500 000 euros/ano.

Vantagem competitiva:

Modernidade tecnológica, inovação, conveniência, facilidade, rapidez e eficiência dos modelos de vendas e de *servicing*.

Rede de distribuição:

382 sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de *homebank*:

Solução de *homebanking*, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana, acessível através dos portais cidadebcp.pt e managerland.pt.

Atlântico:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 10 000 euros/ano e inferiores a 50 000 euros/ano e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 7,5 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Modelo de abordagem universal complementado com ofertas de valor especializadas — Atlântico Exclusive — e suportado em conceitos inovadores no negócio de distribuição a retalho.

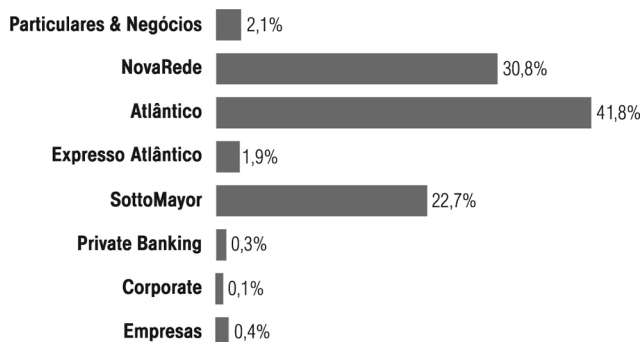
Rede de distribuição:

347 sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de *homebank*:

Solução de Internet *banking*, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana, acessível através dos portais cidadebcp.pt e mangerland.pt.

Estrutura por área de negócio (Dezembro de 2001)



Expresso Atlântico:

Segmentos-alvo:

Particulares com rendimentos anuais superiores a 10 000 euros/ano, habitualmente clientes dos estabelecimentos comerciais Pingo Doce e Feira Nova.

Vantagem competitiva:

Acessibilidade e conveniência ao afirmar-se como a primeira entidade bancária europeia a funcionar exclusivamente no interior de superfícies da distribuição alimentar (*in-store banking*).

Rede de distribuição:

81 lojas de gestão personalizada, localizadas em supermercados Pingo Doce e hipermercados Feira Nova.

Solução de *homebank*:

Solução de Internet *banking*, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana, acessível através do portal cidadebcp.pt.

Sotto Mayor:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 10 000 euros/ano e inferiores a 50 000 euros/ano e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 7,5 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Prestígio patrimonial da marca assente em valores de tradição, confiança e segurança, permitindo explorar o elevado potencial de *cross-selling* identificado.

Rede de distribuição:

225 sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de *homebank*:

Solução de Internet *banking*, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana, acessível através dos portais cidadebcp.pt e managerland.pt.

Private Bankers:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com património financeiro confiado ao Banco superior a 250 000 euros.

Vantagem competitiva:

Compromisso com a excelência e a ênfase estritamente personalizada na relação com os clientes, tendo como interlocutores privilegiados os *private bankers*.

Rede de distribuição:

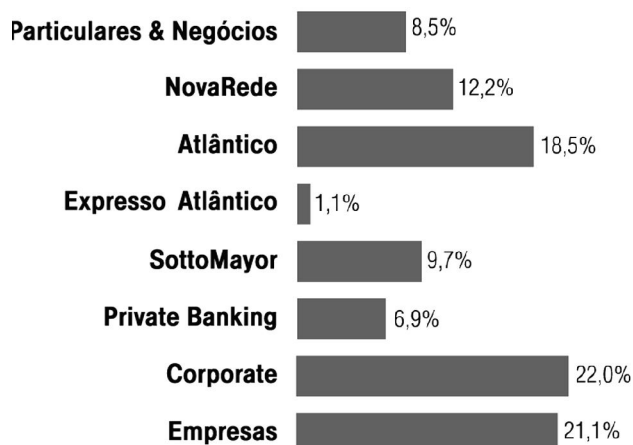
14 espaços privados, dos quais, nove localizados em Lisboa e cinco no Porto.

Solução de *homebank*:

Portal vocacionado para clientes particulares — *cidadebcp.pt* — possibilitando, nomeadamente, o acesso ao centro de investimentos.

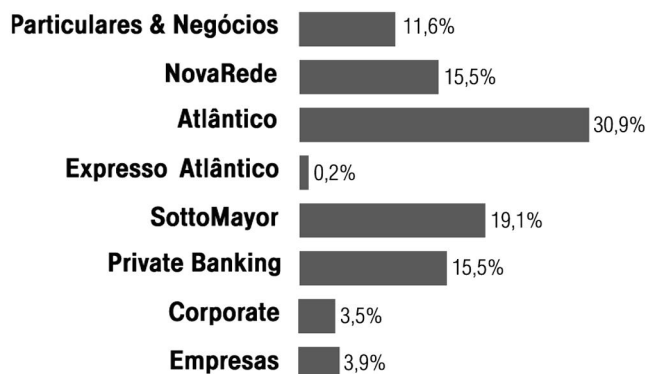
Crédito directo

(Estrutura por área de negócio — Dezembro de 2001)



Recursos totais

(Estrutura por área de negócio — Dezembro de 2001)



Banco Comercial Português:

Corporate:

Segmentos-alvo:

Grandes empresas com volume de facturação superior a 100 milhões de euros/ano e clientes institucionais.

Vantagem competitiva:

Soluções financeiras flexíveis e integradas, vocacionadas para a satisfação individual de clientes com elevado grau de exigência e sofisticação.

Rede de distribuição:

Dois centros *corporate* localizados em Lisboa e no Porto, os quais integram 5 e 4 direcções comerciais, respectivamente.

Solução de *homebank*:

Solução de *Internet banking*, disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana — *managerland.pt* —, a partir de qualquer local, que possibilita a consulta *on-line* ao património financeiro, bem como a realização de um vasto leque de operações bancárias, o acesso a um conjunto de bens e serviços e a obtenção de informação útil para a gestão do dia-a-dia.

Empresas:

Segmentos-alvo:

Empresas de média dimensão, com volume de vendas entre 7,5 e 100 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Proposta de valor assente em elevados níveis de especialização, inovação, qualidade de serviço e oferta de soluções *tailor made*.

Rede de distribuição:

34 espaços de atendimento de empresas.

Solução de *homebank*:

Solução de *Internet banking*, disponível 24 horas por dia e sete dias por semana — *managerland.pt* —, a partir de qualquer local, que possibilita a consulta *on-line* ao património financeiro, bem como a realização de um vasto leque de operações bancárias, o acesso a um conjunto de bens e serviços e a obtenção de informação útil para a gestão do dia-a-dia.

Grupo BCP — Empresas especializadas

BCP Investimento:

(Em milhões de euros)

Síntese de indicadores	2001	2000
Activo total	2 710	2 122
Proveitos totais (líquidos)	64	62
Resultados líquidos	27	26

Actividade:

Negócios de *merchant bank* e de banca de investimento.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços financeiros especializados — *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research* — e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

Inovação em 2001:

Coordenação global da 4.ª e última fase de privatização da Brisa-Auto Estradas de Portugal.

Posicionamento competitivo:

Líder nas áreas de mercado de capitais e de *project finance* de banca de investimento, em Portugal.

Leasefactor:

(Em milhões de euros)

Síntese de indicadores	2001	2000
Leasing — produção	1 032	1 101
<i>Factoring</i> — facturação tomada	2 952	2 445
Resultados líquidos	9	11

Actividade:

Integra os negócios do crédito especializado — *factoring* e *leasing* mobiliário e imobiliário.

Áreas de intervenção:

Financiamento dos investimentos em equipamentos, viaturas e imóveis, com recurso ao *leasing*; tomada de créditos através do *factoring* e, complementarmente, oferta de serviços de *factoring* em regime de *outsourcing* nas áreas de cobranças e tesouraria.

Inovação em 2001:

Lançamento de uma plataforma tecnológica de contacto directo com os clientes — *homefactoring* —, um serviço que lhes permite aceder, via Internet ou ponto a ponto em tempo real, à informação relativa aos seus contratos de *factoring*, de forma simples, cómoda e segura.

Posicionamento competitivo:

Liderança destacada nos sectores do *leasing* e do *factoring* em Portugal.

Crédibanco:

(Em milhões de euros)		
Síntese de indicadores	2001	2000
Crédito sobre clientes	313	255
Proveitos totais (líquido)	52	50
Resultados líquidos	5	5

Actividade:

Plataforma de negócio de crédito pessoal.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no financiamento da aquisição de bens de consumo duradouro por particulares — mobiliário, electrodomésticos e equipamentos informáticos —, no crédito para aquisição de automóvel e no aluguer de longa duração de viaturas para clientes das redes do Grupo.

Inovação em 2001:

Criação da área de negócio de clientes e canais directos, visando a exploração sistemática da base de dados, com a oferta de novos produtos, bem como o estudo e desenvolvimento de novos canais directos de distribuição; e o lançamento nas redes bancárias do CrédiAuto, uma solução inovadora de financiamento automóvel com reserva de propriedade.

Posicionamento competitivo:

Líder no segmento do financiamento da aquisição de bens para a casa — Rede CrédiLar —, componente de uma estratégia multimarca e multicanal em que, além da rede autónoma de lojas, se integram as redes Império Bonança e Bancária.

Interbanco:

(Em milhões de euros)		
Síntese de indicadores	2001	2000
Crédito sobre clientes	381	535
Proveitos totais (líquido)	45	36
Resultados líquidos	12	8

Actividade:

Plataforma de negócio de financiamento automóvel.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no financiamento do negócio automóvel, utilizando como canal de venda as redes de concessionários automóveis.

Inovação em 2001:

Reposicionamento da proposta de valor e da competitividade da oferta de seguros (automóvel, vida e protecção ao crédito) e desen-

volvimento de uma nova linha de *merchandising* personalizada por concessionário.

Posicionamento competitivo:

Líder do mercado no crédito para a aquisição de automóvel.

Classis Renting:

(Em milhões de euros)		
Síntese de indicadores	2001	2000
Activo total	116	72
Proveitos totais	33	19
Resultados líquidos	0,5	0,1

Actividade:

Negócio de aluguer operacional de viaturas (*renting*) e serviços complementares.

Áreas de intervenção:

Empresa especializada no aluguer operacional de viaturas (*renting*), disponibilizando, através das redes do Grupo, produtos quer para as empresas (numa óptica de *outsourcing* da gestão de frotas automóveis), quer para clientes individuais (particulares, profissionais liberais e empresários em nome individual).

Inovação em 2001:

Criação da figura de dinamizador de *renting*, destinada a reforçar o apoio comercial às principais redes bancárias de retalho do Grupo BCP e aos seus clientes.

Posicionamento competitivo:

Única empresa em Portugal especializada em aluguer operacional de viaturas (*renting*) a comercializar os seus produtos sob marca autónoma, através de canais bancários.

AF Investimentos:

(Em milhões de euros)		
Síntese de indicadores	2001	2000
Activo total	19 611	19 862
Proveitos totais (líquido)	35	54
Resultados líquidos	18	29

Actividade:

Integra os negócios de *asset management* — gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, gestão discricionária de patrimónios, gestão de carteiras de investidores institucionais e prestação de serviços de consultoria de investimentos.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada na gestão e no aconselhamento de investimentos nos mercados doméstico e internacionais, através da oferta de um leque completo e diversificado de instrumentos de desintermediação financeira e de soluções de investimento, cobrindo os mercados monetários, obrigacionistas e accionistas nacionais e estrangeiros e o sector imobiliário.

Inovação em 2001:

Disponibilização dos Fundos AF em plataformas comerciais fora do âmbito do Grupo BCP, nomeadamente em algumas operações nacionais de Banca directa, e início do processo de registo dos fundos geridos pela AF Investimentos em França, no Luxemburgo e em Espanha, no quadro das iniciativas de diversificação de canais de distribuição e de mercados geográficos.

Posicionamento competitivo:

Liderança nos negócios de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão personalizada de patrimónios financeiros em Portugal.

Banco de Investimento Imobiliário:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Crédito sobre clientes	2 606	2 317
Proveitos totais (líquido)	34	69
Resultados líquidos (a)	10	(a) 15

(a) Antes de provisão extraordinária.

Actividade:

Banco de produto vocacionado para o crédito imobiliário.

Áreas de intervenção:

Especialização no negócio do crédito imobiliário, nas vertentes do crédito hipotecário a particulares, em regime geral ou bonificado, e do financiamento a construtores e promotores imobiliários.

Inovação em 2001:

Lançamento de uma campanha de crédito à habitação transversal ao Grupo BCP — Crédito Casa Anti-Stress —, um conceito baseado num produto inovador que conjuga as vantagens de uma prestação indexada a taxa de juro variável com a segurança de uma mensalidade fixa, caracterizando-se pela elasticidade do prazo do empréstimo em função das opções disponíveis, beneficiando de um *pricing* competitivo.

Posicionamento competitivo:

Posição de relevo entre as instituições especializadas na concessão de crédito hipotecário a particulares, clientes e não clientes do Grupo BCP, através da rede de distribuição própria, e no financiamento da construção e promoção imobiliária.

Actividade internacional

Eureko:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Activos sob gestão	112 287	118 652
Prémios processados	7 310	6 725
Resultados líquidos	211	521

Actividade:

Grupo europeu de seguros e de gestão de activos financeiros.

Vantagem competitiva:

Força e notoriedade das marcas das companhias operacionais que o integram — Achmea (Holanda), Seguros e Pensões (Portugal), Interamerican (Grécia), Friends First (Irlanda), F&C (Reino Unido) e Union (Eslováquia).

Seguros e pensões

Actividade:

Instituição especializada em seguros dos ramos Vida (risco e capitalização) e ramos Reais (pessoais e patrimoniais), nos negócios de intermediação, resseguro e corretagem independente de seguros e na actividade de gestão de fundos de pensões. Através da subsidiária Médis intervém no *managed care*, que combina a prestação de cuidados médicos e os seguros de saúde.

Vantagem competitiva:

Estratégia de segmentação da actividade por canais de distribuição e de especialização por negócios — multimarca/multiproduto/multicanal —, desfrutando de uma posição de liderança do mercado segurador em Portugal.

BCM Bank:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Activo total	946	889
Proveitos totais (líquido)	27	29
Resultados líquidos	8	10

Actividade:

Banco universal vocacionado para clientes particulares de médios/elevados rendimentos e para o apoio às empresas macaenses.

Vantagem competitiva:

Enfoque numa abordagem global do mercado, centrada na comunicação directa e na venda cruzada de produtos, no âmbito da complementaridade comercial com as Seguradoras do Grupo BCP com actividade em Macau, e grande experiência em matéria de financiamento do comércio externo.

BM:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	
Activo total	681	
Proveitos totais (líquido)	75	
Resultados líquidos	10	

Actividade:

Banco universal.

Vantagem competitiva:

Conceito inovador de banca de retalho no mercado moçambicano, com oferta de produtos bancários, meios de pagamento e serviços financeiros especializados, ajustados ao perfil e às necessidades da base de clientes particulares e empresas.

BIG Bank Gdanski:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Activo total	5 545	5 158
Proveitos totais (líquido)	471	545
Resultados líquidos	18	16

Taxa de câmbio um euro = 3,525 zlotys.

Actividade:

Banco universal vocacionado para clientes particulares de médios e elevados patrimónios financeiros e para os segmentos de médias empresas e pequenos negócios.

Vantagem competitiva:

Conceito de banca de retalho disponibilizando um serviço de elevada conveniência, assente numa plataforma de serviço multicanal — rede de sucursais e canais de banca directa (ATMs e Call Centre).

Nova Bank:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Activo total	1 332	742
Crédito sobre clientes	211	28
Recursos de clientes	1 082	537

Actividade:

Banco global vocacionado, numa primeira fase, para os segmentos de particulares de rendimentos médios/altos.

Vantagem competitiva:

Novo conceito de banca de retalho e uma proposta de valor inovadora no mercado grego, disponibilizando um elevado nível de conveniência, com uma plataforma de distribuição alargada ao Call Centre e Internet *banking*, e um excelente nível de serviço.

BPA Bank:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	2000
Activo total	163	52
Crédito sobre clientes	88	3
Recursos de clientes	134	23

Actividade:

Banco global vocacionado para servir a população local de Estados norte-americanos, onde a comunidade de origem portuguesa marca uma forte presença.

Vantagem competitiva:

Conceito de *community banking*, baseado na experiência de banca de retalho do BCP.

Banque BCP:

Síntese de indicadores	(Em milhões de euros)	
	2001	

França:

Activo total	1 212
Proveitos totais (líquido)	57
Resultados líquidos	0,6

Luxemburgo:

Activo total	218
Proveitos totais (líquido)	8
Resultados líquidos	0,1

Actividade:

Banco vocacionado prioritariamente para a actividade de *retail banking* focalizando-se no segmento de clientes de origem lusa residentes em França e no Luxemburgo.

Vantagem competitiva:

Estratégia de segmentação da base de clientes e de *cross selling*, baseado na experiência e no modelo de abordagem comercial do Grupo BCP no negócio de banca a retalho, disponibilizando aos seus clientes uma gama completa de produtos e serviços cobrindo a generalidade das suas necessidades financeiras.

Organização da informação

Como instituição bancária líder de um grupo financeiro integrado e sociedade anónima com valores cotados nas Bolsas de Lisboa, Nova Iorque, Frankfurt, Londres e Amesterdão, o Banco Comercial Português está sujeito a uma multiplicidade de exigências e requisitos de organização e prestação de informação que o presente relatório e contas visa satisfazer, dentro dos mais exigentes padrões de clareza, suficiência, objectividade e comparabilidade que tem imposto a si próprio e a que se considera obrigado.

Nesta secção introdutória, algumas notas complementares sobre a organização substancial e formal do presente documento se justificarão.

A primeira é a de que, conforme vem sendo praticado e se considera corresponder a maior fidelidade e clareza na imagem e apreciação da situação da sociedade e do Grupo, os relatórios de gestão individual e consolidado correspondem a um texto unificado, que observa, em ambos os planos, os necessários requisitos de exposição da evolução dos negócios, situação e perspectivas da sociedade e do Grupo, nas diferentes vertentes de actividade exercida.

Em segundo lugar, no que se refere à contas consolidadas do Grupo, continua a acolher-se uma organização das contas sociais consolidadas de acordo com o formato-tipo aprovado pelo Banco de Portugal para a generalidade das instituições de crédito nacionais. Continua a registar-se a ausência, tal como no exercício imediatamente antecedente (em resultado de a participação anteriormente detida, em regime de controlo

singular, na holding seguradora Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A., haver sido trocada por participação qualificada de âmbito muito mais vasto e aliás alargada durante o exercício em apreço na *holding* seguradora pan-europeia Eureka BV, em regime de *joint control* pelo BCP e Associação Achmea), de demonstrações financeiras consolidadas incluindo empresas subsidiárias da actividade seguradora pelo método de consolidação integral, de acordo com a orientação anteriormente seguida pelo Banco.

Uma terceira nota ainda quanto à configuração da prestação de contas. Há que sublinhar, com efeito, que as contas individuais e consolidadas do Banco são, como cumpre, organizadas e apresentadas exclusivamente de acordo e com rigorosa observância das regras de contabilidade e normas legais aplicáveis em Portugal, donde decorre, designadamente:

a) Que são distintas e inconfundíveis com pontuais reconciliações que, para efeitos específicos, são feitas com formatos contabilísticos de outras proveniências ou mercados, nomeadamente o norte-americano, das quais resulta uma representação diversa da mesma realidade;

b) Que, precisamente por estarem sujeitas às normas legais e regulamentares vigentes em Portugal e às competências que nesta matéria a lei portuguesa atribui às entidades de supervisão, as contas ora apresentadas acolhem, conforme vai registado em nota própria, um muito significativo registo de certos custos de reestruturação contra resultados do exercício, efectuado segundo a determinação daquelas entidades mas diverso do registo contra reservas que o Banco consideraria mais adequado e do qual resultaria correspondentes acréscimo de resultados do período e diminuição de reservas.

As acções do BCP na Bolsa de Valores

Evolução da cotação das acções

A cotação do Banco Comercial Português registou em 2001 uma *performance* negativa de 15,8%, desempenho que compara favoravelmente com a evolução do índice do mercado de acções da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, já que o PSI 20 caiu 24,8%.

Como foi notório tratou-se de um ano particularmente difícil para os mercados de acções nacional e internacional, em resultado do abrandamento económico generalizado observado nas principais economias mundiais, situação agravada pelos acontecimentos de 11 de Setembro de que resultaram importantes perdas bolsistas. Ainda assim, o BCP logrou apresentar um significativo crescimento dos resultados e dos activos e uma expressiva rendibilidade dos capitais próprios, factores que contribuíram para o bom desempenho relativo da acção BCP quer face à Bolsa nacional em geral quer face aos restantes maiores bancos cotados. Na comparação internacional verifica-se que a *performance* das acções BCP esteve em linha com a evolução registada pelos grandes bancos espanhóis e foi claramente melhor que a dos bancos italianos, que sofreram fortes desvalorizações. Quanto aos bancos dos restantes mercados notam-se comportamentos muito distintos a nível individual, sendo contudo claro que a nível internacional se tratou de um ano negativo para as cotações do sector bancário, com o índice de Bancos europeus (BEBANKS) a perder 11,2%.

O título BCP foi em 2001, como habitualmente, um dos mais transaccionados no mercado nacional, tendo registado um volume médio diário de transacções de 14,5 milhões de euros.

Comparativamente ao ano anterior registou-se um crescimento da quota de liquidez de mercado dos títulos BCP, que representaram 11,5% da liquidez total do mercado de cotações oficiais em 2001, face a 9,3% em 2000.

Em síntese, a evolução das acções do BCP foi a seguinte:

	(Em euros)	
	Valores não ajustados	Valores ajustados a aumento de capital
Cotação 29 de Dezembro de 2000	5,65	5,41
Cotação 28 de Dezembro de 2001	4,55	4,55
Cotação média anual	4,7080	4,6537
Cotação mínima	(a) 3,35	3,35
Cotação máxima	(b) 5,74	5,49
<i>Performance</i> :		
Valorização de cotação (percentagem)		— 15,83

(a) 21 de Setembro de 2001.

(b) 31 de Janeiro de 2001.

No que se refere à liquidez do título BCP a situação em 2001 foi a seguinte:

	(Em milhões de euros)	
	2000	2001
Turnover BCP	5 491,5	3 527,3
Turnover mercado	59 235,9	30 687,7
Percent. de transacções pelo título BCP	9,3	11,5

Evolução do número de acções

No exercício de 2001 foram realizadas duas operações de aumento de capital: a primeira em 28 de Março de 2001 por subscrição com reserva de preferência destinada a accionistas, com a emissão de 168 125 003 novas acções ao preço de subscrição de 4,25 euros, de que resultou um encaixe de 714,5 milhões de euros, tendo-se registado um sucesso assinalável com 164 685 690 acções subscritas e o total de pedidos em rateio a atingir 1 395 209 347 acções; e a

segunda operação em 3 de Abril de 2001, por incorporação de reservas no montante de 57 027 325 novas acções, a título de *stock dividend*.

Realizou-se em 20 de Março de 2001, a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado com vencimento em Março de 2011 ao abrigo do programa de MTN do BCP, no montante de 600 milhões de euros, através do BCP Finance Bank Ltd, sendo o encaixe desta emissão elegível para o cálculo dos fundos próprios do Banco (*lower tier two*).

Realizou-se, ainda, em 20 de Junho de 2001 a emissão de um empréstimo obrigacionista convertível no valor de 425 milhões de euros, podendo a conversão ser efectuada durante todo o período de vida da emissão através da aplicação do *ratio* de conversão de 829,8755 acções por cada obrigação detida (valor nominal por obrigação: 5000 euros). Estas operações, em conjunto com o aumento de capital por reserva de preferência constituíram um importante reforço de fundos próprios do Banco, que se revelou fundamental para a concretização em 2001 dos planos de reestruturação interna visando obter ganhos de eficiência e competitividade comercial, e para a prossecução dos investimentos internacionais.

	(Em milhões de euros)			
	Data da operação (a)	Número de acções	Detalhe da operação	Encaixe
Capital social em 31 de Dezembro de 2000	—	2 101 562 549	—	—
Aumento de capital — reserva de preferência	28-3-2001	168 125 003	Subscrição reservada a accionistas: 10 novas acções por cada 125 detidas, ao preço de 5,25 euros (factor: 0,08).	714,5
Aumento de capital — incorp. de reservas	3-4-2001	57 027 325	Atribuição gratuita de uma acção por cada 37 detidas (factor: 0,0271356782).	—
Capital social em 31 de Dezembro de 2001	—	2 326 714 877	—	—

(a) Data de realização de escritura de aumento de capital.

BCP dinamiza presença nas bolsas internacionais

Euronext:

Proseguindo a estratégia de aproximação do Banco à comunidade investidora internacional, as acções do BCP foram admitidas à cotação no mercado oficial da Bolsa euronext Amsterdam em 27 de Setembro de 2001, tornando-se assim a primeira empresa portuguesa presente nesta bolsa, já considerado um dos principais mercados internacionais, resultante da fusão das Bolsas de Paris, Amesterdão e Bruxelas. Esta iniciativa contribuiu para o aumento da visibilidade do Banco junto de investidores e autoridades estrangeiras, e encontra-se em total sintonia com a decisão já anunciada pela Bolsa de Valores de Lisboa e Porto de integrar a euronext.

A presença do título BCP nas bolsas internacionais onde se encontra cotado, nomeadamente, Bolsa de Nova Iorque (através de ADR — American Depositary Receipts), Londres, Frankfurt (através de certificados) e Amesterdão, desenvolveu-se em linha com as tendências do mercado internacional. O Banco Comercial Português continua a cumprir de forma exemplar os deveres de informação e reporte contabilístico exigidos pelas autoridades dos respectivos mercados, garantia de altos padrões de transparência e rigor, que naturalmente credibilizam o título BCP no mercado internacional.

Participação em índices internacionais:

O Banco Comercial Português foi seleccionado para integrar importantes índices internacionais em 2001, como o FTSE euro 100 (100 maiores empresas cotadas da zona euro), ocupando a 74.ª posição, e o índice FTSE 4GOOD que integra as empresas cotadas com elevadas padrões de comportamentos ambientais e sociais. Para além do reconhecimento inerente a estas participações, é de destacar a importância destes índices junto de um conjunto significativo de investidores institucionais cuja política de investimento consiste justamente em replicar a constituição dos índices referenciados.

Estrutura accionista

Após o significativo aumento da base accionista ocorrido em 2000, na sequência das operações de aquisição do Banco Pinto & SottoMayor, Banco Mello e Companhia de Seguros Império, verificou-

-se em 2001 a consolidação e a estabilização da mesma, sendo de assinalar o êxito alcançado na operação de aumento de capital realizada em Março de 2001, nomeadamente junto da base de clientes individuais das várias redes comerciais do Banco, com a angariação de cerca de 10 000 novos accionistas individuais, facto que apraz registar atendendo às condições adversas vividas no mercado ao longo do ano.

Comparativamente ao ano transacto registou-se um aumento do peso dos investidores particulares e empresas, resultante da forte adesão destes ao aumento de capital, em detrimento do peso dos investidores institucionais resultante da recomposição de carteiras e inerente desmobilização de posições decorrentes da contracção dos fundos de investimento e da reponderação do peso da componente accionista nas carteiras dos grandes investidores institucionais domésticos e internacionais.

Acções próprias

Em conformidade com a legislação em vigor, as assembleias gerais de accionistas do BCP aprovaram, em anos sucessivos, propostas de deliberação que permitem ao Banco a aquisição de acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2000, o Banco Comercial Português detinha 25 004 290 acções próprias, correspondentes a 1,19% do seu capital social.

Durante o ano de 2001, o Banco adquiriu 7 300 520 acções próprias a um custo médio de 4,8698 euros, a que correspondeu um desembolso de 35,6 milhões de euros; do total de acções próprias adquiridas em 2001, um lote de 4 834 006 acções correspondeu ao exercício dos direitos de subscrição no âmbito da operação de aumento de capital social do Banco, aprovado em assembleia geral de accionistas de Março de 2001, enquadrando-se a aquisição das restantes 2 466 514 acções próprias dentro dos limites aprovados, em anos sucessivos, em assembleias gerais de accionistas do BCP. No decurso de 2001, o BCP alienou 30 329 806 acções próprias ao preço médio de 4,7164 euros; destas um lote de 25 004 290 acções próprias a um preço médio de 5,6800 euros por um valor global de 142 milhões de euros, a título de dotação em espécie para o fundo de pensões das instituições financeiras anteriormente integrantes do Grupo José de Mello, e um outro lote de 220 000 acções ao preço médio de 4,6445 euros no montante total de 1 milhão de euros, dentro dos limites aprovados, em anos

sucessivos, em assembleias gerais de accionistas do BCP, tendo ainda sido alienadas 5 105 516 acções próprias distribuídas em espécie pelos empregados do Banco Comercial Português e de diversas empresas subsidiárias, como participação nos resultados, de acordo com as

propostas de aplicação de resultados do exercício aprovadas nas respectivas assembleias gerais de accionistas. Em 31 de Dezembro de 2001, o BCP detinha em carteira 1 975 004 acções próprias correspondentes a 0,08% do capital social.

Estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2001

	Número de accionistas	Percent. do cap. social	Número de acções por accionista	Número de accionistas	Percent. do cap. social
Colaboradores do Grupo	13 491	1,3	> 5 000 000	48	71,3
Particulares	232 788	19,2	500 000 a 4 999 999	157	9,7
Empresas	7 697	39,0	50 000 a 499 999	796	4,4
Institucionais	498	40,5	5 000 a 49 999	14 397	6,6
	—	—	< 5 000	239 076	8,0
<i>Total</i>	254 474	100,0		254 474	100,0

Enquadramento económico e financeiro

Economia internacional

A contracção da economia norte-americana interrompendo um prolongado ciclo de expansão, o acentuado abrandamento da actividade na área do euro, o aprofundamento da recessão no Japão e a intensificação da crise financeira na Argentina evidenciam a deterioração generalizada da envolvente macroeconómica internacional em 2001. A excepcional longevidade do ciclo económico, os efeitos desfasados da subida das taxas de juro e do preço do petróleo, os níveis excessivos de investimento tecnológico nos anos anteriores e a correcção pronunciada dos mercados accionistas terão sido os factores determinantes do abrandamento da economia mundial. O abrandamento da actividade produtiva iniciou-se nos EUA no 2.º trimestre de 2001, propagando-se rapidamente aos principais países desenvolvidos, tendo os ataques terroristas de 11 de Setembro e os efeitos associados ao aumento da incerteza e da aversão ao risco contribuído para acentuar a tendência de desaceleração económica. A reanimação das economias dos principais países industrializados poderá ocorrer já no 2.º semestre de 2002, beneficiando da recuperação da confiança dos agentes económicos e dos níveis de produção industrial, da estabilização dos mercados financeiros, da redução das taxas directoras das autoridades monetárias nos EUA e na Europa e da adopção de medidas orçamentais de natureza expansionista.

Em contraste com a maior sincronização cíclica das principais economias mundiais, não se registaram progressos significativos no domínio da correcção dos principais desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente o défice externo norte-americano e o défice orçamental japonês.

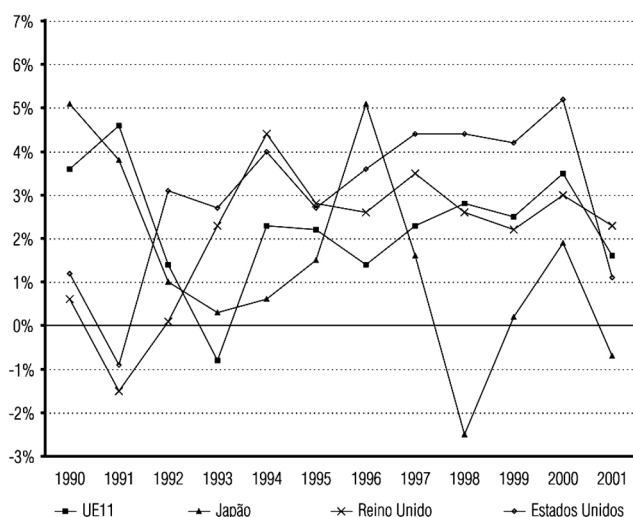
A deterioração da situação económica na Argentina, após quatro anos consecutivos de recessão, conduziu a uma profunda crise política e social, que culminou na suspensão do serviço da dívida externa, no abandono da paridade fixa do peso face ao dólar e na introdução de um conjunto de restrições às operações bancárias.

A economia americana registou um crescimento inferior a 1% em 2001, reflectindo a influência da desaceleração do consumo privado, em particular de bens duradouros e o declínio do investimento em equipamento e *software*. Os ataques terroristas de 11 de Setembro nos EUA tiveram severas repercussões na economia dos EUA, tendo o PIB registado uma variação real negativa a partir do 2.º trimestre de 2001. A revisão em baixa das expectativas de rentabilidade dos investimentos em alta tecnologia e o excesso de capacidade disponível, resultou numa forte contracção do investimento. A apreciação sustentada do dólar em termos efectivos, os efeitos desfasados da política monetária restritiva no ano anterior, a deterioração da confiança dos empresários e das famílias e a contracção da riqueza derivada da desvalorização do mercado accionista, contribuíram para a desaceleração da procura agregada, o que se traduziu num desequilíbrio entre o nível de *stocks* e as vendas esperadas, motivando cortes rápidos e expressivos da produção e do emprego. O sector externo registou um contributo nulo para o crescimento do PIB, como resultado essencialmente da queda acentuada do volume das importações, que compensou a redução das exportações, assegurando a diminuição do défice da balança de transacções correntes de 4,5% para 4,1% do PIB entre 2000 e 2001. A taxa de desemprego aumentou de 4% para 5,8%, se bem que o crescimento dos salários tenha continuado a superar os ganhos de produtividade. As pressões inflacionistas atenuaram-se ao longo do ano, beneficiando da descida do preço dos produtos energéticos, da moderação do consumo privado e da introdução de descontos de preços para fomentar o escoamento de bens de consumo duradouro. A deterioração das perspectivas económicas conduziu a uma rápida resposta pelas autoridades monetárias e à adopção de medidas fiscais estimuladoras.

A economia japonesa voltou a entrar em recessão em 2001, tendo o PIB registado uma contracção de aproximadamente 1%, como resultado inicialmente da queda da procura externa dirigida a bens de tecnologias de informação e comunicação, que contribuiu para uma forte contracção da produção e do investimento industrial, propagando-se a outros sectores. O consumo privado também se contraiu a partir da segunda metade do ano, devido ao aumento do desemprego e ao clima de pessimismo das famílias. A capacidade do Banco do Japão para influenciar decisivamente o andamento da actividade económica é extremamente reduzida dado que as taxas de juro directoras se encontram próximo de zero, persistindo a situação de deflação. No final do ano, o Banco do Japão interveio nos mercados cambiais, com o objectivo de enfraquecer o iene e por esta via tornar as exportações mais competitivas. Apesar da estratégia macroeconómica governamental compreender um objectivo prioritário de consolidação orçamental e de estabilização das emissões de dívida pública, a conjuntura recessiva originou um agravamento das contas públicas. O agravamento da situação económica contribuiu ainda para a deterioração da qualidade dos activos dos bancos, justificando a intervenção estatal, com a fixação de objectivos para o provisionamento do crédito vencido e a recapitalização das instituições de crédito.

Na área do euro, o crescimento estimado do PIB situou-se aquém de 1,5% em 2001, tendo-se assistido a uma redução da contribuição do sector externo, em simultâneo com a desaceleração da procura interna, afectada pelo menor dinamismo do consumo privado e pela quebra do investimento. Em contraste com as expectativas que a deterioração da economia mundial iria afectar a área do euro de forma apenas marginal, o abrandamento da actividade revelou-se mais intenso e prolongado, motivando a flexibilização das condições monetárias por parte do BCE a partir do Verão. Apesar do aumento em cerca de 1% em 2001, o ritmo de criação de emprego desacelerou face aos

Taxa de crescimento real do produto interno bruto



dois anos anteriores, reflectindo o efeito conjugado do abrandamento económico e da alteração do clima de confiança empresarial. De salientar os progressos registados nos últimos anos ao nível das políticas activas de apoio à empregabilidade e as medidas adoptadas que conduziram à implementação de reformas estruturais no mercado de trabalho e ao aumento da flexibilidade. A taxa de desemprego que se situava em 8,9% em Dezembro de 2000, diminuiu para 8,3% no final de 2001, continuando no entanto a existir uma elevada dispersão entre os vários países membros. O sector externo evidenciou um contributo positivo para o crescimento do PIB, reflectindo essencialmente o efeito do enfraquecimento da procura interna sobre as importações. As diferenças de crescimento real entre os países da área do euro persistiram em 2001, reflectindo diferenças de taxas de crescimento potencial, de graus de abertura ao exterior, de mecanismos de transmissão monetária e natureza da política orçamental. Nas quatro maiores economias da área do euro, o crescimento da actividade foi distinto, com a Alemanha a evidenciar um comportamento débil e a França e a Espanha a revelarem um maior dinamismo.

A subida dos preços dos produtos alimentares foi o principal determinante do aumento da taxa de inflação na área do euro no 1.º semestre de 2001.

Na segunda metade do ano, a queda do preço dos produtos energéticos e a estabilização dos preços dos bens alimentares permitiram uma descida gradual da inflação, tendo o IPCH atingido 2% no final de 2001 (2,4% em 2000). O preço do Brent registou uma acentuada queda na segunda metade do ano atingindo 19 dólares por barril em Dezembro, como resultado da diminuição da procura derivada da desaceleração do crescimento mundial, o que motivou uma reacção da OPEP, confirmando a decisão de reduzir o seu volume de produção em 1,5 milhões de barris por dia. A evolução dos preços das *non-oil commodities* acompanhou esta tendência.

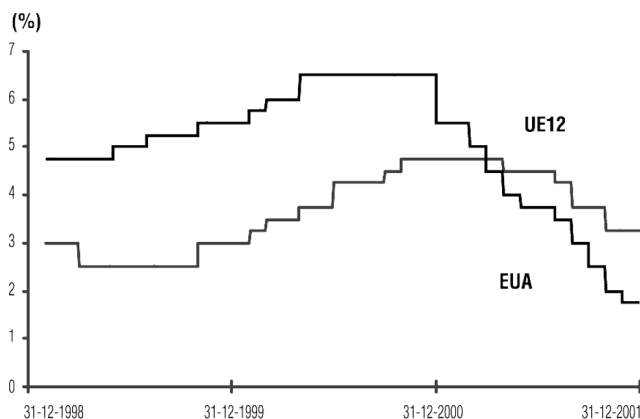
O défice orçamental no conjunto dos países da UEM terá atingido cerca de 1,5% do PIB em 2001, o que compara com um excedente de 0,3% do PIB em 2000.

A principal razão para o agravamento dos défices orçamentais prende-se com os efeitos de estabilização cíclica associados à redução das receitas fiscais e à não ocorrência de receitas extraordinárias à semelhança do ano anterior (licenças de UMTS). Apesar do enquadramento económico adverso, diversos países membros adoptaram políticas orçamentais de natureza acomodatória, comprometendo os esforços de consolidação orçamental necessários para cumprir os objectivos dos programas de estabilidade e crescimento.

Situação monetária internacional

Ao longo de 2001 ocorreu um aumento acentuado da volatilidade dos mercados financeiros internacionais, como consequência de um conjunto de factores: as expectativas confirmadas de abrandamento económico generalizado, a alteração do grau de aversão ao risco dos investidores em diferentes mercados, o impacto dos acontecimentos de 11 de Setembro e o agravamento da crise argentina; contudo, a reacção imediata e coordenada das autoridades monetárias a nível internacional contribuiu para atenuar estes efeitos, estabelecendo as bases para o relançamento da actividade económica em 2002. A Federal Reserve dos EUA reduziu a taxa directora em 11 ocasiões durante 2001 (de 6,5% para 1,75%), enquanto que o BCE cortou a taxa de refinanciamento de 4,75% para 3,25%, atendendo ao aumento da incerteza quanto à evolução da economia mundial e à redução das pressões inflacionistas na área do euro.

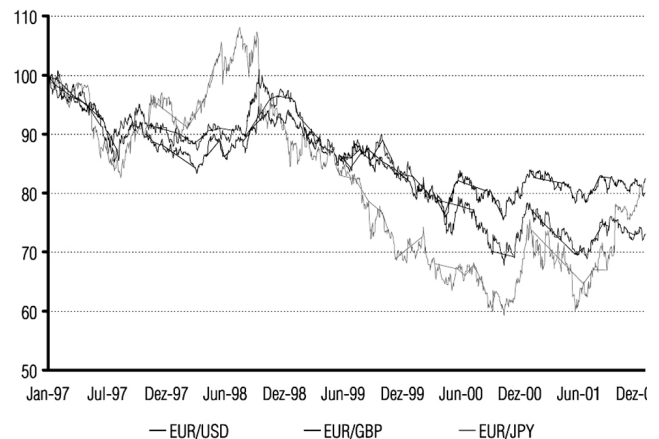
Taxas directoras na área do euro e nos EUA



As taxas de juro de longo prazo nos EUA e na Europa desceram expressivamente em 2001, dado o impacto da redução das taxas directoras e da inversão das expectativas inflacionistas, tendo este movimento sido ampliado após os acontecimentos de 11 de Setembro com a maior preferência dos investidores por activos sem risco, em face do agravamento dos receios de uma recessão prolongada. Os *swap spreads* também se alargaram traduzindo uma reavaliação do risco de crédito interbancário. No final do ano, as taxas de juro de longo prazo registaram uma inflexão ascendente dados os receios de eliminação do excedente orçamental a médio prazo nos EUA e de deterioração dos défices orçamentais na área do euro e a reversão do movimento de *flight to safety* com a recuperação do mercado accionista. No Japão, apesar do *downgrading* do *rating* da dívida soberana, as taxas de longo prazo também diminuíram, denotando o agravamento da recessão, a manutenção das taxas directoras em níveis próximos de zero e o compromisso por parte do governo em obter progressos em matéria de consolidação orçamental.

O euro depreciou-se face ao dólar na primeira metade do ano, apesar dos riscos de recessão da economia norte-americana, do estreitamento dos diferenciais de taxas de juro e do mau desempenho dos mercados accionistas. Após uma ligeira depreciação no 3.º trimestre de 2001, o dólar voltou a apreciar-se no final do ano reflectindo a recuperação do mercado accionista norte-americano e as expectativas que os EUA deverão liderar o processo de retoma da economia mundial. O iene depreciou-se ao longo de 2001, reflectindo as dificuldades de aprofundamento de reformas estruturais, a deterioração da qualidade dos activos e dos níveis de rentabilidade operacional e a manutenção de desequilíbrios macroeconómicos.

Taxas de câmbio (base 100 = 2-1-1997)



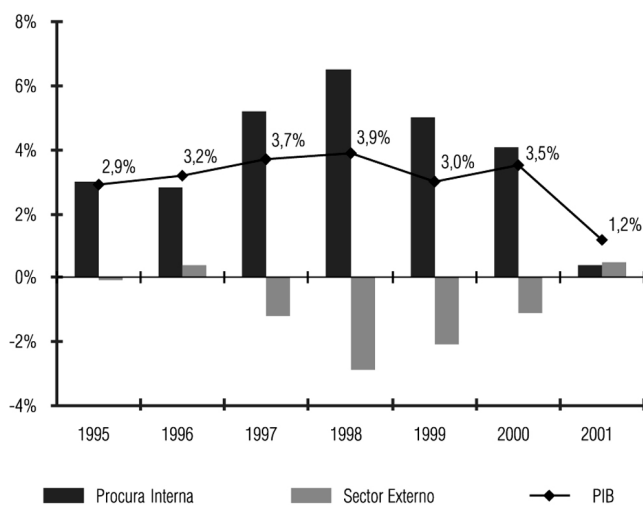
As bolsas internacionais registaram uma evolução diferenciada ao longo de 2001, sofrendo correcções significativas entre Abril e Setembro de 2001, condicionadas pela desaceleração da economia norte-americana; pela subida dos preços dos produtos energéticos; pelo impacto desfasado da maior restritividade da política monetária norte-americana durante o ano de 2000; e pelos elevados níveis de endividamento dos particulares acompanhado por taxas de poupança negativas. No final de 2001, observou-se uma recuperação parcial dos índices accionistas, num movimento de correcção liderado pelas empresas tecnológicas, de telecomunicações e média, mas propagando-se às acções do sector financeiro, cíclicas e *utilities*. A recuperação dos mercados accionistas mundiais esteve associada à dissipação da incerteza criada pelos atentados terroristas e a uma avaliação menos pessimista dos seus efeitos permanentes.

Economia portuguesa

A economia portuguesa cresceu, em 2001, a um ritmo inferior ao da média da área do euro, o que representou o segundo ano consecutivo sem progressos sensíveis em matéria de convergência real. O abrandamento da actividade contribuiu para atenuar alguns dos desequilíbrios que têm afectado a economia portuguesa nos últimos anos: a aceleração dos preços ao consumidor entre 2000 e o primeiro semestre de 2001, a deterioração do défice das balanças corrente e de capital e o aumento do endividamento das famílias e das empresas. O esgotamento dos factores excepcionais que conduziram ao aumento dos preços de bens alimentares e energéticos, a desaceleração do consumo privado, as perspectivas de deterioração das condições no mercado de trabalho e a moderação da inflação internacional contribuíram para a descida da

taxa de inflação a partir do Verão de 2001, apesar dos riscos decorrentes do crescimento dos salários a um ritmo superior quer ao das referências de negociações salariais noutros países da área do euro, quer aos ganhos de produtividade. A poupança financeira das famílias melhorou em 2001, beneficiando do aumento da taxa de poupança — associada às expectativas menos favoráveis relativas à evolução económica futura e às necessidades de serviço da dívida — e da redução das necessidades de financiamento, induzidas pela desaceleração do investimento em habitação. A diminuição das necessidades de financiamento do sector privado compensou a deterioração do desequilíbrio das contas públicas — o défice orçamental ter-se-á situado em 2,2% do PIB, face a um compromisso inicial no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento 2001-2004 de 1,1% — e a quebra das transferências da União europeia, conduzindo a uma ligeira redução do défice externo e invertendo a tendência de agravamento do desequilíbrio das contas com o exterior observada desde 1996.

Evolução do produto interno bruto



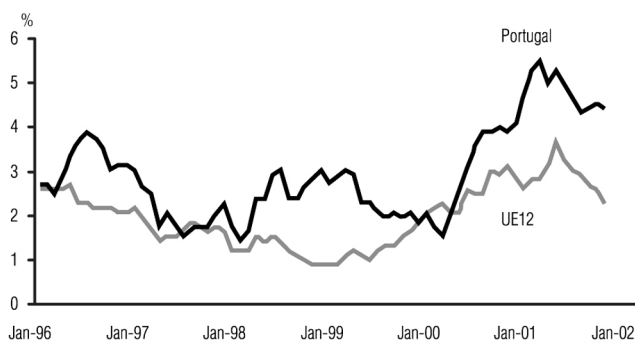
A taxa de crescimento do PIB terá diminuído de 3,5% em 2000 para cerca de 1% em 2001, dado que, à semelhança dos dois anos anteriores, a redução do contributo da procura interna apenas foi parcialmente compensada pelo aumento do contributo da procura externa em termos líquidos. O menor contributo da procura interna espelhou a desaceleração das suas principais componentes, com especial destaque para a forte desaceleração do consumo privado e a contração do investimento, enquanto que o aumento do contributo do sector externo denota, essencialmente, o impacto da moderação das importações, já que as exportações também evoluíram a um ritmo muito menos dinâmico. A desaceleração do consumo privado decorreu essencialmente do fraco comportamento do consumo de bens duradouros, justificada pelo abrandamento do rendimento disponível em termos reais, pela diminuição da capacidade de financiamento associada ao aumento do endividamento nos últimos anos e pela deterioração da confiança dos consumidores, reflectindo opiniões menos favoráveis sobre a evolução futura da economia nacional, receios de aumento do desemprego e perspectivas cautelosas sobre a situação financeira das famílias.

A FBCF terá diminuído ligeiramente em 2001, resultante essencialmente da quebra expressiva do investimento em bens de equipamento; apesar de apresentar um perfil de expansão menos dinâmico que em 2000, determinado pela evolução negativa da construção do segmento habitacional — explicada pelos elevados níveis de endividamento das famílias, o forte aumento das aquisições de habitação no passado recente, as alterações ao regime de crédito bonificado para aquisição de habitação e o impacto da subida das taxas de juro até meados de 2001 — o investimento em construção beneficiou do aumento da actividade no sector de obras públicas. As exportações de bens e serviços cresceram cerca de 4% em 2001, reflectindo o abrandamento da procura externa dirigida aos produtos portugueses. O crescimento real das importações de bens e serviços foi de cerca de 2%, o que compara com 5,5% em 2000, em linha com a redução do consumo de bens duradouros e do investimento em equipamento e a diminuição dos fluxos de turistas portugueses para o estrangeiro.

A taxa média de inflação situou-se em 4,4% no final de 2001 (2,9% em Dezembro de 2000). Após uma subida acentuada no 1.º trimestre, os preços no consumidor evidenciaram uma tendência de desaceleração

a partir do 2.º trimestre de 2001. Este comportamento reflectiu a moderação dos preços da componente de bens, uma vez que se verificou uma ligeira aceleração da componente de serviços não transaccionáveis. O esgotamento dos factores que conduziram à forte aceleração dos preços em 2000 (preços dos bens alimentares não transformados e bens energéticos), a desaceleração do consumo privado, as perspectivas de aumento da precariedade do emprego e a moderação da inflação internacional contribuíram para a descida da taxa de inflação na segunda metade do ano. A taxa de desemprego situou-se em cerca de 4% em 2001, o que constitui um nível sensivelmente idêntico ao do ano anterior, se bem que corrigido da influência sazonal, o desemprego aumentou gradualmente em 2001. O emprego total aumentou aproximadamente 1,5% em 2001 (1,7% em 2000), essencialmente através do aumento do emprego por conta de outrem, em particular contratos a prazo.

Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)



Como consequência da redução do défice da balança de bens e serviços, parcialmente contrabalançada por um ligeiro aumento do défice da balança de rendimentos, relacionado com o aumento do financiamento dos bancos portugueses junto de entidades não residentes, e com a redução do excedente das transferências públicas, o défice da balança corrente reduziu-se ligeiramente em 2001. O défice agregado das balanças correntes e de capital reduziu-se em 2001, se bem que o excedente da balança de capital tenha diminuído ligeiramente, em virtude da diminuição das transferências públicas recebidas por Portugal, resultante do atraso nos recebimentos associados ao III Quadro Comunitário de Apoio.

O défice do sector público ter-se-á situado em 2,2% do PIB em 2001 — face a um compromisso inicial no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento 2001-2004 de 1,1% — merecendo saliência a quebra expressiva das receitas fiscais relativamente aos valores orçamentados. Para além do efeito do abrandamento da actividade sobre as receitas fiscais, o aumento do défice público terá resultado ainda de uma menor eficácia dos sistemas de cobrança fiscal e do desagregamento fiscal, no âmbito da reforma da tributação do rendimento. A despesa primária do Estado continuou a apresentar um crescimento muito forte em 2001, destacando-se o crescimento dos encargos com vencimentos de funcionários públicos muito acima dos aumentos das tabelas estabelecidos nos acordos de contratação colectiva.

Sistema financeiro português

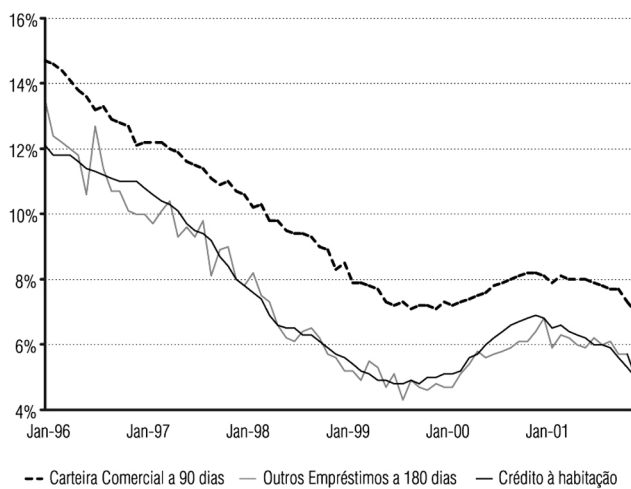
A actividade das instituições financeiras portuguesas desenvolveu-se numa envolvente que continuou a ser condicionada por um conjunto de tendências estruturais: a globalização económica, que favorece a crescente integração e uniformização do funcionamento dos mercados e a homogeneização dos produtos e serviços financeiros; a desregulamentação sectorial; a inovação tecnológica, que tem contribuído para a intensificação da concorrência e o estreitamento das margens de intermediação; a introdução de produtos e serviços financeiros inovadores e o crescente enfoque na consolidação estratégica, consubstanciado em diversas operações de concentração em mercados domésticos e na implementação de programas de reestruturação com o objectivo de capturar sinergias operativas.

O crédito concedido ao sector não monetário registou um crescimento de cerca de 10% em 2001, continuando a reflectir quer a tendência de desaceleração do crédito a particulares verificada desde meados de 1999, quer a ligeira moderação do crédito a empresas desde o final de 2000. O efeito conjugado da anterior subida das taxas de juro, da maior restritividade nas condições de concessão de crédito por parte das instituições bancárias, da quebra da confiança das famílias, da maior dificuldade de acesso aos regimes de acesso bonificado,

do aumento das poupanças das famílias face a um nível de endividamento mais elevado e do adiamento de decisões de investimento empresarial, terá sido contrabalançado pela recente inversão descendente das taxas de juro. O nível de endividamento dos particulares ter-se-á situado em cerca de 93% do rendimento disponível no final de 2001; o abrandamento do crédito em 2001 sugere que a adaptação a um novo enquadramento financeiro, caracterizado pela flexibilização da concessão de crédito e por taxas de juro significativamente inferiores poderá estar concluído.

As taxas de juro do sector bancário apresentaram globalmente uma tendência de redução, em linha com os principais indexantes do mercado monetário, diminuindo em torno de 0,5 p. p. no 4.º trimestre de 2001. A redução do ritmo de crescimento dos recursos de clientes, associada à manutenção de um crescimento significativo do crédito concedido, contribuiu para acentuar o recurso por parte dos bancos ao financiamento nos mercados de capitais, nomeadamente a emissões de títulos e a empréstimos subordinados, beneficiando da maior acessibilidade aos mercados internacionais decorrente da participação de Portugal no euro.

Taxas de juro de operações activas



Após alguma estabilidade dos diferenciais entre as taxas de juro de longo prazo portuguesas e dos parceiros comunitários, verificou-se no final de 2001 uma tendência de redução, justificada por considerações de risco e liquidez. Esta tendência poderá ter tido motivações num possível aumento da apetência pelo risco por parte dos investidores e na inversão do efeito de *flight to safety*. Na segunda metade de 2001 acentuou-se a inclinação positiva da curva de rendimentos, essencialmente motivada pela descida das *yields* de curto e médio prazo. Nos prazos mais curtos verificou-se uma deslocação descendente da curva, influenciada pelos cortes das taxas directoras do BCE. A inclinação positiva acentuou-se a partir do segundo ano de maturidade, motivada por expectativas de uma recuperação económica na área do euro a partir do segundo semestre de 2002 e de deterioração dos défices orçamentais nas economias da área do euro.

A actividade de financiamento do Estado em 2001 centrou-se na emissão de obrigações do Tesouro a taxa fixa, tendo sido emitidas 8,6 mil milhões de euros de OT, preenchendo cerca de 72% das necessidades brutas de financiamento do Estado. A política de gestão da dívida pública foi ajustada em 2001, tendo sido retomadas as emissões de OT com maturidade em 2004 e 2005, o que resultou no alargamento para cinco do número de OT com estatuto de *benchmark* da dívida pública da área do euro (admitidas à negociação na plataforma euroMTS). Para o financiamento relativo a 2001 recorreu-se ainda a instrumentos de curto prazo, em especial à emissão de euro *commercial paper*. Em 2001, foi ainda implementado pela primeira vez um programa de troca de dívida que se concretizou num conjunto de operações de recompra/amortização de títulos antigos e respectivo refinanciamento através de emissões de OT líquidas. No ano de 2001 o Mercado Especial de Dívida Pública (MEDIP/MTS Portugal) consolidou a sua posição enquanto espaço de negociação por grosso das obrigações do Tesouro com elevada liquidez, transparência e eficiência.

As instituições financeiras portuguesas registaram, em termos médios, uma tendência de estabilização dos níveis de rentabilidade face a 2000, reflectindo essencialmente o impacto do abrandamento do crédito concedido; da redução dos outros proveitos, particularmente os relacionados com a intermediação de títulos, comissões e lucros de opera-

ções financeiras; e outros impactos de natureza não recorrente. A margem de intermediação financeira evoluiu favoravelmente em 2001, acompanhando o aumento dos *spreads* nas operações de crédito e alterações na estrutura patrimonial que se consubstanciaram no aumento da proporção de activos com *spreads* superiores.

Os outros resultados correntes evidenciaram uma contracção assinalável, o que se deveu à redução dos rendimentos de títulos, das comissões e dos lucros em operações financeiras, denotando o impacto adverso da quebra das cotações das acções e do volume de transacções no mercado accionista. O sistema bancário português continuou a apresentar níveis confortáveis de solvabilidade, estimando-se que o *ratio* de adequação global dos fundos próprios, em base consolidada, tenha-se situado em cerca de 10,5% no final de 2001.

O índice PSI-20 sofreu uma desvalorização de 24,7% em 2001, em linha com a evolução dos principais mercados accionistas europeus. Nos primeiros nove meses de 2001, as cotações depreciaram-se expressivamente em virtude do abrandamento económico mundial, das revisões em baixa dos resultados das empresas cotadas e da forte penalização dos activos financeiros com maior risco associado. No final do ano, o índice PSI-20 inverteu em alta, acompanhando a recuperação dos principais índices accionistas mundiais, que passaram a incorporar as perspectivas de recuperação económica na segunda metade de 2002 e os programas de reestruturação anunciados por várias empresas com vista à concretização de aumentos de rentabilidade.

Mercado accionista português (índice PSI-20)



Prioridades estratégicas do Grupo BCP

O desenvolvimento do processo de reconfiguração das plataformas comerciais no País e no estrangeiro, envolvendo a racionalização de estruturas e a concentração de negócios, a prossecução dos objectivos de crescimento e de consolidação da liderança no mercado doméstico — reequacionando e revitalizando a estrutura do modelo de distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros, à luz da dimensão atingida, do actual contexto competitivo e das tendências previsíveis de evolução do mercado —, a par com o reforço dos investimentos em operações e em mercados estrangeiros considerados prioritários, marcaram significativamente a actuação estratégica do Grupo BCP em 2001.

Conquistada uma dimensão no mercado doméstico considerada adequada, o prosseguimento dos objectivos de crescimento sustentado e de consolidação da sua posição no sector financeiro, mantém-se como um dos vectores estratégicos prioritários do Grupo BCP, a par com o aprofundamento da estratégia de internacionalização, quer mediante o reforço dos investimentos nas operações e nos mercados prioritários já abordados, de acordo com os respectivos potenciais estimados de rentabilidade e de crescimento, quer através do aproveitamento incipiente de novas oportunidades de crescimento.

Consolidação da liderança no mercado doméstico

Em 2001, prosseguiu o programa de integração de instituições e áreas de negócio e de racionalização de meios e estruturas de apoio, iniciado no ano transacto, com destaque para a integração da plataforma informática do Sotomayor em Abril, concluindo um processo que foi caracterizado pelo rigor no cumprimento dos prazos progra-

madros e por um elevado padrão de qualidade de execução, reduzindo ao mínimo os riscos inerentes a tais processos, que possibilitou a incorporação de parte das sinergias identificadas num período de tempo mais breve que o inicialmente previsto. Paralelamente, prosseguiu o programa de redimensionamento da rede de distribuição e foram concentradas energias na dinamização do esforço de acção comercial sobre uma base significativamente mais alargada de clientes.

O crescente dinamismo na banca de retalho, influenciado por factores exógenos, tais como as alterações do enquadramento regulamentar e o impacto dos avanços tecnológicos, mas sobretudo pela própria evolução e maturidade dos mercados — fruto do aumento da competitividade entre as instituições financeiras e da sofisticação acrescida dos clientes —, tem constituído um dos principais desafios com que se têm defrontado as instituições financeiras à escala global. Enquanto referência destacada no sector bancário, tanto a nível nacional como internacional, o BCP tem pautado a sua actuação por uma invulgar capacidade de antecipação das tendências do mercado, tirando partido da sua experiência para desenvolver abordagens inovadoras, que em muito têm contribuído para o reforço do seu posicionamento competitivo e para a modernização do sector financeiro em Portugal.

Neste contexto e no âmbito da reflexão estratégica a médio prazo, e pese embora o reconhecimento das virtualidades do anterior modelo de negócio para a distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros, foi iniciada, no final de 2001, a implementação de um Novo Modelo de Distribuição Multiproduto/Multicanal, cuja concepção e estrutura organizativa têm como propósito fundamental (i) a revitalização das capacidades de inovação, (ii) o reforço das propostas de valor do Grupo BCP e conseqüente reposicionamento competitivo, e (iii) o aumento da eficácia comercial. Em consonância com o propósito enunciado, foram assumidos como objectivos prioritários: a melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes; a melhoria dos níveis de rentabilidade, tanto na óptica do produto como na óptica do cliente; e a melhoria da eficiência global do negócio, seja por aumento de proveitos, seja por redução dos custos de funcionamento.

O novo modelo de distribuição do Grupo, assenta na constituição de um conjunto de unidades base — unidades de produto, unidades de distribuição e unidades de clientes da marca —, tendo como principal objectivo a melhoria das propostas de valor do Grupo assente numa visão integrada das necessidades e expectativas dos clientes. As unidades de produto assumem-se como unidades especializadas centradas na inovação, concepção e comunicação de produtos e constituem-se como garante da dinâmica de actuação comercial; as unidades de distribuição centram a sua actuação na venda e no *servicing* visando a obtenção de níveis de rentabilidade compatíveis com as melhores práticas internacionais; e as unidades de clientes desempenham um papel fundamental na valorização da base de clientes, segundo uma perspectiva de actuação centrada, prioritariamente, na visão de médio prazo e no reforço da identificação emocional dos clientes com os elementos distintivos das marcas.

As apostas na inovação da oferta e no desenvolvimento de modelos de negócio de futuro mantiveram-se como prioritárias — aproveitando as potencialidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação, que permitem estreitar o relacionamento com os clientes e o desenho de oferta de soluções em função dos perfis individuais —, enquanto veículos privilegiados para a captura de oportunidades de negócio e determinantes para a dinamização do *cross-selling* de produtos e serviços financeiros das empresas subsidiárias. Neste domínio, regista-se o constante aperfeiçoamento das soluções de *Internet banking* das distintas marcas comerciais dirigidas a clientes particulares, acessíveis através do portal *cidadebcp*, e o lançamento de um novo portal financeiro direccionado aos negócios e empresas — *managerland* —, que materializa a aposta do Grupo BCP e do Banco Sabadell no domínio do *e-banking*, no contexto ibérico, ao disponibilizar instrumentos financeiros e um conjunto de instrumentos não financeiros para apoio da gestão de empresas e empresários clientes de ambas as instituições.

Aprofundamento da estratégia de internacionalização

A estratégia de internacionalização do BCP, caracterizou-se, numa primeira fase, pelo enfoque em áreas de negócio especializadas, procurando aceder a *know-how* sofisticado e a novas capacidades organizacionais, privilegiando, para o efeito, o desenvolvimento de parcerias estratégicas com um número restrito de instituições estrangeiras; este modelo que permitiu o acesso a novos mercados e negócios — contribuindo para a diversificação dos riscos e da estrutura de proveitos —, assenta basicamente na promoção de *joint-ventures* vocacionadas para abordar negócios com interesse mútuo e em que os parceiros intervêm numa base paritária, mobilizando recursos e competências distintivas e complementares.

O imperativo de aprofundamento da estratégia de internacionalização, acompanhando a evolução do contexto competitivo europeu, a par com o capital de experiência entretanto adquirido, permitiu ao BCP evoluir de uma posição de *know-how receiver* para *know-how provider* — consubstanciado no lançamento de operações bancárias em mercados locais prioritários, suportadas em conceitos inovadores confirmados no mercado doméstico e reconhecidos a nível internacional, em que se enquadraram o lançamento do Millennium (Polónia) em 1998, em parceria com o Big Bank Gdanski, e o NovaBank na Grécia em 2000, fruto de uma aliança com a Interamerican, a maior seguradora grega —, e a equacionar novos figurinos contemplando uma abordagem mais incisiva em mercados de afinidade, a afirmação de marcas BCP em mercados étnicos, e um maior envolvimento em plataformas transfronteiriças de negócio financeiro, consubstanciado no progressivo reforço da sua posição na estrutura accionista da Eureka, grupo europeu especializado nos negócios de seguros e da gestão de activos.

As mais recentes iniciativas empreendidas, no âmbito da internacionalização da actividade do Grupo, denotam claramente a evolução de uma estratégia basicamente alicerçada em *joint-ventures* limitadas a nichos de mercado, para uma abordagem mais incisiva, assente em abordagens e configurações de maior alcance estratégico, requerendo uma crescente mobilização de recursos e de capacidades e exigindo uma maior influência na gestão das operações em mercados considerados prioritários.

Mercados de afinidade (*affinity markets*):

Capitalizando a sua experiência de crescimento orgânico no mercado doméstico, o BCP tem privilegiado como um dos vectores-chave da sua estratégia de internacionalização a abordagem de novos mercados menos desenvolvidos que o mercado nacional, mas que evidenciam um elevado potencial de crescimento e cujos respectivos sistemas financeiros atravessam, na actualidade, processos de reestruturação e de modernização que se identificam com o que ocorreu na década de 80 em Portugal. Nesta abordagem, o BCP tem vindo a manter-se, fundamentalmente, apostado na Europa, em particular na Polónia onde tem vindo a reforçar o investimento no BIG Bank Gdanski e na Grécia (NovaBank), e no mercado africano, em especial em Moçambique, embora se mantenha atento a novas oportunidades de expansão e de crescimento.

No âmbito das actividades desenvolvidas nestes mercados em 2001, há a realçar ao nível do mercado moçambicano, o programa de redimensionamento das áreas comerciais e de reestruturação das áreas operacionais e de apoio, acelerado com a fusão por incorporação do Banco Internacional de Moçambique no Banco Comercial de Moçambique, dando origem a uma nova entidade denominada BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A., em que o Grupo BCP detém uma posição accionista de grande relevância, com vista a atingir uma maior eficiência e capturar sinergias nas áreas operacionais e de apoio à gestão; a proporcionar uma maior eficácia comercial resultante de uma melhor adequação das marcas e das redes de distribuição aos respectivos segmentos de mercado; e induzir uma maior capacidade de inovação e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Na Polónia, foi iniciada a implementação da nova estratégia de segmentação do mercado e a criação de ofertas de valor distintivas para os segmentos de mercado abordados pelo BIG Bank Gdanski, iniciando-se, complementarmente, o processo de integração de plataformas tecnológicas e de racionalização das funções de apoio, visando a obtenção de ganhos de eficiência operativa e a aumentar a eficácia comercial.

Em 2001, no âmbito da operação de aumento do capital social do BIG Bank Gdanski para 206,6 milhões de euros, concretizou-se o reforço da participação do BCP no capital social do Banco de 19,98% para 44,13%, tendo sido concedida autorização pela autoridade reguladora do sector financeiro polaco ao BCP para aumentar a posição accionista no BIG Bank Gdanski até ao limite de 50% do seu capital social.

O NovaBank na Grécia, operação de retalho em parceria com o grupo grego Interamerican, continuou a evidenciar um excelente ritmo de crescimento, confirmando as expectativas iniciais, contando com uma base de clientes que, após concluir um ano de actividade, já ultrapassa os 100 000 clientes que registam índices de *cross-selling* bastante significativos num mercado em desenvolvimento.

Mercados étnicos:

A abordagem destes mercados caracteriza-se pela presença de marcas BCP em mercados desenvolvidos onde existem comunidades de origem portuguesa de dimensão relevante, com especial destaque para as pre-

senças em França e Luxemburgo, através do Banque BCP, e nos mercados dos EUA (BPA Bank) e Canadá (SottoBank of Canada).

Em 2001, há que destacar o lançamento do Banque BCP em França e no Luxemburgo, a partir da integração das operações do BPSM e do Banco Mello e das agências resultantes da cisão, em base paritária, do Banco Popular Comercial. Após o processo de racionalização das correspondentes redes comerciais, o Banque BCP em França dispunha no final do ano de uma rede de 61 balcões bastante concentrados na região de Paris, contando ainda com cinco balcões no Luxemburgo, operações que asseguram elevados padrões de qualidade na oferta de produtos e serviços.

Alianças com instituições financeiras:

Traduzindo uma outra vertente da estratégia de internacionalização do Grupo BCP, as alianças estratégicas com instituições financeiras, ao privilegiarem instituições congéneres do espaço europeu, visam o desenvolvimento de negócios conjuntos em áreas onde detenham *know-how* especializado e capacidades distintivas, procurando beneficiar de complementaridades e de competências recíprocas, tendo em vista o desenvolvimento de modelos de negócios de futuro e o aproveitamento de novas oportunidades de negócio.

Neste domínio, importantes desenvolvimentos ocorreram no âmbito da parceria para o mercado ibérico, celebrada no ano transacto entre o BCP e o Banco Sabadell, com destaque para o lançamento do ActivoBank, um Banco inovador especializado na oferta de uma gama muito alargada de soluções de investimento para clientes particulares, mediante uma abordagem multicanal centrada na Internet. Trata-se de um projecto pioneiro a nível ibérico de serviços financeiros construído de raiz, operando em Portugal (ActivoBank7) e em Espanha, em iniciativa partilhada pelas duas instituições, pelos accionistas privados da Ibersecurities e pela EDP, através da ONI na qualidade de parceiro tecnológico, no âmbito do acordo de cooperação celebrado com o BCP para o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação.

Ainda no quadro da parceria entre o BCP e o Banco Sabadell visando a promoção de ofertas inovadoras de serviços financeiros na área de *e-banking*, no contexto ibérico, a assinalar o lançamento do portal financeiro *managerland*, que disponibiliza instrumentos financeiros e um conjunto de serviços não financeiros para apoio da gestão de empresas e empresários clientes do Grupo BCP e do Banco Sabadell, complementando o serviço prestado pelas correspondentes redes comerciais.

Negócios transfronteiriços:

No plano da sua actividade internacional, o Grupo BCP tem procurado acompanhar as tendências que se desenham no mercado europeu, em particular os movimentos de consolidação de negócios à escala transfronteiriça, em que se enquadra o importante posicionamento do Grupo nas áreas dos seguros e da gestão de activos, através do investimento na Eureko, com uma posição reforçada representando cerca de 25% do respectivo capital social, materializado essencialmente por via da integração da actividade da Seguros e Pensões, que se revela como decisivo ao contribuir para o reforço da capacidade desta entidade em actuar como fábrica de produtos a nível europeu, assegurando a prestação de serviços financeiros num mercado mais alargado e possibilitando a sua distribuição em Portugal a preços competitivos.

Em 2001 ocorreram novos desenvolvimentos de significativa relevância, quer contribuindo para a crescente afirmação da Eureko enquanto grupo europeu, quer em ordem a atingir os objectivos estratégicos a médio prazo.

Neste domínio, destacam-se a aquisição pela Eureko de 54,4% da companhia de seguros Interamerican Hellenic Insurance Company e o lançamento de uma oferta pública de aquisição do restante capital disperso desta seguradora grega, líder no ramo vida e parceiro estratégico do BCP na operação bancária de retalho na Grécia, bem como o reforço para 100% da posição da Eureko na gestora de activos F&C, uma das mais antigas e prestigiadas instituições britânicas do sector.

Também neste domínio, a sublinhar a participação da Eureko na operação de desmutualização e dispersão de capital da Friends Provident através da subscrição de acções equivalentes a cerca de 5% do respectivo capital social.

O BCP também participou nesta operação, mediante a aquisição de cerca de 3% do referido capital social, reforçando os laços com esta instituição accionista e parceiro estratégico do BCP desde 1991 e um dos maiores operadores no Reino Unido a actuar no ramo vida e pensões e na gestão de activos.

Áreas de negócio

Banco Comercial Português — Particulares & Negócios:

A conclusão do processo de reorganização interna, envolvendo a reformulação da estrutura comercial e dos espaços de atendimento e a reestruturação das carteiras de clientes, visando a prestação de um nível de serviço superior e a melhoria da rentabilidade, a par com a prioridade atribuída à criação de produtos e serviços de modo a responder com eficácia às necessidades financeiras específicas dos diferentes segmentos de clientes — particulares, pequenos negócios, empresários em nome individual e médias empresas —, constituíram as principais orientações estratégicas da rede de particulares & negócios em 2001.

Em 2001, a actividade da rede de particulares & negócios evoluiu positivamente não obstante o significativo incremento da concorrência e da conjuntura negativa a nível do mercado de capitais, tornando possível consolidar o seu posicionamento nos segmentos em que actua no mercado doméstico.

No quadro da estratégia de *cross-selling* de produtos e serviços das empresas associadas do Grupo BCP, foram desenvolvidas diversas iniciativas conjuntas, visando enriquecer a proposta de valor e diversificar a oferta de instrumentos financeiros alternativos aos produtos bancários tradicionais; em cooperação com o BCP Investimento, foi lançado um leque de produtos estruturados inovadores, com garantia do capital na maturidade do investimento; em colaboração com a AF Investimentos, foi lançada uma gama de produtos com características inovadoras no mercado nacional, visando diversificar a oferta de fundos de investimento de valor acrescentado.

Ao nível dos seguros, foram lançados diversos produtos com vista à integral satisfação das necessidades dos clientes, incluindo o lançamento de produtos *unit-linked*, o novo seguro de protecção automóvel, a reformulação do Vip Médic dirigido ao segmento de particulares, que passou a contemplar três opções de escolha, e o plano integrado de seguros, uma nova abordagem na venda de seguros, envolvendo uma avaliação global da carteira de seguros dos clientes face às suas reais necessidades de protecção.

No crédito imobiliário, foi assumido um forte envolvimento da rede na campanha Crédito anti-stress e foram disponibilizadas novas soluções inovadoras, nomeadamente, o fomento do crédito para aquisição no sector imobiliário enquanto opção de investimento; na área do crédito especializado foram dinamizadas algumas soluções de financiamento inovadoras, designadamente no financiamento automóvel, além de uma solução de vendas a pronto, uma solução integrada de financiamento de tesouraria para empresas (*factoring*, desconto de letras e a gestão e cobrança de cheques); e no domínio dos cartões de pagamento, foram concretizadas acções de captação e de fidelização orientadas para os titulares dos cartões Visa e American Express.

No âmbito dos produtos bancários tradicionais, foi disponibilizada uma nova aplicação a prazo — Poupança Prémio Mais —, com taxa de juro indexada à euribor a seis meses e a um prazo global máximo de 6 anos, oferecendo um prémio de fidelidade aos clientes pela sua manutenção. A comercialização de diversos produtos com benefícios fiscais (CPH, PPA, PPR/E e outros) constituiu, igualmente, uma prioridade da rede, quer numa óptica de divulgação e sensibilização para este tipo de aplicações, quer como instrumento de fidelização da base de clientes. A rede Particulares & Negócios participou, também, na generalidade das ofertas públicas que ocorreram durante o ano, com destaque para a OPV da 4.ª fase de privatização da Brisa.

A dinamização da actividade comercial incluiu, adicionalmente, a realização de campanhas temáticas, nomeadamente, a campanha Empresas em movimento — corporizando uma nova abordagem comercial do segmento de empresas, iniciada pela selecção de clientes e de produtos adequados ao seu perfil e o posterior desencadear da acção comercial conjunta do gerente de conta e do especialista de seguros da Ocidental — e o lançamento de uma campanha boas férias, traduzindo uma nova abordagem de *cross-selling*, associando à época de Verão um pacote integrado de produtos e serviços, nomeadamente, seguros de risco, cartões, produtos de investimento e a divulgação de canais automáticos alternativos.

A estratégia de comunicação da rede de Particulares & Negócios, privilegiou as acções *one-to-one* (através do gerente de conta) e do tipo *below-the-line* (*mailing*), especificamente orientada para segmentos-alvo identificados, além da ênfase nas acções promocionais no ponto de venda, através da gestão do sistema de *merchandising* implementado nas sucursais.

Em 2001, foram desenvolvidas: a solução Mais Qualidade, Melhor Competitividade, vocacionada para as micro e pequenas empresas, sensibilizando para a certificação de qualidade como instrumento de competitividade, integrando serviços de consultoria e uma solução de

financiamento combinando os incentivos comunitários, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e o financiamento bancário; e a campanha Crédito para Investimento, um serviço de valor acrescentado para empresas, conjugando as diferentes opções de investimento com a maximização dos benefícios associados aos diversos tipos de apoio — os subsídios a fundo perdido, no âmbito do plano operacional de economia, as bonificações na taxa de juro por via dos protocolos assinados entre o Grupo BCP, o Fundo europeu de Investimento (crescimento e ambiente), o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e o Banco europeu de Investimentos, bem como as deduções no IRC abrangendo os projectos de carácter ambiental.

No âmbito do novo QCA, foram desenvolvidas acções de dinamização, incluindo a divulgação do Protocolo Prorest II, integrando medidas e condições especiais de financiamento de incentivo à requalificação e modernização dos estabelecimentos de restauração, e a dinamização comercial do SIPIE — Sistema de Incentivos às Pequenas Iniciativas Empresariais, incidindo sobre os projectos homologados, visando captar o negócio bancário subjacente.

Proseguindo na procura constante de valorização da relação com os clientes da Rede, através da oferta de produtos não financeiros de elevada qualidade e distinção, foi lançada a Colecção Portucale, projecto editorial no âmbito da Porto 2001 — Capital europeia da Cultura, que pretendeu dar a conhecer a história e a diversidade cultural da cidade do Porto.

No quadro da divulgação das novas plataformas tecnológicas disponibilizadas pelo Grupo BCP, foi promovido junto da base de clientes o portal *managerland*, vocacionado para empresas e negócios, permitindo o acesso *on-line* a um vasto leque de operações e informações para a gestão diária das empresas, privilegiando a comodidade, a rapidez e a simplicidade.

A actividade da rede de Particulares & Negócios registou em 2001 um comportamento francamente positivo ao nível da concessão de crédito face ao ano anterior, secundado pela estabilização na captação de recursos, sendo de sublinhar a preservação da qualidade dos activos em carteira e a manutenção de elevados índices de satisfação da base de clientes.

Nova Rede:

A manutenção de um ritmo bastante intenso da actividade comercial, caracterizado pelo lançamento de diversos produtos e serviços e de soluções financeiras que potenciem o duplo efeito fidelização/rendibilidade, acompanhado de uma aposta inovadora no desenvolvimento de canais alternativos enquanto factor simultaneamente distintivo e gerador da eficiência operacional, além do redimensionamento da rede de sucursais NovaRede no quadro da estratégia de implantação equilibrada das distintas marcas do BCP, constituíram os principais vectores estratégicos de actuação em 2001.

Em termos de *performance*, o ano de 2001 ficará associado à ultrapassagem de significativos marcos: o volume de negócios em carteira (recursos e crédito) ultrapassou os 10 000 milhões de euros e os cartões de pagamento ultrapassaram o patamar de um milhão de cartões Visa (crédito e Electron).

Numa visão global do mercado, registou-se a intensificação da concorrência ao nível da banca de retalho, na sequência dos movimentos de consolidação que caracterizaram o sector bancário no ano anterior, assistindo-se à implementação de estratégias agressivas de captação de clientes por parte dos bancos, que, em geral, repositionaram as respectivas propostas de valor e imagens, recorrendo com frequência a produtos fidelizadores (ex: crédito à habitação e PPR) e à promoção de «ofertas» no sentido de tornar as suas campanhas mais apelativas, com utilização intensiva e criativa dos media, no intuito de capitalizar o rejuvenescimento das marcas.

O incentivo à utilização de canais automáticos, constituiu uma prioridade estratégica da NovaRede em 2001, tendo, para o efeito, sido desenvolvido o conceito inovador da via automática, sob o lema do qual foram realizadas acções de sensibilização para o enorme potencial dos canais alternativos, nomeadamente do vasto parque de máquinas automáticas colocadas à disposição dos clientes, a qualquer hora e durante todo o ano, nas Sucursais (ATMs e rede interna). As iniciativas de familiarização com os equipamentos da zona *self banking*, e consequente fruição das suas funcionalidades e potencialidades, registaram grande receptividade por parte dos clientes, contribuindo para aumentar os níveis de satisfação e para melhorar a eficiência operativa e os níveis de serviço. Paralelamente, foi incentivada, junto dos actuais e potenciais utilizadores da Internet, a utilização da cidadebcp, como meio privilegiado de acesso remoto a serviços financeiros e não financeiros, bem como para a realização *on-line* de diversas operações bancárias, enfatizando o seu elevado grau de acessibilidade e comodidade.

No quadro da estratégia de *cross-selling*, foi alargada a oferta de produtos e serviços e intensificado o relacionamento com a base de clientes da NovaRede, designadamente, por via: do incremento da venda de seguros de risco e de vida/capitalização, incluindo a oferta completa na área da saúde proporcionada pela Médis; da dinamização das várias soluções para a aquisição de automóvel, desde o *leasing* ao *renting*, passando pelo ALD, agrupadas num pacote inovador designado de Solução Automóvel; e do lançamento de fundos de investimento de cariz mais conservador face à conjuntura adversa dos mercados de capitais.

Os índices de satisfação dos clientes mantiveram-se em níveis satisfatórios, para o que contribuiu não só a qualidade do atendimento, o profissionalismo e a cortesia dos colaboradores, como também o esforço que foi desenvolvido a nível de renovação do *layout* e da funcionalidade da rede de sucursais e das zonas de *self banking*, amplamente divulgados com recurso a *merchandising* específico.

Mantendo um forte ritmo de abertura de contas de clientes, não obstante os já decorridos doze anos de actividade, em 2001 foi dado especial enfoque aos produtos de passivo, consubstanciado na disponibilização de uma vasta e inovadora oferta, sucessivamente renovada ao longo do ano, através da qual se procurou facilitar e simplificar a opção entre investir a curto ou médio prazo e com maior ou menor risco. Os recursos totais de clientes atingiram os 5,7 mil milhões de euros, um crescimento significativo assente numa estrutura bastante equilibrada e na preservação de adequadas margens de intermediação financeira. Na componente de produtos de activo, o volume de crédito concedido ultrapassou os 4,4 mil milhões de euros no final do ano, tendo como suporte a dinamização do crédito à habitação e a venda e incentivo à utilização de cartões de crédito.

Atlântico:

Os esforços de racionalização da rede de distribuição visando a obtenção de ganhos de eficiência, a par da construção de uma proposta de valor atractiva para os segmentos de mercado de maior valor, sofisticação e grau de exigência, constituíram os vectores estratégicos de actuação da rede Atlântico em 2001, tendo como objectivo central o reforço do seu posicionamento competitivo na banca de retalho.

A envolvente caracterizou-se pelo aumento da competitividade, designadamente ao nível dos segmentos de maior valor do mercado de particulares (*affluent clients*), exigindo a adequada reformulação das propostas de valor, nomeadamente, no domínio do aconselhamento em matéria de investimento e de poupança.

O enfoque na melhoria da competitividade centrou-se em torno das seguintes linhas de actuação: a migração de clientes para canais mais eficientes, em particular a migração de depósitos para a área de *self banking*, potenciando as inovações introduzidas ao nível dos equipamentos e da operativa de tratamento de depósitos; o ajustamento do *price management* ao valor dos segmentos e operações, tornando esta variável do *marketing-mix* em elemento fulcral da criação de valor; concepção de uma oferta distintiva para o segmento de particulares de elevados rendimentos — Serviço Atlântico Exclusive; e o aperfeiçoamento do processo de segmentação no mercado de empresas e consequente adequação da proposta de valor.

Decorridos cinco anos após a introdução do novo conceito de banca de retalho, cuja componente mais visível se traduz na marca e no conceito de Loja Atlântico, em 2001 foi concretizado um plano de racionalização da rede de distribuição, no quadro do processo de redimensionamento das redes de distribuição do BCP, em simultâneo com o esforço de melhoria da eficiência operativa, intimamente associados ao aprofundamento e aperfeiçoamento do processo de segmentação dos mercados de particulares e de empresas.

Na área do crédito imobiliário, o Atlântico participou na campanha transversal do Grupo BCP de crédito habitação — Crédito Casa Anti-stress —, que permitiu que o Atlântico se posicionasse como uma marca de referência na captação de crédito à habitação; este excelente desempenho, secundado pelos bons resultados alcançados na campanha precedente, exclusiva do Atlântico, assente na rapidez de resposta — Crédito Já —, consubstanciaram uma resposta ajustada às necessidades dos clientes, em termos das condições de *pricing* e de níveis de serviço.

Na vertente de captação de recursos, decorreu uma campanha centrada numa visão global das necessidades e preferências de investimento dos clientes, oferecendo uma gama de opções de investimento combinando taxa de juro, risco e prazo, de modo a adaptarem-se aos distintos perfis de risco da base de clientes; esta campanha envolveu a produção de informação integrada para os clientes e a selecção de produtos específicos — Escolha Atlântico do Mês —, com o lançamento contínuo de produtos, especialmente produtos estruturados de acções e taxa de juro, e culminou com o lançamento do Serviço Atlân-

tico Exclusive, vocacionado para clientes com património superior a 35 000 euros e que necessitem de aconselhamento especializado.

Proseguiram as iniciativas junto da base de clientes, de incentivo à utilização da Internet, incluindo: o lançamento de linhas de crédito em apoio à aquisição de computadores pessoais em condições muito atractivas; a instalação de quiosques Internet em algumas Lojas Atlântico, visando a divulgação e familiarização com as soluções Internet do Banco; a dinamização das soluções de *Internet banking* do Grupo, para particulares — *cidadebcp* — e para empresas — *managerland* —, e de um serviço de *mobile banking* (Código52 Já). Este conjunto de iniciativas, além da reformulação do *site* do Atlântico, foram desenvolvidas com o intuito de fomentar e colocar a inovação tecnológica ao serviço dos clientes e reflectiram-se no *merchandising* das Lojas Atlântico.

O crescimento sustentado dos recursos captados de clientes e do volume de crédito concedido, proporcionados pelo reforço do grau de envolvimento e pela expansão da base de clientes, a par do comportamento bastante favorável dos proveitos da actividade de *cross-selling*, contribuíram para o bom desempenho da rede Atlântico em 2001 e reflectiram-se na evolução muito positiva dos resultados de exploração.

Expresso Atlântico:

O Banco Expresso Atlântico, uma *joint-venture* pioneira à escala mundial entre um Grupo financeiro e um Grupo de distribuição a retalho, o Banco Comercial Português e Grupo Jerónimo Martins, respectivamente, funcionando exclusivamente no interior das superfícies de distribuição — os supermercados Pingo Doce e os hipermercados Feira Nova —, completou em 2001 cinco anos de actividade.

A consolidação da base de negócios e a criação de condições para o desenvolvimento da actividade alicerçado no crescimento sustentado do volume de negócios e na melhoria da rentabilidade, após um período de forte crescimento da rede de lojas e de clientes, revelaram-se determinantes para a concretização em 2001 de um programa de racionalização da rede de distribuição e das estruturas de apoio, bem como de recatagem da base de clientes no *target* para que se encontra vocacionado, com vista a otimizar as estruturas operativa e comercial.

A desaceleração do ritmo de crescimento económico, a contenção do consumo privado e, em particular, a evolução menos favorável verificada no mercado do crédito à habitação e o abrandamento no recurso ao crédito pessoal, a par de um clima de expectativas bastante desfavorável por parte de consumidores e investidores, condicionaram a actividade do Banco Expresso Atlântico que actua exclusivamente no segmento de mercado de particulares residentes.

Preservando os seus atributos fundamentais, o Banco Expresso Atlântico iniciou um processo de renovação da proposta de valor e do conceito de serviço, por via da reformulação da oferta de produtos e serviços, garantindo uma maior simplicidade operativa e eficácia comercial, em paralelo com a introdução de novas soluções de *merchandising*, potenciadoras de uma maior ligação do Banco com o ambiente de consumo que o envolve; a aposta numa comunicação muito clara e directa com o mercado-alvo, a simplicidade da oferta e a rapidez de resposta, viram renovada a sua condição de elementos chave no conceito de conveniência que define o Banco Expresso Atlântico.

No âmbito da inovação de processos e de produtos e serviços disponibilizados, o Banco Expresso Atlântico em estreita cooperação com o CrédiBanco, instituição do Grupo BCP especializada no crédito ao consumo, procedeu em 2001 ao lançamento de novas soluções de financiamento, sob a forma de diversas linhas de crédito ao consumo frequentemente associadas à aquisição de bens duradouros e produtos específicos, que pela sua simplicidade operativa aliada à rapidez de resposta mereceram grande receptividade do mercado.

A manutenção de uma boa *performance* no crédito à habitação e na comercialização das novas soluções de financiamento ao consumo, a par do bom desempenho alcançado na captação de recursos, associado ao lançamento de um novo produto de poupança, influenciaram positivamente a evolução do volume de negócios e os indicadores de rentabilidade do Banco Expresso Atlântico.

No final de 2001, os accionistas do Banco Expresso Atlântico celebraram um acordo que prevê a aquisição pelo BCP da participação de 49,99% detida pela Jerónimo Martins, após a qual o BCP passará a deter a totalidade do capital social do Banco Expresso Atlântico, sem prejuízo da manutenção da cooperação bilateral que prevê, entre outros aspectos, a manutenção das lojas do Banco no interior das superfícies de distribuição da Jerónimo Martins, a par da dinamização conjunta de iniciativas susceptíveis de contribuir para a fidelização dos clientes comuns.

SottoMayor:

A conclusão do processo de integração, a racionalização da rede de distribuição e a implementação de um novo modelo de organização comercial constituíram os principais eixos da actividade do SottoMayor em 2001, secundados por um intenso programa de formação aos colaboradores e por um conjunto de campanhas inovadoras de lançamento e colocação de novos produtos, com importante reflexo no aumento dos níveis de *cross-selling*, no rejuvenescimento da base de clientes particulares, na consolidação de uma posição de destaque no mercado de pequenas e médias empresas e na migração progressiva de transacções para canais alternativos.

O processo de integração operativa e de sistemas de informação foi concluído em Abril de 2001, com a migração de toda a informação de clientes e contas do anterior sistema informático do SottoMayor para a plataforma comum do Grupo BCP, num processo que foi conduzido com grande rigor de planificação e de execução e sem quebra nos níveis de serviço aos clientes. A partilha da plataforma informática comum e o alinhamento operativo e de sistemas, além de proporcionarem significativos ganhos de eficiência operativa, tornaram extensível aos clientes do SottoMayor a possibilidade de circularidade operativa existente entre as diferentes redes comerciais do Banco, traduzindo-se na criação de valor para a globalidade dos clientes das diferentes marcas do Grupo que passaram a ter acesso a uma rede de distribuição mais alargada.

Em 2001, foi consolidado o processo de reorganização da abordagem comercial do SottoMayor, com repercussões mais visíveis ao nível da imagem de marca e do novo conceito de atendimento de clientes, consubstanciadas: na renovação das fachadas e alteração de *layout* das agências; no acesso ao centro de especialistas, através do sistema de vídeo-conferência, em apoio à venda de produtos de maior complexidade e valor acrescentado; na melhoria e reforço do parque de equipamentos automáticos; e na institucionalização de gerentes de relacionamento enquanto interlocutores privilegiados no acompanhamento dos clientes particulares e empresas com maiores níveis de envolvimento comercial.

No âmbito da estratégia de *cross-selling*, foi incentivada a comercialização de produtos alternativos aos tradicionais depósitos bancários, o que se traduziu numa alteração substancial da composição da carteira global de recursos, com os depósitos a prazo a serem parcialmente substituídos por outros produtos de investimento, nomeadamente, obrigações com rendimento indexado, seguros de poupança e fundos de investimento; a excelente receptividade destes produtos repercutiu-se no aumento expressivo dos níveis de penetração no património da base de clientes do SottoMayor, com destaque para os fundos de investimento (8,8%) e para os produtos estruturados (3,2%), que praticamente duplicaram em relação ao final do ano anterior. Há a registar, ainda, o excelente desempenho na colocação de operações de mercado de capitais, em especial nas operações de aumento de capital do Banco e na 4.ª fase de privatização da Brisa.

A dinamização do negócio de crédito a particulares assentou, quer na abordagem personalizada a clientes seleccionados efectuado por contacto directo na Agência ou por *mailing*, quer no lançamento de campanhas com forte apoio publicitário ao nível dos media, com o objectivo de divulgar as novas soluções de crédito oferecidas pelo SottoMayor ao mercado em geral; as campanhas Crédito Leve Habitação e Crédito Casa Anti-Stress, esta última transversal às redes de retalho do Banco, assim como a campanha de crédito pessoal, «Tratamos bem dos seus desejos», revelaram-se decisivas para relançar a marca SottoMayor nestas áreas de negócio.

No domínio dos cartões de pagamento, foi iniciada a comercialização da gama de cartões Amex (versões Blue, Green e Gold) pelo SottoMayor, a par do lançamento de novos produtos, como o Cartão Xs, enquanto alternativa ao crédito pessoal de menores montantes; o lançamento destes novos produtos foi acompanhado de campanhas de promoção dos cartões Electron, Europa e Prestige, dado o forte potencial de colocação junto da base de clientes.

Visando o rejuvenescimento da base de clientes particulares do SottoMayor, foi dedicada atenção especial aos segmentos etários mais jovens, com destaque para a campanha e o concurso ContAgir, vocacionada para o segmento etário dos 18 aos 30 anos, bem como para o conjunto de acções realizadas em cooperação com o Banco Universitário, no sentido de atrair clientes dos pólos universitários que beneficiem da proximidade de Agências SottoMayor.

No segmento de empresas foram desenvolvidas iniciativas tendentes a aumentar os níveis de *cross-selling*, com a oferta de soluções de *leasing*, *factoring*, ALD e *renting*; com o intuito de dinamizar o negócio neste segmento, foi constituída uma equipa de força de vendas especialmente vocacionada para a divulgação e negociação de protocolos beneficiando de condições preferenciais, englobando a oferta de

pacotes completos de produtos tanto para as empresas como para os seus colaboradores.

No âmbito da migração de operações para os canais remotos, é de evidenciar os bons níveis de adesão dos clientes SottoMayor à utilização das plataformas tecnológicas do Grupo BCP, nomeadamente, aos portais *cidadebcp* e *managerland* e ao *site* SottoMayor 24, confirmada pelos crescentes volumes de transacções realizadas com recurso a estes canais, com significativo impacto na progressiva diminuição de movimentos transaccionais nas agências e consequentes melhorias da eficácia comercial e da eficiência operativa.

Os resultados dos inquéritos à satisfação de clientes SottoMayor, revelaram bons níveis de satisfação, tendo em consideração as profundas alterações ocorridas ao nível da imagem, organização das agências e sistemas de informação; estes resultados, confirmaram os indicadores de anteriores estudos de mercado que apontavam para elevados níveis de fidelização da base de clientes, sustentados pela qualidade do atendimento e pela capacidade empreendedora da equipa comercial.

A evolução significativa ao nível das comissões e de outros proveitos induzidos pela eficácia do *cross-selling* de produtos e serviços financeiros de empresas associadas do Grupo BCP e o comportamento muito positivo tanto nos recursos captados como na concessão de crédito, contribuíram para que os resultados de exploração do SottoMayor tenham continuado a evoluir muito positivamente em 2001.

Private Bankers:

O BCP Private Banking consolidou em 2001 a sua posição enquanto *player* de referência neste segmento de mercado, tanto ao nível do mercado doméstico como dos mercados de afinidade, mediante o aperfeiçoamento permanente da proposta de valor dirigida aos clientes particulares de elevado património financeiro, quer ao nível das soluções disponibilizadas para gestão das correspondentes carteiras de investimento, quer através da prestação de serviços complementares, numa óptica de valorização global dos respectivos patrimónios.

A intensificação da concorrência neste segmento de mercado, agudizada pelo interesse crescente que tem vindo a suscitar junto de grandes instituições internacionais, associada à rápida inovação tecnológica, reflectiu-se no crescente grau de exigência e sofisticação dos clientes, impulsionando a melhoria contínua das diferentes propostas de valor.

A procura incessante da excelência na prestação de serviços e o enfoque numa banca de relação altamente personalizada através dos *private bankers*, continuam a revelar-se os vectores-chave da proposta diferenciada que o BCP Private Bankers coloca à disposição dos clientes particulares de elevado património.

O desenvolvimento do *outsourcing* financeiro, uma proposta única nesta vertente do negócio bancário doméstico, correspondendo a uma visão integrada e sistematizada das exigências de gestão global do património financeiro dos clientes, veio fortalecer a componente do aconselhamento financeiro independente e especializado na procura das soluções mais adequadas a cada cliente, numa lógica *one-to-one*, factor de crucial importância neste segmento; este conceito de serviço foi fortalecido com o reposicionamento da rede de *private banking* no *targeting* mais adequado aos níveis de serviço propostos, decorrente da reformulação e ajustamento das condições de acesso à proposta de valor para níveis *standard* internacionais.

A proposta de valor do *private banking* foi aperfeiçoada com o lançamento em 2001 do novo Serviço de Art Banking, exclusivo para clientes deste segmento e inovador na Península Ibérica, visando, por um lado, satisfazer a procura latente por parte de clientes com maior grau de exigência e sofisticação e, por outro, aproximar a qualidade da proposta de valor aos padrões internacionais mais elevados; o lançamento deste novo serviço — alargando o aconselhamento à gestão do património artístico dos clientes, baseado num posicionamento neutral face ao mercado e fundamentado em opiniões credíveis de técnicos especializados que integram uma rede dedicada de *outsourcers* —, foi acompanhado de uma campanha publicitária de matriz institucional visando a consolidação da imagem de marca da rede de *private banking* no mercado.

A área de negócio *private banking* registou em 2001 um expressivo crescimento do volume de activos sob gestão, prosseguindo a tendência evidenciada nos últimos exercícios; os principais indicadores da actividade conjunta das áreas doméstica e internacional do *private banking* registaram uma evolução bastante positiva, ultrapassando os objectivos delineados para o exercício, tanto no volume de recursos e patrimónios sob gestão, como no montante de crédito concedido e nos resultados de exploração, facto tanto mais relevante num contexto de comportamento global menos positivo dos mercados financeiros internacionais.

Corporate:

A consolidação da proposta de valor dirigida ao segmento de grandes empresas e clientes institucionais — por via da melhoria da qualidade de serviço, da prestação de serviços inovadores de apoio à gestão de tesouraria, do incremento da venda cruzada de produtos e serviços financeiros especializados e da celebração de protocolos de cooperação —, o controlo da expansão do crédito, a participação nas principais operações de financiamento de projectos estruturantes nacionais, bem como um conjunto de iniciativas de preparação para a entrada física do euro, constituíram os aspectos marcantes da actividade da rede Corporate em 2001.

Concluídos os processos de unificação de linhas de crédito e de harmonização de procedimentos e condições contratuais, na sequência da integração das bases de clientes do Atlântico, Mello e SottoMayor, a rede Corporate orientou o esforço comercial em 2001 para a melhoria da qualidade do serviço prestado, enquanto condição essencial para a manutenção de bons índices de satisfação e fidelização, num segmento de mercado caracterizado pelo elevado grau de sofisticação e exigência dos clientes.

Visando aprofundar o envolvimento com a base de clientes, a rede Corporate apostou continuamente na prestação de serviços de valor acrescentado e no reforço do *cross-selling* de produtos financeiros especializados — *leasing*, *factoring*, *renting*, seguros, gestão de fundos de pensões —, tendo registado bons desempenhos nas campanhas de dinamização realizadas, com reflexo na melhoria dos indicadores de rentabilidade do negócio; ainda neste domínio, foram celebrados protocolos de cooperação com diversas empresas clientes, tendo em vista a oferta de produtos e serviços financeiros em condições preferenciais aos colaboradores dessas empresas — crédito à habitação, crédito pessoal, cartões —, enquanto instrumento de fidelização das empresas e de penetração do Banco no segmento de clientes particulares.

No quadro da estratégia de aperfeiçoamento da proposta de valor, foi lançado, em Junho de 2001, o portal financeiro *managerland* — a nova solução de *homebanking* para as grandes empresas clientes do Grupo BCP, desenvolvida em parceria com o Banco Sabadell —, tendo a taxa de penetração na base de clientes da rede Corporate ultrapassado já os 50% no final do ano, o que comprova a excelente receptividade do mercado a esta nova oferta e coloca boas perspectivas quanto à evolução da eficiência operativa da rede e à prestação de novos serviços, nomeadamente, os que envolvam a transmissão de informação por via electrónica.

Num contexto de desaceleração do crescimento económico e de incerteza, foi dedicada particular atenção ao controlo selectivo da expansão do crédito, minimizando os riscos e os níveis de exposição em áreas mais sensíveis a alterações do ciclo económico, acompanhado da adequação permanente do *pricing* às novas condições do mercado; em contrapartida, a rede Corporate tem vindo progressivamente a incentivar a desintermediação financeira, em articulação com o BCP Investimento, numa abordagem que se traduzirá, a curto e médio prazos, num acrescido envolvimento da rede na montagem de operações de emissão de dívida e na colocação de outros instrumentos alternativos de financiamento das empresas clientes.

Em estreita articulação com a área de banca de investimento, a rede Corporate participou nas mais importantes operações de *project finance* e de *corporate finance* nacionais, além do forte envolvimento na prestação de serviços financeiros especializados a um número significativo de empresas clientes, no quadro de processos de modernização de estruturas, de reforço da capacidade competitiva e de internacionalização.

Em Novembro, a rede Corporate associou-se à realização da 7.ª Conferência Anual do Forum Rating 1, uma iniciativa conjunta 34 do BCP e da Dun & Bradstreet, onde foram homenageadas as empresas galardoadas com o Rating 1, o mais elevado grau de *rating* atribuído pela Dun & Bradstreet, que pretende distinguir as empresas que mais se destacaram em termos de *performance* económico-financeira, em 2001.

A condução de uma política de controlo selectivo da expansão do crédito, a gestão criteriosa do *pricing*, a melhoria da eficácia comercial, a intensificação do *cross-selling* e o maior grau de penetração de serviços de valor acrescentado, com impacto positivo nas comissões, contribuíram para que a rede Corporate tenha registado um crescimento significativo nos principais indicadores de dimensão e rentabilidade e reforçado a posição de líder no segmento de mercado em que intervém.

Empresas:

A conclusão dos processos de unificação de procedimentos e das condições contratuais, o reforço do *cross-selling* junto da base de clientes, o prosseguimento da política de controlo do risco de crédito

conjugada com a adaptação da estratégia de *pricing* às condições de mercado, a promoção da nova solução de *corporate homebanking* e a preparação da introdução física do euro, constituíram os principais vectores de actuação da rede de empresas em 2001.

A integração na rede de empresas das áreas homólogas do Atlântico, Mello e SottoMayor, revelou-se determinante para o especial enfoque da actividade comercial, em 2001, em torno da harmonização de condições de *pricing* e da unificação de linhas e limites de crédito; complementarmente, foi concluída a integração informática em Novembro de 2001, culminando o processo de concentração numa única plataforma tecnológica e comercial de todo o relacionamento bancário com os clientes deste segmento.

Visando garantir elevados índices de satisfação dos clientes, intensificar os esforços de *cross-selling* de produtos das empresas associadas do Grupo e aumentar o grau de penetração dos serviços de valor acrescentado na carteira de negócios, a rede de empresas desenvolveu uma intensa actividade comercial junto da base de clientes; no sentido de maximizar a eficácia da acção comercial orientada para a dinamização e colocação de produtos e serviços, foram realizadas diversas campanhas no decurso do ano com resultados muito satisfatórios, entre as quais se distinguiram: Cobrança Global, Solução Automóvel, Soluções de Apoio a Cobranças, Soluções de Apoio a Pagamentos e Soluções de Antecipação de Receitas.

Numa conjuntura caracterizada pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico, reflectindo a moderação do consumo de bens duradouros e a contração do investimento privado, a rede de empresas continuou a privilegiar a expansão selectiva do crédito concedido, focalizando a acção comercial nos sectores de actividade com melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade e reduzindo pontualmente os níveis de exposição perante clientes, no âmbito da consolidação das carteiras de crédito integradas em 2001; este processo foi secundado por uma gestão racional de *pricing*, traduzida no ajustamento progressivo dos *spreads* em face das novas condições de mercado.

Reforçando as vantagens competitivas no domínio das novas tecnologias aplicadas ao negócio bancário, a rede de empresas disponibilizou uma nova solução de *corporate homebanking*, desenvolvida no quadro da parceria entre o BCP e o Banco Sabadell e corporizada no primeiro portal financeiro ibérico para empresas e empresários — *managerland* —, possibilitando aos clientes de ambos os Bancos a realização *on-line* e em segurança de um vasto leque de operações bancárias, a aquisição de um conjunto de bens e serviços em condições preferenciais e o acesso a informação relevante para a gestão corrente dos negócios. Além da componente de *servicing*, esta nova solução integra uma proposta de valor específica para as empresas que operam no mercado ibérico, no âmbito da qual se inseriu o lançamento simultâneo em Portugal e Espanha da Conta *managerland*, possibilitando às empresas de ambos os países a realização de pagamentos através de transferências bancárias domésticas e a consulta *on-line* aos saldos das respectivas contas no país vizinho.

Pelo quarto ano consecutivo, o BCP associou-se ao IAPMEI na atribuição do estatuto de PME Excelência Serviços, que visou premiar as pequenas e médias empresas que mais se destacaram pela sua capacidade de gestão e iniciativa empresarial na área dos serviços; as empresas galardoadas beneficiam de condições preferenciais num conjunto de produtos e serviços financeiros, como incentivo à modernização e ao reforço da sua capacidade competitiva.

No âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo BCP visando a preparação das empresas nacionais para a introdução física e escritural do euro, foi amplamente divulgada uma brochura intitulada euro-Um Novo Desafio para as Empresas, identificando as principais implicações da nova moeda nas diversas áreas funcionais (comercial, *marketing*, tesouraria, produção e compras, contabilidade, recursos humanos) e sublinhando as vantagens resultantes da adopção antecipada do euro, nomeadamente, ao nível dos sistemas de informação e do relacionamento bancário; o BCP colocou à consideração das empresas clientes duas datas alternativas para a conversão antecipada das respectivas contas bancárias, coincidindo com os finais do 2.º e 3.º trimestres de 2001, e participou activamente no processo de pré-aprovisionamento de euros, disponibilizando antecipadamente às empresas clientes as quantidades de notas e moedas de euro indispensáveis ao seu normal funcionamento nos primeiros dias de 2002.

No último trimestre de 2001, foi concretizado com resultados satisfatórios um inquérito à satisfação dos clientes da rede de empresas, com o intuito de avaliar a percepção das empresas relativamente à qualidade do serviço prestado e, simultaneamente, identificar as áreas que, na opinião das empresas clientes, careçam de correções, melhorias ou aperfeiçoamentos.

Não obstante o contexto em que se desenvolveu a actividade em 2001, caracterizado pelo abrandamento do crescimento económico e internamente condicionado pelo processo de migração de clientes das instituições integradas, a rede de empresas continuou a evidenciar um crescimento sustentado dos indicadores de dimensão, reforçando a sua posição de liderança neste segmento de mercado.

A preservação da margem de intermediação, a redução da exposição a empresas e sectores de maior risco, o reforço do *cross-selling* de produtos das empresas associadas e o aumento da taxa de penetração dos serviços de valor acrescentado, determinaram uma melhoria dos níveis de rentabilidade desta área de negócio.

Empresas especializadas do Grupo BCP

Banca de investimento

A consolidação da posição de destaque na banca de investimento e o reforço da capacidade de desenvolvimento e colocação de produtos estruturados inovadores, através das redes de distribuição do BCP, constituíram os vectores estratégicos de actuação do BCP Investimento. O reconhecimento da excelência do serviço ao nível dos segmentos accionista e do rendimento fixo, materializou-se com a atribuição ao BCP Investimento dos prémios Best Equities House in Portugal, pelo segundo ano consecutivo, e Best Debt House in Portugal, ambos da iniciativa da revista euromoney.

A actividade na banca de investimento revelou um continuado dinamismo, traduzido no acréscimo do número de mandatos atribuídos ao BCP Investimento em 2001; merecem particular destaque o aumento de capital do FCPorto SAD, a assessoria financeira prestada à Portucel na aquisição da Soporcel, à Teixeira Duarte no processo de privatização da Cimpor, à Jerónimo Martins no âmbito do respectivo processo de reestruturação e à ONI na área das TMT, bem como o apoio prestado ao agrupamento Brisal nas negociações para a concessão de novos lanços de auto-estradas nacionais.

Na área de *project finance*, o BCP Investimento interveio em vários projectos estruturantes, nomeadamente no financiamento de infra-estruturas cujo montante global ascendeu a cerca de 300 milhões de euros; no final do ano, encontravam-se já em fase de desenvolvimento alguns projectos relacionados com novos mandatos atribuídos ao BCP Investimento por diversos sectores de actividade, envolvendo a construção de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, projectos nos sectores da saúde e energia e na construção e remodelação de equipamentos desportivos.

No segmento accionista do mercado de capitais, destaque para a coordenação global da 4.ª e última fase de privatização da Brisa — Auto Estradas de Portugal, S. A., tendo-se o Grupo BCP distinguido pela excelente capacidade evidenciada pelas redes de distribuição do Banco Comercial Português na colocação de títulos na oferta pública de venda, conquistando uma quota de 30% do total da operação no mercado doméstico.

No mercado de rendimento fixo, o abrandamento do ritmo de novas emissões e a diminuição da liquidez em mercado secundário acentuaram-se no quarto trimestre de 2001, evolução a que não foram alheios os acontecimentos de 11 de Setembro, em Nova Iorque. Não obstante a conjuntura menos favorável, o BCP Investimento participou na colocação de cerca de duas dezenas de emissões no euromercado assumindo a liderança em oito destas emissões, e integrou os sindicatos bancários que participaram em operações para emitentes como a Coca Cola, GMAC, Household Finance, República Federativa do Brasil, Light, CESP, BBVA, Lloyds Bank e BNP, bem como uma operação de obrigações convertíveis para o BCP Finance (425 milhões de euros) e três operações de Asset Backed Notes (Tagus Global Bond Ltd n.º 2, Nova 2 e Magellan Mortgages).

No âmbito da estratégia de *cross selling* do Grupo BCP foi lançado, em cooperação com diferentes redes de distribuição do BCP, um leque de produtos estruturados inovadores que, além de garantirem o reembolso do capital na maturidade do investimento, potenciam a obtenção de rendibilidades bastante atractivas, inerentes às perspectivas de evolução dos activos subjacentes, entre os quais se destacam: um conjunto de Obrigações Capital Garantido — Selecção de Empresas Mundiais 2005, Economia Global 2005, Bio-Farmacêuticas 2005, Super Rendimento Boas Férias 7,25% +, Valor 5% Mais; o euro Range 3 Meses, um produto inovador de curto prazo com remuneração indexada à evolução da euribor; as obrigações BCP Investimento Soberano e BCP Investimento Valor +; e o Alto Rendimento 6,25% Mais.

Na actividade de corretagem o BCP Investimento — após incorporação por fusão da BCP Dealer — Sociedade Financeira de Corre-

tagem e da Mello Valores — Sociedade Financeira de Corretagem —, reafirmou a sua condição de líder destacado na Bolsa de Valores de Lisboa, ao alcançar uma quota de mercado estimada em cerca de 21% no mercado de acções, e iniciou a sua projecção e intervenção ao nível dos mercados internacionais, registando um volume de operações de intermediação para clientes num montante global de cerca de 250 milhões de euros.

Num contexto macroeconómico adverso, o BIM Investimento alcançou o equilíbrio nos resultados de exploração, tendo o Banco, no decurso de 2001, concentrado a sua actividade particularmente na coordenação das operações de fusão por incorporação do BIM — Banco Internacional de Moçambique no BCM — Banco Comercial de Moçambique e da SIM — Seguradora Internacional de Moçambique na IMPAR, prevendo-se, para 2002, uma crescente actividade no mercado de capitais e uma maior intervenção no domínio da assessoria financeira.

O activo total consolidado do BCP Investimento cifrou-se em 2710 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2001, o que representa um aumento de 27,7% face ao valor registado no final do ano anterior.

Os resultados consolidados do BCP Investimento, ascenderam a 26,9 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 4,6% face ao ano anterior, para o qual contribuiu o comportamento favorável dos outros proveitos, que representaram cerca de 83% do total dos proveitos gerados no exercício findo.

Síntese de indicadores do BCP Investimento

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	2 710	2 122	27,7
Crédito sobre clientes	364	373	- 2,5
Margem financeira	11	6 7	9,0
Outros proveitos financ. (líquidos)	54	49	9,6
Custos de transformação	31	17	80,0
Resultados líquidos	27	26	4,6
ROE (percentagem)	20,2	22,9	-
ROA (percentagem)	1,0	1,4	-
Colaboradores	313	244	28,3

Crédito especializado

Leasefactor:

Em 2001, a consolidação das mudanças ocorridas no ano anterior, a redefinição da estrutura organizativa e a adopção e o aperfeiçoamento dos procedimentos ao nível da contratação, instituindo mecanismos de controlo adicionais, a par da intensificação do *cross-selling* junto de uma base alargada de clientes, constituíram as prioridades da Leasefactor, visando apresentar ao mercado uma oferta de valor de elevada qualidade.

As actividades económicas nacional e mundial evidenciaram uma tendência de abrandamento e de quebra de confiança dos agentes económicos, em particular na segunda metade do ano, circunstância que afectou de forma diferenciada a actividade da Leasefactor, determinando uma retracção da locação financeira e, por oposição, um aumento da procura na área do *factoring*.

A produção do sector do *leasing* apresentou, pela primeira vez nos últimos seis anos, uma ligeira redução do volume de negócios face ao ano anterior (- 0,1%), situando-se em 3794 milhões de euros, embora esta evolução tenha sido desigual, com o *leasing* mobiliário a crescer 0,4% e o imobiliário a decrescer 1,6%. No sector do *factoring*, a evolução foi mais favorável, verificando-se um crescimento, quer do volume de créditos tomados, quer da carteira de crédito, que apresentaram variações positivas de 18% e 18,5% face ao ano anterior, respectivamente atingindo 10 205 milhões de euros e 2088 milhões de euros.

Não obstante a evolução menos positiva, motivada fundamentalmente por razões conjunturais, o sector do *leasing* mantém em Portugal uma grande vitalidade, posicionando-se como uma modalidade de financiamento com grande receptividade junto das actividades de menor dimensão, enquanto meio simples e rápido de financiar o investimento produtivo por prazos e em condições ajustadas à vida útil

dos bens. Segundo dados da União Europeia (UE), 47% das PME portuguesas utilizam o *leasing* como forma de financiamento, contra 39% na média da UE, cifrando-se em cerca de 13% a parcela do investimento financiado por este meio. Quanto ao *factoring*, trata-se de uma solução menos difundida, na medida em que, segundo os mesmos dados da UE, é apenas utilizado por 10% das PME portuguesas, um grau de penetração ainda assim apenas ligeiramente inferior ao da média europeia que se situa nos 11%, desfrutando, em ambos os casos, de um amplo espaço para afirmação da correspondente proposta de valor junto de um leque mais alargado de clientes.

Em termos do enquadramento regulamentar, o Decreto-Lei n.º 285/2001, de 3 de Novembro, introduziu importantes alterações nos regimes jurídicos do contrato e do exercício da actividade das sociedades de locação financeira, permitindo-lhes o exercício da locação operacional (não financeira) de bens móveis, ainda que lhes seja vedada a prestação directa de serviços complementares da locação operacional. Este novo quadro jurídico, em conjunto com a directriz contabilística n.º 25 da Comissão de Normalização Contabilística, ao clarificar e delimitar em termos contabilísticos e fiscais as modalidades de locação financeira e operacional, particularmente no que se refere ao ALD e ao *renting*, suscitou por parte da Leasefactor, em conjunto com outras empresas do Grupo BCP, a redefinição das propostas de valor à luz deste novo enquadramento.

As redes bancárias e seguradoras do Grupo BCP, reafirmaram-se como os principais canais de distribuição da BCP Leasing, ao contribuírem com cerca de 85% da produção total, sendo os restantes 15% assegurados pela rede própria de delegações comerciais. Em 2001, a produção total da BCP Leasing atingiu o montante de 1032 milhões de euros, conferindo à BCP Leasing a manutenção da liderança destacada do mercado em Portugal.

Em termos de acção comercial, o LESAUTOexpresso, uma operativa específica para o negócio de viaturas, lançada no ano anterior e desenvolvida e aprofundada em 2001, tem vindo a revelar-se como instrumento de elevada competitividade num mercado fortemente concorrencial como o do financiamento automóvel; no âmbito das campanhas de dinamização comercial promovidas em conjunto com as redes de distribuição do Grupo BCP, foi lançado, no final do ano, um produto inovador que disponibilizou aos clientes a possibilidade de, com recurso a um reduzido investimento inicial (1.ª renda), adquirirem um bem e efectuarem a amortização anual fiscalmente dedutível, iniciando o pagamento do financiamento somente em 2002.

A BCP Factoring, tendo como principal canal de distribuição as redes bancárias do Grupo BCP, desenvolveu, no decurso de 2001, várias acções de dinamização do *cross-selling* em estreita cooperação com as diversas redes; paralelamente, concebeu e procedeu ao lançamento de uma plataforma tecnológica de contacto directo com os clientes — HomeFactoring —, um serviço que lhes permite aceder, via Internet ou ponto a ponto em tempo real, à informação relativa aos seus contratos de *factoring*, de forma simples, cómoda e segura, além da disponibilização, desde Outubro, de um novo *site* da BCPFactoring (bcpfactoring.pt) enquanto veículo difusor de informação institucional e de divulgação da oferta de produtos.

A BCP Factoring tomou créditos no valor de 2952 milhões de euros em 2001, o que representa um crescimento de 20,7% face ao valor alcançado no ano anterior, mantendo a liderança do mercado, com uma quota de cerca de 28,9%; a destacar, igualmente, a evolução ocorrida na carteira de crédito, com um crescimento de 64,4% relativamente ao ano anterior, ascendendo a 655 milhões de euros.

Em termos consolidados, a Leasefactor registou, em 31 de Dezembro de 2001, um activo líquido de 2902 milhões de euros, um aumento de 13,2% face ao ano anterior. O crédito sobre clientes situou-se em 2861 milhões de euros, dos quais 2206 milhões de euros (77%) correspondentes a contratos de *leasing* e 655 milhões de euros a crédito no âmbito de contratos de *factoring*. O *ratio* do crédito vencido a mais de 90 dias sobre o crédito total evoluiu, entre Dezembro de 2000 e de 2001, de 0,7% para 0,8%, reflectindo a deterioração da conjuntura económica, mantendo-se, embora, dentro de parâmetros satisfatórios. O coeficiente de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões, situou-se no final de 2001 em 181,6% (199,3% no final do ano anterior).

Os resultados líquidos consolidados atingiram 9,4 milhões de euros, inferiores aos resultados apurados no ano anterior, embora os resultados antes de impostos tenham registado um aumento de 0,5% em relação ao montante apurado em 2000. Apesar do crescimento da margem financeira (+ 4,7%) e da contenção ao nível dos custos de funcionamento, o que se traduziu num crescimento de 12,3% do *cash-flow*, o crescimento das provisões para risco de crédito inviabilizou uma evolução mais favorável dos resultados.

Síntese de indicadores Leasefactor

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	2 902	2 565	13,2
Crédito sobre clientes	2 861	2 487	15,0
<i>Leasing:</i>			
Crédito sobre clientes	2 206	2 089	5,6
Produção	1 032	1 101	— 6,2
<i>Factoring:</i>			
Facturação tomada	2 952	2 445	20,7
Crédito sobre clientes	655	399	64,4
Margem financeira	45	43	4,7
Custos de transformação	24	25	— 2,5
Resultados líquidos	9	11	— 14,4
ROE (percentagem)	14,4	16,7	—
ROA (percentagem)	0,4	0,5	—
Colaboradores	319	318	0,3

Crédibanco:

O aumento da quota de mercado, a melhoria dos indicadores de rentabilidade, o reforço dos níveis de serviço e a maior eficácia na recuperação de crédito, constituíram os vectores de actuação estratégica do CrédiBanco em 2001, integrando: o lançamento de produtos de menor risco e a promoção de novos canais de distribuição; a redefinição do negócio de cartões de crédito; a especialização por categoria de produto da recuperação de crédito em situação de incumprimento; a racionalização e automatização de processos; e a reestruturação do atendimento a clientes, contemplando a especialização por segmento e área de negócio — Sucursal Auto para a rede automóvel e a sucursal VIP vocacionada para os retalhistas mais relevantes da rede Crédilar.

A actividade desenvolveu-se num contexto de desaceleração da procura de crédito por parte dos particulares, não tendo o efeito positivo no rendimento disponível induzido pela redução das taxas de juros nominais, invertido o clima de pessimismo no segmento dos particulares, traduzido no comportamento do mercado automóvel — sector de especial importância na carteira de negócios do Banco —, o qual registou uma evolução negativa nas componentes de viaturas ligeiras de passageiros e de viaturas comerciais. Neste contexto, intensificou-se a concorrência entre operadores, implicando uma gestão muito rigorosa da margem das operações; no plano regulamentar, foi alargada aos Bancos e às sociedades de locação financeira a possibilidade de operarem no negócio da locação operacional, perspectivando-se que esta flexibilização venha a ter um forte impacto no sector do crédito a particulares.

Concluída a migração da carteira de crédito automóvel no ponto de venda para o Interbanco, a qual representava cerca de 21% da carteira de crédito sob gestão, a actividade do CrédiBanco foi concentrada num forte esforço de crescimento do volume de negócios sem prejuízo dos objectivos estratégicos de melhoria dos indicadores de rentabilidade, da qualidade do crédito e dos níveis de serviço; este esforço foi desenvolvido tendo como suportes o lançamento de produtos inovadores, a dinamização de novos canais de distribuição e o reposicionamento da rede Seguradora, bem como o crescimento dos negócios tradicionais.

Ao nível da carteira de produtos, foi lançado, no 1.º trimestre de 2001, o CrédiAuto, uma solução inovadora de financiamento automóvel com reserva de propriedade como garantia, abrangendo maioritariamente o mercado de viaturas usadas, comercializado nas redes Bancárias com o objectivo fundamental de ampliar a oferta e de reforçar a capacidade de penetração em novos segmentos de mercado, conjugando a experiência no crédito automóvel com a oferta de produtos de menor risco como o ALD; com este mesmo propósito foi aprofundada a cooperação com os Banco Expresso Atlântico e Banco Universitário visando a criação de produtos de crédito específicos para os correspondentes mercados objectivo.

No negócio de cartões, além da consolidação da sua importância na oferta de valor do CrédiBanco, foi concretizada em 2001 a racionalização da carteira de produtos e reorientada a acção comercial para a gama de produtos considerada estratégica e de maior rentabilidade,

o que se traduziu na redução dos programas de cartões de crédito sob gestão.

Visando diversificar e promover novos canais de distribuição, foi constituída na estrutura comercial do CrédiBanco uma área de negócio especializada — núcleo de clientes directos —, vocacionada para o atendimento do cliente final, promovendo o *cross selling* e a recompra de produtos junto da base de clientes e potenciando a adesão de novos clientes.

Na rede tradicional de Crédilar, os esforços centraram-se no reforço da fidelização dos principais parceiros de negócio, consubstanciado num maior acompanhamento pelas redes comerciais e na procura permanente da excelência do nível de serviço, procurando fortalecer o relacionamento de proximidade e confiança, com reflexo nos bons resultados alcançados, tanto no volume do crédito concedido como nos níveis de rentabilidade.

Numa óptica de reorientação da actividade dos canais de distribuição, procedeu-se ao reposicionamento da rede seguradora, com enfoque no negócio automóvel, essencialmente no ALD, e na aposta em produtos de menor risco como o CrédiGarantido — crédito pessoal com garantia —, uma modalidade de financiamento com prestação de garantias reais como colateral. As redes Bancárias do BCP evidenciaram um dinamismo assinalável na componente automóvel, apesar da quebra acentuada do negócio no mercado doméstico, registando um crescimento no volume de negócios superior a 50%, relativamente ao ano anterior.

Não obstante a migração da carteira de clientes da rede automóvel para o Interbanco, a produção do crédito concedido a clientes atingiu 197 milhões de euros, a qual ascendeu ao montante global de 372 milhões de euros quando adicionada a componente do negócio de ALD, representando um crescimento de 10,3%, relativamente ao ano anterior.

O crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2001, cifrou-se em 313 milhões de euros, registando o crédito vencido uma evolução favorável, com o *ratio* crédito vencido sobre crédito concedido a reduzir-se em 2,9 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior. Os resultados líquidos do CrédiBanco cifraram-se em 5,5 milhões de euros, evidenciando alterações significativas na sua estrutura, nomeadamente, um crescente peso relativo dos outros proveitos nos proveitos totais.

Síntese de indicadores do CrédiBanco

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	328	287	14,2
Crédito sobre clientes	313	255	23,0
Situação líquida	39	36	7,2
Margem financeira	30	34	— 12,8
Outros proveitos financ. (líquido)	22	16	42,0
Custos de transformação	27	24	12,7
Resultados líquidos	5	5	7,6
ROE (em percentagem)	14,6	12,3	—
ROA (em percentagem)	1,7	1,7	—
Colaboradores	305	314	— 2,9

Interbanco:

O desenvolvimento de novas parcerias no sector automóvel, através de acordos com marcas e com os mais importantes grupos de retalho automóvel nacionais — tendo como suporte uma abordagem conjunta do Interbanco, enquanto instituição do Grupo BCP especializada no negócio de financiamento automóvel no ponto de venda, e do Banco Comercial Português —, a par da consolidação dos acordos de colaboração com os parceiros estratégicos, revelaram-se determinantes para o bom desempenho da actividade do Interbanco em 2001, evidenciado pelo expressivo crescimento de 30% registado ao nível do capital financiado.

Os resultados muito positivos foram alcançados numa conjuntura menos favorável registada no mercado automóvel, com uma quebra das vendas estimada em cerca de 8% em termos homólogos (veículos novos de passageiros e comerciais) a par com a retracção verificada na procura de crédito ao consumo, permitindo que o Interbanco tenha atingido uma quota de mercado que estima em cerca de 20% no segmento de veículos novos.

O dinamismo da actividade comercial ficou bem patente na concretização de diversas iniciativas destinadas a reforçar a fidelização das redes de distribuição, a par de campanhas financeiras em co-participação com importadores e/ou concessionários, bem como no desenvolvimento de uma nova linha de *merchandising* personalizada por concessionário.

Em termos de inovação, foram reformulados os produtos de crédito directo e reposicionada a proposta de valor e a competitividade da oferta de seguros (Automóvel, Vida e Protecção ao Crédito). Visando estreitar o relacionamento com os clientes finais e com a rede de distribuição, o Interbanco passou a integrar o *site* do Grupo BCP e foi efectuado um inquérito de qualidade aos concessionários das redes SIVA e Mitsubishi, com o intuito de melhorar os níveis de serviço prestados à rede de distribuição.

O desenvolvimento dos sistemas de informação do Banco contribuiu para melhorar os níveis de produtividade e controlo da actividade, tendo a introdução de novas funcionalidades viabilizado a interligação via Internet aos sistemas de empresas prestadoras de serviços e garantido uma maior adequação da plataforma operativa do Banco às necessidades de processamento do negócio dos concessionários. Paralelamente, o projecto SIG — Sistema de Informação de Gestão registou em 2001 novos desenvolvimentos com a entrada em produção de novas funcionalidades de grande relevância para o apoio à gestão do Banco.

A política prosseguida de reforço de fundos próprios traduziu-se no reforço da solidez patrimonial do Interbanco, para o qual contribuiu a reestruturação de uma operação de securitização de activos já anteriormente realizada, através da transformação de uma estrutura de securitização parcial numa venda firme e definitiva com a manutenção do veículo adquirente (TAPCO); o montante global desta operação ascendeu a 350 milhões de euros, uma das maiores operações efectuadas em Portugal, e englobou contratos de crédito ao consumo e de *leasing* originados pelo Interbanco. A sublinhar, também, que em Agosto de 2001 foi concretizado a redenominação e o aumento do capital social do Interbanco para 37 500 000 euros.

Durante o exercício de 2001 o capital financiado, incluindo o ALD, cifrou-se em 426 milhões de euros, representando um crescimento de 30% face ao ano anterior. O saldo de crédito sobre clientes passou de 535 milhões de euros no final do ano anterior para 381 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2001, uma diminuição explicada essencialmente pela transformação da securitização de créditos em venda firme e definitiva.

Os resultados líquidos atingiram 11,6 milhões de euros (7,7 milhões de euros em 2000) registando um acréscimo de 51% face ao ano anterior, correspondendo as rendibilidades dos capitais próprios de 24,2% e do activo de 2,1%.

Síntese de indicadores do Interbanco

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	481	646	- 25,5
Crédito sobre clientes	381	535	- 28,8
Situação líquida	54	42	28,3
Margem financeira	35	25	39,4
Outros proveitos financ. (líquido)	10	10	- 2,2
Custos de transformação	22	16	41,9
Resultados líquidos	12	8	51,0
ROE	24,2	20,1	-
ROA	2,1	1,8	-
Colaboradores	218	226	- 3,5

Classis:

Em 2001, a Classis continuou a ser em Portugal a única empresa especializada em aluguer operacional de viaturas a comercializar os seus produtos, sob marca autónoma, através do canal bancário, num contexto caracterizado pelo acréscimo generalizado de competitividade, não obstante não se terem registado entradas relevantes de empresas concorrentes no sector.

O abrandamento do crescimento económico na generalidade dos sectores de actividade nacionais, e em particular no sector automóvel, a par de alterações verificadas no enquadramento do negócio, nomeadamente, ao nível da fiscalidade, tornaram o exercício reconhecidamente

difícil para a maioria dos operadores que exercem a sua actividade no negócio automóvel, não obstante a Classis ter atingido os objectivos de crescimento delineados para 2001.

No âmbito da dinamização da acção comercial, foram concretizadas diversas iniciativas com grande impacto no desempenho da Classis, quer ao nível do lançamento de novas campanhas orientadas para os clientes finais, quer ao nível da dinamização da estrutura comercial das redes Bancárias do Grupo BCP, que inclui: a promoção de acções de formação visando aumentar o grau de conhecimento sobre os produtos comercializados; a criação da figura de dinamizador de *renting*, destinada a intensificar o apoio comercial às redes de distribuição nesta vertente do negócio; e o reforço do acompanhamento especializado prestado pelos consultores de gestão aos clientes das redes Corporate e de Empresas, actuais ou potenciais clientes da Classis.

Como consequência das acções de dinamização comercial empreendidas pela Classis e do empenho e capacidade que caracterizam as redes de distribuição do Grupo BCP no *cross selling* de produtos de empresas subsidiárias, em 2001 prosseguiu o incremento sustentado dos níveis de produção, terminando o ano com uma carteira de cerca de 1700 novos clientes, dos quais mais de 1300 na qualidade de clientes empresas, tornando a Classis responsável pela gestão de uma frota que ultrapassou as 9000 viaturas, consolidando, no final do 3.º exercício completo de actividade, a sua posição de referência no sector.

A evolução positiva do negócio em 2001, permitiu reforçar a capacidade negocial da Classis no sector e intensificar a captura de sinergias, que se traduziram em acréscimos de rendibilidade e competitividade, a par do controlo de custos operativos, visando a melhoria do *ratio* de eficiência e a preservação dos elevados índices de competitividade, particularmente importante neste período caracterizado por acentuado crescimento.

Gestão de activos

AF Investimentos:

Em 2001, a AF Investimentos preservou a posição de liderança no mercado português de gestão de activos financeiros, não obstante o enquadramento económico desfavorável e a elevada volatilidade e instabilidade dos mercados de capitais, que se repercutiu na canalização de recursos dos investidores para activos de menor nível de risco e para produtos bancários com remuneração pré-definida e se reflectiu no decréscimo em cerca de 1% do total de activos sob gestão no mercado português e de idêntico nível na carteira de activos da AF Investimentos.

Os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA, acentuaram o comportamento menos positivo da actividade de gestão de activos em 2001, tendo o último trimestre do ano evidenciado uma maior desaceleração da actividade do sector e uma recomposição do *mix* das carteiras das sociedades gestoras, com uma diminuição do peso dos produtos de maior risco e o aumento da importância dos fundos mais conservadores, nomeadamente, os de tesouraria e de obrigações.

A envolvente menos favorável e a depreciação no segmento accionista dos mercados de capitais penalizou particularmente o desempenho da AF Investimentos, detentora de um *mix* de fundos comparativamente mais agressivo do que o das restantes sociedades gestoras operando no mercado doméstico, caracterizado pelo maior peso relativo dos fundos mais afectados pela desvalorização dos mercados — Fundos de Fundos e Fundos de Acções; ainda assim, a actividade da AF Investimentos em 2001 pautou-se por um comportamento em linha com a retracção global do mercado, atingindo em 31 de Dezembro de 2001 um volume de activos sob gestão de 19 611 milhões de euros, mantendo a posição de liderança destacada no negócio de fundos de investimento mobiliário com uma quota de mercado de 34,7%, no final do ano.

Não obstante a actividade de gestão de activos no mercado doméstico continuar a processar-se, fundamentalmente, com suporte nas estratégias de *cross selling* implementadas por via das plataformas de distribuição dos principais grupos financeiros, em 2001 registou-se uma intensificação da concorrência neste negócio, com o desenvolvimento e a expansão de canais remotos e com a entrada de novos operadores, em especial o surgimento de diversas operações de Banca directa a operar exclusivamente na área da gestão de activos através da Internet, explorando o conceito de supermercado financeiro, baseado na disponibilização de uma gama diversificada de fundos geridos por várias sociedades gestoras nacionais e internacionais.

No contexto de um mercado de gestão de activos cada vez mais competitivo, em 2001 a AF Investimentos continuou a apostar na inovação de soluções de investimento — que tem constituído o pilar chave da sua estratégia de desenvolvimento — e numa oferta ampla e diversificada de produtos e serviços, adequados às condições do

mercado e às preferências dos clientes. Neste âmbito, foram lançados os seguintes fundos inovadores: um novo fundo de acções internacionais — o fundo AF Japão — que investe os capitais no mercado nipónico, o segundo maior mercado de capitais do mundo, e que permitiu completar a oferta de fundos nos mercados geográficos mais relevantes; e o fundo AF Obrigações EUA — um fundo de taxa fixa que investe no mercado norte-americano de obrigações, cuja comercialização foi iniciada nas redes comerciais do Grupo BCP.

No âmbito da dinamização da actividade comercial, prosseguiram as acções de angariação de novos clientes ainda não detentores de fundos de investimento, através de campanhas suportadas em ferramentas de CRM, e, em termos dos produtos, ao *up-grade* dos fundos de baixo risco, permitindo uma melhoria do *mix* de fundos colocados nas várias redes comerciais e possibilitando aos investidores a diversificação das suas carteiras de investimento. Paralelamente, foi iniciada a comercialização nas redes comerciais do Grupo de um fundo imobiliário — o fundo AF Portfólio Imobiliário —, que constitui uma alternativa interessante para os clientes de altos rendimentos, com perfil de risco médio e que apostam na valorização do património a longo prazo.

No segundo semestre de 2001, face à instabilidade e fraca *performance* dos mercados de acções que condicionaram o lançamento de novos fundos de risco, a AF Investimentos optou por um leque de alternativas de investimento que registaram elevados índices de receptividade junto da base de clientes do Grupo, designadamente: a comercialização de um produto composto — o Valor Duplo — permitindo o investimento, em partes iguais, num depósito a prazo com remuneração competitiva e em fundos de investimento da oferta da AF Investimentos; a dinamização dos planos de investimento — um instrumento que permite investir mensalmente em fundos de investimento, de forma planeada e regular, exigindo um esforço de poupança reduzido; e a promoção de fundos de baixo/médio risco como alternativa às aplicações bancárias tradicionais, com o início, em Setembro, de uma campanha de dinamização do fundo AF Rendimento Mensal, um fundo de obrigações de taxa variável com distribuição mensal de rendimentos, particularmente adequado à situação de instabilidade nos mercados.

No quadro da diversificação de canais de distribuição e de mercados geográficos, foram desencadeadas as iniciativas que permitiram a disponibilização dos Fundos AF em plataformas comerciais fora do âmbito do Grupo BCP, nomeadamente em algumas operações nacionais de Banca directa, e foi iniciado o processo de registo dos fundos geridos pela AF Investimentos em França, no Luxemburgo e em Espanha, com vista à sua comercialização nesses mercados através das redes locais do Grupo BCP ou de parceiros internacionais.

No âmbito da estratégia de *marketing* da AF Investimentos, há a destacar a reformulação completa do site da AF Investimentos, apresentando-se com uma nova *release* mais dinâmica e interactiva, contribuindo para reforçar o posicionamento institucional da AF Investimentos, além de constituir uma excelente ferramenta de apoio aos investidores. Ainda ao nível da plataforma tecnológica da AF Investimentos, registou-se a adopção de um novo sistema informático — o Binfólio —, mais flexível e dotado de maior capacidade de processamento de dados e de informação de gestão.

Os principais indicadores da AF Investimentos traduzem não só o modesto comportamento da actividade de gestão de activos, quer em termos domésticos quer a nível internacional, como também o impacto da transferência da componente de gestão de activos associados à actividade seguradora da AF Investimentos para a F&C, reflectido também na evolução desfavorável dos resultados líquidos que se cifraram em 17,9 milhões de euros em 2001.

Síntese de indicadores da AF Investimento

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activos sob gestão	19 611	19 862	— 1,3
Fundos de investimento	9 171	9 897	— 7,3
Gestão de carteira	10 440	9 965	4,8
Proveitos de comissões	73	77	— 5,2
Custos de transformação	13	11	9,2
Resultados líquidos	18	29	— 38,0
ROE (em percentagem)	47,2	65,9	—
Colaboradores	90	144	— 37,5

Crédito imobiliário

Banco de Investimento Imobiliário:

Em 2001, no primeiro exercício após a cisão-fusão das carteiras de crédito habitação originadas nas redes do Grupo BCP, o BII continuou a desenvolver e a aperfeiçoar a sua proposta de valor no crédito à habitação, através da rede de lojas com marca própria e de uma abordagem especializada junto dos mediadores imobiliários e de seguros, além de continuar a dinamizar e a assegurar a gestão de todo o negócio de crédito à promoção imobiliária do Grupo BCP.

A semelhança do ano anterior, o mercado de crédito à habitação registou um novo decréscimo, mantendo-se a predominância do regime geral. Esta situação encontra-se directamente relacionada com a publicação de nova legislação no ano anterior, que visou regular e moralizar o acesso ao crédito bonificado e cujos reflexos se prolongaram por 2001. Não obstante a tendência de descida da produção observada nos dois últimos anos, em 2001 este comportamento foi atenuado pelas sucessivas descidas das taxas de juro, iniciando-se no último trimestre a inversão desta trajectória, reflectindo o ainda que moderado relançamento na procura de crédito à habitação por parte dos consumidores.

Perante uma conjuntura menos favorável no mercado imobiliário, os principais Grupos financeiros a operarem neste segmento de negócio sustentaram os expressivos investimentos publicitários no crédito à habitação, produto considerado estratégico em termos de comunicação e de fidelização das bases de clientes; as campanhas e acções de *marketing* lançadas durante 2001, recorreram frequentemente à oferta de benefícios adicionais, materializados em valores ou bens com forte pendor apelativo, com o objectivo de intensificar a venda e fidelizar a base de clientes e que se repercutiram ao nível dos respectivos desempenhos na concessão do crédito à habitação.

Num mercado crescentemente disputado, em que o ritmo de captação se apresenta extremamente vulnerável a oscilações de taxa de juro, o BII continuou a delinear a sua actuação com base em dois vectores prioritários: a qualidade de serviço, contemplando o atendimento ao cliente e a capacidade de resposta na venda e pós-contratação, tendo em vista a total satisfação e fidelização dos clientes; e a intensificação do relacionamento com as diferentes redes de distribuição do Grupo, explorando as sinergias no plano da concretização de negócios e do fomento do *cross-selling*, conciliando o objectivo de expansão do volume de negócios com a melhoria na qualidade da carteira de crédito e com a preservação de níveis adequados de rentabilidade.

Como instituição de referência no mercado imobiliário, o BII continuou a intensificar a actuação comercial junto dos mediadores imobiliários, cujo nível de actividade representou 33% do volume da produção em 2001. A produção de crédito a promotores imobiliários cresceu 20,8% em 2001, continuando a constituir uma importante e especializada vertente de negócios do BII. O volume de crédito concedido no ano atingiu 525 milhões de euros, contra 457 milhões de euros no ano anterior. Em 31 de Dezembro de 2001, o *stock* de crédito à promoção imobiliária situava-se em 848 milhões de euros, quase um terço da carteira total do BII.

Visando corresponder às expectativas dos clientes, a acção comercial assentou na consolidação e dinamização do portfólio de produtos, nomeadamente, o relançamento do Crédito Imobiliário Flexível, um produto inovador que beneficiou de grande receptividade, tendo como finalidade o investimento no sector imobiliário, especialmente orientado para o segmento de clientes com patrimónios financeiros elevados, numa óptica de diversificação do investimento a médio e longo prazos.

O posicionamento de liderança e inovação que caracteriza o Grupo BCP em diversas áreas de negócio, foi reafirmado no negócio do crédito imobiliário em 2001, com o lançamento de uma campanha transversal de crédito à habitação, denominada Crédito Casa Anti-Stress, um conceito inovador tendo subjacente um produto que conjuga as vantagens de uma prestação indexada a uma taxa de juro variável com a segurança de uma mensalidade fixa, e que se caracteriza pela elasticidade do prazo do empréstimo em função das opções disponíveis, beneficiando de um *pricing* competitivo, num contexto de intensa agressividade comercial neste segmento de negócio. A campanha especialmente orientada para o segmento de médios-altos rendimentos, para além da subida dos índices de notoriedade do Grupo, estimulou a venda massificada dos produtos de crédito à habitação, na medida em que o seu efeito se propagou aos restantes produtos comercializados nas diferentes redes de distribuição.

No âmbito do processo de racionalização e de optimização das estruturas comercial e de apoio ao negócio, iniciado no decurso do ano anterior, foi concluído em 2001 o programa de redimensionamento do quadro de colaboradores do BII, na sequência da transferência

para a ServiBanca das áreas de apoio ao negócio do crédito imobiliário transversais ao Grupo, tendo concluído o ano com 133 colaboradores, que compara com 206 no final do ano anterior.

Em termos de indicadores patrimoniais, o activo total do BII atingiu 4299 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2001, elevando-se a carteira de crédito sobre clientes a 2606 milhões de euros, correspondentes a 36 044 contratos vivos, que compara com 2317 milhões de euros e 35 228 contratos no final do ano anterior, traduzindo crescimentos de 12,5% e 2,3%, respectivamente; na estrutura da carteira de crédito do BII, 67,3% correspondem a crédito à habitação a particulares, 32,4% a crédito a promotores imobiliários e o valor remanescente a contratos de *leasing* imobiliário. No final de 2001, o crédito vencido representava 1,1% do crédito total concedido pelo BII e a cobertura do crédito vencido por provisões situava-se nos 132,3%. O Banco de Investimento Imobiliário, S. A., procedeu, em Outubro de 2001, à redenominação de escudos para euros de toda a sua dívida titulada.

Em 2001, a margem financeira do BII ascendeu a 32,5 milhões de euros, o *cash-flow* de exploração atingiu 14,2 milhões de euros e os resultados líquidos consolidados cifraram-se em 9,8 milhões de euros, situando-se a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) em 21,6%.

Síntese de indicadores do Banco de Investimento Imobiliário

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	4 299	3 993	7,7
Crédito sobre clientes	2 606	2 317	12,5
(Do qual crédito à habitação)	1 749	1 606	8,9
(Do qual crédito à prom. imobiliária)	848	697	21,6
Situação líquida	49	40	24,7
Colaboradores	133	206	- 35,4
Agências	17	20	- 15,0

Áreas de apoio ao negócio

Recursos humanos

Em 2001, a gestão dos recursos humanos foi marcada pela prioridade atribuída ao prosseguimento da integração de pessoas e à racionalização de estruturas e de processos, exigindo intervenções concertadas nos domínios do redimensionamento do quadro de colaboradores, do plano de formação, do desenvolvimento de carreiras e da gestão das competências, em coerência com o modelo de gestão de recursos humanos comum ao universo de empresas do Grupo BCP, assente na relação directa entre cada colaborador e a respectiva hierarquia, e na salvaguarda do reforço da coesão e da cultura empresarial.

O esforço de formação do Grupo em 2001, traduziu-se na concretização de diversos programas envolvendo várias vertentes do conhecimento e do desenvolvimento de competências, num total superior a 1 200 000 horas, o que representa cerca de 68 horas por colaborador e um incremento muito significativo em relação ao esforço concretizado no ano anterior (35 horas/colaborador), comparando muito favoravelmente com *benchmarks* internacionais. Nas acções de formação dos diferentes programas concretizados, participaram cerca de 55 000 colaboradores o que, em média, corresponde à frequência por cada colaborador de uma acção de formação por quadrimestre, em 2001.

A formação de colaboradores na vertente institucional e fundacional, registou uma forte intensificação, privilegiando a constituição de grupos de participantes com experiências diversificadas e transversais a todas as unidades orgânicas, visando assegurar a inter-disciplinaridade e o incentivo ao intercâmbio de experiências. Nesta vertente, o maior esforço concentrou-se no programa de formação de integração, envolvendo em 2001 a participação recorde de 4717 colaboradores e um total de 350 000 horas, cujo objectivo central consiste em facultar a todos os colaboradores — independentemente da função desempenhada, do domínio de intervenção ou da senioridade —, uma visão abrangente dos negócios e das estruturas do Grupo, ajudando-os a situar a correspondente contribuição individual no todo da organização e, simultaneamente, beneficiarem do enriquecimento proporcionado pela vivência dos valores fundamentais partilhados no Grupo.

O programa de formação de integração foi, como habitualmente, conduzido exclusivamente por formadores internos, aspecto que lhe confere um carácter peculiar e distintivo, contando com o envolvimento de 577 quadros directivos e técnicos seniores, num total de 4757 intervenções; o esforço empreendido no desenvolvimento deste programa nos últimos anos, e particularmente em 2001, possibilitou que já o tenham frequentado nove em cada 10 colaboradores.

No segundo semestre de 2001, foi retomada e intensificada a formação de preparação para a introdução física do euro, com recurso a um programa intensivo e tendo como suporte privilegiado a plataforma de Intranet do Grupo, que envolveu a participação de todos os colaboradores, num total de 60 000 horas de formação.

No domínio dos programas transversais de índole institucional, destacam-se: a realização da 3.ª edição do Seminário de Estratégia para a Alta Direcção, como habitualmente no INSEAD; a realização da 4.ª edição do programa Eureka Management Development; e o lançamento de um programa de formação de quadros directivos especificamente destinado aos quadros jovens de elevado potencial, desenvolvido em cooperação com a Universidade Católica Portuguesa, a qual também coordenou o PAGE — Programa Avançado de Gestão para Executivos, um programa intra-empresa iniciado na área seguradora e que foi alargado a todo o Grupo BCP.

Ainda na vertente institucional, destaca-se a realização em 2001 de um jogo de gestão bancária com a participação de 1.500 colaboradores, integrando 300 equipas em cuja composição foi exigida a presença de colaboradores de funções e áreas transversais ao Grupo; face ao êxito deste programa de formação, foi iniciada e prolongar-se-á por 2002 uma nova edição desta iniciativa, contando com a participação de 219 equipas, das quais 72 constituídas por colaboradores de operações do Grupo no estrangeiro, alargando os horizontes do intercâmbio e do reforço da coesão do Grupo à componente internacional da sua actividade.

Os programas de índole funcional orientados para responder a necessidades específicas de diferentes áreas de negócio, totalizaram 266 000 horas em 2001, destacando-se a realização dos programas de formação comercial destinados às redes Atlântico, SottoMayor e Private Banking e Banco de Investimento Imobiliário, de programas de apoio à integração das plataformas informáticas e de programa de formação específica na área dos seguros.

O desenvolvimento profissional dos colaboradores do Grupo BCP assenta, prioritariamente, na orientação sistemática para o desenvolvimento das capacidades e para a aquisição de novas competências de acordo com as exigências das funções desempenhadas, tendo como suporte o processo de aconselhamento e avaliação institucionalizado no Grupo, que integra a realização quadrimestral de entrevistas entre cada colaborador e a respectiva hierarquia, onde são analisados os desempenhos e diagnosticadas as necessidades de aprendizagem e de aperfeiçoamento; estima-se que este exercício periódico e regular de diagnóstico e orientação tenha representado, em 2001, a realização de cerca de 56 000 entrevistas e um investimento de mais de 30 000 horas.

No ciclo de desenvolvimento profissional a longo prazo, a mobilidade funcional constitui uma outra vertente de grande alcance estratégico, articulando-se e apoiando-se na dinâmica de avaliação e aconselhamento, ao revelar-se um poderoso instrumento de criação e circulação de capital intelectual, possibilitando e promovendo a aprendizagem organizacional e a disseminação de competências, permitindo ainda no plano individual a acumulação de experiências profissionais relevantes e a aquisição de uma visão global do Grupo e das suas operações; em 2001 a mobilidade funcional envolveu 4.236 colaboradores, ou seja, cerca de um quarto do efectivo médio do Grupo, equivalente a uma rotação média de 4,1 anos em cada função.

O aprofundamento da estratégia de internacionalização do Grupo, também se tem vindo a reflectir na maior exigência de capacidades, competências e envolvimento de recursos humanos do Grupo nas operações no estrangeiro, reforçado em 2001 com a afectação de mais cerca de meia centena de quadros a funções em sucursais, projectos em parcerias e empresa participadas no exterior. No final de 2001, elevava-se a cerca de duas centenas o total de colaboradores do Grupo destacados no estrangeiro, mantendo-se a sua ligação ao Grupo através da participação nos programas de formação e nas realizações periódicas, em Portugal, que requerem o seu acompanhamento.

No âmbito do esforço de adequação do modelo organizativo do Grupo ao novo contexto do processo de internacionalização exigindo a partilha de capacidades, foi constituído um núcleo especializado de apoio aos quadros destacados no exterior dedicado ao acompanhamento de carreiras e intensificou-se o intercâmbio envolvendo a deslocação de responsáveis e colaboradores estrangeiros a Portugal para um mais estreito contacto com a realidade do Grupo BCP, nomeadamente, ao nível das políticas e das práticas de gestão de recursos

humanos, tendo em vista um progressivo alinhamento de processos entre as operações no exterior e a componente doméstica do Grupo.

Ao nível da função recrutamento e selecção, as actividades em 2001 centraram-se em torno dos seguintes domínios de actuação: organização e operacionalização do projecto de estágios, incluindo a atribuição de Bolsas de estágio, em colaboração com o Banco Universitário e a Fundação BCP; a reafecção de colaboradores no âmbito do processo de racionalização de estruturas e concentração do negócio; e a dinamização da mobilidade interna de colaboradores, envolvendo as operações do Banco no estrangeiro, caso da formalização de candidaturas e recrutamento de colaboradores para o Banque BCP em França, como meio de aportar competências específicas a esta subsidiária do Grupo no exterior.

De acordo com as orientações estratégicas em matéria de recrutamento, o nível de admissões foi muito reduzido em 2001, à semelhança do sucedido no ano anterior, recaindo a preferência sobre candidatos jovens com habilitações equivalentes ou superiores ao 12.º ano, preferencialmente com frequência ou possuindo grau académico universitário, ou que tenham beneficiado de anterior experiência de estágio no Grupo e tenham revelado perfil adequado.

Em 31 de Dezembro de 2001 o efectivo total do Grupo BCP ascendia a 14 103 colaboradores.

Quadro de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português

	2001	2000 (a)
Banco Comercial Português	9 607	10 869
Empresas subsidiárias financeiras	1 644	1 903
ServiBanca	2 852	2 889
<i>Total</i>	14 103	15 661

(a) Excluindo 438 colaboradores reafectados em Abril de 2001 aos quadros do Banque BCP.

Gestão da qualidade

O acompanhamento dispensado pelo Grupo BCP à monitorização dos níveis de satisfação de clientes, colaboradores e fornecedores internos foi intensificado em 2001, registando-se internamente níveis crescentes de adesão às iniciativas da gestão da qualidade, nomeadamente aos inquéritos de satisfação, tendo os índices de resposta alcançado níveis que se situam no limiar das melhores práticas internacionais.

Pelo seu impacto e alcance, destaca-se a realização do inquérito aos colaboradores que contactam directamente com os clientes do Grupo, no sentido de aferir a sua satisfação em relação aos fornecedores internos, o qual possibilitou o diagnóstico das situações com maior impacto na prestação de serviço aos clientes externos; trata-se de uma vertente da qualidade a que o Grupo vem dando especial atenção e da qual decorreram importantes iniciativas de melhoria da qualidade em curso.

Ainda neste âmbito, em 2001 foram analisadas de forma inovadora, seguida de ampla divulgação interna, as correlações existentes entre a evolução da satisfação das três vertentes estratégicas da qualidade — colaboradores, clientes e fornecedores internos — e o correspondente impacto na conta de exploração.

No quadro do processo da gestão da qualidade, foram realizados em 2001 inquéritos à satisfação de clientes das redes Corporate e de Empresas, aos titulares de cartões American Express, bem como a clientes ou fornecedores dos negócios de *factoring*, *leasing* e crédito automóvel.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de formação a colaboradores sobre a temática da qualidade, com enfoque na importância da organização adequar a sua actuação às necessidades e expectativas dos clientes como forma de conquistar a sua fidelização. A nível da actividade internacional, foi dado apoio ao lançamento de um processo de gestão da qualidade nas operações em França — Banque BCP — e na Grécia, no NovaBank.

Visando capitalizar a experiência de quase uma década de gestão da qualidade, em 2001 foi desencadeado um conjunto de iniciativas que privilegiavam a voz do cliente como motor do processo de melhoria contínua da qualidade.

Para além da consolidação de um projecto transversal com suporte num sistema de atendimento telefónico automático, que possibilita aos clientes do Grupo a execução remota de diversas operações bancárias, foi decidida a implementação de um sistema de gestão de contactos, visando aperfeiçoar a vertente de *servicing* da relação comercial com os clientes das redes de distribuição.

Infra-estruturas de suporte

Sistemas e comunicações:

Infra-estrutura de sistemas:

A gestão da infra-estrutura de sistemas, centrada na estruturação dos sistemas centrais e departamentais, pautou a sua actividade em 2001 visando a consolidação das economias de âmbito e das sinergias decorrentes da conclusão do processo de integração dos sistemas de informação das redes bancárias do BCP e, fundamentalmente, no desenvolvimento de projectos e de actividades destinadas à melhoria contínua da qualidade de serviço prestada aos utilizadores dos sistemas aplicativos do Grupo BCP.

Entre os projectos e as actividades desenvolvidas, destacam-se pela sua relevância as relacionadas com a unificação e reforço da operacionalidade dos sistemas, nomeadamente: a integração dos sistemas bancários na arquitectura Parallel Sysplex, disponibilizando o acesso às aplicações numa janela de exploração contínua (24x7); o reforço do investimento na área de gestão de sistemas de modo a potenciar os níveis de diagnóstico e o acompanhamento e resolução de problemas, concorrendo para a maior disponibilização da informação, em particular, ao nível dos canais alternativos; a reformulação do modelo organizativo de exploração das plataformas AS/400, face ao seu criticismo e tendo como metas não só a sua centralização no TagusPark e consequente captura de sinergias, como também o incremento dos níveis de controlo em operação contínua; a revisão dos processos de migração entre os diversos ambientes, no âmbito do controlo dos sistemas de produção, envolvendo a reformulação dos automatismos aplicativos de suporte e o alargamento do âmbito da gestão de alterações; e a consolidação da infra-estrutura de suporte aos canais Internet com a integração dos novos sistemas do ActivoBank7, do Managerland e da Médis.

Infra-estrutura de comunicações:

A actividade de gestão da infra-estrutura de comunicações em 2001, centrou-se em torno dos objectivos de consolidação das alterações tecnológicas implementadas no ano anterior e da melhoria da eficiência operativa e da qualidade de serviço aos clientes, através da implementação de plataformas de comunicações tendo como suporte a utilização de tecnologias inovadoras e de última geração.

Pelo seu alcance estratégico e impacto alargado, destaca-se o Projecto Sprint cujo macro-objectivo é a digitalização de processos organizativos e aplicativos no Grupo BCP, através da criação de uma rede corporativa multiserviços e multimédia dotada de alta segurança, baseada em tecnologias *standard*, a qual implicou uma profunda reestruturação da infra-estrutura de comunicações, envolvendo a definição de novos *standards* e a instalação de novos servidores e postos de trabalho, na sequência da qual a rede de sucursais e os edifícios de serviços centrais do Grupo ficaram dotados de soluções integradas de voz, dados e imagem. Em simultâneo e em associação com esta reestruturação, decorreu a migração de meios de comunicação (voz e dados) para a rede ONI, consolidando o papel estratégico deste operador, quer na vertente de fornecedor de serviços de comunicações, quer no plano do *outsourcing* da gestão de parte significativa da rede de balcões e edifícios centrais.

A renovação e ampliação da capacidade tecnológica instalada possibilitou um avanço significativo na melhoria do sistema de recuperação em caso de falha da rede de comunicações (*recovery disaster system*), com especial destaque para a redução substancial do tempo de reacção necessário para a sua reoperacionalização. No domínio dos sistemas de grande porte (*mainframe*), a actividade da gestão de comunicações incidiu essencialmente ao nível do sistema central, concretamente na implementação do Projecto Parallel Sysplex, que dotou o ambiente de produção do BCP de maior disponibilidade e capacidade de processamento.

A implementação destes projectos de natureza transversal e estruturante, possibilitam e incentivam novas formas de trabalho, de comunicação e de troca de informação, com significativos benefícios para os colaboradores do Grupo BCP, clientes e parceiros, com especial impacto: na melhoria da eficiência operativa, traduzida na redução dos tempos de indisponibilidade dos sistemas e aplicações, na digitalização de processos organizativos (novos formulários e *workflows*) e na maior rapidez de desenvolvimento aplicativo; e no incremento da produtividade, ao incentivar a que cada colaborador possa tornar-se um fornecedor de conteúdos, potenciando o seu valor pela actuação em rede, ao garantir maior rapidez no acesso à informação (interna e externa) e ao possibilitar que os colaboradores consolidem a sua formação com recurso a tecnologias *e-learning*.

Desenvolvimento:

A concretização de iniciativas de optimização e racionalização das redes de distribuição e das plataformas operativas a nível nacional e internacional, visando uma maior eficiência das operações e a melhoria dos níveis de serviço, e a implementação de projectos desenvolvidos com parceiros estratégicos no país e no estrangeiro, pautaram as actividades do desenvolvimento em 2001.

No âmbito da plataforma transaccional do BCP, destacam-se a conclusão bem sucedida da integração do sistema de informação do SottoMayor na plataforma única do Grupo, em Abril de 2001, beneficiando da experiência adquirida em migrações de dados realizadas no passado, assim como a reestruturação global da plataforma de balcões, em curso, desenvolvida com base na Intranet do Grupo BCP, suportada em tecnologia Web, que se repercutirá na melhoria da eficiência operativa e eficácia comercial.

No quadro do processo de transição para o euro, a *task force* do desenvolvimento apoiou o euroDesk — enquanto núcleo responsável pela coordenação global das iniciativas desenvolvidas, neste âmbito, no seio do Grupo BCP —, colaborando em diversas acções de formação e na realização de seminários com empresas e associações empresariais, além da participação na adaptação do *software* operacional do parque de equipamentos automáticos do Grupo — ATMs, TPAs, CATs e *cash dispensers* das sucursais e lojas —, assim como no faseamento de soluções informáticas que envolveram a conversão global das contas de clientes para euros e a distribuição massiva de cheques em euros.

Ao nível da inovação tecnológica, destacam-se os desenvolvimentos com impacto relevante no relacionamento directo com os clientes do Grupo, nomeadamente: uma nova funcionalidade que possibilita o acesso e a negociação em contínuo (24/24 horas) em diversas bolsas internacionais; a aplicação de preço diferenciado a operações relacionadas com transferências bancárias e requisições de cheques, em função do canal de acesso utilizado — Internet, *call center*, VRS, ATM ou sucursal; e o desenvolvimento de uma tecnologia de reconhecimento de voz — VRS (Voice Recognition System) — que possibilita aos clientes o acesso, através de comandos vocais, a informações da Bolsa de Valores nacional, assim como a disponibilização de um leque de novas funcionalidades em VRS, tais como ordens de bolsa sobre o título BCP, consulta de operações de bolsa transmitidas e em curso de execução, pagamento de serviços, *cash advance* e transferências interbancárias.

A nível da actividade internacional do Grupo, o desenvolvimento participou nos projectos de *e-banking* desenvolvidos em parceria com o Banco Sabadell, suportados em soluções Web para operarem no espaço ibérico — ActivoBank7 e *managerland* —, assim como na integração dos sistemas de informação do Banco Comercial de Moçambique na plataforma informática do Banco Internacional de Moçambique, no quadro da integração operativa e comercial das duas instituições a operar no mercado moçambicano.

Gestão patrimonial

A actividade ao nível das áreas de gestão patrimonial com competências e intervenção nos domínios das obras novas, da remodelação e da manutenção de instalações, foi fortemente condicionada em 2001 pela prossecução do processo de integração das instituições adquiridas no ano transacto, com destaque para a racionalização da plataforma comercial do BCP que conduziu ao encerramento de mais de duas centenas de espaços de atendimento afectos a diferentes redes de distribuição, além da intervenção no lançamento de novas plataformas como o ActivoBank7 em Lisboa e no Porto.

A garantia de eficácia da resposta às exigências de um tão vasto e complexo processo implicou: a reorganização da própria estrutura orgânica e funcional da gestão patrimonial, tornando-a mais equilibrada e apta a responder aos novos desafios; o desenvolvimento de soluções informáticas aplicadas ao controlo orçamental e ao processamento de informação de gestão indispensável à monitorização e ao acompanhamento regular e sistemático das actividades; a definição e o aperfeiçoamento de procedimentos de execução e controlo; e o aprofundamento do relacionamento com os principais prestadores de serviços externos.

No âmbito das iniciativas desenvolvidas com o intuito de melhorar a eficiência por via da redução dos custos de funcionamento, salientam-se o rigoroso processo orçamental e controlo de execução, uma mais exigente negociação de preços com os prestadores de serviços directos e um rigoroso aproveitamento e gestão dos espaços disponíveis, traduzido na concentração de serviços e acrescida funcionalidade associada e na libertação de cerca de uma dezena de edifícios centrais.

Gestão de compras

O âmbito de intervenção da função de gestão e negociação centralizada de compras foi alargado a novos bens e serviços em 2001, assim como foi aprofundada a interdependência entre a plataforma de negociação e os seus interfaces internos e externos, possibilitando, em conjunto, a obtenção de resultados bastante satisfatórios, tanto ao nível das economias de escala e das poupanças negociais alcançadas, como no plano da normalização de bens e serviços e da diversificação de fornecedores e mercados.

Visando maximizar a eficácia e a eficiência operativas e consolidar a base de informação associada ao processo de negociação de bens e serviços, foi concebido um sistema integrado de gestão de negociações e contratos assente numa plataforma tecnológica única a que têm acesso a função centralizada de compras e os seus clientes internos, bem como as funções de aprovisionamento, pagamento a fornecedores, controlo de custos, processamento contabilístico e auditoria.

Este sistema representou uma importante etapa no sentido da globalização dos processos de gestão e negociação centralizada de compras, de modo a potenciar o *know-how* especializado, os volumes e as oportunidades contratuais, além de contribuir para uma maior eficiência ao nível dos processos administrativos, tendo como suportes os sistemas *workflow*, a digitalização de documentos e o controlo *on-line* das operações.

A abordagem numa perspectiva transfronteiriça do planeamento, *benchmarking* e definição de estratégias ao nível dos produtos, dos fornecedores e dos mercados, configura-se como um importante desafio que se coloca à função de negociação centralizada de compras, visando alargar e intensificar o seu apoio às empresas associadas no estrangeiro — BIG Bank Gdanski, NovaBank, Banco Internacional de Moçambique, Banque BCP, BPABank e Banco Comercial de Macau — e incrementar o potencial de poupanças negociais através do alinhamento de estratégias e de procedimentos de cariz multinacional.

Self banking

Enquadrado no objectivo estratégico de migração de transacções para o canal *self banking*, com vista a otimizar a eficiência e a rentabilidade das operações, em 2001 prosseguiram os esforços de melhoria das condições de oferta, nomeadamente, o reforço da capilaridade de distribuição, a instalação de novos modelos de equipamentos tecnologicamente mais avançados, a introdução de novas funcionalidades e a realização de campanhas de incentivo à utilização do canal.

O parque de equipamentos do Grupo BCP foi reforçado com a instalação de mais de 196 ATMs da rede SIBS para reforço do parque das sucursais, de modo a prevenir o congestionamento do acesso ao serviço e a incrementar a sua utilização, e em locais não bancários, privilegiando as cadeias de distribuição por forma a potenciar a conveniência deste serviço (ex: Shell, Metropolitano, CP, Intermarké). Nestes últimos locais, os equipamentos foram identificados com sinalética alusiva às *logo-marcas* das redes de distribuição do Grupo, conferindo-lhes maior visibilidade e transmitindo confiança acrescida aos potenciais utilizadores, de modo a promover o incremento transaccional dos clientes do Grupo BCP, líder do mercado com próximo de 2300 ATMs a operar em todo o país.

No que concerne aos equipamentos da rede interna destinada ao uso exclusivo de clientes do Grupo BCP, foram instalados 90 novos CATs (dispensadores de cheques) integrando a funcionalidade de depósito de cheques, também alargada a outros 233 CATs através da instalação do correspondente periférico, operação que pela sua simplicidade e segurança tem vindo a merecer a adesão crescente dos clientes, tendo-se registado em 2001 mais de 680 000 depósitos por esta via; o parque de equipamentos do Grupo integra 537 CATs, das quais 397 com funcionalidade de depósito de cheques, cifrando-se em 65% o grau de cobertura deste serviço nas redes Atlântico, NovaRede e SottoMayor. O volume de cheques dispensados nos equipamentos manteve-se praticamente idêntico ao do ano anterior, com a emissão de mais de um milhão de cheques por mês.

A introdução de um novo equipamento para depósito de notas em *bundle* que possibilita o depósito até 2000 notas (30 de cada vez), com contagem automática e detecção de notas falsas, veio melhorar significativamente a operativa de tratamento de depósitos — complementado com a realização de campanhas de sensibilização nas redes Atlântico e NovaRede, com recurso à figura do Meeter-Greeter protagonizada pelos colaboradores das sucursais —, e impulsionou a migração de depósitos (notas e cheques), traduzido no crescimento de 116% face ao ano anterior, correspondente a mais de 4 milhões de depósitos registados.

No que concerne ao parque de terminais de pagamento automático (POSs), em que o Grupo é líder de mercado, foi concluído o processo de adaptação dos equipamentos ao euro, encontrando-se também concluída a renegociação do preço com os estabelecimentos comerciais utilizadores deste serviço; o *software* aplicacional de gestão integrada do parque, implementado no ano anterior, beneficiou de forma significativa os serviços prestados nos domínios da subscrição, instalação e assistência aos equipamentos.

No âmbito da adaptação dos equipamentos de *self banking* para a terceira etapa da introdução do euro, foram realizados os desenvolvimentos necessários, tanto no parque da rede interna como no da rede SIBS, por forma a que as operações a partir de 1 de Janeiro de 2002 passassem a ser realizadas em euros, concretizando-se a disponibilização de cheques em euros nas CATs do Grupo desde Outubro de 2001 e a adaptação dos cacifos das ATMs, no decurso do último trimestre do ano.

Complementando a oferta transaccional do canal *self banking* foram introduzidas na rede interna do Grupo, novas funcionalidades de maior valor acrescentado e geradoras de novas oportunidades de negócio, tais como a subscrição de seguros de viagem e a realização de operações de cartões de crédito. O volume global de transacções realizadas em 2001 no canal *self banking*, por clientes e não clientes do Grupo BCP, atingiu um total de 167 milhões de operações, evidenciando um crescimento de 10% em relação ao ano anterior.

Sistemas de telemarketing

A actividade de sistemas de *telemarketing* foi particularmente influenciada em 2001 pelos esforços de racionalização operativa e captura de sinergias, pela desaceleração do ritmo de crescimento económico doméstico e das principais economias europeias e norte-americana e, também, pelo arrefecimento generalizado dos mercados bolsistas nacional e internacionais, com impacto negativo ao nível dos contactos recepcionados de clientes, não obstante o *call center* ter registado cerca de trezentos e sessenta mil contactos por mês.

Em termos de inovação, destaca-se a implementação de um serviço automático com recurso à tecnologia de reconhecimento de voz — serviço de informação de Bolsa BCP —, que possibilita, aos colaboradores e clientes do Grupo BCP, o acesso à cotação das acções transaccionadas na Bolsa de Valores de Lisboa através da utilização da linguagem natural com resposta automática *on-line*, constituindo um serviço inovador no sector bancário doméstico. No plano do funcionamento interno, foi também iniciado um serviço de atendimento automático para o Help Desk, que visa sobretudo facilitar o acesso directo aos diferentes especialistas, bem como a divulgação de alertas de âmbito geral com a identificação de situações que possam afectar a actividade corrente.

A actividade comercial evidenciou um expressivo crescimento face ao ano anterior, como resultado da proactividade da estrutura de atendimento e do acréscimo de recursos humanos e de meios de comunicação, nomeadamente, no Centro de Telemarketing do Porto onde foi triplicado o número de postos de trabalho. As vendas activas (*telemarketing*) e reactivas (*call center*), evidenciaram uma evolução muito favorável: vendas de 21 620 novos seguros (acréscimo de 80%) e de 15 388 cartões (acréscimo de 33%) e um volume de crédito pessoal concedido no montante de 27 milhões de euros (acréscimo de 120%), ilustram o desempenho do *call center*; e no âmbito da actividade do *telemarketing*, registou-se um aumento de 30% face ao ano anterior no número de contactos, designadamente, em campanhas informativas (ex: *revolving* e reactivação de cartões), assim como na venda de aplicações a prazo e fundos de investimento que atingiu o montante de 15 milhões de euros, traduzindo um acréscimo superior a 50%, em relação ao ano anterior.

Cartões de pagamento

Visa/Mastercard:

A integração de carteiras oriundas das instituições adquiridas no ano anterior, a promoção de acções contínuas de activação e estímulo à utilização dos cartões de pagamento, junto de uma base alargada de clientes, e o lançamento de produtos e serviços inovadores no mercado de meios de pagamento, contribuíram para que o Grupo BCP, com uma quota de mercado global na ordem dos 30%, consolidasse a liderança no domínio dos cartões de crédito Visa e MasterCard. A adequação permanente da oferta de cartões ao perfil dos utilizadores e o forte incentivo à utilização dos cartões sob o lema um cartão, uma contínua e correcta utilização, visando a consolidação e crescente fidelização da carteira de clientes, nortearam a actuação desta área de

negócio. No final de 2001, o parque de cartões Visa/Mastercard geridos pelo BCP ascendia a cerca de 2,6 milhões, reforçando a quota de mercado do Grupo e elevando a 75% o índice de penetração na carteira de clientes elegíveis.

No domínio do *market research*, foram lançados produtos e serviços inovadores, com destaque para o Cartão Xs e para o Serviço MBNet — Pagamento Seguro, desenvolvido em cooperação com a SIBS e a Unicare. O Cartão Xs, baseado no conceito de crédito com prestação fixa, encontra-se vocacionado para o financiamento de compras em todo o mundo, sem formalizações e com refinanciamento automático (*revolving*), funcionando como alternativa ao crédito ao consumo; os resultados alcançados excederam as expectativas, beneficiando de uma campanha *above the line* que se destacou no mercado publicitário, ao colocar a marca Xs, no momento do seu lançamento, na segunda posição do *ranking* de recordação espontânea, apenas superado pela marca Visa. O Serviço MBNet, enquadrado no conjunto de iniciativas de promoção do comércio e liquidação electrónicos, envolveu uma forte campanha de *direct mail* e *e-mailing* dirigida aos clientes mais propensos ao *e-commerce*, tendo registado níveis de receptividade e de adesão considerados bastante satisfatórios para este negócio em Portugal.

Visando difundir e facilitar o acesso aos cartões de pagamento, promover a utilização das áreas de *self banking* e otimizar os níveis de serviço na atribuição de cartões, foi promovida e incentivada a distribuição de *kits* de abertura de conta, facultando aos novos clientes o acesso imediato a um cartão, assim como foi potenciada a operativa inovadora de *pin block* que disponibiliza aos clientes um novo cartão no prazo máximo de cinco dias.

A dinamização da acção comercial junto das redes de distribuição, radicou, fundamentalmente, na realização de acções de formação e animação comercial e de campanhas de venda de cartões multi-canal, envolvendo também os canais remotos, nomeadamente o *call center*, sistemas de *telemarketing* e cidadebcp. Paralelamente, decorreram campanhas de *direct mail* com recurso a técnicas avançadas de CRM — Customer Relationship Management, registando-se taxas de sucesso acima das habitualmente alcançadas numa abordagem tradicional.

A gama de produtos Classic foi reestruturada em 2001, envolvendo a cessação da comercialização do Cartão Omega e o reforço da proposta de valor do cartão Europa, tornando-o o produto mais flexível do mercado. Baseado no conceito Cartão Europa, criado por si, passaram a ser facultadas aos clientes, num único produto, diversas opções, desde a escolha da rede (Visa ou MasterCard), dos seguros associados ou do programa de fidelização; este programa foi reformulado, oferecendo a opção entre *cash back* ou troca de pontos acumulados com a utilização do cartão, por produtos financeiros ou artigos de marcas de grande notoriedade, lazer, cultura ou por donativos a instituições de solidariedade social.

No âmbito da promoção do Cartão Prestige, foram desenvolvidas parcerias e acções de incentivo à sua utilização, baseadas no conceito de *marketing one-to-one*, visando premiar os clientes mais transaccionais, adequando a oferta ao seu perfil e inovando em termos de imagem e conceito de comunicação. Com particular ênfase no final do ano, decorreram campanhas de aquisição/activação do cartão Visa Electron e de incentivo à utilização generalizada dos cartões de débito e crédito, sublinhando o carácter facilitador dos cartões de pagamento na adaptação ao euro, tendo como suporte a conversão automática da moeda.

American Express:

Num mercado cada vez mais competitivo e num negócio crescentemente disputado, a dinâmica consistente de abordagem a clientes das redes de distribuição do Grupo BCP e a clientes externos, encontra tradução no crescimento do número de cartões American Express em circulação de cerca de 20%, face ao ano anterior.

Na vertente *acquirer*, o Serviço MBNet Pagamento Seguro veio impulsionar a realização de operações de autorização e de pagamento de compras na Internet, com garantias acrescidas de segurança para os clientes e comerciantes aderentes. Por seu turno, o aumento do número de estabelecimentos comerciais aderentes à rede American Express, permitiu que, não obstante o impacto desfavorável da conjuntura internacional adversa, a facturação dos estrangeiros em Portugal se tenha mantido ao nível do ano anterior.

Em parceria com a Top Tours, na sua qualidade de American Express Travel Service Representative em Portugal, foi aberta uma loja de viagens American Express nas instalações do BCP em Lisboa, vocacionada para o atendimento de clientes nacionais e estrangeiros; esta loja foi já integrada na rede mundial de agências American Express, disponibilizando um serviço de agência de viagens completo, que não só potencia as sinergias entre os negócios de cartões e de

viagens, como constitui, simultaneamente, importante factor de diferenciação face à concorrência e de criação de valor acrescentado para os titulares do cartão.

Internacional

O negócio internacional do BCP continuou a adaptar-se à estratégia de internacionalização do Grupo e às novas condições de mercado, por forma a competir com eficácia em ambiente de grande especialização, e prosseguiu os esforços da racionalização de estruturas no mercado doméstico e de reestruturação dos sistemas de suporte das sucursais no exterior, com o objectivo de reforçar a capacidade de intervenção nos diferentes mercados de actuação.

No quadro do relacionamento activo que mantém com instituições financeiras internacionais, a área de negócio internacional tem vindo a potenciar não só a colocação de produtos e serviços desenvolvidos pelo Grupo BCP, como a patrocinar a aquisição selectiva de produtos e serviços às instituições estrangeiras congéneres, com o intuito de proporcionar serviços de valor acrescentado aos clientes das redes de distribuição do BCP.

A área internacional, em articulação com as áreas de tesouraria e financeira, tem vindo a assumir uma postura proactiva na potenciação das linhas de *funding* de curto e médio prazo, continuando, no entanto, a privilegiar a concepção de produtos estruturados que beneficiem os requisitos de capitais próprios do Banco. Visando o aprofundamento da intervenção nos mercados internacionais, em 2001 foi efectuado um esforço adicional de divulgação do Grupo BCP como *primary dealer* de dívida da República Portuguesa junto dos Bancos estrangeiros, tendo em relação ao CLS — Continuous Linked Settlement sido enviado um RFP — Request for Proposal para prestação de serviço de Third Party Member ao Grupo BCP.

A carteira de crédito internacional, em 31 de Dezembro de 2001, cifrou-se em 1350 milhões de euros, registando uma diminuição de 28% em relação ao final do ano anterior, reflectindo sobretudo as orientações quanto à preservação de níveis adequados de rentabilidade e ao estabelecimento de critérios mais selectivos em relação ao risco de crédito, em face da deterioração dos fundamentais das economias europeia e norte-americana e da instabilidade dos mercados internacionais, agudizada com os acontecimentos de 11 de Setembro em Nova Iorque. Contudo, não se registaram alterações significativas ao nível do perfil da carteira, quer quanto à natureza do risco, ao concentrar-se primordialmente em bancário (55%), *corporate* (23%) e soberano (22%), quer quanto à dispersão geográfica, continuando a concentrar-se sobretudo na Europa e América do Norte, representando no conjunto mais de 60% da carteira internacional.

Custódia institucional

Não obstante a crescente competitividade nesta área de negócio, o BCP consolidou a liderança no sector de custódia em Portugal, detendo uma quota de mercado acima dos 50%, a que corresponde um montante de carteira à sua guarda que ultrapassou os 25 000 milhões de euros, pautando a sua actividade por elevados padrões de serviço que continuaram a merecer o reconhecimento de clientes e *researchers*, tendo inclusive sido considerado, à semelhança de anos anteriores, como um dos melhores bancos de custódia em Portugal pelas prestigiadas publicações Global Custodian, GSCS Benchmarks e Global Investor do Grupo euromoney.

O reconhecimento pelo mercado dos padrões de elevada qualidade dos serviços especializados de custódia global prestados pelo BCP continuou a atrair importantes custodiantes globais internacionais que passaram a integrar a carteira de clientes do Banco, assim como contribuiu para o reforço da base de clientes institucionais residentes, aprofundando a penetração neste segmento de negócio cuja abordagem havia sido iniciada pelo BCP no ano anterior.

Na vertente operacional, a introdução pela Interbolsa de um novo sistema denominado SLrt — Sistema de Liquidação real time, seguindo as recomendações internacionais, nomeadamente, as emitidas pela ISSA (International Securities Services Association), veio permitir a liquidação por grosso e em tempo real de transferências interbancárias de valores mobiliários, livres ou contra pagamento, recorrendo, neste último caso, ao sistema SPGT do Banco de Portugal, para a liquidação financeira. O lançamento deste novo sistema e a adopção gradual da norma da SWIFT, ISO 15022, que reformula por completo o formato e a lógica de interpretação subjacente às instruções de liquidação enviadas pelos clientes, exigiu a reformulação e a introdução de novos procedimentos no negócio de custódia institucional.

Em 2001, foram acrescentadas novas funcionalidades ao vasto conjunto de serviços que o BCP presta enquanto custodiante no mer-

cado nacional, com destaque para: o MIS Report (Management Information Statistic Report), uma ferramenta que fornece aos clientes informação estatística detalhada e fundamentada sobre todas as suas instruções; e o serviço agente *warrant* vocacionado para emittentes internacionais de *warrants*, prestando todo o apoio logístico relacionado com a implementação e liquidação destes instrumentos financeiros.

Actividade internacional

Eureko:

O Grupo Eureko posiciona-se como um dos principais grupos europeus de seguros e de gestão de activos financeiros, apostando no desenvolvimento e consolidação das posições de liderança das companhias operacionais que a integram — Achmea (Holanda), Seguros e Pensões (Portugal), Interamerican (Grécia), Friends First (Irlanda), F&C (Reino Unido) e Union (Eslováquia) — e no aprofundamento da cooperação com empresas associadas no âmbito das actividades desenvolvidas nos respectivos mercados locais.

A actividade consolidada da Eureko em 2001 foi caracterizada pelo crescimento dos negócios de seguros, com os prémios totais no exercício a crescerem cerca de 9% face ao ano anterior e em que os ramos vida e saúde merecem especial destaque ao atingirem taxas de crescimento de prémios de cerca de 10% e 11%, respectivamente. O fraco desempenho dos mercados financeiros, cujo impacto se reflectiu com maior incidência ao nível da função investimento e na componente vida da actividade seguradora, viria a ser determinante na evolução dos resultados.

Os resultados consolidados da Eureko em 2001 diminuíram 59,7% face ao ano anterior, reflectindo o menor contributo da função investimento, um menor nível de actividade do negócio de gestão de activos e bancário, o apuramento de custos não recorrentes relacionados com os processos de reestruturação em curso em algumas das companhias operacionais, a incorporação ao nível da *holding* de custos de financiamento das aquisições e reforço de participações em investimentos estratégicos.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Grupo BCP detinha uma participação correspondente a 24,6% no capital social da Eureko B.V. No final do ano, a Eureko anunciou a recomposição da sua comissão executiva, visando o aumento da capacidade de gestão e do envolvimento das companhias operacionais, o que se consubstanciará no reforço das responsabilidades de gestão das linhas de negócio globais, tendente a um aprofundamento da integração dos negócios das várias companhias integrantes, com vista a extrair o máximo benefício das sinergias potenciais e preparar-se para enfrentar os desafios futuros num mercado alargado.

Seguros e pensões:

A Seguros e Pensões, enquanto *holding* detida a 100% pela Eureko que agrupa as participações nos negócios de seguros e de gestão de fundos de pensões no mercado português — sob gestão do Grupo Banco Comercial Português —, actua segundo uma estratégia multimarca, multicanal e multitiramo, posicionando-se como líder do mercado em diversas áreas de negócio. Em 2001, a Seguros e Pensões consolidou a liderança do mercado, atingindo quotas de mercado de 28,4% no sector segurador global, de 33% no ramo Vida, de 22,5% no ramo Não Vida e cerca de 25% na área de gestão de fundos de pensões, além de uma posição de destaque entre os maiores grupos de corretores a operar no mercado nacional.

O exercício de 2001 foi fundamentalmente pautado pela via da consolidação em vários domínios: da integração da Seguros e Pensões no Grupo Eureko; do posicionamento estratégico e competitivo das diferentes marcas, nos distintos segmentos de mercado e canais de distribuição — canais seguradores tradicionais, canal bancário, canal directo (telefone e Internet); do processo de reestruturação e do novo modelo organizacional adoptado; das plataformas técnicas e operativas, por via da adopção das melhores práticas, visando a captura de sinergias, a melhoria do nível de serviço e o acréscimo de eficiência e da rentabilidade.

O sector segurador mundial registou um ano difícil face ao impacto dos acontecimentos do 11 de Setembro nos custos de sinistros, valor dos activos e custos de resseguro. A *performance* da Seguros e Pensões e da globalidade do sector segurador português em 2001, sem exposição directa aos sinistros de 11 de Setembro, foi também fortemente penalizada por estes factores conjunturais que implicaram uma deterioração significativa da rentabilidade técnica e financeira. As condições atmosféricas adversas no início do ano, a degradação das margens técnicas em alguns ramos Não Vida, e o comportamento

negativo dos mercados financeiros, provocaram a inversão da trajetória positiva dos indicadores de rentabilidade que se registava desde o início dos anos noventa. O impacto do comportamento dos mercados financeiros reflectiu-se, particularmente, nas margens técnicas negativas em determinados produtos de capitalização e na incapacidade da reserva de reavaliação regulamentar e do fundo para dotações futuras em compensar menos-valias potenciais.

O mercado segurador nacional registou em 2001 um crescimento de 12,9% nos prémios de seguro directo (5,7% no ano anterior), sustentado essencialmente pelo ramo Vida com um crescimento de 18,3% (0,9% no ano anterior), enquanto que os ramos Não Vida registaram um crescimento de 6,7%, bastante inferior aos 11,8% verificados em 2000, embora este último se apresente fortemente influenciado pelos ajustes tarifários no ramo de Acidentes de Trabalho, como resultado de alterações legislativas, e pela evolução favorável do ramo Automóvel. Ainda nos ramos Não Vida, de salientar a evolução do ramo Doença com um crescimento de 13,1% (16,8% no ano anterior) superior à média global do mercado e o abrandamento do ramo Automóvel com uma variação de 5,5% (7,8% no ano anterior), resultado da forte concorrência de preços no mercado. A evolução extremamente positiva do ramo Vida teve, essencialmente, como suporte os produtos de benefícios fiscais PPR/E com um crescimento de 26,5%.

A Seguros e Pensões registou um desempenho global ligeiramente inferior ao do mercado doméstico, atingindo um crescimento de 10,3% no volume global de prémios de seguro directo. O volume de prémios dos ramos Não Vida cresceu apenas 0,2%, traduzindo a *performance* dos canais tradicionais (agentes e corretores), devido, essencialmente, à implementação de políticas de subscrição mais restritivas, nomeadamente no ramo Automóvel, com o objectivo de melhorar a rentabilidade técnica do negócio. O ramo Vida registou um acréscimo no volume de prémios de 16,6%, reflectindo a evolução extremamente positiva do canal bancário, cuja manutenção se perspectiva para os próximos anos, apesar das elevadas taxas de penetração já detidas na base de clientes da generalidade das redes de distribuição do BCP, face ao potencial de crescimento ainda identificado, nomeadamente ao nível da rede Sotomayor em que se reconhece existir margem para aumentar a taxa de penetração de produtos de seguros.

Destaca-se o volume total de subscrições de PPR/E que permitiu obter uma quota de mercado de 30,2% e uma posição de clara liderança no sector. A Seguro Directo obteve em 2001 a autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para a exploração de outros ramos Não Vida para além do automóvel, nomeadamente, os ramos de acidentes pessoais, doença e multiriscos, capacitando-se, deste modo, para se tornar uma companhia multiproduto; paralelamente, foi disponibilizada uma nova versão do seu *site*, que possibilita, para além da simulação, a própria subscrição *on-line* do seguro automóvel.

Na área dos Seguros de Saúde, a Médís procedeu ao lançamento do seu *site* em Junho de 2001, tendo registado já uma expressiva adesão de clientes e prestadores convencionados. O *site* possui três áreas de acesso: público em geral, clientes e prestadores de cuidados de saúde, possibilitando aos clientes, entre outras funcionalidades, a consulta ao extracto de pagamentos, a consultas marcadas e ao estado das pré-autorizações, e aos prestadores convencionados a facturação dos actos médicos, a referênciação de consultas, bem como a solicitação de pré-autorizações. No âmbito do aperfeiçoamento da proposta de valor, a Médís disponibilizou aos seus clientes o serviço médico assistente, um médico pessoal sempre pronto a aconselhar o segurado/doente com base numa sólida relação de proximidade e confiança.

A estabilização da plataforma operativa e o restabelecimento de níveis de serviço adequados, constituíram os vectores essenciais de actuação da Auto Gere em 2001. Neste âmbito, foi iniciado um processo de reestruturação que contemplou a negociação do *outsourcing* de todo o tratamento documental desde a recepção do correio à abertura dos processos de sinistro no sistema informático, a criação de áreas específicas para a análise de responsabilidade de sinistros e para os pagamentos, bem como para a marcação de peritagens. Simultaneamente, foi colocada especial ênfase na gestão de sinistros, que incluiu o redimensionamento das equipas e a realização de acções de formação específica cobrindo a generalidade dos colaboradores, assim como a instalação de uma nova versão do sistema informático de gestão de sinistros.

Em 2001, foi constituída a ICI — Companhia de Seguros de Comércio e Indústria, S. A., detida na totalidade pela Seguros e Pensões, posicionando-se no mercado como uma seguradora especialista, dedicada em exclusivo ao segmento de mercado das grandes empresas, e que assenta a sua proposta de valor numa plataforma operativa dedicada e numa gama completa de serviços de *risk management* e de produtos inovadores.

As companhias de seguros Império Bonança e Ocidental passaram a concentrar toda a sua actividade nos segmentos de individuais e de pequenas e médias empresas.

Ao nível do canal de agentes, a Império Bonança, como corolário de um novo posicionamento estratégico, promoveu activamente um novo produto — Império Reforma e Bonança Reforma —, consubstanciando uma mudança de grande significado ao nível da actuação comercial da rede de mediação, ao centrar-se numa visão integrada das necessidades dos clientes, vector estrutural da cultura do Grupo BCP. No quadro da adopção do novo modelo de organização comercial para o negócio de retalho do BCP, a concepção e comercialização dos produtos de protecção da Ocidental passam a ser monitorizados pela unidade de produto de *bancassurance* e os produtos de investimento (ex: *unit-linked*, PPR/E, produtos de capitalização) pela unidade de produtos de Investimento.

No âmbito da actividade internacional, destaca-se a operação de fusão por incorporação da SIM — Seguradora Internacional de Moçambique na IMPAR Moçambique, posicionando-se a nova sociedade incorporante, com a denominação de Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. R. L., como a maior seguradora privada a operar no mercado moçambicano.

Em Macau, a Companhia de Seguros de Macau continuou a desenvolver com sucesso a estratégia de *bancassurance* em cooperação com o Banco Comercial de Macau. Ainda neste âmbito, registou-se a integração da Império Assurance et Capitalization (França) na estrutura da Eureko.

Num mercado em que a solvência geral do sector foi penalizada pela redução do valor dos activos, a solidez financeira do Grupo Seguros e Pensões foi uma vez mais reconhecida pelas prestigiadas agências internacionais de *rating* Standard & Poor's e Fitch, que confirmaram as correspondentes notações de AA— (Very Strong Financial Security e Excellent Security, respectivamente) atribuídas em 2000, realçando a capacidade de gestão e a forte solidez financeira da Seguros e Pensões.

De assinalar, igualmente, o início do processo de *rating* na Companhia de Seguros de Macau através da Agência internacional A. M. Best que lhe atribuiu a notação de A, equivalente à notação de AA— da Standard & Poor's.

Síntese de indicadores da Seguros e Pensões

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	8 480	7 462	13,6
Receita de prémios	2 374	2 233	6,3
Margem técnica	289	308	— 6,2
Margem técnica líquida de custos administrativos	— 30	17	—
Resultados líquidos	4	85	— 95,3
Quota de mercado:			
Não vida	22,5	24,0	—
Vida	33,0	33,5	—
Total	28,4	29,1	—
Colaboradores	2 751	2 910	— 5,5

BCM Bank:

O abrandamento do crescimento da economia mundial em 2001, fortemente induzido pela deterioração dos fundamentais da economia americana, reflectiu-se de forma marcante nas economias do Sudeste Asiático, fortemente dependentes dos mercados externos. Neste contexto, a economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), registou uma quebra assinalável do comércio com o exterior, em parte compensada por um desempenho bastante razoável do sector do turismo que, particularmente sustentado na componente associada ao jogo, continuou a desempenhar um papel importante em termos macroeconómicos locais.

A economia da RAEM continuou a ser dominada pela escassez de iniciativas de investimento de vulto, susceptíveis de incutir uma maior dinâmica no sector financeiro local, e pela apatia do mercado imobiliário, não obstante as sucessivas descidas das taxas de juro ao longo

do ano, com uma forte aceleração a partir de Setembro, e os incentivos públicos à aquisição de habitação. Agravaram-se, deste modo, as condições de exploração das instituições financeiras a actuar no mercado, caracterizado por uma procura de crédito reduzida e pouco consistente, contribuindo para o agudizar da situação de liquidez excessiva do sistema e consequente intensificação da concorrência na disputa das escassas oportunidades de negócio.

A estratégia do BCM, mediante uma envolvente — crise económica global, fraco investimento e consumo interno inconsistente —, que tem vindo a afectar negativamente a actividade da generalidade das instituições financeiras, seja por via da potencial degradação de activos ou pela dificuldade em consolidar as quotas de mercado, centrou-se em três vectores fundamentais: dinamização comercial, protecção da solidez financeira e inovação tecnológica.

Na vertente comercial, foi promovido um conjunto sistemático de acções, fundamentalmente dirigidas ao segmento de retalho, com enfoque nos produtos do crédito ao consumo — designadamente nas modalidades do crédito pessoal e dos cartões de crédito, cuja emissão aumentou a um ritmo substancial — e no crédito à habitação; estas campanhas foram concebidas numa óptica de venda cruzada, através da associação entre produtos bancários e de seguros, no âmbito da cooperação comercial com as seguradoras do Grupo com actividade em Macau, tendo em vista disponibilizar uma oferta financeira integrada como factor de diferenciação no mercado.

A protecção da solidez financeira, através da preservação da qualidade dos activos, constituiu outra das prioridades estratégicas do BCM, tendo por base uma avaliação dos riscos mais rigorosa e consistente, suportada em elementos de gestão mais aprofundados, a par de um acompanhamento sistemático dos clientes mais vulneráveis às alterações do ciclo económico.

A vertente tecnológica reforçou a sua importância estratégica, quer como factor de motivação interna, quer como instrumento de melhoria da eficácia operativa e comercial, em resposta às constantes mutações do mercado, à satisfação das necessidades financeiras dos clientes e à melhoria dos níveis de serviço, em conformidade com as orientações globalmente definidas pelo Grupo BCP para as sucursais e empresas associadas no exterior.

Neste âmbito, destaca-se o arranque de uma plataforma tecnológica vocacionada para a compreensão e gestão do comportamento dos clientes na sua componente financeira e do seu relacionamento com o Banco, em linha com as melhores práticas de retenção e gestão da base de clientes.

O desempenho do BCM em 2001, caracterizou-se pela manutenção de níveis globais de negócio em patamares satisfatórios, designadamente no que se refere à captação de depósitos, e pela expansão e diversificação da gama de serviços prestados, com reflexo no reforço da componente de comissões na estrutura de proveitos.

O activo total ascendeu, em 31 de Dezembro de 2001, a 946 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 6,4%. A carteira de crédito registou um decréscimo de 2,9%, cifrando-se em 339 milhões de euros, evidenciando um comportamento bastante razoável nos segmentos do crédito ao consumo e do financiamento ao comércio externo, no qual o Banco dispõe de importantes vantagens comparativas.

Os depósitos de clientes registaram uma evolução bastante positiva, apresentando, no final do ano, um saldo no montante de 855 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 13,6%; ao maior volume de fundos captados correspondeu um aumento nas operações do mercado monetário, que reforçaram o seu peso relativo na vertente da aplicação de recursos.

A margem financeira atingiu os 21 milhões de euros em 2001, traduzindo um decréscimo de 13,3%, relativamente ao ano anterior, reflectindo, por um lado, a enorme pressão sobre as taxas activas e, por outro, a crescente aplicação dos excedentes de liquidez em aplicações de menor risco e rentabilidade, designadamente, nos mercados interbancários. Em contrapartida, os outros proveitos, evidenciaram um comportamento muito positivo, registando um aumento de 11,7% ao beneficiarem da expansão e diversificação dos serviços geradores de comissões. Os custos de transformação registaram um decréscimo de 3,5%, como resultado de um controlo muito rigoroso dos custos, visando a maximização dos ganhos de eficiência, sem prejuízo da concretização do programa de investimentos de modernização de estruturas.

Os resultados líquidos do exercício em 2001 elevaram-se a 8,4 milhões de euros, a que corresponde um decréscimo de 18,5%, relativamente ao ano anterior; a rentabilidade dos activos médios (ROA) situou-se em 1%, enquanto que a rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) se situou em 11,5%.

Síntese de indicadores do Banco Comercial de Macau

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	946	889	6,4
Crédito sobre clientes	339	349	— 2,9
Recursos de clientes de balanço	855	753	13,6
Situação líquida	76	72	5,7
Margem financeira	21	24	— 13,3
Outros proveitos financ. (líquidos)	6	5	11,7
Custos de transformação	16	17	— 3,5
Resultados líquidos	8	10	— 18,5
Colaboradores	287	285	0,7

BIM — Banco Internacional de Moçambique:

A consolidação da proposta de valor baseada na inovação e qualidade, manteve-se como o objectivo estratégico prioritário do Grupo BIM em 2001, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia moçambicana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado.

A persistente instabilidade política vivida em Moçambique nos últimos anos, as calamidades naturais que assolaram o país em dois anos sucessivos, a diminuição da confiança dos agentes económicos, a pressão inflacionista e a depreciação acentuada do metical, constituíram os principais constrangimentos que afectaram negativamente a vida económica e social do país em 2001. Em síntese, a inflexão dos preços dos produtos energéticos inviabilizaram o alcance do objectivo de 7% fixado para a inflação em 2001, a depreciação do metical foi mais acentuada do que no ano transacto, agravada embora de forma moderada pelos atentados terroristas nos EUA, e o desequilíbrio da balança comercial ultrapassou as expectativas.

Neste contexto, a intervenção do Banco Central Moçambicano centrou-se num conjunto de medidas de política monetária visando restringir a expansão monetária e controlar a inflação e a depreciação do metical, entre as quais se incluem: a redução dos períodos de apuramento e de constituição das reservas obrigatórias; a subida das taxas de juro de intervenção no mercado monetário interbancário; o alargamento do mercado de bilhetes do Tesouro a outros operadores, a par da dinamização do mercado secundário de bilhetes do Tesouro; a adopção de uma nova postura de actuação no mercado monetário, caracterizada por intervenções diárias; a reformulação da intervenção no mercado cambial interbancário, através do sistema de leilão de montantes e câmbios; e a modernização do sistema de pagamentos, com a introdução da compensação electrónica entre instituições financeiras.

A concretização da operação de fusão por incorporação do BIM — Banco Internacional de Moçambique no BCM — Banco Comercial de Moçambique, dando origem a uma nova sociedade denominada Banco Internacional de Moçambique, S. A. (BIM), constituiu não só um passo importante no sentido de o BIM reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado doméstico, como também uma oportunidade de criação de valor para os accionistas, suportado no aproveitamento de sinergias operativas significativas e na melhoria da eficácia comercial ao nível dos negócios bancário, segurador e especializados, além do aproveitamento de novas oportunidades de negócio, com o esperado impacto na melhoria dos índices de rentabilidade.

Em termos organizacionais, em 2001 procedeu-se à adequação da estrutura do Banco à nova realidade resultante da criação do novo Grupo BIM, compreendendo a unificação e racionalização de estruturas e a reorganização e dinamização das redes comerciais; por forma a potenciar e capitalizar a notoriedade alcançada no mercado, foi criado o gabinete de comunicação e imagem institucional, foi reforçada a capacidade operativa do Banco, em que se enquadrou a reestruturação da área informática, e criado o centro de atendimento ao cliente, reflectindo a crescente aposta na prestação de serviços de elevada qualidade.

No quadro da dinamização da actividade comercial, foram disponibilizados pelo BIM novos produtos e serviços e estabelecidas parcerias visando o desenvolvimento de negócios considerados estratégicos no mercado moçambicano, tendo a oferta integrada do Grupo BIM sido reforçada com os produtos e serviços disponibilizados pela Credicar, uma empresa vocacionada para o mercado automóvel, nomeadamente,

o financiamento para aquisição de viatura própria pelos segmentos de particulares e empresas.

Procurando consolidar a posição de liderança tecnológica e de inovação ao nível da concepção de produtos e serviços ajustados às necessidades dos distintos segmentos de mercado em que actua, o BIM desenvolveu um conjunto de iniciativas inovadoras no mercado moçambicano: liderou a primeira Operação Pública de Venda (OPV) no mercado de capitais moçambicano de acções das Cervejas de Moçambique; posicionou-se como a primeira instituição financeira a colocar no mercado a modalidade do crédito à habitação; disponibilizou uma plataforma única no sistema financeiro moçambicano, materializada na solução de *software* integrada que gere toda a actividade de cartões, ATMs e POSs (integração das redes MultiBIM e BCM Cash na MultiRede); e ao nível da inovação de produtos procedeu à reformulação da conta rendimento mensal e aos lançamentos da conta poupança, destinada à poupança familiar, e do Pacote Sub26, uma oferta integrada especificamente vocacionada para o segmento jovem.

Em 31 de Dezembro de 2001, após a operação de fusão entre o Banco Internacional de Moçambique e o Banco Comercial de Moçambique ocorrida neste exercício, os recursos de clientes atingiram 526 milhões de euros, enquanto que o crédito sobre clientes se cifrou em 257 milhões de euros. Neste exercício, os resultados líquidos consolidados do BIM cifraram-se em 10,2 milhões de euros.

Síntese de indicadores do Banco Internacional de Moçambique

(Em milhões de euros)	
	2001
Activo total	681
Crédito sobre clientes	257
Recursos de clientes	526
Margem financeira	47
Outros proveitos financeiros (líquidos)	28
Custos de transformação	55
Resultados líquidos	10
Colaboradores	1 550
Sucursais	88

BIG Bank Gdanski:

Em 2001, o Grupo BIG Bank Gdanski empreendeu um intenso plano de reestruturação e de expansão da sua actividade, envolvendo um forte investimento na modernização dos meios tecnológicos a par com a segmentação da abordagem comercial, com especial enfoque na expansão da rede de retalho e na definição de propostas de valor inovadoras para os segmentos de negócios e de empresas; este esforço foi secundado pela concretização, no final do ano, de um programa de reforço de fundos próprios, com o intuito de dotar o Grupo dos recursos financeiros necessários ao prosseguimento e desenvolvimento de novas iniciativas e à consolidação do seu posicionamento competitivo no mercado polaco.

A actividade do BIG Bank GDANSKI desenvolveu-se num enquadramento económico desfavorável, caracterizado pelo abrandamento da produção e pela queda da procura doméstica, justificada pela retração do investimento. Paralelamente, registou-se uma queda na inflação e nas taxas de juro, em simultâneo com a manutenção de um zloty fortalecido; estes factores e a queda nas receitas fiscais agravaram o défice público, essencialmente financiado por recursos financeiros domésticos, contribuindo para a estagnação da procura de crédito doméstica.

Neste contexto, o exercício foi profundamente marcado pela reestruturação do Grupo BIG Bank GDANSKI em vários domínios, visando modernizar e dotar dos meios necessários as estruturas comerciais, operativas, de gestão e de capital do Grupo, num processo iniciado logo em Janeiro de 2001 com a fusão dos Bancos BBG e BIG Bank — entidade dominada pelo BBG que integrava a *joint venture* com o BCP para o mercado de retalho, o Millennium; esta operação de fusão, ao integrar sob a mesma entidade jurídica todo o negócio bancário do Grupo BBG, possibilitou a implementação de um conjunto de iniciativas adequadas ao aumento da eficácia na gestão comercial da base de clientes do Grupo e da racionalização das estruturas de suporte.

No tocante ao novo modelo de abordagem comercial, o comprovado e reconhecido conceito da rede Millennium foi alargado a toda a actuação do BBG no mercado de retalho e, paralelamente, foram lançadas duas novas redes comerciais propondo ofertas de valor específicas para segmentos de mercado distintos: o Banco Millennium Prestige — rede destinada ao segmento *affluent* de particulares, dotada de uma oferta global com especial enfoque nos produtos de in-

vestimento, capitalizando a ligação especial ao Broker do Grupo BBG (DM BBG) e dimensionada para marcar presença nas principais cidades do país; e o Millennium Business — rede vocacionada para a abordagem dos pequenos comércios, potenciando a capilaridade da rede de balcões Millennium, onde se instalaram os gerentes de conta desta nova rede comercial.

No quadro da reestruturação das plataformas operativas, o BBG iniciou o programa de investimentos necessário à concretização da migração dos clientes das antigas plataformas informáticas descentralizadas em uso no BBG e no BIG Bank para a solução centralizada ICBS, num processo que envolveu o *upgrade* do sistema central, em meados do ano, e o levantamento exaustivo dos clientes e produtos a migrar para a nova plataforma com vista à minimização de problemas e preservação dos níveis de serviço e do negócio com os clientes.

Para a abordagem do mercado de empresas, o BBG optou pela criação de duas redes especializadas: o Middle Corporate — assente em 22 Centros de Empresas com cobertura nacional, que integram *relationship managers* especialmente vocacionados para servir este tipo de clientes; e o Large Corporate — cuja gestão de clientes é assegurada a partir dos centros de clientes estratégicos de Varsóvia e Gdansk, dotados de gerentes de cliente especializados na prestação de serviços a este segmento de mercado.

Visando a dinamização comercial e o aprofundamento do relacionamento com a base de clientes, foram desenvolvidas várias iniciativas, de que se destacam pelo impacto futuro na evolução do volume de negócios: a criação uma unidade especializada em crédito hipotecário, dedicada a promover a comercialização deste produto nas redes do BBG e, também, através de redes próprias de agentes e promotores imobiliários; a implementação de mecanismos para incremento da venda de produtos das empresas associadas (*leasing, factoring, brokerage e investment banking*), em que se inseriu o início do *cross-selling* de seguros da PZU no seio das redes de clientes particulares do BBG; e a constituição de uma sociedade gestora de fundos de investimento (TFI), totalmente detida pelo Grupo, com vista à comercialização de unidades de participação de fundos de investimento já no decurso de 2002.

No âmbito do processo de reestruturação e racionalização das áreas de apoio ao negócio, foram concretizadas: a concentração numa unidade central de *back office* das funções de gestão de ficheiros de clientes, compensação, operações de estrangeiro, controlo de operações, tesouraria física e de produção e gestão de cartões bancários; a criação de uma unidade central de *procurement*, visando capturar sinergias com base no poder negocial do BBG na qualidade de cliente de grande dimensão; e a reformulação total do processo de decisão do crédito, com a centralização da decisão ao nível de um departamento central em Varsóvia e com a adopção de modelos específicos para avaliação do risco de crédito do retalho (*credit scoring*), dos pequenos negócios (*expert model*) e das empresas (*rating* baseado numa nova central de balanços).

De especial importância revestiu-se o programa de reforço da estrutura financeira do BBG, através da duplicação do capital social e da emissão de dívida subordinada, a fim de dotar o Grupo dos recursos necessários ao prosseguimento do plano de expansão e à constituição de provisões, seguindo as melhores práticas internacionais. Na sequência do aumento de capital, a posição accionista do Banco Comercial Português foi reforçada para 44,13%, na sequência da autorização do Banco Nacional da Polónia para o alargamento daquela participação até aos 50%.

O activo total do Grupo BBG cifrou-se em 5545 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2001, atingindo a carteira de crédito sobre clientes o montante de 2132 milhões de euros, enquanto que os depósitos de clientes ascenderam a 3875 milhões de euros. Não obstante o reforço de provisões, no quadro de uma política de provisionamento mais conservadora, e a assunção de custos de reestruturação, os resultados líquidos do exercício cifraram-se em 18,2 milhões de euros, registando um aumento de 13,9% face ao montante apurado no ano anterior.

Síntese de indicadores do BIG Bank Gdanski

(Em milhões de euros)			
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	5 545	5 158	7,5
Crédito sobre clientes	2 132	1 814	17,6
Depósitos de clientes	3 875	3 545	9,3
Margem financeira	83	217	- 61,6
Custos de transformação	354	464	- 23,7
Resultados líquidos	18	16	13,9

(a) Ano contabilístico de 2000: de 1 de Outubro de 1999 a 31 de Dezembro de 2000.

NovaBank:

O NovaBank completou o seu primeiro exercício de actividade em 2001, confirmando as expectativas criadas em torno desta nova instituição financeira — operando segundo um novo conceito de banca de retalho adaptado às especificidades do mercado grego, com enfoque no segmento de particulares de médios-altos rendimentos, englobando a disponibilização de um elevado nível de conveniência e uma superior qualidade de serviço.

Beneficiando de uma forte procura interna, sustentada basicamente pelos investimentos relacionados com a aplicação dos fundos estruturais provenientes da União europeia, bem como da modernização de infra-estruturas com vista à organização dos Jogos Olímpicos de 2004, a economia grega evidenciou em 2001 um crescimento robusto do PIB; face às previsões que apontam para a estabilização dos níveis da taxa de inflação e a manutenção da política de redução dos impostos, em 2002 a economia grega deverá continuar a crescer a um ritmo superior ao da média dos países da União europeia.

Ao apresentar uma proposta de valor extremamente diferenciada da concorrência, baseada na oferta de produtos e serviços inovadores — suportada por uma estratégia de *marketing* bastante agressiva, por uma plataforma de distribuição multi-canal dotada de tecnologia avançada, por sucursais funcionando com equipas de colaboradores de reduzida dimensão e de grande eficácia e dispondo de *lay-outs* modernos e acolhedores, transmitindo uma imagem de inovação, rapidez e transparência —, a marca NovaBank atingiu rapidamente um excelente nível de notoriedade no mercado grego, situado na ordem dos 96% em Atenas, apenas habitualmente reconhecido ao nível das maiores instituições financeiras locais.

Em 2001, prosseguiu o elevado ritmo de abertura de sucursais, concluindo-se o ano com 71 pontos de venda, maioritariamente localizados nas duas principais cidades gregas, Atenas e Salónica, as quais em conjunto representam cerca de metade da população grega e mais de 60% do mercado-alvo do NovaBank; complementarmente, foi reforçada a capacidade instalada dos canais remotos — Internet, Banca telefónica e ATMs —, conduzindo a que os clientes tenham efectuado, ao longo do ano, mais de 70% das transacções através dos canais alternativos.

Correspondendo às especificidades do mercado-alvo e à aposta na prestação de serviços personalizada, foi concebida e disponibilizada uma ampla e contínua oferta de produtos, dos quais se destacam: no âmbito da aplicação de poupanças, o investimento com alocação parcial dos montantes investidos em fundos de investimento com capital garantido; a oferta de soluções bastante competitivas e flexíveis na área do crédito à habitação, da qual o NovaBank foi responsável por cerca de 6% do conjunto de novas operações contratadas pela globalidade do sector; e na área de serviços, o lançamento dos cartões Electron, Visa e Mastercard associados a excelentes soluções financeiras visando a sua promoção no mercado e a subscrição por clientes.

O NovaBank assumiu a excelência e a melhoria contínua da qualidade como factor competitivo diferenciador, tendo para o efeito desenvolvido sistemas de medição sistemática, com vista à aferição dos níveis de satisfação dos clientes externos, clientes internos e colaboradores, num projecto que obteve uma elevada taxa de resposta dos destinatários e cuja informação se revela de extrema utilidade para a consecução daquele objectivo estratégico; paralelamente, foi dada crucial importância à recepção, controlo e rapidez de resposta às reclamações, com vista a garantir níveis superiores de fidelização e de recomendação dos clientes.

A notoriedade e os níveis de actividade alcançados abrem boas perspectivas à expansão dos negócios num mercado de reconhecido potencial, tendo como suporte a optimização das estruturas de *back-office*, a integração de sistemas de informação numa plataforma comum e o aproveitamento de novas oportunidades de negócio. Neste âmbito, encontram-se concluídos os projectos envolvendo a formulação de propostas de valor para a abordagem dos segmentos do *private banking* e das pequenas e médias empresas; perspectiva-se uma maior actividade no negócio dos seguros, em parceria com a Interamerican, com o intuito de fomentar o *cross-selling* e a obtenção de elevadas taxas de penetração no património dos clientes; e na sequência da operação de aquisição do Sitebank, um Banco de pequena dimensão na Turquia, o NovaBank iniciará neste país o desenvolvimento de negócios transfronteiriços.

Em termos de indicadores financeiros, o activo total do NovaBank ascendeu a 1332 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2001, representando um aumento de 79,5%, relativamente ao ano anterior. O crédito sobre clientes atingiu os 211 milhões de euros, enquanto os recursos totais de clientes se elevaram a 1082 milhões de euros.

Síntese de indicadores do NovoBank

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	1 332	742	79,5
Crédito sobre clientes	211	28	658,8
Recursos de clientes	1 082	537	101,3
Colaboradores	678	470	44,3
Sucursais	71	48	—

BPA Bank:

Constituído em Novembro do ano transacto, o BPA Bank, N. A., concluiu o primeiro ano de actividade integrando cinco sucursais, nas zonas de influência de Newark e Elizabeth, dispoendo de espaços caracterizados pelo conforto e funcionalidade e dotados de uma imagem de modernidade, destacando-se no mercado pela abordagem inovadora e pela proposta de valor diferenciada, reflectida no elevado grau de notoriedade alcançado junto dos residentes locais, em que predominam as comunidades de origem portuguesa.

A estratégia comercial do BPA Bank assenta na disponibilização de uma oferta global de produtos e serviços financeiros e em plataformas tecnológicas inovadoras, contando ainda com o apoio da sucursal do BCP em Nova Iorque, nomeadamente, ao nível da montagem de operações e da concretização de negócios que envolvam maior complexidade e especialização, designadamente no âmbito da concessão de crédito.

A evolução do volume de negócios excedeu as expectativas iniciais, evoluindo a um ritmo superior ao delineado para o exercício, cuja materialização se traduz em mais de 8000 contas e num total de activos que ultrapassa os 163 milhões de euros, facto que suscitou o reconhecimento e o interesse quer das autoridades de supervisão, que examinam já o BPA Bank segundo os critérios adoptados em relação a instituições de maior dimensão, quer de analistas locais que habitualmente acompanham a evolução da actividade dos Bancos de constituição recente.

Síntese de indicadores do BPABank

	(Em milhões de euros)		
	2001	2000	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	163	52	213,5
Crédito sobre clientes	88	3	—
Recursos de clientes	134	23	480,9
Colaboradores	73	42	73,8
Sucursais	5	3	—

Banque BCP (França):

A integração das estruturas e dos negócios das entidades que deram origem à constituição, em 2001, do Banque BCP (França) — Banco Popular Comercial (cisão), Banco Mello e Banco Pinto & Sotto Mayor —, implicou um vasto programa de reestruturação e de redefinição estratégica — envolvendo o redimensionamento do quadro de colaboradores, a racionalização de estruturas de apoio, a migração das bases de clientes e dos sistemas de informação para uma plataforma informática única, a uniformização dos procedimentos internos e a reformulação da abordagem comercial —, condicionando a actividade do Banque BCP no mercado francês.

A economia francesa revelou, no decurso de 2001, sinais evidentes de abrandamento, traduzido num crescimento do produto inferior a 2% e numa taxa de desemprego superior aos 9%. Não obstante a diminuição da taxa de inflação que se situou abaixo dos 2%, a conjuntura económica globalmente adversa, reflectiu-se negativamente nos índices de confiança dos consumidores e dos agentes económicos em geral, com impacto negativo no investimento privado e na procura de bens de consumo e equipamento, com consequências imediatas na retracção da procura de crédito, cujos efeitos se fizeram especialmente sentir nas áreas da indústria e da construção, com reflexos evidentes na actividade do sector bancário.

Entre as iniciativas inseridas no processo de reestruturação e de redefinição estratégica do Banque BCP em França, destacaram-se a transferência de parte das funções administrativas desempenhadas nas agências para serviços centrais de *back-office*, a centralização dos processos de análise e decisão de crédito, a abertura de novas agências e a remodelação do *layout* de toda a rede de agências, a migração de parte das transacções para canais alternativos — ATMs, Call Center e Internet — e a segmentação da base de clientes.

No quadro da actividade comercial, o Banque BCP desenvolveu e intensificou as acções de *cross-selling*, com especial enfoque na venda de produtos de poupança e de investimento, de seguros, de cartões de pagamento e nas transferências monetárias de emigrantes para crédito em conta noutras marcas do Grupo BCP em Portugal, tendo como objectivo o alargamento e a fidelização da base de clientes, além do reforço do peso relativo das comissões na estrutura de proveitos. Paralelamente, foram lançadas campanhas bastante apelativas no âmbito da concessão de crédito a particulares, em especial nas áreas do crédito à habitação e ao consumo.

Os resultados do Banque BCP em 2001, foram condicionados: pela conjuntura adversa que se reflectiu na evolução menos positiva da margem financeira, ainda que compensado pelo aumento das comissões que representaram 32% dos proveitos totais; pela opção tomada de reforçar as dotações de provisões para riscos de crédito, no quadro de uma política prudente de cobertura global dos riscos, que afectou pontual e materialmente os resultados do exercício; e pelos custos associados ao programa de reestruturação, designadamente, o redimensionamento do quadro de pessoal, a remodelação da rede de agências e os investimentos significativos na área informática e de sistemas e em canais remotos.

O activo total do Banque BCP (França) ascendeu a 1212 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2001. A margem financeira em 2001 cifrou-se em 35 milhões de euros e os resultados líquidos situaram-se nos 561 milhares de euros.

Síntese de indicadores do Banque BCP (França)

(Em milhares de euros)	
2001	
Activo total	1 212
Crédito sobre clientes	523
Recursos de clientes	1 035
Margem financeira	35
Custos de transformação	47
Resultados líquidos	0,56
Colaboradores	583
Sucursais	61

Banque BCP (Luxemburgo):

O processo de reestruturação e redefinição estratégica, com enfoque na actividade de *retail banking* junto da comunidade portuguesa e luso-descendente residente no Luxemburgo, através de uma actuação comercial incisiva e de uma oferta de produtos e serviços competitiva, constituiu o vector estratégico prioritário do Banque BCP (Luxemburgo), um Banco constituído por transformação do Banco Mello Luxemburgo, uma entidade particularmente vocacionada para o negócio internacional.

Dispondo de uma rede de cinco sucursais estrategicamente localizadas, o Banque BCP constitui a maior filial de um Banco português presente no Luxemburgo, operando num contexto competitivo marcado por uma crescente agressividade junto da comunidade portuguesa residente no país desencadeada pelos bancos locais, que se posicionam como os principais concorrentes do Banque BCP no Luxemburgo.

No âmbito do processo de reestruturação empreendido pelo Banque BCP em 2001, incluem-se: a reestruturação e a redefinição de funções dos órgãos de apoio; a centralização de tarefas de *back-office*, aliado ao reforço das equipas comerciais; a concretização de projectos na área informática, com vista à automatização de procedimentos, à melhoria dos níveis de serviço e à migração de contas, da base de clientes e do processamento contabilístico para a moeda única; a participação dos colaboradores na formação de integração em Portugal, com o intuito de aceder a uma visão global a par da maior identificação com a cultura do Grupo; e a alteração da imagem do Banco e do *lay-out* das sucursais.

O reforço da cooperação com a Império Bonança Companhia de Seguros, também presente no Luxemburgo, possibilitou o alargamento da oferta de produtos e serviços e o incremento do *cross-selling*,

nomeadamente, ao nível dos seguros de vida associados ao crédito à habitação e ao crédito pessoal e dos seguros de capitalização. No quadro da actividade de *retail banking* do Banque BCP, o enfoque foi colocado no segmento de particulares, através de uma oferta global de produtos e serviços, reflectido na carteira de crédito sobre clientes que ascendeu a 114,8 milhões de euros e nos recursos totais de clientes que atingiram 91,2 milhões de euros.

O activo total do Banque BCP (Luxemburgo) ascendeu a 218 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2001, representando um aumento de 14,3% em base comparável (ex-Banco Mello Luxemburgo) relativamente ao ano anterior. A margem financeira registou um comportamento positivo, cifrando-se em 3,3 milhões de euros, fundamentalmente determinado pela evolução muito positiva do crédito, contribuindo para que os resultados líquidos tenham ascendido a 148 milhares de euros.

Síntese de indicadores do Banque BCP (Luxemburgo)

(Em milhares de euros)	
2001	
Activo total	218
Crédito sobre clientes	115
Recursos de clientes	91
Margem financeira	3
Custos de transformação	6
Resultados líquidos	0,15
Colaboradores	61
Sucursais	5

Plataformas tecnológicas de negócio

ActivoBank:

O ActivoBank foi constituído no âmbito das iniciativas comuns previstas no acordo de parceria estratégica estabelecido entre o Grupo BCP e o Banco Sabadell, posicionando-se como um operador actuando no espaço Ibérico, adoptando uma abordagem multi-canal prioritariamente centrada na Internet, vocacionado exclusivamente para a satisfação das necessidades de investimento dos particulares de médios-elevados rendimentos (segmento de mercado *affluent*) que privilegiam a recomendação independente e especializada sobre as melhores opções de investimento.

No decurso dos primeiros seis meses de actividade, o ActivoBank atingiu níveis de penetração significativos no segmento de mercado alvo, reflectido na base de clientes que ultrapassou os 42 000 clientes no total do mercado ibérico. A evolução da actividade, neste período, demonstra a validade da aposta neste conceito de banca, bem como a experiência acumulada e o conhecimento dos respectivos mercados nacionais por parte das duas entidades que serviram de suporte ao lançamento deste projecto: o Banco7, que conquistou a liderança ao nível da inovação em canais directos no mercado português, e a Ibersecurities, uma corretora *on-line* pioneira e detentora de significativa quota de mercado em Espanha.

Durante 2001, a generalização da tendência de descida dos índices bolsistas e a reduzida atractividade dos produtos de poupança tradicionais geraram uma inadequação entre as necessidades sentidas pelos clientes do segmento *affluent* — composto por indivíduos de elevado património mas ainda não elegíveis para uma proposta de valor de *private banking* —, e a oferta existente no mercado; neste quadro, não obstante a tendência registada para a diminuição do número de *brokers on-line* cuja plataforma operacional se baseava essencialmente no acesso directo via Internet, abriu-se uma janela de oportunidade para o aparecimento de bancos que, à semelhança do ActivoBank, se especializaram na assessoria financeira.

A proposta de valor do ActivoBank, assenta na selecção criteriosa e rigorosa dos melhores produtos de investimento disponibilizados pelas mais reputadas sociedades gestoras internacionais e na recomendação de soluções de investimento ajustadas ao perfil de risco específico de cada cliente, diferenciando-se das propostas de valor dos operadores que se auto-denominam de supermercados de fundos. A independência e o compromisso de não se limitar apenas a disponibilizar os melhores produtos, mas fundamentalmente em acompanhar e assessorar os seus clientes na procura da melhor solução em face de circunstâncias e de objectivos concretos, fazem com que a proposta de valor possa ser considerada única em Portugal e no mercado ibérico.

A comodidade, a conveniência e a excelência do serviço prestado ao cliente, constituem outros dos factores distintivos da proposta de

valor do ActivoBank, ao adoptar um modelo de distribuição multi-canal centrado, em primeira instância, na Internet, mas complementado por modernas plataformas telefónicas — Contact-Centers — e por espaços próprios de atendimento personalizado — Centros Activo —, dois em Portugal (Lisboa e Porto) e dois em Espanha (Madrid e Barcelona), bem como por uma rede de quiosques interactivos que marcam presença em locais com elevado tráfego de potenciais clientes.

O conceito inovador de serviços financeiros que o ActivoBank propôs ao mercado e o comportamento negativo dos mercados financeiros em 2001, revelaram-se determinantes para a definição da estratégia comercial e da linha de comunicação adoptadas. A presença contínua do activo em *outdoors*, televisão, rádio e outros meios permitiu alcançar níveis de notoriedade elevados e gerar um grande número de contactos de potenciais clientes.

A dinamização comercial do ActivoBank em Portugal (ActivoBank7), beneficiou do lançamento de produtos inovadores, com destaque para: o depósito duplo activo, dirigido aos investidores cujo perfil de risco indicava uma preferência por produtos de capital garantido; o depósito activo 6%, orientado para os investidores que, numa conjuntura de elevada volatilidade, pretendessem aliar a alta rentabilidade a uma total liquidez; o depósito activo mais, uma solução global tendo por base a repartição equilibrada do investimento num depósito de alta rentabilidade e numa carteira de fundos de investimento internacionais; os melhores Fundos de Investimento do Mundo, seleccionados entre as ofertas das mais reputadas sociedades gestoras internacionais, como a UBS, Credit Suisse, Morgan Stanley, DWS, Schroders, Invesco, Parvest entre outras; e uma proposta de assessoria personalizada ao cliente — três passos para investir —, integrando a recomendação da carteira de fundos adequada ao perfil de risco identificado.

A excelência e o carácter inovador dos produtos e serviços prestados, bem como a eficácia das acções comerciais empreendidas em cerca de seis meses de actividade, traduziram-se num volume de negócios que atingiu 671,4 milhões de euros em termos de património global de clientes a nível do mercado ibérico.

Cidade bcp.pt:

A consolidação da marca cidadebcp, a alteração de imagem e da lógica de navegação no *site*, tornada mais cómoda e eficiente para os utilizadores, a par do incremento das funcionalidades disponíveis — com destaque para o lançamento do Código52^{ia}, possibilitando o acesso via telemóvel através de mensagens escritas SMS — e da ampla divulgação da cidadebcp nas redes de retalho do Grupo BCP, contribuíram para o crescimento sustentado do número de clientes, de contas de utilizadores registados e, de forma expressiva, do número de transacções.

Posicionando-se genuinamente como um portal financeiro, o *site* cidadebcp disponibiliza, também, uma gama de produtos e serviços não financeiros, embora estreitamente correlacionados com a actividade do Banco, constituindo essa uma das valências que lhe confere maior poder de atractividade e que se revela geradora do crescente afluxo e circulação de utilizadores, a par com o seu carácter transversal enquanto meio privilegiado de acesso e de agregação do relacionamento bancário extensível a todas as marcas do Grupo BCP. Beneficiando de uma componente transaccional estável e disponibilizando um vasto leque de funcionalidades, a cidadebcp reforçou a liderança na área de *internet banking* ou, mais genericamente, no domínio do *remote banking* em Portugal.

A alteração da imagem e da lógica de navegação, amplamente divulgadas nos media, em Junho de 2001, implicou a reestruturação da proposta de valor e a mudança de *lay-out*, traduzidas na mudança de disposição da *home-page* e restantes páginas do *site*, tornando-a mais interactiva e apelativa com a divulgação permanente de destaques, e na própria forma de navegação, com recurso a menus arquitectados segundo uma lógica de *flying windows*, conduzindo rapidamente o utilizador à opção pretendida.

Em termos operacionais, destaque para o lançamento do Código52^{ia}, um serviço inovador desenvolvido no âmbito da actividade da cidadebcp, que possibilita o acesso ao Banco através de qualquer um dos operadores das redes móveis e de qualquer telemóvel, sem nenhum requisito técnico específico a não ser a possibilidade de enviar e receber mensagens escritas SMS; esta nova funcionalidade inseriu-se na actuação estratégica de servir o cliente de forma integrada, tornando possível aos clientes de qualquer uma das redes de distribuição do Grupo a consulta a saldos, movimentos ou NIB, a realização de transferências e pagamentos de serviços ou a requisição de cheques, por via deste inovador serviço em Portugal.

Outra das alterações com forte impacto na capacidade de crescimento da cidadebcp, e simultaneamente imprescindível ao lançamento

do Código52^{ia}, foi a maior flexibilização ao nível do processo de registo, possibilitando aos utilizadores da cidadebcp a visualização e gestão de todas as suas contas bancárias a partir de qualquer computador com acesso à Internet, sendo apenas exigida a introdução do código de utilizador e a respectiva *password* e adicionalmente, para a realização de determinadas operações, a chave de activação personalizada, factores que passaram a conferir um elevado grau de portabilidade à cidadebcp.

Visando reforçar a proposta de valor da cidadebcp, foram disponibilizadas, em 2001, as seguintes funcionalidades aos utilizadores registados: *cash-advance*; carregamentos (pré-pagos) de telemóvel de todos os operadores móveis; carregamentos de NetPac; liquidações ao Estado (ex: IVA, IRS, contribuição autárquica); realização de débitos directos; a venda *on-line* de produtos não financeiros, tais como viagens e obras de arte; e a adesão imediata ao Serviço MBNet — Pagamento Seguro, um serviço inovador desenvolvido em conjunto com a SIBS e a Unicre, que possibilita a realização de pagamentos com segurança na Internet.

O desempenho da cidadebcp, em 2001, encontra tradução no total de cerca de 200 mil contas sob gestão e em aproximadamente 1,6 milhões de consultas efectuadas no último mês do ano. As transacções repartiram-se, fundamentalmente, entre: pagamentos de serviços (41%), que se cifraram em 72 000 no mês de Dezembro; transferências pontuais (31%) e ordens de bolsa (10%), as quais representam já 28% e 17%, respectivamente, do total de transferências pontuais realizadas e de ordens de bolsa transmitidas nos vários canais de distribuição do Grupo BCP.

Managerland:

Desenvolvido pelo Grupo BCP em parceria com o Banco Sabadell, o portal Managerland foi lançado em Junho de 2001, particularmente orientado para uma oferta a nível ibérico de serviços *on-line* dirigida às PME's e, simultaneamente, vocacionado para a satisfação das necessidades financeiras dos clientes empresas e ENIs do Grupo BCP no mercado doméstico, potenciando maiores níveis de retenção e de *cross-selling* de produtos e serviços financeiros. A adesão e receptividade ao portal são evidenciados pelo recenseamento de mais de 5000 utilizadores, dos quais cerca de 80% são utilizadores regulares, e por próximo de um milhão de páginas vistas/mês.

Os principais grupos financeiros nacionais que concorrem com o Grupo BCP nesta área das novas tecnologias, aprofundaram a segmentação da oferta de serviços *on-line*, quer constituindo espaços próprios para empresas, quer desenvolvendo iniciativas autónomas na área dos *marketplaces* dirigidos a PME's, seguindo modelos de negócio distintos da proposta de valor do Managerland, a qual se posiciona como uma das *webs* transaccionais mais competitivas no quadro da oferta de serviços bancários de âmbito ibérico.

Complementando a componente financeira, o portal Managerland disponibiliza aos clientes do Grupo BCP a oferta de outros serviços não bancários, nomeadamente o acesso a informação útil para a gestão das empresas e dos negócios, assim como a possibilidade de concretizar compras junto de um universo reputado de fornecedores, funcionalidade especialmente dirigida a PME's cuja dimensão não justifica a adopção de sistemas electrónicos de aprovisionamento.

A campanha de lançamento do Managerland visou, fundamentalmente, a divulgação da marca junto dos potenciais utilizadores, tendo os esforços de penetração incidido sobre os segmentos onde a procura era latente, com particular enfoque no segmento de médias e grandes empresas, centrando-se a ênfase da acção comercial na migração de clientes e de utilizadores frequentes de anteriores soluções de *corporate banking* do Grupo BCP — Terminal de Empresa, Corporate Direct, TeleAtlântico e TeleSotto.

Análise financeira

Num contexto particularmente exigente, marcado pelo abrandamento da actividade económica, pelo clima de instabilidade nos mercados financeiros, agravado com os acontecimentos de 11 de Setembro, e pela manutenção de um ambiente fortemente concorrencial, o desempenho da generalidade dos indicadores da actividade comercial e o desenvolvimento de novas iniciativas de negócio permitiram que o Grupo BCP consolidasse a sua posição cimeira no mercado doméstico. Em 31 de Dezembro de 2001, o activo consolidado totalizou 62 960 708 milhares de euros, equivalentes a uma quota estimada em 21% do sistema bancário português. Na mesma data os créditos sobre clientes cifraram-se em 42 938 314 milhares de euros, correspondendo a uma quota de mercado estimada em 26%, tendo-se os recursos totais de clientes (débitos para com clientes, incluindo montantes titulados,

certificados de depósito, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização) situado em 49 068 167 milhares de euros. Nos depósitos de clientes, estima-se que a quota de mercado do Grupo BCP se tenha cifrado em 21% no final de 2001.

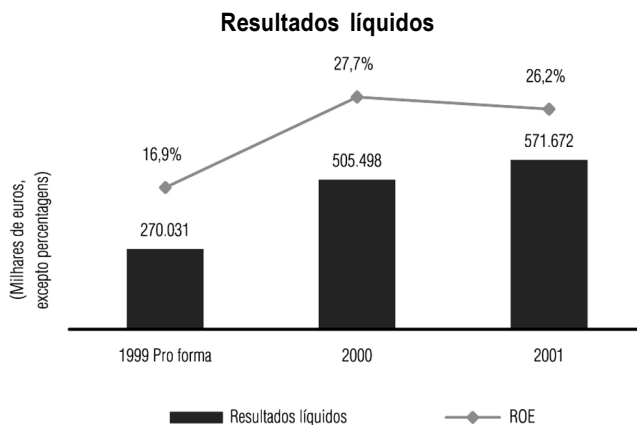
Paralelamente, o Grupo BCP prosseguiu a sua estratégia de internacionalização, tendo o negócio desenvolvido fora de Portugal representado uma parcela crescente da actividade do Grupo. No final de 2001, o activo total das subsidiárias do Grupo BCP sediadas no exterior correspondia a 7,7% do activo total consolidado, perspectivando-se uma subida desta proporção nos próximos anos.

Na actividade desenvolvida pelo Grupo em 2001 destacam-se igualmente os esforços de protecção da margem financeira, a evolução favorável dos indicadores de *cross-selling* e a redução da importância dos custos operativos em proporção dos proveitos totais na actividade doméstica, decorrente do impacto favorável dos programas de racionalização adoptados em resultado das aquisições ocorridas em 2000.

Em consequência, os resultados líquidos ascenderam a 571 672 milhares de euros, mais 13,1% que o valor alcançado em 2000 (505 498 milhares de euros). Os resultados de 2001 incorporam impactos desfavoráveis de natureza não recorrente que totalizaram 93.902 milhares de euros, relacionados com o programa de racionalização da rede de sucursais e com a menor apropriação de resultados da Eureka face aos montantes inicialmente previstos. Em 2000, os impactos de natureza não recorrente, relacionados com a alienação ao Big Bank Gdansk do interesse económico detido pelo BCP no Millennium, com a colocação de acções próprias junto de accionistas estratégicos, com a alienação da participação detida no Shopping Direct e com provisões associadas a pensões de reforma e à reestruturação do negócio hipote-

cário do Grupo foram globalmente favoráveis, totalizando 7317 milhares de euros. Expurgando dos resultados de ambos os exercícios os efeitos não recorrentes, os resultados líquidos consolidados teriam evidenciado um crescimento de 33,6%.

A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) cifrou-se em 26,2%, comparando com os 27,7% registados em 2000, reflectindo o impacto dos aumentos do capital social do BCP. A rentabilidade do activo médio (ROA) cifrou-se em 0,9%, em linha com o valor registado em 2000.



Síntese financeira

(Em milhares de euros, excepto percentagens)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Demonstração de resultados:					
Juros e proveitos equiparados	3 396 524	3 044 807	2 649 268	1 539 289	1 652 125
Juros e custos equiparados	2 044 666	1 792 223	1 435 596	783 735	952 990
Margem financeira	1 351 858	1 252 584	1 213 672	755 554	699 135
Provisões para riscos de crédito	208 478	235 090	268 891	150 532	147 120
Outros proveitos (a)	1 214 412	1 440 497	1 113 363	1 145 915	826 054
Outros custos (b)	1 611 400	1 649 749	1 493 209	1 152 741	962 964
Provisão para impostos sobre lucros	84 455	129 698	61 572	53 941	50 862
Interesses minoritários e result. pré-aquisição	90 265	173 046	233 332	113 868	93 868
Resultados líquidos	571 672	505 498	270 031	430 387	270 375
Balanço em 31 de Dezembro:					
Activos geradores de juros	52 327 778	52 253 621	46 461 662	29 368 791	24 171 227
Activo total	62 960 708	61 979 004	54 719 265	35 298 611	28 940 239
Passivos geradores de juros	56 614 547	55 427 923	48 068 311	30 700 367	24 998 514
Passivo total	59 426 316	58 877 549	50 274 520	32 165 235	26 520 509
Sit. líq., acções preferenc. e passivos subordinados	6 294 499	4 609 245	5 332 463	3 482 239	2 763 019
Balanço médio:					
Activos geradores de juros	52 805 555	48 562 809	44 296 779	27 318 189	23 625 024
Activo total	62 062 303	57 586 021	53 111 074	32 128 999	28 084 052
Passivos geradores de juros	56 091 583	51 707 783	45 996 568	27 885 334	24 708 562
Passivo total	58 611 384	54 051 305	48 060 993	29 278 898	26 024 272
Sit. líq., acções preferenc. e passivos subordinados	5 765 764	4 447 973	4 164 249	3 178 689	2 563 372
Número médio de acções (c)	2 272 727 852	1 551 984 280	998 048 534	998 048 534	919 659 640
Indicadores de rentabilidade (percentagem):					
ROA	0,9	0,9	0,5	1,3	1,0
ROE	26,2	27,7	16,9	25,0	21,7
Resultados líquidos por acção (euros)	0,25	0,33	0,27	0,43	0,29
Indicadores de exploração (percentagem):					
Taxa de margem financeira	2,6	2,6	2,7	2,8	3,0
Outros proveitos/proveitos totais (d)	44,7	48,1	44,8	47,9	45,6
Custos de transformação/proveitos totais (d)	56,6	56,4	61,7	60,3	63,5
Indicadores de solvabilidade (percentagem):					
Ratio de solvabilidade — Banco de Portugal	8,3	8,1	—	10,1	10,4

(Em milhares de euros, excepto percentagens)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Ratio de solvabilidade — BIS:					
Tier one	6,5	7,1	—	8,5	9,2
<i>Total</i>	9,4	9,2	—	11,0	11,1
Indicadores de riscos de crédito (percentagem):					
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total	1,4	1,1	1,5	1,0	1,5
Crédito vencido total/crédito total	1,7	1,3	1,7	1,1	1,6
<i>Total de provisões/crédito vencido a mais de 90 dias</i>	169,6	213,0	159,3	202,3	157,9
<i>Total de provisões/crédito vencido total</i>	146,3	172,8	140,8	177,8	143,7

(a) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(b) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

(c) Valores ajustados pelo efeito do *stock-split* ocorrido em Novembro de 1999.

(d) Valores expurgados do impacto de operações não recorrentes.

Análise de rentabilidade

A actividade do sistema bancário português conheceu um abrandamento ao longo de 2001, em linha com o registado pela actividade económica. A inversão da tendência descendente das margens de intermediação registada nos últimos anos e o efeito dos programas de racionalização dos custos operativos foram parcialmente compensados pelo impacto desfavorável do comportamento dos mercados de capitais nas comissões e nos resultados em operações financeiras, pelo que ter-se-á registado uma inversão da trajectória de melhoria dos indicadores de rentabilidade do sistema bancário português, verificada nos últimos exercícios.

Resultado líquidos:

Os resultados líquidos consolidados do BCP ascenderam a 571 672 milhares de euros, mais 13,1% que os 505 498 milhares de euros apurados em 2000. Quando expurgados dos impactos não recorrentes já mencionados, os resultados líquidos registaram um crescimento de 33,6%, atingindo 665 574 milhares de euros em 2001. O sucesso dos esforços de protecção das margens de intermediação e dos programas de racionalização e integração implementados na sequência das aquisi-

ções ocorridas em 2000, mais que compensaram o efeito do enquadramento macroeconómico adverso, em particular no comportamento das rubricas de proveitos originados nas actividades associadas aos mercados de capitais.

Da análise detalhada da rentabilidade do activo médio, que se situou em 0,9% (o mesmo valor registado no ano anterior), destaca-se a manutenção da proporção da margem financeira e a redução dos outros custos. A primeira, cujo peso em percentagem do activo médio se situou em 2,2%, ao nível do valor verificado em 2000, beneficiou da implementação de medidas de protecção de um *pricing* racional, não obstante a manutenção de um ambiente concorrencial particularmente intenso. Os outros custos, cuja importância em percentagem do activo médio se reduziu de 2,9% em 2000 para 2,5% em 2001, foram favoravelmente influenciados pelas medidas de racionalização implementadas na sequência das aquisições ocorridas em 2000, tendo sido negativamente afectados pelo desenvolvimento dos projectos mais recentes do Grupo fora do território nacional.

Destacam-se os programas de racionalização da rede de sucursais do Grupo e de redimensionamento do quadro de pessoal, tendo os efeitos deste último sido patentes na evolução dos custos com pessoal que, em percentagem do activo médio consolidado, se cifraram em 1,2%, comparando com 1,3% em 2000.

Análise trimestral da rentabilidade

(Em percentagem)

	2001					2000
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	
Margem financeira	19	2,18	2,19	2,15	2,18	2,18
Provisão para riscos de crédito	34	0,35	0,35	0,31	0,34	0,41
Margem financeira após provisão para riscos de crédito	85	1,83	1,84	1,84	1,84	1,77
Outros proveitos:						
Rendimentos de títulos	0,30	0,55	0,26	— 0,21	0,23	0,32
Comissões	0,92	0,90	0,91	0,92	0,91	1,11
Lucros em operações financeiras (líquidos)	0,22	0,24	0,26	0,29	0,25	0,37
Outros proveitos de exploração	0,56	0,53	0,56	0,62	0,57	0,65
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras	—	—	—	—	—	0,05
<i>Total de outros proveitos</i>	2,00	2,22	1,99	1,62	1,96	2,50
Outros custos:						
Custos com o pessoal	1,21	1,18	1,14	1,16	1,17	1,29
Outros gastos administrativos	0,79	0,85	0,86	0,78	0,82	0,82
Amortizações do exercício	0,25	0,20	0,23	0,27	0,24	0,25
Outros custos (a)	0,24	0,25	0,27	0,28	0,26	0,50
<i>Total de outros custos</i>	2,49	2,48	2,50	2,49	2,49	2,86
Lucro antes de impostos	1,36	1,57	1,33	0,97	1,31	1,41

(Em percentagem)

	2001					2000
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total	
Provisão para impostos sobre lucros	0,14	0,17	0,15	0,08	0,14	0,23
Lucro depois de impostos	1,22	1,40	1,18	0,89	1,17	1,18
Interesses minoritários	0,16	0,16	0,15	0,12	0,15	0,12
Lucro da actividade corrente	1,06	1,24	1,03	0,77	1,02	1,06
Custo extraordinário	—	—	—	0,42	0,11	—
Resultados pré-aquisição	—	—	—	—	—	0,18
Lucro líquido atribuível ao Banco (ROA)	1,06	1,24	1,03	0,35	0,91	0,88

(a) Encargos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração.

O desempenho das principais subsidiárias, muitas das quais líderes de mercado nos negócios em que actuam foi globalmente positivo, reflectindo a eficácia comercial das redes de distribuição e os efeitos benéficos da estratégia de *cross-selling* do Grupo, que possibilitaram compensar, em vários casos, o impacto da conjuntura desfavorável, particularmente sentido nas empresas cuja actividade está mais dependente do desempenho dos mercados de capitais.

Os resultados líquidos do BCP Investimento, que viu o seu desempenho no negócio da banca de investimento ser reconhecido pela atribuição pela euromoney dos prémios Best Equities House in Portugal e Best Debt House in Portugal, cifraram-se em 26 959 milhares de euros, mais 4,6% que os 25 767 milhares de euros apurados em 2000. A par da consolidação da sua posição de destaque na banca de investimento, o BCP Investimento reforçou a sua capacidade de desenvolvimento de emissões obrigacionistas destinadas ao segmento de retalho e de produtos estruturados inovadores, colocados nas redes de distribuição do BCP no âmbito da estratégia de *cross-selling*.

O Banco de Investimento Imobiliário reforçou o seu papel como instituição de referência no mercado do crédito imobiliário, o que se reflectiu no crescimento de 12,5% da sua carteira de crédito. Os resultados líquidos do Banco de Investimento Imobiliário, que se cifraram em 9 776 milhares de euros em 2001, não são directamente comparáveis com os de 2000, ano em que o BII apurou um prejuízo de 59 426 milhares de euros, principalmente atribuível à constituição de provisões relacionadas com o custo dos passivos associados à reestruturação do negócio de crédito hipotecário do Grupo, ocorrida nesse ano.

Os resultados líquidos do CrédiBanco, que registou um crescimento da sua actividade creditícia, situaram-se em 5 461 milhares de euros em 2001, mais 7,6% que os 5 074 milhares de euros registados em 2000. O acréscimo das comissões obtidas no negócio de cartões permitiu atenuar o impacto das alterações ocorridas na composição do negócio, nomeadamente a migração de crédito para o Interbanco.

A evolução dos resultados líquidos do Banco Expresso Atlântico, que aumentaram 16,3%, de 409 milhares de euros em 2000 para 475 milhares de euros em 2001, foram impulsionados pelo crescimento de 17,8% dos créditos sobre clientes, incluindo o crédito à habitação domiciliado no BCP. A evolução do crédito permitiu compensar o impacto do provisionamento dos riscos de crédito e dos custos resultantes do programa de racionalização da rede de distribuição, que envolveu o encerramento de 50 lojas em 2001.

A AF Investimentos, que manteve a liderança sectorial nos fundos de investimento mobiliário, apurou resultados líquidos num total de 17 906 milhares de euros, montante inferior aos resultados registados em 2000 (28 859 milhares de euros). Estes resultados não são directamente comparáveis, devido à transferência de parte do negócio da AF Investimentos para a F&C no final de 2000, no âmbito do aprofundamento da parceria estratégica com a Eureka. Os resultados de 2001 reflectem também o desempenho desfavorável dos mercados de capitais, que se traduziu com maior incidência nos fundos com maior vertente de investimento no componente accionista.

Os resultados líquidos do Interbanco registaram um crescimento de 51%, cifrando-se em 11 627 milhares de euros em 2001 (7 701 milhares de euros em 2000). Este desempenho reflectiu essencialmente o comportamento da carteira de crédito que, antes de consideradas as operações de securitização, registou um crescimento assinalável, para o que contribuiu a migração de parte do negócio do CrédiBanco.

Também a Leasefactor manteve a liderança de mercado nos negócios de *leasing* e de *factoring*. Os resultados líquidos, que totalizaram 9 409 milhares de euros em 2001 (10 987 milhares de euros em 2000) reflectiram essencialmente as maiores necessidades de provisionamento dos riscos

de crédito e a evolução desfavorável do negócio de *leasing*, influenciado pela descida das vendas de automóveis ligeiros em Portugal em 2001.

Evolução dos resultados líquidos das empresas do Grupo

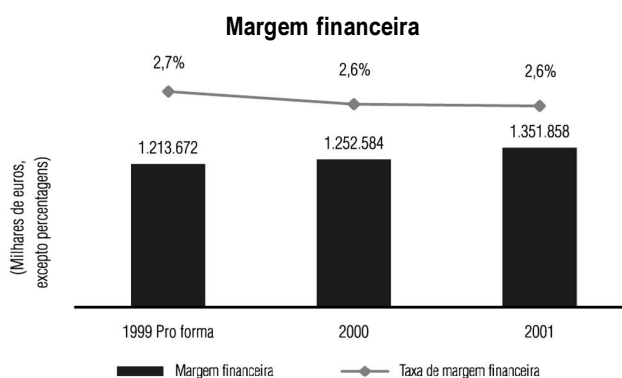
	(Em milhares de euros)		
	2001	2000	Varição (percentagem)
BCP Investimento	26 959	25 767	4,6
Banco de Investim. Imobiliário	9 776	(59 426)	—
CrédiBanco	5 461	5 074	7,6
Expresso Atlântico	475	409	16,3
Interbanco	11 627	7 701	51,0
AF Investimentos	17 906	28 859	—38,0
Leasefactor	9 409	10 987	—14,4
Banco Comercial de Macau	8 369	10 268	—18,5
Banco Intern. de Moçambique (a)	10 164	3 799	167,5
Banque BCP (França)	561	—	—
Banque BCP (Luxemburgo)	148	59	150,1

(a) Inclui a actividade do Banco Comercial de Moçambique em 2001.

Margem financeira:

O comportamento da margem financeira do sistema financeiro nacional ao longo de 2001 foi caracterizado pela recuperação dos *spreads*, invertendo a tendência verificada nos últimos exercícios. Registou-se uma recomposição da estrutura patrimonial, no sentido do acréscimo da importância relativa do crédito nos activos geradores de juros, e do crescimento do peso das emissões de títulos e de passivos subordinados nos passivos geradores de juros.

A margem financeira consolidada ascendeu a 1 351 858 milhares de euros em 2001, evidenciando um crescimento de 7,9% em relação aos 1 252 584 milhares de euros contabilizados no ano anterior. O crescimento do volume de negócios foi determinante para este desempenho positivo, tendo a taxa de margem financeira situando-se em 2,6%, sensivelmente ao nível do ano anterior. Este comportamento reflecte a gestão cuidada da margem de intermediação financeira, não obstante a manutenção de um ambiente concorrencial muito intenso, bem como os benefícios resultantes de uma abordagem comercial renovada.



O efeito da expansão dos activos geradores de juros, cujo saldo médio em 2001 se situou em 52 805 555 milhares de euros, proporcionou um aumento do seu peso percentual no total do activo médio, que atingiu 85,1%, comparando com 84,3% em 2000. Este crescimento foi essencialmente atribuível ao desempenho dos créditos sobre clientes que aumentaram o seu peso no activo, não obstante as operações de securitização realizadas durante o ano, a concentra-

ção criteriosa nos melhores riscos e a redução a algumas grandes exposições. O saldo médio de créditos sobre clientes passou a representar 67,5% do activo total médio, subindo em relação aos 65,1% verificados em 2000. O comportamento desta rubrica teve um impacto favorável de 402 799 milhares de euros na variação da margem financeira, dos quais 279 118 milhares de euros atribuíveis ao crescimento do montante concedido (efeito volume).

Balança médio consolidado

(Em milhares de euros)

	2001			2000		
	Balanço médio	Juros	Taxa (percentagem)	Balanço médio	Juros	Taxa (percentagem)
Activos geradores de juros:						
Disponib. sobre instit. de crédito:						
Sobre o Banco de Portugal	1 603 058	79 099	4,93	1 880 954	73 709	3,92
Sobre outras instit. de crédito	5 446 121	324 712	5,96	4 584 131	366 778	8,00
Crédito líquido sobre clientes	41 900 069	2 761 656	6,59	37 466 716	2 358 857	6,30
Títulos de negociação	286 365	18 088	6,32	302 643	14 008	4,63
Títulos de investimento	3 569 942	212 969	5,97	4 328 365	231 455	5,35
<i>Total de activos geradores de juros</i>	<i>52 805 555</i>	<i>3 396 524</i>	<i>6,43</i>	<i>48 562 809</i>	<i>3 044 807</i>	<i>6,27</i>
Imobilizado	1 359 658			1 990 082		
Outros activos não geradores de juros	7 897 090			7 033 130		
<i>Activo total</i>	<i>62 062 303</i>			<i>57 586 021</i>		
Passivos geradores de juros:						
Débitos para com instit. de crédito:						
À vista	493 789	8 394	1,70	398 363	12 124	3,04
A prazo	15 809 443	788 396	4,99	14 357 887	687 409	4,79
Débitos para com clientes:						
À vista	11 358 604	92 316	0,81	11 737 716	108 140	0,92
A prazo	16 097 288	576 470	3,58	16 622 502	553 696	3,33
Débitos representados por títulos	9 968 695	452 332	4,54	7 132 674	365 021	5,12
Passivos subordinados	2 363 764	126 758	5,36	1 458 641	65 833	4,51
<i>Total de passivos geradores de juros</i>	<i>56 091 583</i>	<i>2 044 666</i>	<i>3,65</i>	<i>51 707 783</i>	<i>1 792 223</i>	<i>3,47</i>
Passivos não geradores de juros	2 519 801			2 343 522		
<i>Passivo total</i>	<i>58 611 384</i>			<i>54 051 305</i>		
Sit. líquida e interesses minoritários	3 450 919			3 534 716		
<i>Total do passivo, sit. líq.e int. minorit.</i>	<i>62 062 303</i>			<i>57 586 021</i>		
Margem financeira		1 351 858			1 252 584	
Taxa de margem financ. (a) (percent.)			2,56			2,58

(a) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Decomposição dos factores determinantes da variação da margem financeira

(Em milhares de euros)

	2001			
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	Variação
Activos geradores de juros:				
Disponibilidades sobre instituições de crédito:				
Sobre o Banco de Portugal	(10 890)	19 102	(2 822)	5 390
Sobre outras instituições de crédito	68 968	(93 460)	(17 574)	(42 066)
Crédito líquido sobre clientes	279 118	110 594	13 087	402 799
Títulos de negociação	(753)	5 108	(275)	4 080
Títulos de investimento	(40 556)	26 759	(4 689)	(18 486)
<i>Total de activos geradores de juros</i>	<i>266 013</i>	<i>78 818</i>	<i>6 886</i>	<i>351 717</i>

(Em milhares de euros)

	2001			Variação
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	
Passivos geradores de juros:				
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista	2 904	(5 352)	(1 282)	(3 730)
A prazo	69 496	28 600	2 891	100 987
Débitos para com clientes:				
À vista	(3 493)	(12 743)	412	(15 824)
A prazo	(17 495)	41 583	(1 314)	22 774
Débitos representados por títulos	145 136	(41 374)	(16 451)	87 311
Passivos subordinados	40 851	12 387	7 687	60 925
<i>Total de passivos geradores de juros</i>	<u>151 945</u>	<u>92 644</u>	<u>7 854</u>	<u>252 443</u>
Margem financeira	114 068	(13 826)	(968)	99 274

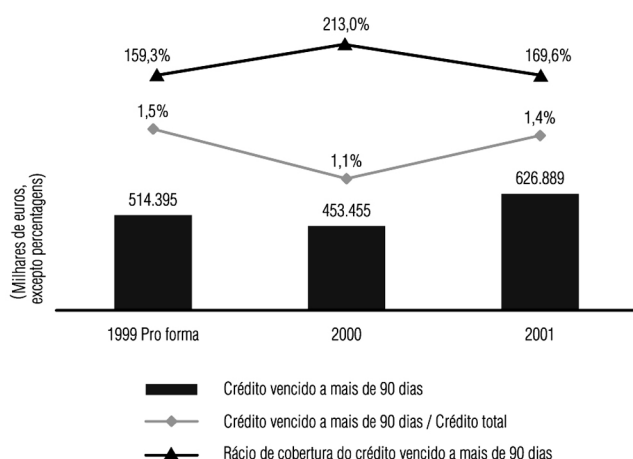
Em relação ao passivo, observou-se a manutenção da importância relativa dos passivos geradores de juros, que se cifrou em 95,7% do passivo médio em 2001, resultante do crescimento dos débitos representados por títulos e dos passivos subordinados, e da diminuição dos débitos para com clientes, cujo saldo médio em percentagem do passivo se reduziu de 52,5% em 2000 para 46,8% em 2001. A manutenção de uma conjuntura desincentivadora da poupança, dados os níveis reduzidos das taxas de juro, levou a que o Grupo intensificasse o recurso aos mercados de capitais como forma de financiamento da sua actividade. Sublinhe-se, no entanto, que o crescente reconhecimento do BCP nos mercados domésticos e internacionais e as elevadas notações de *rating* atribuídas pelas agências internacionais têm vindo a ditar uma redução dos *spreads* praticados.

Os *spreads* do negócio de clientes registaram um aumento, patente no alargamento do diferencial entre a taxa média praticada nos créditos sobre clientes e a suportada nos débitos para com clientes, de 4% em 2000 para 4,2% em 2001, que se reflectiu num efeito taxa favorável de 81 754 milhares de euros na evolução da margem financeira.

Provisões para riscos de crédito:

A dotação para provisões para riscos de crédito, que inclui tanto montantes relacionados com clientes como com instituições de crédito, cifrou-se em 208.478 milhares de euros, valor inferior em 11,3% aos 235.090 milhares de euros registados em 2000.

Qualidade do crédito



O comportamento das dotações para provisões genéricas, que se reduziram de 67 343 milhares de euros em 2000 para 6310 milhares

de euros em 2001 foi determinado pelo abrandamento do ritmo de expansão do crédito, influenciado pelas operações de securitização, e pelos esforços de redução de algumas grandes exposições decorrentes das aquisições efectuadas em 2000.

As dotações específicas, por seu lado, aumentaram de 167 748 milhares de euros em 2000 para 202 168 milhares de euros em 2001, sendo importante destacar o esforço no provisionamento adequado dos riscos de crédito.

As dotações efectuadas durante o ano permitiram a manutenção de níveis de provisionamento do crédito vencido elevados, particularmente importantes no actual contexto de abrandamento económico: o saldo de provisões para riscos de crédito cifrou-se em 1 063 137 milhares de euros no final de 2001 (965 803 milhares de euros em 31 de Dezembro do ano anterior), traduzindo-se numa cobertura do crédito vencido total de 146,3% (172,8% no final de 2000).

Outros proveitos:

Ao longo de 2001, a evolução dos outros proveitos do sistema bancário português foi afectada pela instabilidade nos mercados de capitais, com os reflexos principais a incidirem nas comissões mais directamente relacionadas com o seu desempenho e nos resultados em operações financeiras. Desta forma, deverá ter ocorrido uma interrupção da tendência de recomposição da estrutura de proveitos totais, assistindo-se a um crescimento da importância relativa da margem financeira.

Os outros proveitos do Grupo BCP, onde se incluem os rendimentos de títulos, os proveitos com comissões, os resultados em operações financeiras, os ganhos relativos à alienação de participações financeiras e os outros proveitos de exploração, cifraram-se em 1 214 412 milhares de euros em 2001, montante inferior aos 1 440 497 milhares de euros apurados em 2000. A evolução dos outros proveitos, particularmente os relacionados com a intermediação de títulos, com a actividade de gestão de activos e com os resultados em operações financeiras, reflecte o comportamento dos mercados de capitais e dos acontecimentos subsequentes aos ataques terroristas aos Estados Unidos, por um lado, e a transferência de parte do negócio da AF Investimentos para a F&C, por outro. Em consequência, a proporção assumida pelos outros proveitos na totalidade dos proveitos consolidados situou-se em 44,7% em 2001, após expurgada de impactos não recorrentes (48,1% no ano anterior).

Os rendimentos de títulos totalizaram 140 007 milhares de euros em 2001, menos 24,4% que o montante apurado no ano anterior (185 300 milhares de euros). A conjuntura já descrita teve um impacto adverso no sector financeiro em geral e no sector segurador em particular, reflectindo-se no desempenho da Eureka, que foi também condicionado pelo esforço de integração das aquisições efectuado ao longo do ano.

Estes efeitos determinaram uma menor apropriação de resultados pelo BCP, face aos montantes inicialmente previstos. Os desempenhos do Banco Sabadell e do Big Bank Gdanski atenuaram parcialmente este impacto.

O crescente envolvimento com uma base de clientes mais alargada, reflectido na evolução favorável dos indicadores de *cross-selling* na rede SottoMayor, que se aproximaram dos valores alcançados pelas restantes redes do BCP, e a reformulação do modelo comercial do Grupo tiveram um impacto favorável na evolução das comissões. Estas beneficiaram também do efeito da racionalização dos preços praticados, numa perspectiva de adequação do *pricing* dos serviços prestados pelo Banco ao valor percebido pelos clientes. No entanto, o comportamento negativo das rubricas relacionadas com as actividades

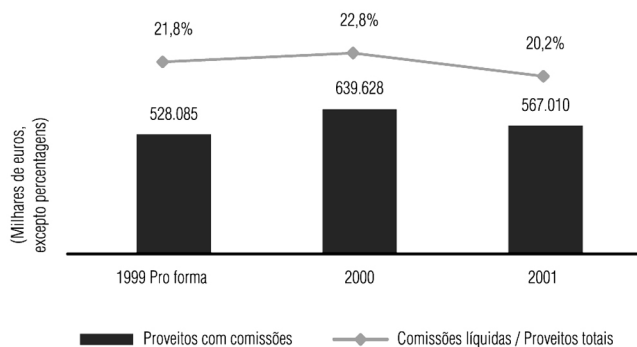
de intermediação de títulos e de gestão de activos, também influenciadas pela transferência de parte do negócio da AF Investimentos para a F&C, mais do que compensou aqueles impactos positivos, pelo que os proveitos com comissões foram de 567 010 milhares de euros, inferiores ao montante apurado no ano anterior (639 628 milhares de euros). Paralelamente, destacam-se os comportamentos favoráveis de algumas das rubricas de comissões, nomeadamente dos proveitos relacionados com cartões de pagamento, com o *factoring* e com as garantias prestadas.

Outros proveitos

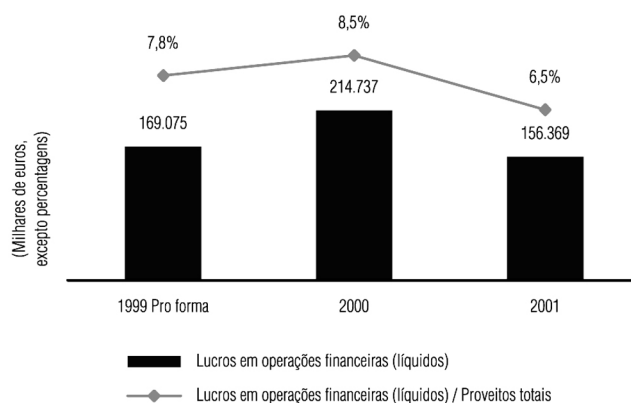
(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Rendimentos de títulos	140 007	185 300	104 664	68 983	52 436
Comissões:					
Por garantias prestadas	52 831	52 509	48 440	32 319	29 226
Por compromissos perante terceiros	9 780	12 234	11 589	7 026	995
Por serviços bancários prestados	350 070	367 100	314 989	228 981	203 192
Por operações realizadas com títulos	43 321	125 277	75 415	59 678	74 018
Outras comissões	111 008	82 508	77 652	35 555	27 406
<i>Subtotal</i>	567 010	639 628	528 085	363 559	334 837
Lucros em operações financeiras (líquidos):					
Operações cambiais	38 973	39 529	30 180	30 991	48 303
Operações com títulos	116 681	163 744	67 718	56 878	72 469
Outras operações financeiras	715	11 464	71 177	43 575	(7 464)
<i>Subtotal</i>	156 369	214 737	169 075	131 444	113 308
Ganhos relativos à alienação de particip. financeiras	—	30 195	—	392 601	178 821
Outros proveitos de exploração:					
Prestação de serviços	71 684	61 771	54 690	35 533	29 660
Recuperação de créditos e juros vencidos	79 613	68 268	55 305	38 672	38 407
Reembolso de despesas	35 340	38 167	41 445	20 657	26 104
Proveitos de locação financeira	5 472	7 908	2 121	1 633	1 470
Outros	158 917	194 523	157 978	92 833	51 011
<i>Subtotal</i>	351 026	370 637	311 539	189 328	146 652
<i>Total</i>	1 214 412	1 440 497	1 113 363	1 145 915	826 054

Comissões



Lucros em operações financeiras (líquidos)



Os lucros líquidos em operações financeiras foram, pela sua natureza, a rubrica dos outros proveitos mais fortemente afectada pela instabilidade dos mercados de capitais, tendo registado uma descida de 27,2%, de 214 737 milhares de euros em 2000 para 156 369 milhares de euros em 2001. A política que o Grupo tem vindo a seguir implicou, no entanto, que o efeito desfavorável desta rubrica no resultado consolidado tenha sido limitado.

Os outros proveitos de exploração cifraram-se em 351 026 milhares de euros em 2001, menos 5,3% que os 370 637 milhares de euros em 2000. Esta evolução foi determinada pela contabilização em 2000 de montantes não recorrentes relacionados com a alienação ao Big Bank Gdanski do interesse económico detido pelo BCP no Millennium,

na medida em que, expurgado este efeito, todas as rubricas registaram uma evolução favorável, destacando-se a prestação de serviços a clientes, reflexo da política de diversificação das fontes de proveitos, e das recuperações de crédito vencido, fruto do esforço encetado pelo Banco no sentido da regularização das situações de incumprimento.

Outros custos:

A evolução dos custos operativos no sistema bancário português em 2001 terá sido caracterizada por alguma desaceleração, influenciada pelos processos de racionalização empreendidos na sequência das operações de concentração ocorridas nos últimos exercícios. O impacto principal destes processos ter-se-á dado ao nível dos custos com pessoal, onde a eliminação de redundâncias determinou uma redução do quadro de colaboradores do sistema. O comportamento dos outros gastos administrativos foi influenciado pelo prosseguimento dos esforços de modernização tecnológica e de promoção das marcas levadas a cabo pelas principais instituições.

Relativamente ao Grupo BCP, o contributo favorável dos programas de racionalização implementados na sequência das aquisições do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, compensou a subida dos custos relacionados com o desenvolvimento da actividade do Grupo no exterior e o impacto dos esforços de promoção da oferta de valor do Grupo e de revitalização e reposicionamento das marcas, nomeadamente da marca SottoMayor. Desta forma, os outros custos — um agregado constituído por custos com pessoal, outros gastos administrativos, amortizações do exercício, custos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração — no montante de 1 611 401 mi-

lhares de euros em 2001, registaram uma redução de 2,3% em relação aos 1 649 749 milhares de euros contabilizados em 2000.

Excluindo os impactos não recorrentes contabilizados tanto em 2001 como em 2000, os outros custos teriam registado um crescimento de apenas 0,8%.

Os indicadores de eficiência melhoraram de forma sustentada face aos valores apurados em 2000, tendo os custos de transformação, muito influenciados pela actividade do Grupo no exterior, absorvido 56,6% dos proveitos totais (56,4% no ano anterior, em base comparável).

Considerando apenas a actividade que o Grupo desenvolve em Portugal, este indicador limitou-se a 53,6%, registando uma acentuada melhoria em relação aos 54,7% registados em 2000.

O impacto dos programas de racionalização foi mais evidente ao nível dos custos com pessoal, que registaram uma descida de 2,2%, passando de 743 920 milhares de euros em 2000 para 727 358 milhares de euros em 2001. Para esta evolução foi determinante o efeito do programa de redimensionamento, envolvendo uma redução de 4523 colaboradores em 2000 e 2001.

Para além da componente associada ao negócio do Grupo no exterior, os outros gastos administrativos foram também influenciados pelos esforços de promoção da oferta de valor do Grupo e pela revitalização e reposicionamento das marcas, com destaque para a marca SottoMayor. Estes impactos mais que compensaram os benefícios decorrentes da centralização de estruturas redundantes na plataforma da ServiBanca. Em consequência, esta rubrica totalizou 509 034 milhares de euros, excedendo em 7,1% os 475 231 milhares de euros apurados em 2000.

Outros custos

(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Custos com o pessoal:					
Remunerações e encargos sociais	660 235	672 380	675 693	419 046	379 562
Pensões de reforma	67 123	71 540	47 287	33 160	25 971
<i>Subtotal</i>	<i>727 358</i>	<i>743 920</i>	<i>722 980</i>	<i>452 206</i>	<i>405 533</i>
Outros gastos administrativos	509 034	475 231	447 518	294 391	281 729
Amortizações do exercício	147 891	142 955	185 758	127 631	128 155
Comissões	79 714	64 571	50 083	26 497	26 433
Outras provisões	77 783	142 915	7 214	220 023	85 668
Outros custos de exploração	69 620	80 157	79 656	31 993	35 446
<i>Total</i>	<i>1 611 400</i>	<i>1 649 749</i>	<i>1 493 209</i>	<i>1 152 741</i>	<i>962 964</i>

As amortizações do exercício foram favoravelmente influenciadas pela continuação da centralização de várias unidades de apoio ao negócio na ServiBanca, cujo impacto foi mais que compensado pelo desenvolvimento da actividade do Grupo no exterior. Esta rubrica situou-se em 147 891 milhares de euros em 2001, evidenciando um acréscimo de 3,5% face ao valor registado no ano anterior (142 955 milhares de euros).

A dotação para outras provisões, onde se incluem provisões para títulos, participações financeiras, pensões, riscos bancários gerais e outros, totalizou 77 783 milhares de euros em 2001, incluindo 66 002 milhares de euros de encargos de natureza não recorrente referentes ao programa de racionalização da rede de sucursais do Grupo. Esta rubrica ascendeu a 142 915 milhares de euros em 2000, montante influenciado pela relevação contabilística de montantes, igualmente não recorrentes, relacionados com pensões de reforma, com o negócio hipotecário do Grupo e com o Big Bank Gdanski.

Impostos sobre lucros:

Os impostos sobre lucros, que são calculados numa base individual pelas empresas que constituem o Grupo, cifraram-se em 84 455 milhares de euros. Expurgados os impactos não recorrentes, a evolução desta rubrica, acompanhou o comportamento dos resultados antes de impostos.

A taxa efectiva de impostos no exercício é inferior à taxa nominal pelo efeito do reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, dos custos de reestruturação incorridos, da tributação de rendimentos de dividendos e dos resultados isentos de tributação.

O valor das provisões para impostos está também associado ao efeito da consolidação de algumas empresas associadas pelo método da equivalência patrimonial, dado que a apropriação é feita sobre o resultado líquido dessas empresas. A dotação para provisões para impostos reflecte ainda o impacto dos custos de reestruturação contabilizados pelo Grupo no âmbito das aquisições, e que são dedutíveis fiscalmente.

Interesses minoritários e resultados pré-aquisição:

A rubrica de interesses minoritários inclui a parte dos resultados das empresas que, por não serem detidas na totalidade pelo Grupo, são atribuíveis a terceiros. Esta rubrica cifrou-se em 90 265 milhares de euros em 2001, comparando com 66 879 milhares de euros em 2000, ano em que esta rubrica foi influenciada pela relevação dos resultados negativos do BII, relacionados com a reestruturação do negócio de crédito hipotecário do Grupo.

Em 2000 evidenciaram-se ainda resultados pré-aquisição, relativos aos resultados obtidos pelas instituições adquiridas até à sua aquisição na totalidade, no montante de 106 167 milhares de euros.

Análise da estrutura patrimonial

O impacto das operações de concentração que o Grupo BCP tem vindo a protagonizar e do crescimento orgânico, que beneficiou da eficácia de uma abordagem comercial renovada, reflectiram-se no comportamento da generalidade dos indicadores patrimoniais, permitindo ao Grupo consolidar a sua posição cimeira no sistema financeiro

nacional. O contributo dos negócios desenvolvidos fora do território nacional que, em alguns casos, evidenciaram um crescimento do volume de negócios expressivo, bem como do lançamento de novas iniciativas de negócio, influenciaram positivamente a evolução dos principais indicadores patrimoniais.

Os créditos sobre clientes cifraram-se em 42 938 314 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001, comparando com 41 113 230 mi-

lhares de euros contabilizados no final de 2000. A evolução do crédito concedido foi influenciada pelas operações de securitização de crédito hipotecário e de crédito ao consumo realizadas durante o ano, reflectindo também o impacto dos esforços de concentração nos melhores riscos e de redução a algumas grandes exposições resultantes da consolidação das carteiras de crédito das instituições adquiridas em 2000.

	Activo total				
	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Disponib. monetárias e sobre instituições de crédito	7 452 977	8 213 818	9 166 026	3 754 651	3 839 751
Crédito sobre clientes	42 938 314	41 113 230	34 113 207	23 735 831	18 171 620
Títulos e participações financeiras	7 458 284	8 460 806	6 736 180	4 344 805	3 948 052
Imobilizações	1 446 695	1 336 606	1 682 492	1 325 541	1 448 936
Outros activos e contas de regularização	3 664 438	2 854 544	3 021 360	2 137 783	1 531 880
Total	62 960 708	61 979 004	54 719 265	35 298 611	28 940 239

A evolução dos recursos de clientes foi impulsionada pelo crescimento dos montantes captados sob a forma de depósitos, bem como dos débitos para com clientes titulados e dos seguros de capitalização, que permitiu compensar os efeitos do comportamento do mercado de capitais e da manutenção de taxas de juro nominais em níveis muito reduzidos, que se traduziram na escassez de alternativas atractivas de aplicação de poupanças. Os recursos totais de clientes, que agregam débitos para com clientes titulados e não titulados, certificados de depósito, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização situaram-se em 49 068 167 milhares de euros no final de 2001, montante superior em 3,1% aos 47 609 987 milhares de euros apurados no final de 2000. O activo total ascendeu a 62 960 708 milhares de euros, mais 1,6% que o montante apurado no final de 2000 (61 979 004 milhares de euros).

As operações de reforço dos fundos próprios que o Grupo BCP protagonizou ao longo de 2001, permitiram-lhe manter os indicadores de solidez patrimonial em valores adequados, mais que compensando o impacto do crescimento do volume de negócios. O *ratio* de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, cifrou-se em 8,3% no final de 2001, atingindo 9,4% de acordo com os princípios BIS, com a componente de fundos próprios de base (Tier One) a situar-se em 6,5%.

Recursos de clientes:

Os depósitos do sistema bancário português prosseguiram em 2001 uma tendência de abrandamento, consistente com a conjuntura económica e com os níveis das taxas de juro, originando um aumento do recurso à emissão de títulos e de passivos subordinados como forma de financiamento da actividade dos Bancos.

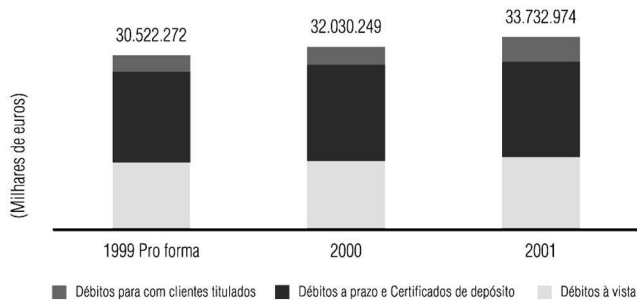
Os recursos totais de clientes do Grupo BCP situaram-se em 49 068 167 milhares de euros no final de 2001, evidenciando um acréscimo de 3,1% em relação ao montante registado em 31 de Dezembro de 2000, depois de ajustado pelos patrimónios sob gestão que foram transferidos para a F&C no âmbito do aprofundamento da parceria estratégica com a Eureko, não obstante os impactos do aumento de capital do Banco e da disponibilização de produtos de terceiros por parte do BCP.

Os montantes captados sob a forma de depósitos (incluindo certificados de depósito) evidenciaram um desempenho positivo, não obstante a manutenção de uma envolvente caracterizada pela manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos. Este agregado evoluiu de 28 929 030 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2000

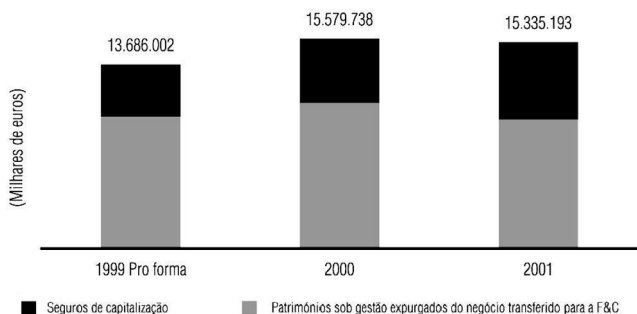
para 29 450 851 milhares de euros na mesma data de 2001 (mais 1,8%), beneficiando da eficácia das redes comerciais na colocação de produtos de poupança fiscal e do crescimento das contas ordenado, como reflexo da crescente fidelização dos clientes.

Os efeitos do comportamento desfavorável do mercado de capitais levaram a que os fundos de investimento com maior percentagem de aplicação na vertente accionista perdessem atractividade, originando também uma desvalorização dos montantes geridos. Assim, os patrimónios sob gestão registaram uma quebra de 11,3% face ao montante apurado no final de 2000 expurgado do negócio transferido para a F&C, totalizando 9 600 657 milhares de euros no final de 2001.

Recursos de clientes de balanço



Recursos de clientes fora do balanço



Recursos totais de clientes

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Recursos de clientes de balanço:					
Débitos à vista	12 713 301	12 063 972	11 810 996	7 224 207	6 225 705
Débitos a prazo e certificados de depósito	16 737 550	16 865 058	15 858 986	8 314 556	8 557 699
Débitos para com clientes titulados	4 282 123	3 101 219	2 852 290	808 262	-
Subtotal	33 732 974	32 030 249	30 522 272	16 347 025	14 783 404

(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Recursos de clientes fora do balanço:					
Patrimónios sob gestão (a)	9 600 657	10 829 615	9 803 199	6 812 273	8 772 232
Seguros de capitalização	5 734 536	4 750 123	3 882 803	2 920 883	2 179 911
<i>Subtotal</i>	<u>15 335 193</u>	<u>15 579 738</u>	<u>13 686 002</u>	<u>9 733 156</u>	<u>10 952 143</u>
<i>Total</i>	<u>49 068 167</u>	<u>47 609 987</u>	<u>44 208 274</u>	<u>26 080 181</u>	<u>25 735 547</u>

(a) Expurgados do negócio transferido para a F&C.

O reforço da proposta do Grupo nos empréstimos obrigacionistas dirigidos ao segmento de retalho e nos produtos estruturados reflectiu-se no crescimento dos débitos para com clientes titulados, de 3 101 219 milhares de euros no final de 2000 para 4 282 123 milhares de euros no final de 2001 (um aumento de 38,1%).

Relativamente aos seguros de capitalização, a eficácia das redes de distribuição do Grupo na colocação de produtos *unit linked* reflectiu-se num aumento de 20,7%, de 4 750 123 milhares de euros para 5 734 535 milhares de euros, entre o final de 2000 e 31 de Dezembro de 2001, respectivamente.

Créditos sobre clientes:

O crédito concedido pelo sistema bancário nacional manteve, em 2001, a tendência de abrandamento registada desde a segunda metade de 1999.

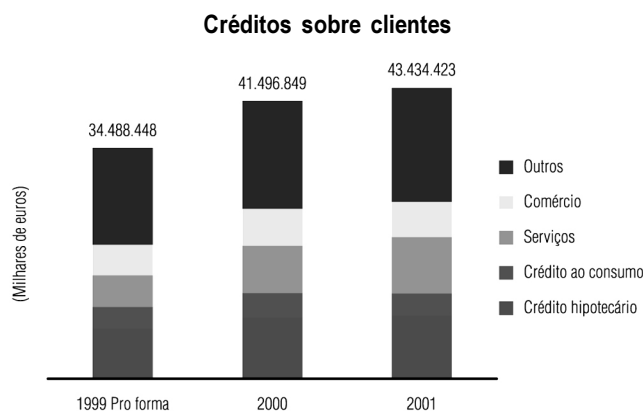
Os créditos sobre clientes consolidados totalizaram 42 938 314 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001, comparando com 41 113 230 milhares de euros verificados no final do ano anterior, tendo o seu peso relativo no activo total voltado a registar um acréscimo, de 66,3% para 68,2%, entre o final de 2000 e de 2001, respectivamente.

Importa referir que o Grupo BCP procedeu à securitização de créditos no montante de 1 738 458 milhares de euros em 2001, pelo que, expurgado este efeito, a carteira de créditos sobre clientes teria registado um crescimento de 8,7%.

O montante concedido a particulares evidenciou um desempenho mais favorável que o crédito concedido a empresas: o primeiro, excluindo o impacto das operações de securitização, registou um crescimento de 13,2%, tendo o segundo apurado um acréscimo de 6,9% em relação

ao montante contabilizado no final de 2000. O comportamento do crédito a empresas foi influenciado pelos esforços de redução nas grandes exposições decorrentes da consolidação das carteiras de crédito das instituições adquiridas em 2000.

No final de 2001, o crédito vencido totalizou 726 838 milhares de euros, equivalentes a 1,6% do crédito total, excluindo o impacto das operações de securitização (1,3% no final do ano anterior). O nível de provisionamento dos riscos de crédito manteve valores elevados: em 31 de Dezembro de 2001, o saldo de provisões para riscos de crédito correspondia a 146,3% do crédito vencido total, comparando com 172,8% no final de 2000.



Crédito vencido e provisões em 31 de Dezembro de 2001

	Crédito vencido	Provisões para riscos de crédito	Crédito vencido/ crédito total	Grau de cobertura
Particulares:				
Crédito hipotecário	81 808	160 491	0,9	196,2
Crédito ao consumo	109 762	108 264	3,3	98,6
Empresas:				
Serviços	55 049	194 481	0,7	353,3
Comércio	155 093	144 055	2,9	92,9
Outros	325 125	455 846	1,9	140,2
<i>Total</i>	<u>726 837</u>	<u>1 063 137</u>	<u>1,7</u>	<u>146,3</u>

Créditos sobre clientes

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Particulares:					
Crédito hipotecário	9 406 531	9 148 148	7 467 299	5 856 946	4 583 111
Crédito ao consumo	3 320 360	3 631 885	3 257 235	2 533 213	1 766 277

(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999 (Pró forma)	1999	1998
Empresas:					
Serviços	8 399 966	7 109 648	4 732 949	3 375 153	3 050 372
Comércio	5 310 013	5 507 449	4 539 774	2 980 248	2 366 124
Outros	16 997 553	16 099 719	14 491 191	9 196 824	6 629 721
	<u>43 434 423</u>	<u>41 496 849</u>	<u>34 488 448</u>	<u>23 942 384</u>	<u>18 395 605</u>
Provisão específica	(496 109)	(383 619)	(375 241)	(206 553)	(223 985)
<i>Total</i>	<u>42 938 314</u>	<u>41 113 230</u>	<u>34 113 207</u>	<u>23 735 831</u>	<u>18 171 620</u>

Carteira de títulos:

A carteira de títulos consolidada, que inclui obrigações de emissores públicos e de outros emissores, bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida pública, papel comercial, acções e outros títulos, totalizou 4 773 792 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001, comparando com 5 657 824 milhares de euros no final do ano anterior. Consequentemente, o peso desta rubrica no activo do Grupo reduziu-se de 9,1% no final de 2000 para 7,6% no final de 2001.

A remuneração média da componente de rendimento fixo em 2001 (que, no final desse ano representava 81,0% da carteira total, uma proporção semelhante à registada no final de 2000) foi de 4,9%. Esta

taxa compara com 5,4% em 2000, estando este comportamento relacionado com a evolução registada pelas taxas nos mercados interbancários.

As remunerações comparativamente mais elevadas proporcionadas por alguns títulos de emissores públicos estrangeiros, nomeadamente moçambicanos e angolanos, explica as taxas auferidas pelas obrigações de emissores públicos estrangeiros (7%) e pelos bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública (8%).

A carteira de títulos manteve-se predominantemente de curto prazo, tendo os títulos com maturidades inferiores a um ano representado 44,2% do total consolidado, proporção que compara com 39,5% no final de 2000.

Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2001

	Até um ano		De um ano a cinco anos		Mais de cinco anos		Total	
	Montante	Taxa (percentagem)	Montante	Taxa (percentagem)	Montante	Taxa (percentagem)	Montante	Taxa (percentagem)
Títulos de rendimento fixo:								
Obrig. de emissores públicos:								
Nacionais	72 296	5,21	578 521	4,59	193 441	4,09	844 258	4,53
Estrangeiros	44 027	4,31	160 080	6,27	482 294	7,43	686 401	6,96
Obrig. de outros emissores:								
Nacionais	10 086	4,53	327 258	4,33	115 758	3,87	453 102	4,22
Estrangeiros	115 250	3,84	189 570	4,65	415 040	5,30	719 860	4,90
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública	25 514	28,36	24 531	3,51	94 670	3,73	144 715	8,04
Papel comercial	769 841	3,81	—	—	—	—	769 841	3,81
Outros títulos de rendimento fixo	126 797	3,37	40 034	4,41	82 591	3,33	249 422	3,74
<i>Subtotal</i>	<u>1 163 811</u>	4,42	<u>1 319 994</u>	4,71	<u>1 383 794</u>	5,53	<u>3 867 599</u>	4,91
Títulos de rendimento variável:								
Acções de empresas	453 825	—	—	—	—	—	453 825	—
Unidades de participação	570 625	—	—	—	—	—	570 625	—
<i>Subtotal</i>	<u>1 024 450</u>	—	—	—	—	—	<u>1 024 450</u>	—
Provisões para tít. de investimento	(77 264)	—	(5 612)	—	(35 381)	—	(118 257)	—
<i>Total</i>	<u>2 110 997</u>	2,44	<u>1 314 382</u>	4,73	<u>1 348 413</u>	5,67	<u>4 773 792</u>	3,98

Participações financeiras:

A política de participações financeiras do Grupo BCP é orientada para o aproveitamento de oportunidades de negócio na área financeira, sendo também influenciada pela estratégia de estabelecimento de parcerias com instituições de referência nos mercados abordados. Estas parcerias incluem frequentemente o estabelecimento de participações cruzadas e a constituição de *joint-ventures* em determinadas áreas de negócio.

No âmbito das parcerias estratégicas do Grupo, destacam-se os reforços em 2001 das participações detidas no grupo financeiro italiano IntesaBci, que correspondia a 2,0% do respectivo capital social

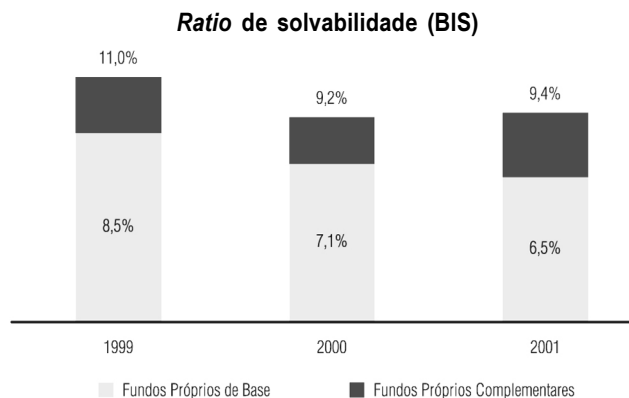
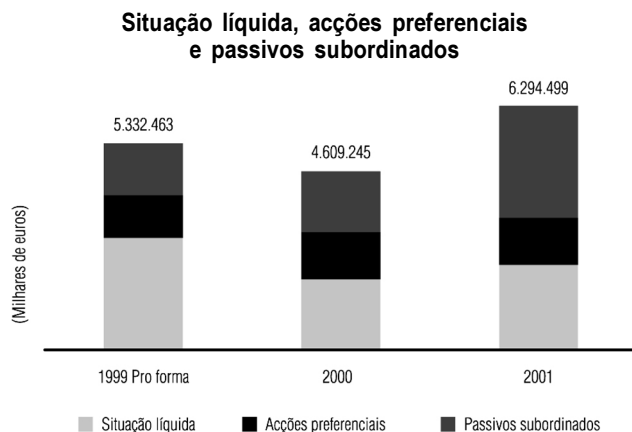
em 31 de Dezembro de 2001, e no Big Bank Gdanski na Polónia, para 44,1% do respectivo capital social no final de 2001. O Grupo adquiriu ainda uma participação de 3,1% na seguradora britânica Friends Provident, na sequência da sua dispersão em bolsa.

Situação líquida, acções preferenciais e passivo subordinados:

As operações de reforço dos fundos próprios a que o Grupo BCP procedeu ao longo de 2001 permitiram-lhe manter os indicadores de solidez patrimonial em valores adequados, mais que compensando o impacto do crescimento do volume de negócios. O agregado constituído pela situação líquida, acções preferenciais e passivos subordina-

dos totalizou 6 294 499 milhares de euros no final de 2001, registando um crescimento de 36,6% em relação aos 4 609 244 milhares de euros apurados em 31 de Dezembro de 2000.

componente de fundos próprios de base (Tier One) a cifrar-se em 6,5%, valores que comparam com 9,2% e com 7,1%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2000.



O capital social foi aumentado em duas ocasiões durante 2001. A primeira, em Março, elevou-o de 2 101 562 549 euros para 2 269 687 552 euros, por intermédio de uma operação reservada a accionistas. Em Abril o capital social do BCP viria a ser fixado em 2 326 714 877 euros, através de um aumento por incorporação de reservas.

O Grupo BCP procedeu a emissões de passivos subordinados num total de 1.317.986 milhões de euros, ao longo de 2001. Neste montante destaca-se, em Março, uma emissão de 400 milhões de euros pelo BCP Finance Bank, uma subsidiária totalmente detida pelo BCP, ao abrigo do programa de euro Medium Term Notes, que viria a ser aumentada para 600 milhões de euros em Maio. Destaca-se também a emissão em Junho, também pelo BCP Finance Bank, de obrigações subordinadas convertíveis em ações do BCP no montante de 425 milhões de euros.

Beneficiando do reforço dos fundos próprios, o *ratio* de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 8,3% no final de 2001 (8,1% no final do ano anterior). Considerando os princípios BIS, este indicador atingiu 9,4%, com a

Elementos extrapatrimoniais:

O recurso a instrumentos financeiros derivados por parte do Grupo está relacionado com a sua resposta às necessidades dos clientes, com a cobertura de riscos inerentes à actividade, e também com a gestão de posições próprias com base nas expectativas de evolução das condições de mercado.

A utilização destes instrumentos é enquadrada pela aplicação de mecanismos de controlo equivalentes aos utilizados para a carteira de crédito e de negociação ou, nos casos em que a especificidade dos instrumentos desaconselha o desdobramento em instrumentos financeiros tradicionais, de mecanismos autónomos. Os riscos de mercado são geridos numa base diária, sendo a posição de tesouraria analisada de forma detalhada na reunião semanal do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

O desempenho da carteira de derivados e da generalidade dos restantes instrumentos de negociação é avaliado para efeitos de gestão, considerando tanto os resultados realizados como os não realizados. São utilizados métodos internacionalmente aceites, incluindo a avaliação ao valor de mercado (*mark to market*) e o *cost of carry* das posições.

Ratio de solvabilidade

(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999	1998
Activos ponderados:				
Caixa e bancos	779 615	947 931	212 129	586 881
Créditos sobre clientes	32 799 071	32 846 663	19 790 201	14 721 237
Títulos (ações e obrigações)	2 214 025	2 984 448	2 030 322	1 230 499
Participações financeiras	1 566 369	3 064 316	524 566	83 519
Outros activos	3 731 333	3 427 941	2 576 840	1 842 639
Total (1)	41 090 413	43 271 299	25 134 058	18 464 775
Elementos extrapatrimoniais ponderados:				
Garantias e avals	1 875 891	2 473 033	3 289 956	1 605 331
Outros	4 934 276	3 635 814	759 061	1 493 052
Total (2)	6 810 167	6 108 847	4 049 017	3 098 383
(Provisões para riscos gerais de crédito) (3)	(567 041)	(582 184)	(277 362)	(178 036)
Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados (4) = (1+2+3)	47 333 539	48 797 962	28 905 713	21 385 122
Requisitos de fundos próprios:				
Exigidos pelo aviso n.º 1/93 (solvabilidade)	3 842 434	3 903 837	2 312 457	1 710 810
Carteira de negociação	20 726	26 430	10 575	17 777
Total (5)	3 863 160	3 930 267	2 323 032	1 728 587

(Em milhares de euros)

	2001	2000	1999	1998
Fundos próprios:				
Base	3 153 097	3 499 817	2 487 540	2 003 945
Complementares	1 983 353	1 349 691	667 995	732 639
(Interesses em instituições financeiras e excedentes dedutíveis)	(1 110 683)	(873 774)	(210 233)	(499 501)
Total (6)	4 025 767	3 975 734	2 945 302	2 237 083
Ratio de solvabilidade (Banco de Portugal) (a) (percentagem)	8,3	8,1	10,1	10,4
Ratio de solvabilidade (BIS) (percentagem)	9,4	9,2	11,0	11,1

(a) Ratio de solvabilidade = Fundos próprios/(requisitos de fundos próprios × 12,5).

Gestão de riscos

A gestão de riscos tem vindo a assumir uma crescente relevância estratégica na limitação de exposições e na preservação da qualidade dos activos do BCP, existindo na sua estrutura funcional várias áreas orientadas para identificar, analisar e controlar os riscos de mercado, os riscos de liquidez, os riscos de crédito e os riscos operacionais.

Gestão de risco de mercado:

Os riscos de mercado estão relacionados com os impactos potenciais nos resultados ou no valor patrimonial resultantes de variações nas taxas de juro, taxas de câmbio e nos preços de instrumentos financeiros.

O Grupo BCP dedica uma especial atenção à gestão de riscos de mercado, observando os princípios recomendados pelo Comité de Basileia. Neste contexto, implementou uma política integrada baseada na segregação das funções de actuação nos mercados, *back office*, medição e controlo de riscos, assentando a sua organização interna, na vertente de riscos de mercado, no Manual de Princípios e Normas de Gestão de Riscos, em *software* aplicacional adequado ao registo e controlo das posições de risco, e no regular acompanhamento pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que reúne semanalmente.

Para efeitos da gestão dos riscos, o Grupo divide-se em quatro grandes áreas: Comercial, Estrutural, Mercados e Gestão de Activos e Passivos (ALM).

Todos os riscos gerados nas áreas comercial e estrutural são objecto de cobertura por operações internas ou externas, assegurando-se o efectivo controlo da posição de risco global da instituição através da centralização da sua gestão nas áreas de mercados e no ALCO.

Consciente da complexidade e variedade de riscos e da volatilidade dos mercados em que actua, o Grupo utiliza uma gama alargada de indicadores de risco que permitem avaliar, sob diferentes prismas, a verdadeira natureza dos riscos existentes.

O Grupo utiliza o valor de Capital em Risco (VaR) como medida fundamental para o controlo da sua exposição a riscos de mercado, quer na sua actividade de *trading*, quer de gestão de riscos de balanço. Por outro lado, são utilizados indicadores específicos para cada um dos tipos de risco que o Grupo gere de forma activa, nomeadamente: risco de taxa de juro, risco cambial, risco de liquidez, risco de acções, riscos não direccionais e *basis risk*.

Os limites da actividade de mercados são fixados anualmente como limites de VaR em percentagem dos fundos próprios, sendo ainda definidos limites para os valores máximos que determinadas posições relativas a um factor de risco podem assumir ao longo e no final de cada dia, bem como limites de *stop-loss*.

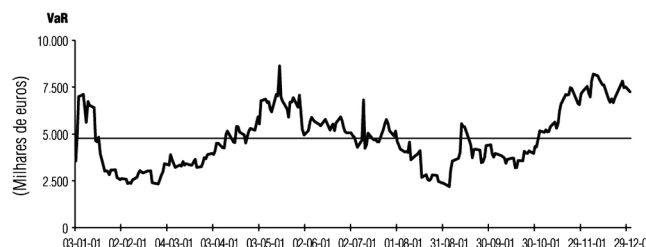
Capital em risco:

Tomando como referência os princípios definidos pelo BIS, o Grupo adoptou a aproximação analítica do VaR conforme a metodologia *RiskMetrics*, traduzindo o capital em risco a perda estimada no valor patrimonial do Grupo em função do impacto de alterações de preços ou taxas nas posições de risco assumidas, a partir de volatilidades e correlações de diversos factores de risco, considerando um horizonte temporal de 10 dias e um intervalo de confiança estatístico (*one tail*) de 99%.

O valor de capital em risco é calculado de forma agregada e por área geográfica de mercados, moeda e natureza do risco, sendo diariamente objecto de procedimento de validação de eficácia e fiabilidade

a posteriori com base nos efectivos preços de mercado (*back testing*). Ao longo do ano de 2001, as variações de resultados efectivamente registadas situaram-se fora do intervalo de confiança do VaR inicialmente estimado em apenas 2% dos dias, coincidindo com o número de excessos estatisticamente esperados para o nível de significância utilizado.

VaR mercados — Global



Média: 4,5 milhões de euros.
Mínimo: 2,2 milhões de euros.
Máximo: 8,6 milhões de euros.

Análises de sensibilidade:

Para além dos indicadores de VaR, e no âmbito da análise do risco de taxa de juro, são utilizadas medidas complementares baseadas em análises de sensibilidade do valor patrimonial a deslocações paralelas da curva de rendimentos.

Essas análises são realizadas mensalmente e abrangem não só as instituições do Grupo sediadas em Portugal como sucursais e filiais do Grupo no estrangeiro.

Em 31 de Dezembro, o risco traduzia-se essencialmente em posições expressas em euros, ienes, libras, patacas, dólares de Hong Kong e dólares norte-americanos, cifrando-se o impacto no valor patrimonial do balanço de uma subida uniforme de 1% da curva de rendimentos para cada uma das referidas moedas em + 14,5 milhões de euros, + 3,2 milhões de euros, - 1,5 milhões de euros, - 0,8 milhões de euros e - 0,5 milhões de euros, respectivamente, traduzindo os níveis conservadores de risco adoptados.

Adicionalmente, efectuam-se com regularidade testes de impacto de grandes choques no valor patrimonial do Grupo tendo como referência situações historicamente já verificadas (*historical stress testing*).

Estas análises, que são particularmente adequadas em situações de grande instabilidade ou incerteza nos mercados, como as ocorridas durante 2001, permitiram concluir pelo reduzido impacto de grandes choques no valor patrimonial do Grupo, confirmando a sua reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Gestão do risco de liquidez:

O risco de liquidez reflecte a potencial incapacidade, tanto de financiar os activos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, como de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

A gestão de liquidez do Grupo encontra-se centralizada na sala de mercados de Lisboa, permitindo uma mais racional e eficiente actuação nos diferentes mercados, sendo o risco de liquidez avaliado com base no cálculo de indicadores estruturais e de curto prazo, complementados com a realização de *stress tests*.

Capital em risco (VaR) em 31 de Dezembro de 2001 — mercados — global

(Milhares de euros)

Moeda	Factor de risco				Efeito diversificação	VaR
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Acções	Total		
CAD	—	25	—	25	— 15	10
CHF	9	45	—	54	— 15	39
CZK	—	—	—	—	—	—
GBP	22	590	—	612	— 405	207
HKD	160	143	—	303	— 92	211
JPY	6	5	—	11	— 4	7
PLN	13	—	—	13	—	13
SEK	23	129	—	152	— 65	87
NOK	2	—	—	2	—	2
DKK	2	—	—	2	—	2
USD	77	3 152	—	3 229	— 1 422	1 807
EUR	—	24 696	945	25 641	— 17 556	8 085
<i>Total</i>	<i>314</i>	<i>28 785</i>	<i>945</i>	<i>30 044</i>	<i>— 19 574</i>	<i>10 470</i>
Efeito diversificação	— 205	— 21 558	— 93	— 21 849	18 624	— 3 225
VaR	109	7 234	852	8 195	— 950	7 245

A introdução na segunda metade de 2001 de alterações à metodologia do Banco de Portugal de reporte de mapas de liquidez fez com que o Grupo a adoptasse como referência para a avaliação da sua liquidez estrutural, descontinuando o cálculo de limites estruturais internos de liquidez anteriormente utilizados e que se baseavam em metodologia semelhante à seguida pelo Banco de França. O rácio de liquidez de acordo com as novas regras do Banco de Portugal situou-se em 116% em 31 de Dezembro de 2001.

O Grupo adoptou também um conjunto de indicadores e limites de liquidez de curto prazo (liquidez imediata e liquidez trimestral) que traduzem a projecção dos principais fluxos de entrada e saída de fundos no curto prazo, na sede e sucursais, permitindo que a gestão global de liquidez seja coerente com as necessidades imediatas.

O Grupo tem vindo a diversificar as suas fontes e a adequar a sua estrutura de financiamento através, designadamente, de emissões de obrigações de médio/longo prazo nos mercados internacionais (ao abrigo do programa de euro Medium Term Notes, ampliado no final de 2000), de papel comercial (através de programa já estabelecido em 1999) e de produtos estruturados de médio prazo (promovendo o alongamento do prazo dos recursos de clientes). As três operações de titularização de activos (carteira de obrigações, crédito ao consumo e crédito hipotecário — que totalizaram mais de 2000 milhões de euros) e as operações de reforço de fundos próprios concretizadas durante o ano (aumento de capital e emissão de obrigações subordinadas convertíveis e obrigações subordinadas) tiveram também um impacto positivo na liquidez do Grupo.

Gestão de riscos de crédito:

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados quer por incapacidade do tomador de um empréstimo (e seu garante se existir), quer do emissor de um título ou contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações. Na análise dedicada à estrutura patrimonial inclui-se informação complementar a esta, relativa à estrutura e qualidade do crédito e ao seu provisionamento.

Particulares e empresas:

A avaliação do risco de crédito no BCP baseia-se em modelos que, no caso de clientes particulares, são essencialmente de índole comportamental (*scoring*), e no caso de clientes empresas combinam informação económico-financeira com dados de natureza qualitativa, como a qualidade da gestão/organização da empresa, o posicionamento no mercado em que se insere ou as perspectivas sectoriais de evolução. Atendendo à actual realidade empresarial, é dada especial atenção ao relacionamento inter-empresas, dispondo o Banco de informação actualizada sobre grupos económicos, sendo a avaliação de risco efectuada nesta óptica.

Os clientes são, deste modo, submetidos a processos internos de *rating*, estando a decisão creditícia a cargo de comissões cuja constituição e competências são perfeitamente definidas por regulamentos específicos, existindo, para além dos modelos de *rating*, mecanismos

de detecção precoce de potenciais situações de incumprimento. Todos estes instrumentos são objecto de acompanhamento e revisão periódica, de modo a que a sua capacidade preditiva seja assegurada.

Paralelamente, regularmente procede-se à análise da qualidade da carteira de crédito do Banco, segundo diversas ópticas, das quais se destacam a evolução dos perfis de risco das várias redes comerciais e a concentração de responsabilidades, quer por sector de actividade, quer por cliente, neste caso ao nível dos grupos económicos.

Os órgãos responsáveis pela gestão do crédito efectuem o acompanhamento contínuo do crédito activo no sentido de prevenir situações de degradação. Centralmente são produzidos mapas que permitem controlar, nomeadamente, o vencimento de contas correntes caucionadas, efeitos não liquidados e descobertos não autorizados, os quais são distribuídos automaticamente pelas várias sucursais, agências ou lojas, competindo ao responsável a gestão dos créditos e análise das situações atípicas e a consequente actuação, de acordo com o regulamento.

Os créditos em situação de incumprimento têm prazo limite de transferência, em função dos tipos de activos, para unidades de recuperação de crédito, que procedem à negociação directa com os clientes.

Carteira internacional:

A concessão de crédito internacional está subordinada a regras pré-estabelecidas, constantes do Regulamento de Crédito Internacional e depende da apreciação em Comités organizados segundo quatro níveis de decisão e responsabilidade.

A política de crédito é assumidamente conservadora e está enquadrada principalmente por dois documentos: limites país e limites banco. A atribuição de limites, tanto de países como de Bancos, é efectuada com base na avaliação de indicadores diversos de natureza quantitativa e qualitativa, nomeadamente *ratings* atribuídos pelas principais agências.

O controlo de exposição a países e contrapartes e o controlo dos limites de exposição é realizado com base em informação que sistematicamente é fornecida, entre outras, pelas entidades que realizam operações de crédito internacional (principalmente sucursais do BCP no exterior) e controlada por órgãos centrais. Em resposta ao ambiente de alguma incerteza que tem caracterizado os mercados internacionais, o Banco Comercial Português, no decurso do ano de 2001, aprofundou o desenvolvimento dos métodos de controlo e monitorização dos riscos de crédito internacional, tendo em vista o reforço da gestão e controlo de riscos.

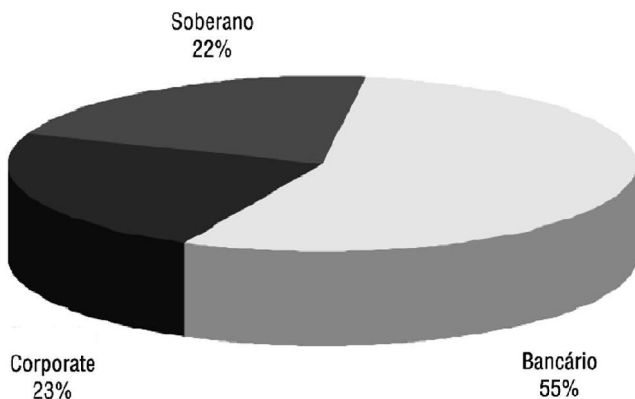
A carteira internacional com risco-país ascendeu a 1350 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2001. Este valor representa um decréscimo de 28% relativamente ao valor reportado a 31 de Dezembro de 2000, espelhando a adopção de critérios de maior prudência na aprovação de operações de crédito, quer relativamente à rentabilidade das operações, quer à qualidade dos créditos.

A estrutura desta carteira, tanto em termos dos tipos de risco, como de distribuição geográfica, como ainda de maturidade, reflecte esta política conservadora, ratificada pela não ocorrência de qualquer crédito vencido no exercício em análise.

Tipos de risco:

Ao nível dos tipos de risco é notória a posição dominante de operações cuja contraparte são bancos. Conjuntamente, o risco bancário e o soberano representam uma larga maioria (77%) do total da carteira de crédito internacional.

Carteira internacional — tipo de risco

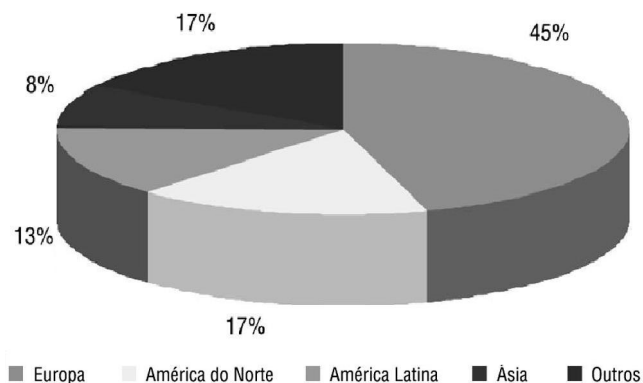


Distribuição geográfica:

No que respeita à distribuição geográfica das exposições, constata-se uma maior orientação para exposições cujo risco-país relevante reside em países da Europa Ocidental, na sua maioria países da União Europeia. Conjuntamente com as exposições na América do Norte, as exposições de melhor risco-país representam 62% da carteira total.

As exposições na América Latina e na Ásia correspondem a 21% do total da carteira. Estas exposições estão sobretudo concentrados em prazos curtos, traduzindo o envolvimento por prazos superiores a três anos apenas 8% do total das mesmas.

Carteira internacional — distribuição geográfica



Operações de mercado:

As operações de mercado envolvem risco de crédito com as diferentes contrapartes. Para além dos limites quantitativos estabelecidos no manual da sala de mercados, a exposição ao risco de crédito com contrapartes bancárias é avaliada através de um indicador de capital em risco, calculado com base nas probabilidades de incumprimento dentro de um determinado horizonte temporal, na exposição actual e futura e na probabilidade de recuperação em caso de incumprimento. Este indicador é determinado utilizando o método de simulação de Monte Carlo, considerando um horizonte temporal de um ano e um nível de confiança estatístico (*one tail*) de 99%.

Em 2001 o valor do capital em risco variou entre um mínimo de 13,5 milhões de euros e um máximo de 57,6 milhões de euros, tendo a média sido de 26,5 milhões de euros, fixando-se em 33,8 milhões de euros no final do ano. Estes valores reflectem o bom risco de crédito das contrapartes de operações das áreas de mercados que, em 31 de Dezembro de 2001, se concentravam predominantemente em prazos curtos (65% até um ano) e em entidades com bom *rating* (99% tinham *rating* não inferior à notação BBB da Standard & Poor's).

Gestão de riscos operacionais:

O risco operacional deve ser entendido como a probabilidade de ocorrência de perdas directas ou indirectas resultantes da inadequação ou rupturas de processos internos ou sistemas, conduta de pessoas ou acontecimentos externos (catástrofes naturais, por exemplo), encontrando-se presente em toda e qualquer actividade, rotineira ou não, desenvolvida pela instituição.

O BCP procura minimizar os riscos através da atenção despendida na definição rigorosa da estrutura hierárquica, na análise da adequação e fidedignidade dos sistemas automatizados de suporte de toda a actividade e na procura constante de melhoria qualitativa da informação de gestão prestada.

Existe também a definição formal dos procedimentos de controlo interno implementados, permanentemente acessível a todos os colaboradores através da utilização de uma aplicação informática. Estes procedimentos permitem garantir a execução das operações de forma eficaz, ou seja, adequada à natureza e ao volume de actividades, por forma a conciliar as exigências comerciais e as regras estabelecidas.

A definição das linhas de orientação estratégicas das funções de auditoria interna nas diversas instituições do Grupo Banco Comercial Português é da competência do presidente e vice-presidentes dos conselhos de administração dos bancos e dos presidentes dos conselhos de administração das sociedades *holding* do Grupo que, no exercício das suas responsabilidades, reúnem formalmente com o objectivo de coordenar e controlar o desenvolvimento das actividades correlacionadas.

A gestão do risco operacional no BCP é complementada pela existência de planos de emergência e por procedimentos destinados a circunscrever eventuais rupturas no sistema de controlo, bem como pela existência de apólices de seguros que asseguram a cobertura de riscos de natureza patrimonial e pessoal.

Em caso de desastre existem meios que permitem salvaguardar a continuidade da actividade quer ao nível das áreas de negócio, que dispõem de instrumentos funcionais de âmbito técnico e operacional que permitem atenuar esses riscos, quer a nível dos sistemas centrais e departamentais, onde existem planos de recuperação em caso de desastre que garantem, no prazo máximo de 18 horas, o funcionamento operacional das aplicações consideradas críticas.

Análise por segmentos de negócio

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, no território português e no estrangeiro. A análise que se segue aborda o desempenho dos principais segmentos de negócio, também descritos na nota 48 às demonstrações financeiras consolidadas.

Banca comercial:

A banca comercial é o segmento de negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volume de negócios como ao nível de resultados, sendo levado a cabo principalmente pelas redes comerciais do BCP em Portugal. Estas actuam, essencialmente, como canais de *marketing* e de distribuição do Grupo, servindo as necessidades financeiras de segmentos de mercado específicos.

Adicionalmente, o negócio da banca comercial é abordado por vários bancos sediados em mercados de afinidade e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas. Nestas instituições incluem-se o Banco Comercial de Macau, o Banco Internacional de Moçambique, o Banque BCP (França e Luxemburgo), o NovaBank (Grécia), o BPABank (Estados Unidos) e o SottoBank (Canadá).

Em 2001 a actividade da banca comercial gerou resultados líquidos no montante de 592.299 milhares de euros, comparando com os 1 023 353 milhares de euros no ano anterior.

O maior nível de resultados da banca comercial em 2000 reflecte essencialmente a contabilização da mais-valia obtida na alienação da participação do Grupo na Seguros e Pensões à Eureko.

O volume de negócios registou uma evolução favorável, destacando-se os créditos sobre clientes que, não considerando o impacto das operações de securitização de crédito hipotecário e de crédito ao consumo efectuadas no último trimestre de 2001, totalizaram 39 757 461 milhares de euros, mais 7,5% que os 36 986 273 milhares de euros registados no final de 2000.

Os débitos para com clientes passaram de 27 912 930 milhares de euros para 28 208 150 milhares de euros entre o final de 2000 e de 2001, evidenciando um crescimento de 1,1%.

Outros segmentos de negócio:

Tendo em vista a satisfação da globalidade das necessidades financeiras dos seus clientes, o Grupo aborda ainda outros negócios, incluindo banca de investimento, gestão de activos, crédito especializado e crédito ao consumo.

No âmbito da estratégia de *cross-selling*, as redes bancárias funcionam também como canais de distribuição dos produtos e serviços destes segmentos de negócio.

Banca de investimento:

O Grupo BCP reforçou a sua posição de destaque no negócio da banca de investimento ao longo de 2001, facto que se traduziu na atribuição ao BCP Investimento dos prémios Best Equities House in Portugal e Best Debt House in Portugal pela euromoney. Este segmento de negócio viu também reforçada a sua capacidade de desenvolvimento de emissões obrigacionistas destinadas ao segmento de retalho e produtos estruturados inovadores, colocados nas redes de distribuição do BCP no âmbito da estratégia de *cross-selling*.

A evolução dos resultados líquidos da banca de investimento, de 34 374 milhares de euros em 2000 para 26 691 milhares de euros em 2001 foi influenciada pelo processo de reestruturação deste segmento de negócio, que envolveu a transferência de clientes anteriormente domiciliados no Banco Mello de Investimentos para as redes do BCP.

Gestão de activos:

Em 2001, o Grupo BCP preservou a sua posição de liderança no mercado português de gestão de activos financeiros, não obstante o enquadramento económico desfavorável e a elevada volatilidade dos mercados de capitais.

Este segmento de negócio apurou resultados líquidos num total de 17 907 milhares de euros em 2001, montante inferior aos resultados registados em 2000 (28 858 milhares de euros). Estes resultados não são directamente comparáveis, devido à transferência de patrimónios sob gestão para a F&C no final de 2000, no âmbito do aprofundamento da parceria estratégica com a Eureka.

Os resultados de 2001 do negócio de gestão de activos reflectem também o desempenho desfavorável dos mercados de capitais, que se traduziu com maior incidência nos fundos com maior vertente de investimento na componente accionista.

Crédito especializado:

O Grupo BCP manteve a liderança de mercado nos negócios de crédito especializado (*leasing e factoring*) em 2001, tendo-se intensificado o *cross-selling* junto de uma base alargada de clientes através das redes do Banco.

A evolução dos resultados líquidos gerados pelo negócio de crédito especializado, que totalizaram 9409 milhares de euros em 2001 (10 987 milhares de euros em 2000) reflectiu essencialmente as maiores necessidades de provisionamento dos riscos de crédito e a evolução desfavorável do negócio de *leasing*, influenciado pela descida das vendas de automóveis ligeiros em Portugal em 2001.

O crédito deste segmento de negócio registou um crescimento expressivo: não considerando os montantes securitizados em 2001, os créditos sobre clientes cifraram-se em 2 935 218 milhares de euros no final de 2001, evidenciando um acréscimo de 18,0% em relação aos 2 487 380 milhares de euros apurados no final de 2000.

Crédito ao consumo:

O negócio de financiamento de bens de consumo do Grupo BCP registou um acréscimo assinalável em 2001, reflectido na evolução favorável da actividade creditícia.

Os resultados líquidos deste segmento cifraram-se em 17 088 milhares de euros em 2001 comparando muito favoravelmente com os 5264 milhares de euros contabilizados no ano anterior, influenciados pelos prejuízos registados pela Mello Crédito.

A carteira de créditos sobre clientes, não considerando as operações de securitização realizadas ao longo do ano, cifrou-se em 1 005 673 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001, comparando com 789 109 milhares de euros no final de 2000.

ServiBanca:

A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços às empresas do Grupo BCP. Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas que utilizam os seus serviços.

	Segmentos de negócio do Grupo BCP						(Em milhares de euros)							
	Banca comercial		Banca de investimento		Gestão de activos		Crédito especializado		Crédito ao consumo		ServiBanca		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Margem financeira ...	1 195 574	1 046 516	11 682	11 552	7 059	5 093	44 865	42 850	65 210	73 551	(17 066)	(12 245)	1 351 858	1 252 583
Provisões p/ riscos de crédito	192 651	322 699	(893)	(1 314)	—	(1)	14 554	10 900	24 276	40 253	—	—	208 478	307 599
Comissões e outros:														
Proveitos líquidos	935 850	1 619 365	54 799	65 925	27 988	47 799	7 882	6 786	31 660	27 977	318 972	257 818	987 295	1 225 364
Custos de transform.	1 278 692	1 230 041	35 559	33 504	12 560	11 500	23 938	24 550	49 310	50 802	301 906	245 573	1 384 283	1 362 106
Result. líquidos	592 299	1 023 353	26 691	34 374	17 907	28 858	9 409	10 987	17 088	5 264	—	—	571 672	505 498
Activo total	72 705 933	67 392 087	2 710 323	3 064 088	140 236	162 001	2 902 117	2 564 543	808 392	933 193	477 905	328 377	62 960 708	61 433 847
Créditos sobre clientes	38 405 361	36 986 273	363 945	444 837	—	—	2 860 748	2 487 380	693 785	789 109	—	—	42 938 314	40 596 941
Débitos com clientes	28 208 150	27 912 930	157 625	25 708	—	—	—	—	30 687	115 440	—	—	29 441 050	28 920 221

Proposta de aplicação de resultados

1 — Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando ainda a política, prevista aliás estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido, no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício;

Nos termos da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 294.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 30.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (516 615 752,64 euros), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (38 579,56 euros):

- a*) 52 000 000 euros para reforço da reserva legal;
- b*) 9 000 000 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c*) 80 000 000 euros para reforço de reservas livres;
- d*) 25 830 000 euros para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º dos Estatutos, correspondentes a cerca de 5% dos resultados do exercício;
- e*) 349 007 231,55 euros para atribuição de dividendos;
- f*) 817 100,65 euros ou seja, o remanescente, para conta nova.

2 — Considerando que a verba global de 349 007 231,55 euros prevista no número um para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida (no caso de 0,15 euros por acção), e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do

pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade no acréscimo da liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante do número anterior, que:

- a*) A cada acção emitida será pago o dividendo unitário de 0,15 euros que presidiu à elaboração da proposta;
- b*) Não será pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

3 — Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas na sequência da deliberação da assembleia geral de 26 de Março de 2001, mais se propõe que se delibere, em relação à aplicação de resultados constante do n.º 1, que:

- a*) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 0,15 euros;
- b*) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis possa ser efectuado mediante a utilização de reservas livres disponíveis.

Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2001, eram os seguintes os accionistas com participações iguais ou superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S. A.:

Accionistas	Número de acções	Porcentagem do capital social	Porcentagem de direitos de voto (a)
Grupo Caixa Geral de Depósitos:			
Caixa Geral de Depósitos	139 602 893	6,00	6,01
Comp Seguros Mundial Confiança	55 493 817	2,39	2,39
Grupo IntesaBCI:			
Grupo Intesa SPA	114 133 867	4,91	4,91
Intesa BCI Holding Internacional	58 671 600	2,52	2,52
UIF União Internacional Financeira, SGPS	106 517 326	4,58	4,58
Grupo EDP:			
EDP Participações, SGPS	67 795 976	2,91	2,92
OPTEP, SGPS	33 701 327	1,45	1,45
Eureko Portugal, SGPS	84 242 363	3,62	3,62
Bansabadell Holding NV	78 163 242	3,36	3,36
Grupo Friends Provident:			
Friends Provident Life and Pensions Limited	36 676 951	1,58	1,58
Friends Provident Investment Holdings Limited	32 873 179	1,41	1,41
Demco Investments and Commercial	48 803 105	2,10	2,10
Achmea Holding NV	47 053 266	2,02	2,02

(a) Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do BCP, não serão contados os votos emitidos por accionista que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Os direitos de voto acima reportados, resultam exclusivamente das participações directas dos accionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer participações indirectas detidas por sociedades dominadas por aqueles accionistas, e consequentemente por órgãos de administração das sociedades dominadas, ou ainda quaisquer outras imputações de direitos de voto previstos no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Posição accionista e obrigacionista dos órgãos de administração e fiscalização

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos em 2001	Número de títulos em 2000	Movimento em 2001		Data	Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações		
Membros dos órgãos sociais:							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	3 507 000	3 090 688	(u) 7 196 247 840 45 698		28-2-2001 16-3-2001 2-5-2001	— 4,25 4,80
				(v) 84 063 24 515 6 800 200		3-5-2001 5-7-2001 5-10-2001 26-10-2001	— 4,48 4,15 4,06
	Acções BCM Ásia	—	257		(u) 257	28-2-2001	—
	(a)	500	500				
	(b)	200	200				
	(c)	10	—				
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	782 500	541 348		10	19-6-2001	5 000,00
				36 000		10-1-2001	5,53
				45 990		16-3-2001	4,25
				3 919		23-3-2001	4,25
				(v) 15 598		3-5-2001	—
				10 000		25-5-2001	4,55
				10 000		19-6-2001	4,35
				20 000		21-6-2001	4,25
				10 000		27-6-2001	4,25
				20 000		29-6-2001	4,37
				29 645		13-9-2001	3,98
				15 000		17-9-2001	3,71
				25 000		19-9-2001	3,61
	(c)	10	—	30		19-6-2001	5 000,00
		—	—		20	9-7-2001	5 000,00
Christopher de Beck	Acções BCP	496 414	423 011	33 842		16-3-2001	4,25
				2 883		23-3-2001	4,25
				(v) 11 478		3-5-2001	—
				24 200		12-9-2001	4,02
				1 000		27-9-2001	4,14
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	Acções BCP	453 253	390 447	31 240		16-3-2001	4,25
				5 000		22-3-2001	4,94
				2 000		23-3-2001	4,25
				5 000		23-3-2001	4,98
				(v) 10 866		3-5-2001	—
				5 000		25-5-2001	4,55
				4 700		11-6-2001	4,47
				5 000		21-6-2001	4,25
				5 000		11-9-2001	3,98
				11 000		27-12-2001	4,50

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos em 2001	Número de títulos em 2000	Movimento em 2001		Data	Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações		
Alexandre Alberto Bastos Gomes	(f)	(x) 3 491 585	700				
	(h)	300	300				
	(i)	2 000	2 000				
	(j)	499	499				
	(k)	499	499				
	(l)	2 194	2 194				
	(m)	35	—	35		19-4-2001	1 000,00
(n)	75	—	75		31-7-2001	1 000,00	
Miguel José Ribeiro Cadilhe	Ações BCP	110 000	66 800				
				5 344		16-3-2001	4,25
				455		23-3-2001	4,25
				(v) 1 813		3-5-2001	—
				25 588		18-5-2001	4,86
10 000		24-5-2001	4,65				
300		17-9-2001	50,00				
Rui Fernando Cunha do Amaral Barata	Ações BCP	32 928	29 738				
				2 385		16-3-2001	4,25
(v) 805		3-5-2001	—				
Francisco José Q. de Barros de Lacerda	Ações BCP	80 000	40 000				
				8 200		16-3-2001	4,25
				698		23-3-2001	4,25
				10 000		26-4-2001	4,94
				(v) 1 085		3-5-2001	—
				10 000		22-6-2001	4,26
17		22-6-2001	4,25				
10 000		28-8-2001	4,36				
25		29-11-2001	1 000,00				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Ações BCP	118 173	106 085				
				8 488		16-3-2001	4,25
				722		23-3-2001	4,25
(v) 2 878		3-5-2001	—				
Mário Augusto de Paiva Neto	Ações BCP	29 733	26 855				
				2 150		16-3-2001	4,25
(v) 728		3-5-2001	—				
Mário Branco Trindade	Ações BCP	41 085	40 000				
				(v) 1 085		3-5-2001	—
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos	—	—	—				
Cônjuge/filhos menores:							
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	Ações BCP	1 515 000	1 205 000				
				96 400		16-3-2001	4,25
				162 302		2-5-2001	4,80
(v) 32 698		3-5-2001	—				

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos em 2001	Número de títulos em 2000	Movimento em 2001		Preço unitário (euros)	
				Aquisições	Alienações		
					Data		
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves				13 600		13-9-2001	3,95
				5 000		19-9-2001	3,61
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Ações BCP	639	576	48		16-3-2001	4,25
				(v) 15		3-5-2001	—
Maria da Graça G. Rocheta C. Talone	Ações BCP	1 174	1 050	90		16-3-2001	4,25
				6		23-3-2001	4,25
				(v) 28		3-5-2001	—
Maria do Rosário F. C. M. Libano Monteiro	Ações BCP	1 110	1 000	80		16-3-2001	4,25
				3		23-3-2001	4,25
				(v) 27		3-5-2001	—
Júlia Maria Guedes Magalhães	Ações BCP	886	800	64		16-3-2001	4,25
				(v) 22		3-5-2001	—
Bárbara Janet Gray Rodrigues	Ações BCP	37 267	33 455	2 678		16-3-2001	4,25
				227		23-3-2001	4,25
				(v) 907		3-5-2001	—
Daniel António Gray Rodrigues	Ações BCP	5 012	4 500	360		16-3-2001	4,25
				30		23-3-2001	4,25
				(v) 122		3-5-2001	—
Jenifer Ema Gray Rodrigues	Ações BCP	5 012	4 500	360		16-3-2001	4,25
				30		23-3-2001	4,25
				(v) 122		3-5-2001	—
Maria do Rosário S. G. C. Henriques	Ações BCP	115 280	99 145	12 459		16-3-2001	4,25
				987		23-3-2001	4,25
				(v) 2 689		3-5-2001	—
	(a)	200	200				
	(b)	400	400				
	(d)	997 596	200	(x)			
	(j)	150	150				
	(k)	150	150				
	(q)	1 745 793	350	(x)			
	(r)	300	300				
Catarina S. G. Castro Henriques	Ações BCP	632	572	45		16-3-2001	4,25
				(v) 15		3-5-2001	—

Accionistas/obligacionistas	Título	Número de títulos em 2001	Número de títulos em 2000	Movimento em 2001		Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	
					Data	
Pedro S. G. Castro Henriques	Acções BCP	632	572	45 (v) 15	—	4,25 —
Rita S. G. Castro Henriques	Acções BCP	632	572	45 (v) 15	—	4,25 —
Maria Manuel Félix F. F. Pereira Dias	Acções BCP	640	572	50 3 (v) 15	—	4,25 4,25 —
Rosa Amélia M. Martins Barbosa	Acções BCP	987	892	72 (v) 23 500 500	—	4,25 — 50,00 50,00
Alexandre Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	5 212	4 708	377 (v) 127	—	4,25 —
Joana Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	5 212	4 708	377 (v) 127	—	4,25 —
Maria Madalena Barros Lima Ivo Barata	Acções BCP	982	888	71 (v) 23	—	4,25 —
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1 238	232	1 000 (v) 6	—	4,25 —

- (a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04).
(b) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05).
(c) Obrigações BCP Finance Bank Convertíveis 4,75% (01/11).
(d) Obrigações Cif — Grandes Marcas Mundiais.
(e) Obrigações Cif Capital Garantido — Down Jones.
(f) Obrigações Cif Capital Garantido — Energia Mundial.
(g) Obrigações BCPI Capital Garantido — Valor Telecom.
(h) Obrigações Atlântico Taxa Fixa 3,25%.
(i) Obrigações Caixa Cif Investimento Real (99/06).
(j) Obrigações BCP/SFI euroStoxx30 (00/04).
(k) Obrigações BCP/SFI Rendimento 6% (00/04).
(l) Obrigações Caixa BCP/SFI Capital Garantido Telecom (00/02).
(m) Obrigações BCP France Telecom/Daimler Chry (01/03).
(n) Obrigações BCP Finance Bank Rendimento Top (01/06).
(o) Obrigações BCP Capital Garantido-Alto Rendimento.
(p) Obrigações BCP Finance Bank Alternative World (01/09).
(q) Obrigações Caixa BCP Capital Garantido PSI20(97/02).
(r) Obrigações BCPA Taxa Crescente (00/05).
(s) Obrigações BCP/SFI Alta Poupança 7,25% (Jul/03).
(t) Obrigações BCP/SFI Alta Poupança Variável (Jul/04).
(u) Conversão de Acções do BCM Asia em Acções do BCP.
(v) Aumento do capital social do BCP por incorporação de reservas, nos termos da decisão da assembleia geral de 26 de Março de 2001.
(x) Redenominação e renominalização das obrigações, com alteração de valor unitário de PTE 10.000 para eur 0,01.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Activo:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	365 272	1 821 968	1 304 509
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	276 686	1 380 102	1 284 103
Outros créditos sobre instituições de crédito	852 230	4 250 907	5 625 206
Créditos sobre clientes	8 608 359	42 938 314	41 113 230
Obrigações, acções e outros títulos	957 059	4 773 792	5 657 824
Acções próprias	1 802	8 986	128 875
Participações financeiras	536 391	2 675 506	2 674 107
Imobilizações incorpóreas	27 115	135 251	95 838
Imobilizações corpóreas	262 921	1 311 444	1 240 768
Outros activos	257 811	1 285 956	941 062
Contas de regularização	476 843	2 378 482	1 913 482
	<u>12 622 489</u>	<u>62 960 708</u>	<u>61 979 004</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	80 930	403 676	488 517
A prazo	2 559 257	12 765 519	16 024 210
Débitos para com clientes:			
À vista	2 548 788	12 713 301	12 063 972
A prazo	3 353 613	16 727 749	16 856 249
Débitos representados por títulos	2 148 944	10 718 889	8 421 991
Outros passivos	161 711	806 609	522 756
Contas de regularização	297 273	1 482 793	1 988 815
Provisão para riscos e encargos	185 282	924 182	938 055
Passivos subordinados	578 109	2 883 598	1 572 984
<i>Total do passivo</i>	<u>11 913 907</u>	<u>59 426 316</u>	<u>58 877 549</u>
Situação líquida			
Capital	466 464	2 326 715	2 101 563
Prémio de emissão	143 385	715 203	170 130
Reservas e resultados acumulados	(171 360)	(854 742)	(451 187)
<i>Total da situação líquida</i>	<u>438 489</u>	<u>2 187 176</u>	<u>1 820 506</u>
Interesses minoritários em subsidiárias	24 758	123 491	65 195
Interesses minoritários em acções preferenciais	245 335	1 223 725	1 215 754
<i>Total de interesses minoritários</i>	<u>270 093</u>	<u>1 347 216</u>	<u>1 280 949</u>
	<u>12 622 489</u>	<u>62 960 708</u>	<u>61 979 004</u>

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Juros e proveitos equiparados	680 942	3 396 524	3 044 807
Juros e custos equiparados	409 919	2 044 666	1 792 223
Margem financeira	271 023	1 351 858	1 252 584
Provisão para riscos de crédito	41 796	208 478	235 090
Margem financeira após provisão para riscos de crédito	<u>229 227</u>	<u>1 143 380</u>	<u>1 017 494</u>
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos	28 069	140 007	185 300
Comissões	113 675	567 010	639 628
Lucros em operações financeiras	104 302	520 255	728 213
Outros proveitos de exploração	70 374	351 026	370 637
Ganhos relativos à alienação de particip. financeiras em subsidiárias e associadas	—	—	30 195
	<u>316 420</u>	<u>1 578 298</u>	<u>1 953 973</u>

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Outros custos:			
Comissões	15 981	79 714	64 571
Prejuízos em operações financeiras	72 953	363 886	513 476
Custos com o pessoal	145 822	727 358	743 920
Outros gastos administrativos	102 052	509 034	475 231
Amortizações do exercício	29 649	147 891	142 955
Outras provisões	2 362	11 781	142 915
Outros custos de exploração	13 958	69 620	80 157
	<u>382 777</u>	<u>1 909 284</u>	<u>2 163 225</u>
Lucro antes de impostos	162 870	812 394	808 242
Provisão para impostos sobre lucros	(16 932)	(84 455)	(129 698)
Lucro depois de impostos	145 938	727 939	678 544
Interesses minoritários	(18 096)	(90 265)	(66 879)
Lucro da actividade corrente	127 842	637 674	611 665
Custo extraordinário	(13 232)	(66 002)	—
Resultados de pré-aquisição	—	—	(106 167)
Lucro líquido atribuível ao Banco	114 610	571 672	505 498

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 821 968	—	1 821 968	1 304 509
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 380 102	—	1 380 102	1 284 103
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	4 384 053	133 146	4 250 907	5 625 206
4 — Créditos sobre clientes	43 434 423	496 109	42 938 314	41 113 230
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3 811 062	53 165	3 757 897	4 493 859
a) De emissores públicos	1 675 374	1 072	1 674 302	1 741 878
b) De outros emissores	2 009 564	52 093	1 957 471	2 708 393
c) Títulos próprios	126 124	—	126 124	43 588
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	1 081 622	65 727	1 015 895	1 163 965
7 — Partes de capital em empresas associadas	1 228 680	31 622	1 197 058	1 570 787
8 — Partes de capital em empresas filiais excl. da consolidação	52 094	1 396	50 698	72 867
9 — Outras participações financeiras	1 437 895	10 145	1 427 750	1 030 453
10 — Imobilizações incorpóreas	266 870	131 619	135 251	95 838
11 — Imobilizações corpóreas	2 159 083	847 639	1 311 444	1 240 768
(Das quais: imóveis)	(1 285 756)	(282 746)	(1 003 010)	(951 859)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação	—	—	—	—
15 — Acções próprias	8 986	—	8 986	128 875
16 — Outros activos	1 412 005	126 049	1 285 956	941 062
17 — Contas de regularização	2 378 482	—	2 378 482	1 913 482
<i>Total do activo</i>	<u>64 857 325</u>	<u>1 896 617</u>	<u>62 960 708</u>	<u>61 979 004</u>

PASSIVO

	2001	2000
1 — Débitos para com instituições de crédito	13 169 195	16 512 727
a) À vista	403 676	488 517
b) A prazo	12 765 519	16 024 210

(Em milhares de euros)

	2001	2000
2 — Débitos para com clientes	29 441 050	28 920 221
a) Depósitos de poupança	3 194 599	3 041 678
b) Débitos à vista	12 713 301	12 063 972
c) Débitos a prazo	13 533 150	13 814 571
3 — Débitos representados por títulos	10 718 889	8 421 991
a) Obrigações em circulação	9 498 701	7 129 354
b) Outros	1 220 188	1 292 637
4 — Outros passivos	806 609	522 756
5 — Contas de regularização	1 482 793	1 988 815
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—
7 — Diferenças de consolidação	—	—
8 — Provisão para riscos e encargos	773 727	813 267
a) Provisões para pensões e encargos similares	182 002	125 127
b) Outras provisões	591 725	688 140
9 — Fundo para riscos bancários gerais	150 455	124 788
10 — Passivos subordinados	2 883 598	1 572 984
11 — Capital subscrito	2 326 715	2 101 563
12 — Prémios de emissão	715 203	170 130
13 — Reservas	(1 426 453)	(956 691)
15 — Resultados transitados	39	6
16 — Interesses minoritários em subsidiárias	1 347 216	1 280 949
17 — Lucro consolidado do exercício	571 672	505 498
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>62 960 708</i>	<i>61 979 004</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2001	2000
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	10 573 542	10 108 288
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	2 365
1.2 — Garantias e avales	7 863 106	7 425 858
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	1 653 485	1 811 309
1.4 — Outros	1 056 951	868 756
2 — Compromissos	8 072 184	3 563 093
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	29 928	84 547
	18 645 726	13 671 381

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000**DÉBITO**

(Em milhares de euros)

	2001	2000
1 — Juros e custos equiparados	2 044 666	1 792 223
2 — Comissões	79 714	64 571
3 — Prejuízos em operações financeiras	363 886	513 476
4 — Gastos gerais administrativos	1 236 392	1 219 151
4.1 — Custos com o pessoal	727 358	743 920
4.2 — Outros gastos administrativos	509 034	475 231

(Em milhares de euros)

	2001	2000
5 — Amortizações do exercício	147 891	142 955
6 — Outros custos de exploração	18 940	21 962
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	404 429	532 912
8 — Provisões para imobilizações financeiras	159	300
9 — Perdas extraordinárias	23 829	41 610
10 — Impostos sobre lucros	84 455	129 698
11 — Outros impostos	25 458	11 842
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	1 393	4 743
13 — Interesses minoritários	90 265	173 046
14 — Lucro consolidado do exercício	571 672	505 498
	5 093 149	5 153 987

CRÉDITO

	2001	2000
1 — Juros e proveitos equiparados	3 396 524	3 044 807
2 — Rendimentos de títulos	55 862	44 877
3 — Comissões	567 010	639 628
4 — Lucros em operações financeiras	520 255	728 213
5 — Reposições e anulações de provisões	118 327	155 207
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	84 145	140 423
7 — Outros proveitos de exploração	268 625	170 784
8 — Ganhos extraordinários	82 401	230 048
9 — Interesses minoritários	—	—
10 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—
	5 093 149	5 153 987

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barroso Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balço em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2001		2000	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 611 505	—	1 611 505	1 213 513
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 419 080	—	1 419 080	1 204 042
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	10 356 421	132 293	10 224 128	9 279 718
4 — Créditos sobre clientes	34 477 029	350 575	34 126 454	34 287 396
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 469 222	48 369	5 420 853	5 817 615
a) De emissores públicos	1 058 295	345	1 057 950	1 250 455
b) De outros emissores	4 410 927	48 024	4 362 903	4 567 160
(Dos quais: títulos próprios)	(70 198)	—	(70 198)	(9 760)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	1 004 547	62 636	941 911	1 065 471
7 — Participações	1 512 366	88 149	1 424 217	1 373 861
8 — Partes de capital em empresas coligadas	390 265	1 437	388 828	822 897
9 — Imobilizações incorpóreas	85 201	53 488	31 713	28 225
10 — Imobilizações corpóreas	1 519 339	688 578	830 761	808 980
(Das quais: imóveis)	(929 523)	(248 534)	(680 989)	(647 938)
12 — Acções próprias	8 986	—	8 986	23
13 — Outros activos	5 215 812	112 233	5 103 579	3 627 471
15 — Contas de regularização	1 858 008	—	1 858 008	1 495 690
<i>Total do activo</i>	64 927 781	1 537 758	63 390 023	61 024 902

PASSIVO

(Em milhares de euros)

	2001	2000
1 — Débitos para com instituições de crédito	25 247 452	23 823 447
a) À vista	1 664 818	2 432 235
b) A prazo	23 582 634	21 391 212
2 — Débitos para com clientes	24 016 954	25 686 873
a) Depósitos de poupança	3 174 164	3 035 342
b) Outros débitos	20 842 790	22 651 531
ba) Débitos à vista	11 663 417	11 423 232
bb) Débitos a prazo	9 179 373	11 228 299
3 — Débitos representados por títulos	2 234 418	1 657 270
a) Obrigações em circulação	2 234 418	1 657 270
b) Outros		
4 — Outros passivos	537 610	222 165
5 — Contas de regularização	1 151 228	1 695 520
6 — Provisão para riscos e encargos	722 226	748 563
a) Provisões para pensões e encargos similares	136 603	83 470
b) Outras provisões	585 623	665 093
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	71 211	29 983
8 — Passivos subordinados	4 998 331	3 706 119
9 — Capital subscrito	2 326 715	2 101 563
10 — Prémios de emissão	715 203	170 130
11 — Reservas	852 020	102 142
12 — Reservas de reavaliação		
13 — Resultados transitados	39	6
14 — Lucro do exercício	516 616	1 081 121
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>63 390 023</i>	<i>61 024 902</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2001	2000
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	16 809 301	13 430 640
Dos quais:		
1 1 — Aceites e endossos	—	2 365
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	—	(2 365)
1 2 — Garantias e avales	8 380 396	7 945 911
1 3 — Cauções e activos dados em garantia	553 067	123 274
1 4 — Outros	7 875 838	5 359 090
2 — Compromissos	7 896 436	3 322 959
Dos quais:		
2 1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	29 928	84 547
	24 705 737	16 753 599

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2001	2000
1 — Juros e custos equiparados	2 370 909	2 140 088
2 — Comissões	36 438	38 876

(Em milhares de euros)

	2001	2000
3 — Prejuízos em operações financeiras	245 722	313 831
4 — Gastos gerais administrativos	991 419	1 027 412
4.1 — Custos com o pessoal	441 280	515 533
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(325 484)	(386 326)
(— encargos sociais)	(112 485)	(126 135)
Dos quais:		
(—com pensões)	(45 817)	(48 948)
4.2 — Outros gastos administrativos	550 139	511 879
5 — Amortizações do exercício	79 924	89 583
6 — Outros custos de exploração	14 962	14 454
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	284 074	434 244
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	57 605
10 — (Resultado da actividade corrente)	(505 049)	(159 212)
11 — Perdas extraordinárias	78 706	108 190
13 — Impostos sobre lucros	65 972	79 128
14 — Outros impostos	4 876	7 835
15 — Lucro do exercício	516 616	1 081 121
	4 689 618	5 392 367

CRÉDITO

	2001	2000
1 — Juros e proveitos equiparados	3 414 637	3 048 442
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(276 790)	(295 552)
2 — Rendimentos de títulos	203 235	118 928
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	19 789	27 315
b) Rendimento de participações	27 429	15 141
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	156 017	76 472
3 — Comissões	411 152	505 093
4 — Lucros em operações financeiras	260 015	393 386
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	44 467	93 787
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	4 093	—
7 — Outros proveitos de exploração	194 991	111 576
9 — Ganhos extraordinários	161 121	1 117 062
11 — Prejuízo do exercício	—	—
	4 689 618	5 392 367

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As menos-valias referentes aos títulos de negociação, títulos de investimento e investimentos estratégicos registados ao custo histórico decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são contabilizadas de acordo com as políticas contabilísticas referidas nas notas n.ºs 1, alíneas h) e 1 b) respectivamente, às demonstrações financeiras, e são apresentadas nas notas n.ºs 6 e 7.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco à data

de 31 de Dezembro de 2001, encontram-se apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2002, encontra-se referido na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2001, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, totalizam o montante de 78 639 000 euros.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2001, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, são analisados na nota n.º 46 às demonstrações financeiras.

10 — Inventário da carteira de títulos e de participações financeiras:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	(Em euros)	
					Valor contábilístico	Valor contábilístico
A) Títulos — negociação						176 480 692
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes						18 653 293
De dívida pública portuguesa						7 599 650
A médio e a longo prazos						7 599 650
OT 3 625% 99/19.08.2004	57 000	0,01 EUR	0,01	0,01		573
OT 3 95% 99/15.07.2009	2 355 500	0,01 EUR	0,01	0,01		22 415
OT 48125% 98/23.04.2003	88	0,01 EUR	0,01	0,01		1
OT 5,75% 97/23.03.2002	12	0,01 EUR	0,01	0,01		—
OT 5 25% 00/14.10.2005	20 000	0,01 EUR	0,01	0,01		207
OT 5 375% 98/23.06.2008	2 900 160	0,01 EUR	0,01	0,01		30 583
OT 545% 98/23.09.2013	3 400	0,01 EUR	0,01	0,01		35
OT 6,625% 97/23.02.2007	84	0,01 EUR	0,01	0,01		1
OT 9,5% 96/23.02.2006	5 871 005	0,01 EUR	0,01	0,01		74 385
OTLP 10,625% 93/23.06.2003	407 800	0,01 EUR	0,01	0,01		4 499
OTLP 11,875% 95/23.02.2005	96 811	0,01 EUR	0,01	0,01		1 275
OTRV 96/30.07.2002 TXV	224 460 000	0,01 EUR	0,01	0,01		2 284 035
OTRV 97/30.07.2004 TV	510 000 000	0,01 EUR	0,01	0,01		5 181 642

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contabilístico	
De outros residentes					11 053 643	
A médio e a longo prazos					11 053 643	
BCPA CG EuroStoxx 00/31.07.04 Ind	2 086	50,00 EUR	50,00	44,73	104 300	
BCPA CG EuroStoxx 2% 00/31.07.04	450	50,00 EUR	50,40	46,57	22 680	
BCPI OB CGEcon Global 01/05.03.2005	95 770	50,00 EUR	50,00	44,18	4 788 500	
Mello Inv. Biotecnologia 00/16.02.05	50	100 000,00 USD	122 763,24	122 763,22	6 138 162	
Títulos de rendimento fixo — emitidos por não residentes					45 633 706	
De outros emissores públicos estrangeiros					8 703 453	
A médio e a longo prazos					8 703 453	
Banco Nacional de Angola	241 500	1 000,00 AON	36	—	8 596 662	
Banco Nacional de Angola	2 500	1 000,00 AON	35	—	87 818	
Banco Nacional de Angola	500	1 000,00 AON	38	—	18 973	
De outros não residentes					36 930 254	
A médio e a longo prazos					36 930 254	
BCP-Fin Bank Eur Crd Link NT 01/15.11	33 651	1 000,00 EUR	985,23	1 000,70	33 154 115	
BCP-Fin Bank Eur Crd Link NT 01/15.11	3 888	1 000,00 EUR	971,23	1 005,60	3 776 139	
Títulos de rendimento variável — emitidos por residentes					112 193 692	
Ações					112 193 692	
Intesa BCI SPA	39 884 000	0,52 EUR	2,81	2,81	112 193 692	
B) Títulos-Investimento					6 288 509 100	
De rendimento fixo — de emissores públicos					960 262 752	
De dívida pública portuguesa					520 123 573	
A médio e a longo prazos					520 123 573	
Consolidado 3% — 1942	10 538 103	0,01 EUR	0,01	0,00	63 855	
Consolidado CENTEN 4% 1940	11 562 135	0,01 EUR	0,01	0,01	113 107	
OT 5,75% 97/23.03.2002	4 273 321 296	0,01 EUR	0,01	0,01	42 940 870	
OT 9,5% 96/23.02.2006	498 797 897	0,01 EUR	0,01	0,01	5 953 621	
OTLP 10,625% 93/23.06.2003	981 876 405	0,01 EUR	0,01	0,01	10 573 793	
OTLP 8,875% 94/23.01.2004	122 853 922	0,01 EUR	0,01	0,01	1 346 702	
OTRV 96/15.08.2003 TX VAR	33 260 818 359	0,01 EUR	0,01	0,01	332 265 737	
OTRV 96/15.08.2003 TX VAR	4 659 901 893	0,01 EUR	0,01	0,01	46 527 154	

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contabilístico	
OTRV 96/30.07.2002 TX V	256 627 993	0,01 EUR	0,01	0,01	2 566 628	
OTRV 96/30.07.2002 TX V	2 582 053 641	0,01 EUR	0,01	0,01	25 826 284	
OTRV 97/30.07.2004 TV	31	0,01 EUR	0,01	0,01	—	
OTRV 97/30.07.2004 TV	5 203 922 946	0,01 EUR	0,01	0,01	51 946 221	
De outros emissores públicos nacionais					261 556 959	
A médio e a longo prazos					261 556 959	
Câmara Municipal de Oeiras/93-IV	300 000	2,49 EUR	2,49	2,49	747 000	
Gov. Reg. Açores 96/27 12 2006	49 879 790	0,01 EUR	0,01	0,01	498 927	
RAM 96/10.07.2006 TV	12 968 745 323	0,01 EUR	0,01	0,01	129 687 453	
RAM 96/30.12.2006 2EmTV	1 695 912 850	0,01 EUR	0,01	0,01	16 959 129	
RAM 97/30.06.2007-1/2/3 Série	11 372 592 053	0,01 EUR	0,01	0,01	113 664 450	
De outros emissores públicos estrangeiros					178 582 221	
A médio e a longo prazos					178 582 221	
SBA 500097	1	111 712,18 USD	129 846,16	—	129 846	
SBA 500217	1	189 778,52 USD	218 355,05	—	218 355	
SBA 500250	1	223 911,25 USD	256 184,72	—	256 185	
SBA 500269	1	109 794,26 USD	127 988,53	—	127 989	
SBA 500347	1	150 419,85 USD	175 139,05	—	175 139	
SBA 500351	1	29 657,30 USD	33 503,50	—	33 504	
SBA 500452	1	70 381,93 USD	81 880,72	—	81 881	
SBA 500490	1	47 682,41 USD	55 734,73	—	55 735	
SBA 500713	1	46 233,32 USD	52 324,54	—	52 325	
SBA 500815	1	152 886,32 USD	179 983,48	—	179 983	
SBA 500841	1	171 505,88 USD	193 748,99	—	193 748	
SBA 500858	1	188 138,31 USD	221 373,31	—	221 373	
SBA 500911	1	84 146,04 USD	98 763,36	—	98 763	
SBA 500932	1	94 799,17 USD	109 486,41	—	109 486	
SBA 500984	1	107 221,35 USD	123 781,64	—	123 782	
SBA 501203	1	324 426,09 USD	381 655,87	—	381 656	
SBA 501203	1	179 100,94 USD	210 439,89	—	210 440	
SBA 501225	1	87 808,92 USD	87 808,92	—	87 809	
SBA 501247	1	252 083,78 USD	290 102,51	—	290 103	
SBA 501261	1	78 217,26 USD	91 967,91	—	91 968	
SBA 501261	1	117 325,88 USD	137 849,65	—	137 850	
SBA 501329	1	436 348,91 USD	533 262,61	—	533 263	
SBA 501349	1	92 613,11 USD	108 986,12	—	108 986	
SBA 501381	1	146 191,37 USD	172 239,60	—	172 240	
SBA 501399	1	141 997,40 USD	167 193,33	—	167 193	
SBA 501534	1	86 066,08 USD	102 835,57	—	102 836	
SBA 501620	1	96 649,34 USD	114 581,83	—	114 582	
SBA 501777	1	242 013,26 USD	273 177,52	—	273 178	
SBA 501993	1	453 692,94 USD	512 121,60	—	512 122	

(Em euros)												
		Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico					
SBA 502285	1	1	194 389,30 USD	231 005,65	—	231 006					
SBA 502292	1	1	548 523,57 USD	618 587,14	—	618 587					
SBA 502378	1	1	540 686,41 USD	610 807,06	—	610 807					
SBA 502378	1	1	206 844,22 USD	233 669,16	—	233 669					
SBA 502506	1	1	209 407,32 USD	236 377,70	—	236 378					
SBA 502519	1	1	134 192,58 USD	151 560,26	—	151 560					
SBA 502573	1	1	269 669,78 USD	312 831,59	—	312 832					
SBA 502607	1	1	141 047,40 USD	159 208,30	—	159 208					
SBA 502648	1	1	17 166,66 USD	19 394,97	—	19 395					
SBA 502865	1	1	732 130,70 USD	887 211,96	—	887 212					
SBA 502875	1	1	1 316 297,27 USD	1 484 543,44	—	1 484 543					
SBA 502919	1	1	289 924,30 USD	327 256,01	—	327 256					
SBA 503057	1	1	365 007,23 USD	412 140,61	—	412 141					
SBA 503113	1	1	1 348 442,67 USD	1 521 862,35	—	1 521 862					
SBA 503124	1	1	6 275 273,64 USD	7 076 760,48	—	7 076 760					
SBA 503152	1	1	478 379,02 USD	540 157,08	—	540 157					
SBA 503251	1	1	669 941,86 USD	753 534,10	—	753 534					
SBA 503274	1	1	400 556,62 USD	450 744,25	—	450 744					
SBA 503283	1	1	75 304,08 USD	84 738,38	—	84 738					
SBA 503409	1	1	728 076,10 USD	821 703,17	—	821 703					
SBA 503424	1	1	3 304 183,87 USD	3 729 058,46	—	3 729 058					
SBA 503428	1	1	2 071 498,11 USD	2 404 788,84	—	2 404 789					
SBA 503432	1	1	1 996 474,85 USD	2 252 074,23	—	2 252 074					
SBA 503467	1	1	2 433 280,69 USD	2 748 183,20	—	2 748 183					
SBA 503491	1	1	3 557 161,97 USD	4 018 483,87	—	4 018 484					
SBA 503492	1	1	3 214 256,48 USD	3 627 527,67	—	3 627 528					
SBA 503521	1	1	791 253,76 USD	892 992,65	—	892 993					
SBA 503637	1	1	274 237,57 USD	309 802,95	—	309 803					
SBA 503639	1	1	1 421 947,97 USD	1 603 146,48	—	1 603 146					
SBA 503869	1	1	895 066,28 USD	1 011 145,73	—	1 011 146					
SBA 504177	1	1	1 010 341,99 USD	1 131 117,44	—	1 131 117					
SBA 504197	1	1	2 971 920,40 USD	3 371 649,12	—	3 371 649					
SBA 504490	1	1	4 464 690,78 USD	5 043 708,51	—	5 043 709					
SBA 504654	1	1	2 635 827,57 USD	2 966 275,84	—	2 966 276					
SBA 504711	1	1	756 228,00 USD	853 581,55	—	853 582					
SBA 504712	1	1	857 286,43 USD	967 684,72	—	967 685					
SBA 504750	1	1	9 640 515,49 USD	10 883 061,66	—	10 883 062					
SBA 504782	1	1	1 708 578,33 USD	1 930 160,79	—	1 930 161					
SBA 504787	1	1	2 460 975,27 USD	2 780 134,74	—	2 780 135					
SBA 504788	1	1	2 091 048,97 USD	2 362 233,36	—	2 362 233					
SBA 504834	1	1	2 837 503,45 USD	3 206 295,91	—	3 206 296					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	2 000	2 000	100 000,00 JPY	860,82	—	1 721 639					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	1 000	1 000	100 000,00 JPY	860,82	—	860 819					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	1 054	1 054	100 000,00 JPY	860,82	—	907 304					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	1 028	1 028	100 000,00 JPY	860,82	—	884 922					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	2 500	2 500	100 000,00 JPY	860,82	—	2 152 048					
Bk of Greece 5 1% 93/08.12.2005	6 587	6 587	100 000,00 JPY	860,82	—	5 670 217					
Bk of Greece 6% 93/25.02.2003	200	200	100 000,00 JPY	860,82	—	172 164					
Bk of Greece 6% 93/25.02.2003	808	808	100 000,00 JPY	860,82	—	695 542					

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
Bk of Greece 9 75% 93/30.06.2003	4 684	1 000,00	1 639,34	—	7 678 689
Brazil, Discount S-ZL/Var 94/24 USD	1	1 000,00	1 129,69	—	565
Brazil, Par S-Z L 4.25% 94/2024 USD	1	1 000,00	1 129,69	—	565
Gabs Float 96/01 05 2002	500 000	4,99	4,99	—	2 493 989
Gabs Float 96/01 05 2002	200 000	1 000,00	4,99	—	997 499
Hellenic Republic 2% 95/31.01.2006	4 700	100 000,00	860,82	—	4 045 851
Hellenic Republic 2% 95/31.01.2006	5 443	100 000,00	860,82	—	4 685 439
Hellenic Republic 2% 95/31.01.2006	2 000	100 000,00	860,82	—	1 721 639
Hellenic Republic 2% 95/31.01.2006	1 000	100 000,00	860,82	—	860 819
Hellenic Republic 2% 96/31.01.2006	6 000	100 000,00	860,82	—	2 434 397
Hellenic Republic 55% 95/14.07.2005	4 137	100 000,00	860,82	—	3 561 209
Hellenic Republic 55% 95/14.07.2005	1 000	100 000,00	860,82	—	860 819
Hellenic Republic 55% 95/14.07.2005	6 000	100 000,00	860,82	—	5 164 916
Inst. Credito Oficial 97/13.10.05	250 000	4,99	4,99	5,01	1 246 995
Mexico Par 5,01% 90/31.12.2019 DEM	42	1 000,00	395,29	—	16 602
Mexico Par S-B 6,25% 90/2019 USD	246	1 000,00	978,85	—	240 798
Natl BkHungary 6 65% 94/22.02.02	1400	100 000,00	860,82	—	1 205 147
Natl BkHungary 6 65% 94/22.02.02	571	100 000,00	860,82	—	491 528
OT 98/23 06 2002 Strip Int	203 125	4,99	4,99	4,90	1 013 183
OT 98/23 06 2007 Strip Int	403 125	4,99	4,99	3,80	2 010 779
OT 98/23 06 2008 Strip Cap	3 909 372	4,99	4,99	3,57	19 499 865
OT 98/23 06 2008 Strip Int	38 497	4,99	4,99	3,57	192 022
Repub. Fed. Brasil 94/15.04.2006	29	720,00	767,06	—	21 861
Repub. Fed. Brasil 94/15.04.2009	31	1 000,00	914,18	—	28 340
Republica Finlandia/92 13.08.2003 FRF	5 000	10 000,00	1 524,49	1 642,64	7 622 451
SBA 504878	1	4 249 969,25	4 798 373,24	—	4 798 373
SBA 505109	1	6 017 760,83	6 794 158,60	—	6 794 159
SBA 505271	1	2 803 223,89	3 188 295,84	—	3 188 296
SBA 505271	1	1 886 504,01	2 189 372,88	—	2 189 373
United México St. Discon. Sr D (161000)	161	1 000,00	1 129,69	—	181 880
De rendimento fixo — de outros emissores					4 143 543 021
Emitidos por residentes					3 713 474 632
A curto prazo					760 086 673
Papel Comercial					760 086 673
Aleo — 1.ª em/99	100	49 879,79	49 879,79	—	4 987 979
Auchan, SGPS 18.ª Em/99	200	49 879,79	49 879,79	—	9 975 958
Auchan, SGPS 12.ª Em/99	430	49 879,79	49 879,79	—	21 448 310
Cabelle (Holding) 11.ª Em	22	50 000,00	56 484,41	—	1 242 657
Colep 23.ª Em/99	460	50 000,00	50 000,00	—	23 000 000
Comitur — 79.ª Em	2	49 879,79	49 879,79	—	99 760
Comitur — 78.ª Em	2	49 879,79	49 879,79	—	99 760
Comitur — 80.ª Em	3	50 000,00	50 000,00	—	150 000
Compal — 30.ª Em/97	30	49 879,79	49 879,79	—	1 496 394
Const. Abrantina 27.ª Em/98	100	50 000,00	50 000,00	—	5 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
Cpcis 15. ^a Em/99	25	49 879,79 EUR	49 879,79	—	1 246 995
Cuf — 5. ^a Em/99	450	49 879,79 EUR	49 879,79	—	22 445 906
Eccolet 34. ^a Em/96	10	50 000,00 EUR	50 000,00	—	500 000
Eccolet 35. ^a Em/96	20	50 000,00 EUR	50 000,00	—	1 000 000
Ecop — 45. ^a Em	95	50 000,00 EUR	50 000,00	—	4 738 578
Eem — 34. ^a Em	117	25 000,00 EUR	25 000,00	—	2 925 000
Emp. Cerv. Madeira 1. ^a em/00Jul02	1 750	1 000,00 EUR	1 000,00	—	1 750 000
Euroges — 8. ^a Em	54	50 000,00 EUR	50 000,00	—	2 700 000
Evicar 6. ^a Em/98	35	49 879,79 EUR	49 879,79	—	1 745 793
Fipar 13. ^a Em	100	9 976,00 EUR	9 976,00	—	997 600
F. M. Santos, SGPS — 7. ^a Em	32	50 259,39 EUR	50 259,39	—	1 608 301
Gdl 46. ^a Em/95	400	49 879,79 EUR	49 879,79	—	19 951 916
Idetex — 73. ^a Em/95	135	49 879,79 EUR	49 879,79	—	6 733 772
Igi — 5. ^a Em/99	950	50 000,00 EUR	50 000,00	—	47 500 000
J. Machado Almeida 21. ^a Em/96	100	49 879,79 EUR	49 879,79	—	4 987 979
J. M. Fonseca — 11. ^a Em/96	50	24 939,89 EUR	24 939,89	—	1 246 995
J. P. Vinhos — 21. ^a Em/99	50	49 879,79 EUR	49 879,79	—	2 493 990
J. Martins 6. ^a Em	655	50 000,00 EUR	50 000,00	—	32 750 000
J. Mello Saúde — 10. ^a Em/1	350	50 000,00 EUR	50 000,00	—	17 500 000
Jmr 8. ^a Em	262	50 000,00 EUR	50 000,00	—	13 100 000
JP Vinhos 22. ^a Em/99	100	49 879,79 EUR	49 879,79	—	4 987 979
Lactogal 15. ^a Em/Bbpi	27	50 000,00 EUR	50 000,00	—	1 350 000
Lameirinho 34. ^a Em/97	150	10 000,00 CHF	6 749,00	—	1 012 351
Lameirinho 34. ^a Em/97	184	5 000,00 GBP	8 196,72	—	1 508 197
Lisgráfica 19. ^a Em/(Bani€)	25	50 000,00 EUR	50 000,00	—	1 250 000
Lusotur — 52. ^a Em/97	50	49 879,79 EUR	49 879,79	—	2 493 990
Lusotur — 38. ^a Em/99	150	49 879,79 EUR	49 879,79	—	7 481 969
Lusotur — 53. ^a Em/97	50	49 879,79 EUR	49 879,79	—	2 493 990
Mestre Maço 2. ^a Em	30	25 000,00 EUR	25 000,00	—	750 000
Mestre Maço 1. ^a Em/1	70	25 000,00 EUR	25 000,00	—	1 750 000
Pescanova — 26. ^a Em/99	20	49 879,79 EUR	49 879,79	—	997 596
Pescanova — 25. ^a Em	23	49 876,48 EUR	49 876,48	—	1 147 159
Plácido — 6. ^a Em/99	30	49 879,78 EUR	49 879,78	—	1 496 393
Portucl 9. ^a Em	4 133	50 000,00 EUR	50 000,00	—	206 650 000
Portucl — 35 mc — 31. ^a Em	2 739	4 987,98 EUR	4 987,98	—	13 662 074
PT 80. ^a Em/98	1 640	50 000,00 EUR	50 000,00	—	82 000 000
Rar Holding 13. ^a Em	90	50 000,00 EUR	50 000,00	—	4 500 000
Rar (Holding) 47. ^a Em	17	25 000,00 GBP	40 983,61	—	696 721
Rar — Ref. A Car Reu 89. ^a Em	24	50 000,00 EUR	50 000,00	—	1 200 000
Recheio 5. ^a Em	328	50 000,00 EUR	50 000,00	—	16 400 00
Recheio, SGPS 6. ^a Em	655	50 000,00 EUR	50 000,00	—	32 750 000
Ren 24. ^a Em	1 334	50 000,00 EUR	50 000,00	—	66 700 000
Renipar, Sgps 24. ^a Em	100	49 879,79 EUR	49 879,79	—	4 987 979
Ricardo Gallo 1. ^a Em/1	60	25 000,00 EUR	25 000,00	—	1 500 000
Ricardo Gallo 25. ^a Em	24	50 000,00 EUR	50 000,00	—	1 200 000
Ricardo Gallo 8. ^a Em/98	100	50 000,00 EUR	50 000,00	—	5 000 000
Slem 1. ^a Em/2001	50	49 880,00 EUR	49 880,00	—	2 494 000
Somafel 55. ^a Em/96	20	49 879,79 EUR	49 879,79	—	997 596
Somincor 11. ^a Em/99	50	33 333,33 EUR	33 333,33	—	1 666 667

Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
(Em euros)						
Somincor 12.ª Em/99	25	33 333,33	EUR	33 333,33	—	833 333
Tertir 11.ª Em Redom. Fev 2002	329	49 879,79	EUR	49 879,79	—	16 410 451
Tv Guia 17.ª Em/96	20	49 879,79	EUR	49 879,79	—	997 596
Velpor 159.ª Em/99	11	50 000,00	EUR	50 000,00	—	550 000
Velpor 160.ª Em/99	27	50 000,00	EUR	50 000,00	—	1 350 000
Velpor 161.ª Em/99	16	50 000,00	EUR	50 000,00	—	800 000
Velpor 162.ª Em/99	27	50 000,00	EUR	50 000,00	—	1 350 000
Vicaima 55.ª Em/97	25	49 879,79	EUR	49 879,79	—	1 246 995
Tecnicredito 3.ª Em/99	200	50 000,00	EUR	50 000,00	—	10 000 000
A médio e a longo prazos				2 889 102 765		
Abrantina, SGPS 01/30 07 2004						
Auto Industrial 1.ª Em 2001/3042005	600 000	5,00	EUR	5,00	—	3 000 000
BCPA Cap Garantido 00/05 07 02	600 000	5,00	EUR	5,00	—	3 000 000
BCPA Capital Gar Media 00/17 10 05	3 968	50,00	EUR	48,84	—	193 781
BCPA CG EuroStoxx 00/31 07 04 Ind	29 412	50,00	EUR	47,52	41,42	1 397 549
BCPA CG EuroStoxx 2% 00/31 07 04	21 441	50,00	EUR	49,15	—	1 060 340
BCPA Poupança-Rend 00/08 05 05	24 285	50,00	EUR	49,36	46,57	1 198 621
BCPA Rend Cresc 00/12 06 03 2E	54 124	50,65	EUR	49,82	49,35	2 696 628
BCPA Rend Cresc 00/29 05 03	4 705	50,00	EUR	49,96	—	235 063
BCPA Rend Crescente 00/12 06 02	45 222	50,00	EUR	49,19	49,95	2 237 857
BCPA Rend Gar Eur/USD 00/31 07 02	4 383	50,00	EUR	49,79	—	218 232
BCPA Renda Mensal 4% 00/02 05 2005	10 211	50,00	EUR	49,99	—	510 454
BCPA Taxa Crescente 00/12 06 2005 3E	18 693	50,00	EUR	48,69	—	910 199
BCPA Taxa Fixa 4% 00/12 06 2002	2 416	50,00	EUR	49,52	—	119 651
BCPA Taxa Variável JUN00/12 06 2002	9 067	50,00	EUR	49,79	—	451 485
BCPA Telecoms 00/01 02 2005	818	50,00	EUR	50,02	—	40 920
BCPA Tx Crescente 00/27 03 03 2E	87 788	50,00	EUR	48,20	43,27	3 990 189
BCPA Tx Crescente 00/28 02 03	87 950	51,63	EUR	51,72	50,63	4 548 551
BCPA V Euro Stoxx50 00/21 07 04	365 394	51,63	EUR	51,15	50,93	18 690 973
BCPA V Rend 7% 00/21 07 04	8 558	50,00	EUR	49,42	—	422 938
BCPI 4% Janeiro 2004 01/31 01 04	9 988	50,00	EUR	50,29	—	502 262
BCPI 4,5%00/13 11 2002	12 471	50,00	EUR	48,86	—	609 299
BCPI 5,5%00/13 11 2002	21 753	50,00	EUR	49,80	—	1 083 247
BCPI Alta Poup 7,25% 2 Em 01/13 08 03	43 755	50,00	EUR	49,84	—	2 180 579
BCPI Alta Poup VAR 2 Em 01/03 08 04	3 527	50,00	EUR	52,20	—	184 111
BCPI Cap Agosto 00/01 09 2002	2 131	50,00	EUR	44,78	—	95 437
BCPI Cap Setembro 00/18 09 02	45 655	50,00	EUR	49,87	—	2 276 877
BCPI CG Alto Rend 6,25% 01/17 09 2004	43 985	50,00	EUR	49,84	—	2 192 180
BCPI CG Alto Rend Mais 01/17 09 2004	860	50,00	EUR	50,90	—	43 775
BCPI CG Sel. Eur. Qual. 00/06 10 03	760	50,00	EUR	47,27	—	35 927
BCPI CG Sup Rend Boas Férias 7,25 P&N	5 242	50,00	EUR	48,85	48,46	256 066
BCPI Corredor Euribor 00/09 10 02	3 750	50,00	EUR	49,19	—	184 467
BCPI Esp Milénio 01/19 02 2004	24 145	50,00	EUR	48,80	—	1 178 374
BCPI Europa 6% + 01/14 05 2004	73 022	50,00	EUR	49,00	—	3 577 816
BCPI Inv Especial + 01/29 03 2004	18 654	50,00	EUR	48,46	47,47	904 003
BCPI Invest Rendimento Extra 11/06/2004	10 594	50,00	EUR	49,69	—	526 430
	62 332	50,00	EUR	49,35	—	3 076 112

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
BCPI Ob. CG Econ Global 01/05 03 2005	19 257	50,00 EUR	48,35	44,18	931 134
BCPI Esp. Milenio 01/26.02.2004 2E	46 415	50,00 EUR	49,97	—	2 319 423
BCPI Inv. Crescente 01/08.02.2004	22 811	50,00 EUR	48,99	—	1 117 417
BCPI Ob. CG Atlán 7,25% Ja 2004 Par	18 040	50,00 EUR	48,41	—	873 383
BCPI Ob. CG Atlán 7,25% Ja 2E 13.8.04	2 952	50,00 EUR	45,91	—	135 517
BCPI Ob. Cx 7% 01/15-10-2003	889	50,00 EUR	50,10	—	44 536
BCPI Ob. Cx Alta Poup 7,25% 01/09.07.03	14 202	50,00 EUR	51,87	—	736 598
BCPI Ob. Cx Alta Poup.Var. 01/09.07.04	6 544	50,00 EUR	44,86	—	293 558
BCPI Ob. Cx Alta Poup 7,25 IIIUI.04 Sm	1 154	50,00 EUR	45,27	—	52 243
BCPI Ob. Cx BCP Inv Corredor 5,5% 2003	1 750	50,00 EUR	48,56	—	84 973
BCPI Ob. Cx BCP Inv Corredor 6,25% 200	15 930	50,00 EUR	49,64	—	790 713
BCPI Ob. Cx CG Inv Global 01/19.11.2004	124	50,00 EUR	47,46	—	5 885
BCPI Ob. Cx CG Mais - 01/17-10-2005	819	50,00 EUR	50,00	—	40 950
BCPI Ob. Cx Corr Cresc.5% 01/26.11.03	354	50,00 EUR	48,97	—	17 336
BCPI Ob. Cx Rend Gl 4,75% 01/19.11.03	124	50,00 EUR	50,69	—	6 285
BCPI Ob. CG Bio-Farmac 01/16.5.05	5 213	50,00 EUR	47,43	45,35	247 229
BCPI Ob. Cx CG Atlán. 7,25% 3" Em.9/04	1 007	50,00 EUR	46,34	—	46 660
BCPI Ob. Cx Soberano 01/14.05.2003	39 812	50,00 EUR	50,00	—	1 990 507
BCPI Ob. Cx A.P.7.25% 3a E 01/10.09.03	7 807	50,00 EUR	51,85	—	404 818
BCPI Ob. Cx AP. Var. 3.ª Em. 01/10.09.2	4 088	50,00 EUR	46,10	—	188 476
BCPI Rend Extra 01/06.08.2004 2E	19 288	50,00 EUR	49,56	—	955 939
BCPI Rend. Seguro 00/25.09.08	11 400	50,00 EUR	49,31	—	562 115
BCPI Taxa Máxima 5% 00/27.12.2003	9 921	50,00 EUR	49,92	—	495 295
BCPI Tx Máxima 5% 01/31.01.2004	27 597	50,00 EUR	49,48	—	1 365 519
BCPI Valor Mais 01/31.01.04	2 484	50,00 EUR	49,59	—	123 179
BCPI Valor Telecom 00/27.11.02	31 256	50,00 EUR	49,44	48,23	1 545 242
BCPI/01 SeleEmp Mundiais 01/2005	16 561	50,00 EUR	48,06	45,00	795 894
BII00/18.07.2003	5 000 000	50,00 EUR	50,00	—	250 000 000
BII Cx95/15.10.2005 IS	7 481 968 456	0,01 EUR	0,01	0,01	74 819 685
BII Cx 97/03.12.2012 3ESA	9 975 957 941	0,01 EUR	0,01	—	99 759 579
BII Cx97/10.12.2012 3ESB	9 975 957 942	0,01 EUR	0,01	—	99 759 579
BII Cx 97/17.12.2012 3E SC	9 975 957 941	0,01 EUR	0,01	—	99 759 579
BII Cx 97/21.10.2002 2E	8 579 323 830	0,01 EUR	0,01	0,01	85 806 686
BII ObCx 96/27.06.2011	4 613 880 548	0,01 EUR	0,01	0,01	49 897 870
BII Ob Cx 97/28.02.2007	29 927 873 824	0,01 EUR	0,01	—	299 278 738
BII Ob.Cx. 2S 95/15.11.2005	7 481 968 456	0,01 EUR	0,01	0,01	74 819 685
Brisa 98/29.05.2008 Intl	8 821 210	4,99 EUR	5,29	5,20	46 633 363
C. Cred. AG M 96/23.12.2003	49 879 790	0,01 EUR	0,01	0,01	498 798
Caixa Ec. Montepio Geral 98/30.11.03	—	0,01 EUR	0,01	0,01	2 000
CISF 3.25% 99/02.08.03 1E	469 636	50,00 EUR	49,81	49,46	23 391 637
CISF 3.25% 99/06.09.2003 2E	457 651	50,00 EUR	49,85	49,58	22 814 193
CISF Invest. Real 99/10.05.2006	313 633	50,00 EUR	49,70	48,39	15 587 321
CISF PSI-20 99/12.04.2004	330 000	50,00 EUR	49,52	45,05	16 342 554
CISF Tx Crescente 99/04.10.04	296 201	50,00 EUR	49,82	49,70	14 757 405
Cofipsa/96	15 200 000	4,99 EUR	4,99	—	75 848 000
Comercial Leasing 00/25.01.05 IS	1 500 000	10,00 EUR	10,00	—	15 000 000
Comercial Leasing 4E 1S 99/20.08.2004	1 500 000	10,00 EUR	10,00	9,00	15 000 000
Comercial Leasing 4E 2S 99/25.10.2004	1 500 000	10,00 EUR	10,00	10,00	15 000 000
Comercial Leasing 97/04.12.2002 3E	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábil-lístico
Comercial Leasing 97/25.06.2002 IE	748 196 846	0,01 EUR	0,01	—	7 481 968
Comercial Leasing 97/28.07.2003 2E	3 491 585,279	0,01 EUR	0,01	—	34 915 853
Comercial Leasing 98/05.06.2003 2S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	0,01	14 963 937
Comercial Leasing 98/25.11.03 2E	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	0,01	24 939 895
Comercial Leasing 98/29.04.2003 IS	997 595 794	0,01 EUR	0,01	0,01	9 975 958
Comercial Leasing 98/30.07.03 4/5 S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	0,01	14 963 937
Comercial Leasing 99/07.07.04 3E IS	1 500 000	10,00 EUR	10,00	10,00	15 000 000
Comercial Leasing 99/15.07.04 3E 2S	1 500 000	10,00 EUR	10,00	10,00	15 000 000
Comercial Leasing 99/15.12.2004 5E IS	2 500 000	10,00 EUR	10,00	—	25 000 000
Comercial Leasing 99/23.12.2004 5E 2S	2 500 000	10,00 EUR	10,00	—	25 000 000
Comercial Leasing 99/25.02.2004	4 987 978 971	0,01 EUR	0,01	0,01	49 879 790
Comercial Leasing 99/25.05.04 2E	3 750 000	10,00 EUR	10,00	10,00	37 500 000
CP 95/22.12.2005 TxVar	62 050 458	0,01 EUR	0,01	0,01	619 824
CPP 92/15.07.2002 Sub	4 988	0,01 EUR	0,01	0,01	51
CPP Perpetuas Sub./97	100 392 055	0,01 EUR	0,01	0,01	991 680
Edifício TV 98/26.02.2003	100 000	4,99 EUR	4,99	4,99	498 857
F. Ramada 96/17.01.2003	99 759 579	0,01 EUR	0,01	0,01	997 596
Fábrica Têxtil Vizela 87/28.09.05	19 750	885,00 PTE	4,41	—	87 184
Factoring Atlântico 98/21.07.03 IE	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Fapobol 95/27.01.2004	450 000	375,00 PTE	1,87	—	842 529
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. A 88/30.6.03	2 500	467,50 PTE	2,41	—	6 033
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. B 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. C 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. D 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. E 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. F 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Fiação Tec. Oliv. Ferreira Sr. G 88/30.6.03	3 750	467,50 PTE	2,41	—	9 050
Focor 00/21.07.2005	99 759	50,00 EUR	50,00	—	4 987 950
Heller Factoring 1.ª Em 98/09-09-03	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Imoloc 98/28.04.2003 TV	730 000	1,87 EUR	1,87	—	1 365 100
Interbanco 00/28.09.2005	500 000	50,00 EUR	50,00	—	25 000 000
Interbanco Ob Cx Subord 01/30.4.2011	100 000	50,00 EUR	50,00	—	5 000 000
JMR Grupada 98/12.06.2003	8 434 218 533	10 000,00 PTE	48,96	0,01	84 364 663
Júpiter Cap.98/30.06.2002	32 990	0,01 EUR	0,01	47,42	1 615 081
Leasefactor, SGPS 98/07.04.03	4 489 181 074	0,01 EUR	0,01	0,01	44 891 811
Leasing Atlântico 00/25.01.2005	5 000 000	10,00 EUR	10,00	—	50 000 000
Leasing Atlântico 97.26.11.2002 4E	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Leasing Atlântico 97/28.07.2003 3 EM	4 489 181 074	0,01 EUR	0,01	—	44 891 811
Leasing Atlântico 97/30.06.2002 2E	2 992 787 382	0,01 EUR	0,01	—	29 927 874
Leasing Atlântico 98/21.07.03 2E	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Leasing Atlântico 98/21.12.2003 4E	2 992 787 382	0,01 EUR	0,01	—	29 927 874
Leasing Atlântico 98/23.03.04 IEM	4 987 978 971	0,01 EUR	0,01	—	49 879 790
Leasing Atlântico 98/25.11.03 3E	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Leasing Atlântico 99/05.11.04 3E 2S	1 500 000	10,00 EUR	10,00	—	15 000 000
Leasing Atlântico 99/07.07.04 2E IS	1 500 000	10,00 EUR	10,00	—	15 000 000
Leasing Atlântico 99/10.08.04 2E 2S	1 500 000	10,00 EUR	10,00	—	15 000 000
Leasing Atlântico 99/10.09.04 3E IS	1 500 000	10,00 EUR	10,00	—	15 000 000
Leasing Atlântico 99/13.04.04 2S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	—	14 963 937
Leasing Atlântico 99/15.12.04 4E 2S	1 000 000	10,00 EUR	10,00	—	10 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
Leasing Atlântico 99/25.02.04 IS	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	—	14 963 937
Leasing Atlântico 99/25.11.04 4E IS	2 000 000	10,00 EUR	10,00	—	20 000 000
Leasing Atlântico Ob. Cx. 97/07.03.02 TV	997 595 794	0,01 EUR	0,01	0,01	9 975 958
Macaulase 97/26.11.2002 3E	1 995 191 588	0,01 EUR	0,01	—	19 951 916
Macaulase 97/28.07.2003 1 Em	997 595 794	0,01 EUR	0,01	—	9 975 958
Macaulase 98/30.04.2003 IS	997 595 794	0,01 EUR	0,01	—	9 975 958
Madeirado 98/31.12.2003	498	500,00 EUR	500,00	—	249 000
Mello Leasing Cx. 1.ª Em. — 98/16.03.2003	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Mello Leasing Cx. 2.ª Em. — 97/16.06.2002	1 246 994 805	0,01 EUR	0,01	—	12 469 948
Mello Leasing Cx. 2.ª Em. — 98/27.07.2003	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Mello Leasing Cx. 3.ª Em. — 97/18.11.2002	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Mello Leasing Cx. 3.ª Em. — 98/27.10.2004	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	—	24 939 895
Modelo Contínente 95/30.10.2003	6 135 214	0,01 EUR	0,01	0,01	61 337
Monte & Monte 98/06.08.2002	500 000	1,25 EUR	1,25	—	625 000
Nacional Factoring 2E 99/25.02.04 PTE	2 493 989 485	0,01 EUR	0,01	0,01	24 939 895
Nacional Factoring 98/21.05.04 3S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	0,01	14 963 937
Nacional Factoring 98/22.02.2004 2S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	0,01	14 963 937
Nacional Factoring 98/25.11.03 IS	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	0,01	14 963 937
Nacional Leasing 00/25.01.05 IS	1 250 000	10,00 EUR	10,00	—	12 500 000
Nacional Leasing 98/15.12.03 2E	997 595 794	0,01 EUR	0,01	0,01	9 975 958
Nacional Leasing 98/28.07.03 2S	748 196 846	0,01 EUR	0,01	—	7 481 968
Nacional Leasing 98/30.09.2003 3S	748 196 846	0,01 EUR	0,01	—	7 481 968
Nacional Leasing 99/10.09.04 2E IS	1 000 000	10,00 EUR	10,00	—	10 000 000
Nacional Leasing 99/23.12.2004 2E 3S	750 000	10,00 EUR	10,00	—	7 500 000
Nacional Leasing 99/25.02.04 IS	997 595 794	0,01 EUR	0,01	—	9 975 958
Nacional Leasing 99/25.10.2004 2E 2S	750 000	10,00 EUR	10,00	—	7 500 000
Nacional Leasing 99/26.04.04 2S	1 496 393 691	0,01 EUR	0,01	—	14 963 937
Petrogal Obg.96 1.ª Em 24/05/03-Apos Put	1 134 765 216	0,01 EUR	0,01	0,01	11 347 652
Quintas & Quintas 98/31.07.2005	1 550 000	4,99 EUR	4,99	4,94	7 734 500
Recheio, SGPS, S. A. 98/04.09.2003 2S	2 933 838 449	0,01 EUR	0,01	0,01	29 353 112
Recheio, SGPS, S. A. 98/14.08.2005 IS	6 348 337 507	0,01 EUR	0,01	0,01	63 504 686
Soc. Têxtil Cuca 88/15.12.2000	52 000	500,00 PTE	1,28	—	66 690
Solidal 98/30.10.2005	2 350 000	4,99 EUR	4,99	—	11 726 500
Somelos/87 — Série A	35 445	250,00 PTE	1,25	—	44 200
Somelos/87 — Série B	42 095	250,00 PTE	1,25	—	52 492
Somelos/88	171 135	140,00 PTE	0,61	—	104 247
Sonae Imob.99/22.12.2006	6 000 000	5,00 EUR	5,00	4,50	30 000 000
Tecnovia 91 (Redefinição)-95/31.01.2004	100 018	2,42 EUR	2,00	—	199 946
Telecomun. Móveis 00/20.09.05	46 431	50,00 EUR	47,70	41,18	2 214 742
Vilatexil 88/01.12.95	1 800	300,00 PTE	1,50	—	2 694
Vilatexil Converter Obrg 91	160 400	371,27 PTE	0,75	—	119 745
Vista Alegre 98/16.12.2005 Euro	500 000	4,99 EUR	4,99	—	2 495 000
Por organismos financeiros internacionais					34 822 698
A médio e a longo prazos					34 822 698
BEI 5,625% 98/15.02.2028	41 000	496,00 EUR	491,56	—	20 154 087
BEI 8% 96/11.10.2016	1 400	4,99 EUR	5,79	6,45	8 111
Hana Bank 00/05.06.2003	26	500 000,00 USD	563 865,38	440 521,92	14 660 500

Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
(Em euros)						
Korean Dev Bk 79% 92/01.02.02	600	5 000,00	USD	5 645,90	—	3 387 542
Lehman Brothers 524908CR9	1	5 000 000,00	USD	5 621 578,85	—	5 621 579
Lehman Brothers XS0078505228	1	10 000 000,00	USD	11 252 705,84	—	11 252 706
Lir Energy EC3420733 (22/01)	1	500 000,00	USD	562 546,49	—	562 546
Lir Energy 012412258 (48/01)	1	100 000,00	USD	110 265,45	—	110 265
Lir Energy EC3420733 (18/01)	1	500 000,00	USD	561 725,86	—	561 726
Lir Energy EC3420733 (25/01)	1	100 000,00	USD	108 026,43	—	108 026
Lir Energy EC3420733 (6/01)	1	361 000,00	USD	405 941,48	—	405 941
Malayan Bank 00/06 05 2003	100	500 000,00	HKD	72 231,68	72 344,43	7 223 168
Metropolitana XS0140135046 (67/01)	1	750 000,00	USD	769 567,37	—	769 567
Nations Bank XS007725469	1	8 690 000,00	USD	9 816 990,51	—	9 816 991
Navigator Strips-Ser 10 97/23.02.07	252 390	4,99	EUR	4,99	3,87	1 258 916
Navigator Strips-Ser 8 97/23.02.05	252 390	4,99	EUR	4,99	4,35	1 258 916
Navigator Strips-Ser 9 97/23.02.06	252 390	4,99	EUR	4,99	4,09	1 258 916
Public Bank Berhad	80	500 000,00	HKD	72 254,82	72 156,30	5 780 386
Royal Bk Scotland Group	2 400	5 000,00	GBP	8 140,97	—	19 538 329
SabespEC2691128 (15/01)	1	225 000,00	USD	245 344,62	—	245 345
Salomon Smith Barney 79548EBS0	1	4 000 000,00	USD	4 518 752,82	—	4 518 753
Skandinaviska EC13 52318 (8/01)	1	313 456,38	USD	287 587,81	—	287 588
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública						81 729 311
A médio e a longo prazos						81 729 311
First Source US08897AA59 — 11860150	1	2 993 646,34	USD	3 381 886,96	—	3 381 887
Hellenic Republic 97/03.07.2002	150	100 000,00	DEM	51 184,19	—	7 677 628
IKB 2000-1A B 44963WAB8	1	11 700 000,00	USD	13 212 734,68	—	13 212 735
MAGA 3A2 5952PAL0	1	5 000 000,00	USD	5 648 441,03	—	5 648 441
MMT 2000-3 59159UAV0	1	10 000 000,00	USD	11 290 502,65	—	11 290 503
PNBMT 2000 — IB 743975AW4	1	10 000 000,00	USD	11 296 882,06	—	11 296 882
SLMA 1996-4A1 78442GAG1	1	80 400,66	USD	90 758,48	—	90 758
SLMA1998-2A2	1	15 000 000,00	USD	16 710 674,95	—	16 710 675
SLMA 2001-1 B 78442GCR5	1	6 000 000,00	USD	6 778 129,24	—	6 778 129
Team Fleet Fing 2001-2 A A 878154BD4	1	5 000 000,00	USD	5 641 672,54	—	5 641 673
Valores de rendimento variável						835 840 362
Emitidos por residentes						719 022 648
Ações						289 956 795
A Flor do Campo 1677508 Cts	145 203	4,99	EUR	4,99	—	724 270
Amadeu Gaudêncio 3600m	2 335	4,99	EUR	4,29	0,75	10 020
Aveirenses Moagens 260 M*Cv	10	4,99	EUR	3,99	—	40
Bci Nom	23	4,99	EUR	4,99	4,99	115
Beira Vouga	4 684	4,99	EUR	0,36	—	1 682
Bescl Nom	483	5,00	EUR	7,98	—	3 855
Brisa Nom Priv 1, 2 E 3 Fase	30 008 002	1,00	EUR	4,70	14,47	140 993 280
Cimpor Nom	6 067 457	5,00	EUR	18,82	19,70	114 174 009

(Em euros)												
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico							
Cmp 13660000 Cts*Cv	100	4,99 EUR	13,53	—	1 353							
C Port Cobre, SGPS (Excl Ng 09/10/98)	412	4,99 EUR	4,99	0,40	2 055							
Comp Portuguesa Cobre Imobiliária	27 350	4,99 EUR	0,07	—	1 910							
Comp Seg Bonança — 6000m - Tr	100	4,99 EUR	18,86	0,13	1 886							
Companhia Aurifícia Port	1	7,48 EUR	—	—	—							
Comundo — Cons. Mund. Exp. Import.	2 565	0,50 EUR	2,65	—	6 807							
Coop Consumo São Miguel	150	0,50 EUR	0,50	—	75							
Copinaque	5	—	4,99	0,33	25							
Eurominas Electro Metalurgia, S. A. R. L.	18	4,99 EUR	4,99	—	90							
Fábrica Vasco da Gama	93	4,99 EUR	8,80	12,97	818							
Fiação Tecidos Torres Novas	8	4,99 EUR	9,98	0,50	80							
Fiap Fundo Intern Empr Port, Sgps	500 000	4,99 EUR	4,99	—	2 493 989							
Fit — Fomento Indús Tomate 96	9	4,99 EUR	16,87	—	152							
Fitfor	41	EUR 4,99	0,58	—	205							
Fosfoeira Portuguesa	10	4,99 EUR	4,99	15,76	50							
Cap. SGPS	35 640	4,99 EUR	5,45	—	194 154							
Gestnave	146 167	4,99 EUR	4,99	—	729 812							
Grão Pará Antigas	1	2,49 EUR	3,13	—	3							
Grupo Dimensão — Activ. Com. Editorial	1	4,99 EUR	4,99	0,65	5							
Ilídio Monteiro 2500000 Cts	1 180	4,99 EUR	4,99	—	1 070 839							
Imaviz Imobiliária Aviz	1 748 187	5,00 EUR	5,72	4,72	9 999 630							
Inapa Nom	2 995	1,13 EUR	1,60	—	4 802							
Incal Ind. Comércio Alimentação	3 126	4,99 EUR	5,42	—	16 942							
Inforgal Informática Gestão, S. A	2 000	4,99 EUR	4,74	—	9 471							
Interhotel Nom	7 399	4,99 EUR	5,09	—	37 678							
Interhotel — Soc. Inter Hotéis Port.	48	4,99 EUR	2,50	—	120							
Laboratórios Azevedo	7 848	4,99 EUR	4,99	—	39 146							
Margueira 100000 Cts	83 332	4,99 EUR	10,47	—	872 891							
Matrena — Soc. Industrial Papéis	5 803	4,99 EUR	7,90	—	45 842							
Matur — Soc. Emp Madeira	34	4,99 EUR	2,49	—	85							
Metalurgia Casal, S. A. R. L.	5 640	4,99 EUR	—	—	28							
Nova Com Grande Hotel C Felguei, SGPS	45 207	4,99 EUR	4,99	—	225 492							
Pirites A/C 6360000/722051473 Cts	12 153	4,99 EUR	7,24	—	87 963							
Porto Cavaleiros, SGPS	124 000	4,99 EUR	14,97	—	1 855 992							
Portugalia CP Transp Aéreos	76 104	4,99 EUR	6,88	—	523 355							
Procapital — Soc. Gest Invest Imob Caut	99 000	4,99 EUR	6,88	—	680 807							
Procape Prom Est Merc Publ 10000 Cts	4 050	2,49 EUR	1,93	—	7 811							
Progado — Soc. Produtora Racoos	10	5,00 EUR	29,46	20,01	295							
Proscica — Soc. Est Plan Realiz Inst	40	4,99 EUR	15,86	—	634							
Pt Multimédia, SGPS Nom	14 244	0,50 EUR	2,02	7,80	28 841							
Real Seguros, S. A.	177 300	4,99 EUR	14,99	—	2 658 101							
Retur Residências Turística, S. A.	3	4,99 EUR	0,83	—	2							
SPE 2158000 Cts + A/C	3 999	4,99 EUR	9,98	—	39 899							
Sacor Marítima, S. A.	28 500	4,99 EUR	12,47	—	355 394							
Salvor — Sociedade de Investimento	5	4,99 EUR	4,99	—	25							
Sanjimo — Soc. Imobiliária, S. A.	3 218	4,99 EUR	—	—	—							
Santos Guimarães Oliveira	10	4,99 EUR	4,99	4,99	—							
Senal — Soc. Nac. Prom. Empresas, S. A.	150	0,50 EUR	0,50	—	75							

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	(Em euros)	
					Valor contábilístico	Valor contábilístico
Soc. Imob. Urbanização Parque 50000 Cts	830	4,99 EUR	4,99	—	4 140	—
Soc. Industrial Farmacêutica, S. A.	1	4,99 EUR	22,23	—	22	—
Soc. Portuguesa Novembal	2 218	4,99 EUR	4,97	7,83	11 013	—
Sodim — Soc. Invest. Imobiliários	333 888	11,97 EUR	30,72	—	10 255 694	—
Soltejo — Soc. Hot. Tejo	250	— EUR	6,98	—	1 746	—
Somotel — Soc. Portug. Motéis Série B	300	2,49 EUR	17,46	—	5 237	—
Sonae, SGPS	20 000	1,00 EUR	0,84	0,81	16 800	—
Soreflame — Soc. Reunidas	9	4,99 EUR	10,25	—	92	—
Soset Soc. Desenv Reg. Penin. Setúbal Nom.	15 000	4,99 EUR	4,99	—	74 820	—
Sotima	57 776	4,99 EUR	4,99	—	288 185	—
Sport Lisboa e Benfica, Sad (Cat B)	230	5,00 EUR	0,00	—	1 295 404	—
Text. L. Correia 3000m	137 800	4,99 EUR	9,40	0,30	80 123	—
Têxteis Atma Em 92	27 973	4,99 EUR	2,86	—	998	—
Torranta Clube Inter Férias Em 99	200	4,99 EUR	4,99	—	2 270	—
Transbel 280000 Cts	455	4,99 EUR	4,99	—	120	—
Unifer — Ind. Metalúrgicas, S. A.	24	4,99 EUR	4,99	—	816	—
Unisotra — Soc. Fábril Matérias Plásticas	166	4,99 EUR	4,91	—	7 981	—
Unitenis — Soc. Emp de Ténis — Nom.	2	149,64 EUR	3 990,38	—	—	—
Títulos de participação						1
BFN Tít. Part/87 — 2 Em	1	0,01 EUR	0,92	—	—	1
Unidades de participação						429 065 852
Fund Inv Mob Fech Nova Economia 2005	150	49,88 EUR	38,30	40,05	5 745	—
Fundo Aberto Portfolio Imobiliário	7 861 292	4,98 EUR	5,98	5,98	47 024 676	—
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004	118 495	49,88 EUR	55,21	47,39	6 542 667	—
Fundo Gestão Imobiliária	1 263 016	4,99 EUR	6,73	6,73	8 500 435	—
Fundo Imobiliário Imorenda	60 500	4,99 EUR	4,99	—	301 773	—
Fundo Inv Imob Fechado Pme Cap Frie Up	580 000	4,99 EUR	3,85	—	2 230 891	—
Fundo Inv Imob Fechado Pme Inv Frie Up	580 000	4,99 EUR	3,10	—	1 796 421	—
Fundo Inv Mob Fec M Acções Portugal	334 650	14,99 EUR	19,91	16,63	6 662 787	—
Fundo Inv Imobiliário Efisa	750 000	4,99 EUR	57,86	—	43 395 417	—
Fundo M Desenvolvimento	1 850 000	4,99 EUR	4,99	—	9 227 761	—
Fundo M Inovação	450 000	4,99 EUR	4,99	—	2 244 591	—
Fundo Mello Obrigações EUA	90 000	49,99 EUR	49,88	69,63	4 489 173	—
Fungepi Bes Fundo Gest Patrimónios Imob	63 497	4,99 EUR	4,98	—	316 088	—
Imosofto — Acumulação	39 014 600	4,99 EUR	5,00	4,74	194 928 223	—
Margueira — Fundo Inv Imob Fech.	20 328 715	4,99 EUR	4,99	—	101 399 204	—
Emitidos por não residentes						116 817 714
Acções						228 151
Banco Sul Brasileiro, S. A.	4 932	— EUR	—	—	—	6
Companhia Diamantes Angola	2 500	2,49 EUR	7,40	—	18 503	—
Diamang Diamantes de Angola	16 181	2,49 EUR	6,67	—	107 970	—
Issi — International Strategy Service Income	90	1 000,00 USD	1 129,69	—	101 672	—

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contabilístico	
Unidades de participação						
Development Compartiment A Fonds	660	49 879,79 EUR	35 694,78	—	116 589 562	
Development Compartiment B Fonds	349	49 879,79 EUR	49 941,72	—	23 558 557	
Development Compartiment C Fonds	345	49 879,79 EUR	53 535,50	—	17 429 661	
Development Portfolio Fund	316	49 879,79 EUR	50 598,73	—	18 469 748	
Europortfolio Fund	342	49 879,79 EUR	50 462,93	—	15 989 199	
Eurovalor Fund	468	49 879,79 EUR	51 034,35	—	17 258 322	
					23 884 075	
Títulos subordinados						
					222 152 382	
Emitidos por residentes						
A médio e a longo prazos						
BCP Leasing/2001 Perp subordinadas	6 002 800	5,00 EUR	5,00	—	30 018 769	
BII Ob Cx Sub 93/30.11.2003	91 280 015	0,01 EUR	0,01	0,01	897 090	
BII Ob Cx Sub 97/29.12.2004	1 129 214 888	0,01 EUR	0,01	0,01	11 294 081	
Leasimpor Obr Cx Sub/93 30.9.03 2E-TV	324 218 633	0,0 EUR	0,01	0,01	3 242 186	
					176 700 256	
Emitidos por não residentes						
A médio e a longo prazos						
Magel Mortg N 1 CL D 01/15.12.2036	165	100 000,00 EUR	100 000,00	—	16 500 000	
Nova Finance N\$2 (Irlanda) Classe D	1	10 655 700,00 EUR	10 655 700,00	—	10 655 700	
Nova Finance N\$2 (Irlanda) Residual Cert	10	5,00 EUR	5,00	—	50	
Nova N\$1 Limited 98/10.10.05	8 863 597	1,00 DEM	0,51	—	4 531 885	
Tagus Financing No 1 Residual Certificat	1 887 411 655	0,01 EUR	0,01	—	18 874 117	
Tagus Global Bond Securit N\$2 PLC D1	1 683	50 000,00 EUR	58 612,44	59 190,00	98 644 729	
Tagus Global Bond Securitisation PLC I	24 898 965	1,00 EUR	1,10	1,00	27 493 775	
					70 197 833	
Títulos próprios — rendimento fixo						
					70 197 833	
Emitidos por residentes						
A médio e longo prazos						
Atlântico 3 25% 1 Em 99/02.08.2003	279	50,00 EUR	49,91	—	13 925	
Bco Mello Imobil Ob Cx 97/26.06.12 IE	4 987 978 971	0,01 EUR	0,01	—	52 589 219	
BCP Cx PSI20 97/07.03.02	228 190 062	0,01 EUR	0,02	0,01	3 942 962	
BCP Ob Cx Inv Excellentis Maio 2003	234 237	50,00 EUR	49,93	—	11 695 976	
BPA Cx PSI20 97/07.03.2002	115 830 848	0,01 EUR	0,02	0,01	1 955 752	
					56 512 750	
Títulos próprios — rendimento variável						
					56 512 750	
Emitidos por residentes						
Títulos de participação						
					56 512 750	

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
BPA TP Remuneração/90 — TV		63 221	4,99 EUR	15,72	15,63	994 094
BPA TP Remuneração/92 — TV		83 949	4,99 EUR	15,72	16,21	1 320 023
BPA TP Remuneração/93 — TV		37 647	4,99 EUR	15,72	15,63	591 965
BPA TP/86 — 1.ª Emissão — TV		165 440	4,99 EUR	21,13	21,10	3 496 007
BPA TP/86 — 2.ª Emissão — TV		130 205	4,99 EUR	21,13	21,01	2 751 436
BPSM Tit. Part 86		5 000 000	4,99 EUR	5,93	5,76	29 628 355
BPSM Tit. Part 87		3 000 000	4,99 EUR	5,91	—	17 730 869
C) Títulos a vencimento						—
D) Imobilizações financeiras						1 902 630 280
Participações						1 546 037 462
Em instituições de crédito no País						1 610 857
Ações						1 610 857
UNICRE — Cartão de Crédito Intemac, S. A.		497 090	4,99 EUR	3,24	—	1 610 857
Em instituições de crédito no estrangeiro						437 625 761
Ações						437 625 761
ActivoBank, S. A.		1 053 000	10,00 EUR	10,00	—	10 530 000
Banco Africano de Investimentos		162 500	10,00 USD	7,71	—	1 252 294
Big Bank Gdanski, S. A.		374 750 242	1,00 PLN	1,07	0,77	400 843 467
NovaBank, S. A.		75 001	10 000 GRD	333,33	—	25 000 000
Em outras empresas no país						817 206 744
Ações						811 278 950
Ambelis — Ag P/ Modern Econom Lisboa		4 000	4,99 EUR	4,99	—	19 952
BVL.P — Soc. Gest. Mercados Regul, S. A.		360 122	1,00 EUR	0,73	—	264 422
Clínica Particular Porto		43 282	4,99 EUR	—	—	228 360
COSEC		90 000	4,99 EUR	8,82	—	793 800
E Seguros, SGPS				—	—	100
EDP — Electricidade Portugal		151 635 713	1,00 EUR	3,83	2,44	580 197 600
Finangeste		772 125	4,99 EUR	11,97	—	9 243 224
Locanda Aviz Chiado, S. A.		6 850	4,99 EUR	7,28	—	49 880
Margeira — Soc. Gestão Fund. Inv. Imobil.		14 505	4,99 EUR	4,99	—	72 351
ONI — Operd Nac Interactivo SGPS, S. A.		64 771 133	1,00 EUR	3,22	—	208 280 686
PME Capital, S. A.		501 000	5,00 EUR	4,99	—	2 500 031
PME Investimentos, S. A.		501 000	4,99 EUR	4,99	—	2 499 973
Servimedia SGFTIC		54 390	1,00 EUR	1,13	—	61 728
SIBS — Soc Interbancária de Serviços, S. A.		1 024 652	4,99 EUR	4,45	—	4 561 984
Sodera		3 900	24,94 EUR	20,78	—	81 055
SOSET — Soc Desenv Reg Penin Setúbal		15 000	4,99 EUR	4,99	—	74 820

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico	Valor contábilístico
SOTIMA — Soc Transf Ind Madeiras, S. A.	58 449	4,99 EUR	2,16	—	126 394	126 394
Subloc — Locação Submarina	5 000	10,00 EUR	10,00	—	50 000	50 000
Taguspark Soc. Lisboa	435 000	4,99 EUR	4,99	—	2 172 592	2 172 592
Quotas					41 979	41 979
Lozango	1	399,04 EUR	399,04	—	399	399
Paço de Palmeira Soc Agnc e Com, L.ª	1	7 980,77 EUR	7 980,77	—	7 981	7 981
RS Auto, L.ª	5 000	4,99 EUR	6,23	—	31 175	31 175
Soc. Imobiliária Castilho	1	2 424,16 EUR	2 424,16	—	2 424	2 424
Unidades de participação					5 885 815	5 885 815
FRIE IPE Capital/FRIE Sulpedip					5 885 815	5 885 815
Em outras empresas no estrangeiro					289 594 100	289 594 100
Ações					289 594 100	289 594 100
Bital/Bond Amesterdão B. V. — Holanda	245	100,00 NLG	46,32	—	11 349	11 349
Clube Financeiro de Vigo	1	1 000,00 ESP	17 779,58	—	17 780	17 780
EBA — Abe Clearing, S. A.		1,00 EUR	—	—	1 000	1 000
Euro Clear Clearance System, SC	1	— EUR	20,75	—	21	21
Friends Provident Plc	53 333 333	0,10 GBP	3,68	3,28	196 528 352	196 528 352
Grupo Financiero Bital, S. A.		1,00 MXN	—	—	83 235 724	83 235 724
M Conseil, S. A.	1	25,00 EUR	84,96	—	85	85
Mozambique Investment Company	2 800	1,00 USD	1 128,57	—	1 579 994	1 579 994
PLM — Parque Industrial da Matola, S. A. R. L.		—	—	—	149 639	149 639
Seguros & Pensões Internacional BV	175 302	100,00 NLG	45,38	—	7 954 844	7 954 844
SWIFT	224	5 000,00 BEF	—	—	115 311	115 311
Partes de capital em empresas coligadas					356 592 819	356 592 819
Em instituições de crédito no país					137 513 132	137 513 132
Ações					137 513 132	137 513 132
BH — Banco Investimento Imobiliário, S. A.	47 255 000	1,00 EUR	1,00	—	47 250 000	47 250 000
Leasefactor, SGPS, S. A.	11 125 000	5,00 EUR	8,11	—	90 263 132	90 263 132
Em instituições de crédito no estrangeiro					66 322 711	66 322 711
Ações					66 322 711	66 322 711
Banque BCP	65 000 000	1,00 EUR	1,02	—	66 299 113	66 299 113
BCP Overseas	99 998	— EUR	—	—	499	499
BPA Ireland	99	— EUR	—	—	—	—
Pinto Totta International Finance, Ltd	25 000	1 000,00 USD	0,92	—	23 099	23 099

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contabilístico
Em outras empresas no País						
Ações						
	Chemical, SGPS, S. A.	700 000	4,99 EUR	6,26	—	151 884 626
	Comercial Imobiliária, S. A.	5 000 000	4,99 EUR	5,03	—	30 690 910
	MC — Teleserviços	200 000	4,99 EUR	4,43	—	4 381 749
	Servitrust — Trust and Manag. Service, S. A.	2 000	50,00 EUR	44,88	—	25 128 375
	Softotour — Estudos Promo. Viagens	10 000	5,00 EUR	5,00	—	885 366
	Tottatur — Viagens e Turismo, S. A.	50 000	4,99 EUR	2,91	—	99 760
	Quotas					50 000
						145 660
						121 065 716
Outras						
	A F Inv, SGPS, Soc Unipessoal L. ^{da}	1	18 000 000 EUR	69 130 234,58	—	69 130 235
	BCP — Assessores Financeiros, L. ^{da}	1	10 934 000 PTE	67 861,60	—	67 862
	BCP Internacional H, L. ^{da}	1	5 000 000 PTE	24 939,89	—	24 940
	BCP Part Fin, SGPS, Soc Unipessoal, L. ^{da}	1	39 000 000 EUR	50 406 141,49	—	50 406 141
	Soe Imobiliária Colinas D'Arge, L. ^{da}	1	288 000 000 PTE	1 436 537,94	—	1436 538
	Outras					128 000
	Servibanca, ACE	128 000	1,00 EUR	1,00	—	128 000
Em outras empresas no estrangeiro						
Ações						
	BCP BS, Holding	180	100,00 EUR	1 229,82	—	221 367
	BCP Ireland Investments, Ltd	2	1,00 EUR	2	—	2
	Caracas Financial Services	25 000	1,00 USD	1,07	—	26 867
	Managerland, SA	500 000	1,00 EUR	1,00	—	500 000
	Mozambique Capital Partners, Ltd	5 000	1 000,00 USD	11,27	—	56 332
	Quotas					67 781
	BC Portugués, Ltd	1	8 690 369,00 BRL	67 781,29	—	67 781
Outras imobilizações financeiras						
	BCP Internacional II, S. A.		—	—	—	827 871 044
	BCP Ireland Investment		—	—	—	27 722 685
	BCP Overseas		—	—	—	36 177 930
	BCP Part Fin, SGPS, Soc. Unipessoal, L. ^{da}		—	—	—	3 311 871 941
	BII SFE		—	—	—	7 500 000
	BPA Ireland Investments Incorp		—	—	—	37 409 842
	Caução de Luanda		—	—	—	36 042
	Cauções diversas		—	—	—	6 374

		(Em euros)				
Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor contábilístico
Gestinsua			—	—	—	948 891
MNet		—	—	—	—	353 872
Magellan Mortgages		—	—	—	—	4 530 000
Managerland, S. A.		—	—	—	—	1 000 000
Mello Crédito — Soc. Fin. Aquis. Créd., S. A.		—	—	—	—	1 496 394
Mello Leasing — Soc. Loc. Financeira, S. A.		—	—	—	—	4 987 979
MTS — Port. Soc. Gest. Merc. Esp. Div. Púb.		—	—	—	—	21 875
Paço de Palmeira — Soc. Agr. e Com., L.ª		—	—	—	—	12 071
Sanjimo		—	—	—	—	3 678 268
Servimédia, SGFTC, S. A.		—	—	—	—	550 000
Soc. Imobiliária C, L.ª		—	—	—	—	5 408 403
Outras		—	—	—	—	132 407
E) Títulos vencidos						8 778 781
Emitidos por residentes						5 484 201
A médio e a longo prazos						5 484 201
Aldeimor/94		—	—	—	—	249 399
Amadeu Gaudêncio/92-95		—	—	—	—	539
Arrancar/88		—	—	—	—	293
Atlánpesca		—	—	—	—	49 880
Beira Vouga/88 — Série B		—	—	—	—	648
Beira Vouga/88-92		—	—	—	—	43
Cabel		—	—	—	—	37 410
Cetecc/88 — Série B		—	—	—	—	19 832
CIE 92/97		—	—	—	—	299 279
Costa & Sousa		—	—	—	—	206 884
Fábrica Têxtil Vizela		—	—	—	—	4 512
FTOF/99		—	—	—	—	47 698
FOC/88		—	—	—	—	217
Gap 92/97		—	—	—	—	499
Garcia Real		—	—	—	—	50 077
HR Metal Ramalho		—	—	—	—	399 038
Highlight		—	—	—	—	39 904
Inforgal/88		—	—	—	—	1 171
João Brogueira		—	—	—	—	115 087
Pinto & Bulhosa		—	—	—	—	126 096
Rio Confecções		—	—	—	—	192 287
Soberana Corticeira		—	—	—	—	997 596
Sobrinca/95		—	—	—	—	31 175
Soc. Constru. Erg/88-93		—	—	—	—	131
Soc. Têxtil Cuca/88		—	—	—	—	33 621
Somec		—	—	—	—	1 995 192
Sousa Resende 89/92		—	—	—	—	70
Têxteis Luis Correia		—	—	—	—	56 898
Transbrotense		—	—	—	—	473 858
Transbroitir		—	—	—	—	54 868

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	(Em euros)	
					Valor contábilístico	Valor líquido
Emitidos por não residentes					3 294 580	
A médio e a longo prazos					3 294 580	
Banco Nacional de Angola					3 294 580	
<i>Total de títulos e participações financeiras do Banco</i>					12 658 490 775	
<i>Total de provisões para títulos do Banco</i>					111 004 793	
<i>Total de provisões para participações financeiras do Banco</i>					115 384 922	
<i>Total de títulos e particip. financ. após provisões do Banco</i>					12 432 101 060	
<i>Total de títulos e particip. financ. de outras empresas do Grupo</i>					14 265 361 090	
<i>Total de títulos e particip. financ. anuladas em consolidação</i>					(19 216 144 167)	
<i>Total de títulos e particip. financ. do Grupo</i>					7 707 707 698	
<i>Total de provisões para títulos do Grupo</i>					118 890 457	
<i>Total de provisões para particip. financ. do Grupo</i>					70 770 107	
<i>Total de títulos e particip. financ. após provisões do Grupo</i>					7 518 047 134	

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 9 e 8 às demonstrações financeiras.

12 — Os montantes referentes a activos com carácter de subordinação, incluídos na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, no Grupo e Banco, são de 176 820 000 euros e de 222 152 000 euros, respectivamente.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2001, os activos cedidos com acordo de recompra firme totalizam no Grupo o montante de 42 000 euros, não se registando qualquer montante ao nível do Banco.

14 — A decomposição por prazos residuais das rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, consta nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras, respectivamente.

15 — As reavaliações efectuadas pelo Grupo reportam-se a períodos anteriores à aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A. e Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., pelo Banco Comercial Português, S. A., tendo sido consideradas como reservas de pré-aquisição nas contas consolidadas deste último.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — As decomposições dos débitos sobre instituições de crédito, sobre clientes e representados por títulos em função do prazo residual encontram-se representadas nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, respectivamente.

19 — O valor dos débitos representados por títulos, com vencimento no decurso do ano de 2002 consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — A data de 31 de Dezembro de 2001, os débitos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, totalizam o montante de 32 797 000 euros.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2001, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, são analisados na nota n.º 47 às demonstrações financeiras.

22 — Relativamente à rubrica 8 do passivo, nomeadamente passivos subordinados, a apresentação das diversas emissões de obrigações é desenvolvida na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 40 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminados na nota n.º 45 às demonstrações financeiras.

25 — Os saldos, bem como os respectivos movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco, encontram-se desenvolvidos nas seguintes notas às demonstrações financeiras:

Provisões específicas para aplicações em instituições de crédito — nota n.º 4 às demonstrações financeiras;

Provisões específicas para crédito concedido — Nota n.º 5 às demonstrações financeiras;

Provisões para a carteira de títulos de negociação e de investimento — nota n.º 6 às demonstrações financeiras;

Provisões para participações financeiras — nota n.º 7 às demonstrações financeiras;

Provisões para outros activos — nota n.º 10 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos gerais de crédito — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para pensões de reforma e de sobrevivência — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos bancários gerais — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para outros riscos e encargos — nota n.º 17 às demonstrações financeiras.

26 — Os critérios utilizados para distinguir entre os títulos de negociação, os de investimento e os da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos nas políticas contabilísticas apresentadas na nota n.º 1, alínea *h*) às demonstrações financeiras.

27 — As rubricas de acréscimos e diferimentos de proveitos e de custos, estão discriminadas nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28:

a) Montantes ainda não imputados a resultados:

Os montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 2001, a 23 152 000 euros.

Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor inferior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 2001, a 1 959 000 euros.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentada na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

c) Títulos de negociação:

À data de 31 de Dezembro de 2001, para o Banco, a diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação no

Banco e o que lhes corresponderia se a avaliação se efectuasse ao valor de custo (juros corridos e valias), totaliza o montante de 344 000 euros.

29 — Os aumentos de capital social do Banco ocorridos durante o ano encontram-se expressos na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

30 — As partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares, são referidas na nota n.º 23 às demonstrações financeiras.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos incluídos ou não no balanço administrados pelo Grupo e Banco, em nome próprio por conta de outrem. Relativamente aos fundos administrados pelo Grupo e não reflectidos no balanço, os mesmos são analisados na nota n.º 42 às demonstrações financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota n.º 40 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e respectiva ventilação por grandes categorias profissionais encontra-se referida na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos órgãos de administração e fiscalização estão expressos na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira para o Grupo e Banco à data de 31 de Dezembro de 2001 e 2000, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Activos	13 487 046	11 459 512	10 583 526	9 934 570
Passivos	13 089 695	11 459 733	10 474 710	9 920 980

38 — Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a distribuição dos proveitos por grandes áreas de mercados geográficos é analisada como segue:

(Em percentagem)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Portugal	87,0	89,8	95,8	95,3
Restantes países da União Europeia	5,4	5,0	0,9	2,3
Estados Unidos da América	1,9	1,7	1,8	1,6
Macau	0,9	1,1	0,1	0,1
Ilhas Caymão	2,3	1,6	1,1	0,5
Outros	2,5	0,8	0,3	0,2
	100,0	100,0	100,0	100,0

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	9 364	7 735	8 654	5 157
Menos-valias em bens de locação financeira	538	1 426	—	—
Prejuízos por equivalência patrimonial	1 393	4 743	—	—
Outros custos de exploração	7 645	8 058	6 308	9 297
	18 940	21 962	14 962	14 454

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias em imobilizações	2 017	4 274	71 655	89 812
Perdas de exercícios anteriores	9 530	9 304	3 229	1 861
Outras perdas extraordinárias	12 282	28 032	3 822	16 517
	<u>23 829</u>	<u>41 610</u>	<u>78 706</u>	<u>108 190</u>
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	71 684	61 771	26 759	24 355
Recuperação de créditos	79 613	—	62 444	—
Reembolso de despesas	35 340	38 167	29 126	30 588
Proveitos de locação financeira	5 472	7 908	—	—
Rendimentos de imóveis	862	1 878	2 495	3 042
Outros proveitos de exploração	75 654	61 060	74 167	53 591
	<u>268 625</u>	<u>170 784</u>	<u>194 991</u>	<u>111 576</u>
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias em imobilizações	6 828	30 195	62 397	961 570
Recuperação de créditos	—	68 268	—	53 098
Outros ganhos de exercícios anteriores	9 311	12 093	843	8 894
Outros ganhos extraordinários	66 262	119 492	97 881	93 500
	<u>82 401</u>	<u>230 048</u>	<u>161 121</u>	<u>1 117 062</u>

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 36 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco não são objecto de consolidação pelo método integral em qualquer empresa.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — As operações de locação financeira realizadas pelo Banco, na óptica do locatário, em 31 de Dezembro de 2001 atingiram o montante de 1 972 000 euros e as amortizações acumuladas respectivas ascenderam a 1 962 000 euros.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos

de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP n.º 5, 15 de Maio de 1998), totalizam 118 196 000 euros de ganhos e de 26 176 000 euros de perdas que foram anuladas em consolidação.

48 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre as operações de titularização efectuadas no exercício, são apresentadas na nota n.º 39 às demonstrações financeiras.

49 — Não existem outras informações de natureza significativa, além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

ACTIVO

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	365 272	1 821 968	1 304 509
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	276 686	1 380 102	1 284 103
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	852 230	4 250 907	5 625 206
Créditos sobre clientes	5	8 608 359	42 938 314	41 113 230
Obrigações, acções e outros títulos	6	957 059	4 773 792	5 657 824
Acções próprias	22	1 802	8 986	128 875
Participações financeiras	7	536 391	2 675 506	2 674 107
Imobilizações incorpóreas	8	27 115	135 251	95 838
Imobilizações corpóreas	9	262 921	1 311 444	1 240 768
Outros activos	10	257 811	1 285 956	941 062
Contas de regularização	11	476 843	2 378 482	1 913 482
		<u>12 622 489</u>	<u>62 960 708</u>	<u>61 979 004</u>

PASSIVO

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		80 930	403 676	488 517
A prazo	12	2 559 257	12 765 519	16 024 210
Débitos para com clientes:				
À vista		2 548 788	12 713 301	12 063 972
A prazo	13	3 353 613	16 727 749	16 856 249
Débitos representados por títulos	14	2 148 944	10 718 889	8 421 991
Outros passivos	15	161 711	806 609	522 756
Contas de regularização	16	297 273	1 482 793	1 988 815
Provisão para riscos e encargos	17	185 282	924 182	938 055
Passivos subordinados	18	578 109	2 883 598	1 572 984
<i>Total do passivo</i>		<u>11 913 907</u>	<u>59 426 316</u>	<u>58 877 549</u>
Situação líquida				
Capital subscrito	19	466 464	2 326 715	2 101 563
Prémio de emissão	19	143 385	715 203	170 130
Reservas e resultados acumulados	21	(171 360)	(854 742)	(451 187)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>438 489</u>	<u>2 187 176</u>	<u>1 820 506</u>
Interesses minoritários	23	270 093	1 347 216	1 280 949
		<u>12 622 489</u>	<u>62 960 708</u>	<u>61 979 004</u>

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Juros e proveitos equiparados	24	680 942	3 396 524	3 044 807
Juros e custos equiparados	25	409 919	2 044 666	1 792 223
Margem financeira		271 023	1 351 858	1 252 584
Provisão para riscos de crédito	26	41 796	208 478	235 090
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>229 227</u>	<u>1 143 380</u>	<u>1 017 494</u>
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos	27	28 069	140 007	185 300
Comissões	28	113 675	567 010	639 628
Lucros em operações financeiras	29	104 302	520 255	728 213
Outros proveitos de exploração	30	70 374	351 026	370 637
Ganhos relativos à alien. de particip. financ. em subsid. e associadas	31	—	—	30 195
		<u>316 420</u>	<u>1 578 298</u>	<u>1 953 973</u>
Outros custos:				
Comissões	28	15 981	79 714	64 571
Prejuízos em operações financeiras	29	72 953	363 886	513 476
Custos com o pessoal	32	145 822	727 358	743 920
Outros gastos administrativos		102 052	509 034	475 231
Amortizações do exercício	33	29 649	147 891	142 955
Outras provisões	34	2 362	11 781	142 915
Outros custos de exploração	35	13 958	69 620	80 157
		<u>382 777</u>	<u>1 909 284</u>	<u>2 163 225</u>

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Lucro antes de impostos		162 870	812 394	808 242
Impostos sobre lucros	36	16 932	84 455	129 698
Lucro depois de impostos		145 938	727 939	678 544
Interesses minoritários		18 096	90 265	66 879
Lucro da actividade corrente		127 842	637 674	611 665
Custo extraordinário	34 e 37	13 232	66 002	—
Resultados de pré-aquisição	38	—	—	106 167
Lucro consolidado do exercício		114 610	571 672	505 498

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidas	711 205	3 547 477	3 487 911
Recebimentos por prestação de serviços	38 473	191 903	93 792
Pagamento de juros e comissões	(445 717)	(2 223 225)	(1 687 941)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	15 961	79 613	64 015
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(326 372)	(1 627 938)	(1 104 702)
	(6 450)	(32 170)	853 075
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:			
Fundos adiantados a instituições de crédito	229 676	1 145 619	748 135
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(12 432)	(62 011)	(75 628)
Fundos adiantados a clientes	(426 450)	(2 127 124)	(7 196 176)
Títulos negociáveis a curto prazo	8 232	41 061	305 777
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito — à vista	(17 009)	(84 841)	260 822
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(653 309)	(3 258 690)	734 956
Débitos para com clientes — à vista	130 179	649 329	252 976
Débitos para com clientes — a prazo	(25 762)	(128 500)	1 006 746
	(773 325)	(3 857 327)	(3 109 317)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(3 973)	(19 815)	(46 064)
	(777 298)	(3 877 142)	(3 155 381)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			
Cedência de participações financeiras	—	—	1 850 677
Aquisição de participações financeiras	(119 845)	(597 785)	(3 494 811)
Dividendos recebidos	17 617	87 871	39 128
Juros recebidos de títulos de investimento	43 429	216 624	221 369
Venda de títulos de investimento	2 737 444	13 654 311	6 327 258
Compra de títulos de investimento	(2 544 632)	(12 692 570)	(9 955 149)
Vencimentos de títulos de investimento	47 464	236 751	3 629 044
Compra de imobilizações	(63 043)	(314 458)	(212 743)
Venda de imobilizações	6 468	32 261	21 840
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	(79 927)	(398 681)	805 835
	44 975	224 324	(767 552)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:			
Emissão de dívida subordinada	272 139	1 357 426	250 454
Reembolso de dívida subordinada	(10 488)	(52 312)	—
Emissão de empréstimos obrigacionistas	645 013	3 217 311	5 259 931

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(203 410)	(1 014 604)	(1 091 608)
Aumento de capital	33 706	168 125	—
Prémio de emissão	109 277	545 073	—
Certificados de depósito	199	992	(675)
Dividendos pagos e bónus a empregados	(5 637)	(28 116)	(168 428)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(70 942)	(353 861)	211 056
	<u>769 857</u>	<u>3 840 034</u>	<u>4 460 730</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	7 292	36 374	19 238
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	44 826	223 590	557 035
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>346 411</u>	<u>1 727 893</u>	<u>1 170 858</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	391 237	1 951 483	1 727 893

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	(Em milhares de euros)						
	Milhões de escudos	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e result. acumul.	Goodwill
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	363 520	1 813 230	1 000 000	587 202	87 431	865 037	(726 440)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	—	—	—	—	22 144	(22 144)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	998	(998)	—
Dividendos distribuídos	(30 072)	(150 000)	—	—	—	(150 000)	—
Bónus aos empregados	(3 694)	(18 428)	—	—	—	(18 428)	—
Aumento de capital relacionado com as operações de troca de acções BCP por acções do BPSM, Banco Mello (BM) e Império e fusão do Banco Mello e Atlântico em 30 de Junho de 2000	1 082 851	5 401 237	1 042 972	4 358 265	—	—	—
Resultado do exercício	101 343	505 498	—	—	—	505 498	—
Aumento de capital por emissão de 1 665 675 acções pelo exercício parcial dos direitos de conversão das acções preferenciais convertíveis	3 382	16 867	8 309	8 558	—	—	—
Aumento de capital por emissão de 6 756 731 acções por fusão de parte do património do BII	6 757	33 702	33 702	—	—	—	—
Aumento de capital por emissão de 3 323 947 acções por fusão do BPSM em Dezembro 2000	16 513	82 368	16 580	65 788	—	—	—
Reservas de fusão, base individual, e <i>goodwill</i> , em base consolidada, por fusão de:							
Banco Mello, S. A. (BM)	(121 901)	(608 040)	—	(608 052)	—	—	12
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	(395 690)	(1 973 695)	—	(2 172 941)	—	—	199 246
Banco Português do Atlântico, S. A.	(207 754)	(1 036 274)	—	(1 536 018)	—	—	499 744
BMI, SGPS, S. A.	(931)	(4 642)	—	—	—	—	(4 642)
Banco Mello Imobiliário, S. A.	(1 391)	(6 938)	—	—	—	—	(6 938)
Carreira hipotecária do BII	7 543	37 623	—	—	—	—	37 623
Custos de reestruturação e ajustamentos de justo valor resultante das aquisições do BM e BPSM incluídos no <i>goodwill</i>	(239 624)	(1 195 237)	—	(532 159)	(8 430)	8 430	(663 078)
Encargos com os aumentos de capital e fusão	(103)	(513)	—	(513)	—	—	—
<i>Goodwill</i> resultante de outras aquisições do exercício de 2000	(218 105)	(1 087 902)	—	—	—	—	(1 087 902)
Diferença cambial resultante da consolidação	3 857	19 238	—	—	—	19 238	—
Outras reservas de consolidação	(1 522)	(7 588)	—	—	—	(7 588)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	364 979	1 820 506	2 101 563	170 130	102 143	1 199 045	(1 752 375)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	—	—	—	—	108 239	(108 239)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	9 926	(9 926)	—
Bónus aos empregados	(5 637)	(28 116)	—	—	—	(28 116)	—
Resultado do exercício	114 610	571 672	—	—	—	571 672	—
Aumento de capital por emissão de 168 125 003 acções reservado a accionistas e a colaboradores em Março de 2001 (nota n.º 19)	143 251	714 551	168 125	546 406	—	—	—
Aumento de capital por emissão de 57 027 325 acções por incorporação de reservas em Abril de 2001 (nota n.º 19)	—	—	57 027	—	—	—	—
Custos de reestruturação relativo à redução de efectivos (notas n.ºs 17 e 37)	(50 409)	(251 438)	—	—	—	(57 027)	—
Encargos com os aumentos de capital	(343)	(1 713)	—	(1 333)	—	(251 438)	—
<i>Goodwill</i> resultante de aquisições em 2001 (nota n.º 21)	(125 146)	(624 227)	—	—	—	(380)	—
Diferença cambial resultante da consolidação	7 292	36 374	—	—	—	—	(624 227)
Outras reservas de consolidação (nota n.º 21)	(10 108)	(50 413)	—	—	—	36 374	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	438 489	2 187 176	2 326 715	715 203	220 308	1 301 552	(2 376 602)

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

ACTIVO

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	323 078	1 611 505	1 213 513
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	284 500	1 419 080	1 204 042
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	2 049 754	10 224 128	9 279 718
Créditos sobre clientes	5	6 841 740	34 126 454	34 287 396
Obrigações, acções e outros títulos	6	1 275 620	6 362 764	6 883 086
Acções próprias	22	1 802	8 986	23
Participações financeiras	7	363 483	1 813 045	2 196 758
Imobilizações incorpóreas	8	6 358	31 713	28 225
Imobilizações corpóreas	9	166 553	830 761	808 980
Outros activos	10	1 023 176	5 103 579	3 627 471
Contas de regularização	11	372 495	1 858 008	1 495 690
		<u>12 708 559</u>	<u>63 390 023</u>	<u>61 024 902</u>

PASSIVO

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		333 766	1 664 818	2 432 235
A prazo	12	4 727 894	23 582 634	21 391 212
Débitos para com clientes:				
À vista		2 338 305	11 663 417	11 423 232
A prazo	13	2 476 662	12 353 537	14 263 641
Débitos representados por títulos	14	447 961	2 234 418	1 657 270
Outros passivos	15	107 782	537 610	222 165
Contas de regularização	16	230 799	1 151 228	1 695 520
Provisão para riscos e encargos	17	159 070	793 437	778 546
Passivos subordinados	18	1 002 075	4 998 331	3 706 119
<i>Total do passivo</i>		<u>11 824 314</u>	<u>58 979 430</u>	<u>57 569 940</u>
Situação líquida:				
Capital subscrito	19	466 464	2 326 715	2 101 563
Prémio de emissão	19	143 385	715 203	170 130
Reservas e resultados acumulados	21	274 396	1 368 675	1 183 269
<i>Total da situação líquida</i>		<u>884 245</u>	<u>4 410 593</u>	<u>3 454 962</u>
		<u>12 708 559</u>	<u>63 390 023</u>	<u>61 024 902</u>

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados individuais em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Juros e proveitos equiparados	24	684 573	3 414 637	3 048 442
Juros e custos equiparados	25	475 325	2 370 909	2 140 088
Margem financeira		209 248	1 043 728	908 354
Provisão para riscos de crédito	26	32 617	162 692	231 036
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>176 631</u>	<u>881 036</u>	<u>677 318</u>

	Notas	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos	27	40 745	203 235	118 928
Comissões	28	82 429	411 152	505 093
Lucros em operações financeiras	29	52 128	260 015	393 386
Outros proveitos de exploração	30	71 394	356 112	314 893
Ganhos relativos à alien. de particip. financ. em subsid. e associadas	31	—	—	913 745
		<u>246 696</u>	<u>1 230 514</u>	<u>2 246 045</u>
Outros custos:				
Comissões	28	7 305	36 438	38 876
Prejuízos em operações financeiras	29	49 263	245 722	313 831
Custos com o pessoal	32	88 469	441 280	515 533
Outros gastos administrativos		110 293	550 139	511 879
Amortizações do exercício	33	16 023	79 924	89 583
Outras provisões	34	2 188	10 913	162 933
Outros custos de exploração	35	19 756	98 544	130 479
		<u>293 297</u>	<u>1 462 960</u>	<u>1 763 114</u>
Lucro antes de impostos		130 030	648 590	1 160 249
Impostos sobre lucros	36	13 226	65 972	79 128
Lucro da actividade corrente		116 804	582 618	1 081 121
Custo extraordinário	34 e 37	13 232	66 002	—
Lucro do exercício		103 572	516 616	1 081 121

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidas	680 945	3 396 540	3 341 649
Recebimentos por prestação de serviços	33 482	167 009	130 873
Pagamento de juros e comissões	(512 490)	(2 556 288)	(1 987 979)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	12 519	62 444	52 273
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(263 531)	(1 314 486)	(788 265)
	<u>(49 075)</u>	<u>(244 781)</u>	<u>748 551</u>
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:			
Fundos adiantados a instituições de crédito	(234 897)	(1 171 659)	1 706 004
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(14 580)	(72 725)	(100 861)
Fundos adiantados a clientes	(8 195)	(40 875)	(5 705 062)
Títulos negociáveis a curto prazo	(26 873)	(134 041)	63 562
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito — à vista	(153 853)	(767 417)	1 815 931
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	439 341	2 191 423	57 640
Débitos para com clientes — à vista	48 153	240 185	197 881
Débitos para com clientes — a prazo	(382 941)	(1 910 104)	806 608
	<u>(382 920)</u>	<u>(1 909 994)</u>	<u>(409 746)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	1 701	8 483	3 693
	<u>(381 219)</u>	<u>(1 901 511)</u>	<u>(406 053)</u>

	2001 (milhões de escudos)	2001 (milhares de euros)	2000 (milhares de euros)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			
Cedência de participações financeiras	208 907	1 042 026	1 708 092
Aquisição de participações financeiras	(139 236)	(694 507)	(1 799 763)
Dividendos recebidos	40 745	203 235	118 928
Juros recebidos de títulos de investimento	56 998	284 307	288 238
Venda de títulos de investimento	1 586 238	7 912 120	2 173 672
Compra de títulos de investimento	(1 480 451)	(7 384 459)	(5 408 961)
Vencimentos de títulos de investimento	12 579	62 742	2 839 787
Compra de imobilizações	(26 605)	(132 706)	(78 756)
Venda de imobilizações	10 741	53 576	13 745
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	(291 534)	(1 454 170)	99 899
	(21 618)	(107 836)	(45 119)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:			
Emissão de dívida subordinada	259 624	1 295 000	1 086 949
Reembolso de dívida subordinada	—	—	(519 191)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	121 642	606 750	998 596
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(7 500)	(37 410)	(44 892)
Aumento de capital	33 706	168 125	—
Prémio de emissão	109 277	545 073	—
Dividendos pagos e bónus a empregados	(5 000)	(24 940)	(166 440)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	(46 473)	(231 810)	133 930
	465 276	2 320 788	1 488 952
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	62 439	311 441	1 037 780
Caixa e seus equivalentes no início do período	322 746	1 609 852	572 072
Caixa e seus equivalentes no fim do período	385 185	1 921 293	1 609 852

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação*. — O Banco Comercial Português, S. A., é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

Até 30 de Setembro de 2000, a participação no capital da Seguros & Pensões, SGPS e suas subsidiárias era registada nas demonstrações financeiras do Grupo pelo método de equivalência patrimonial.

Após essa data com a alienação desta participação à Eureko, os resultados da Seguros & Pensões são registados pelo Grupo através da participação detida na Eureko.

No âmbito das disposições contratuais estabelecidas entre os accionistas da Eureko, o Grupo Banco Comercial Português verificadas determinadas condições, tem a opção de, até 1 de Janeiro de 2003 readquirir a participação no Grupo Seguros & Pensões a um valor a ser determinado por uma entidade independente.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7.ª Directiva 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

Os valores constantes em escudos nas demonstrações financeiras do Banco e do Grupo foram convertidos de euros para escudos à taxa de conversão fixa e irrevogável de 200,482 escudos e são apresentados para fins meramente informativos.

b) *Bases de consolidação*:

Datas de referência. — As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial

Português, S. A. e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 49, bem como o resultado proporcional às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras nas empresas cuja actividade é de aluguer de longa duração, são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, devido à natureza da sua actividade, com base nas contas preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contas.

Com a introdução da Directriz Contabilística n.º 25, o critério contabilístico aplicável aos contratos de aluguer de longa duração foi alterado, pelo que a partir de 1 de Janeiro de 2001, as referidas participações são consolidadas com base nas contas preparadas no âmbito da referida Directriz Contabilística n.º 25.

Os saldos e transacções significativos existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em empresas associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cuja participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce

influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial. Nas empresas em que o Grupo exerce controlo em conjunto com outros accionistas é aplicado o método proporcional.

Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas (v. notas n.ºs 19 e 21).

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

d) *Provisão específica para crédito concedido*. — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendo associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.ºs 3/95, de 30 de Junho e n.º 7/00, de 27 de Outubro.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito*. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho e aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco país*. — A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de

Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Operações de titularização*. — Os activos, créditos e títulos, cedidos pelo Grupo BCP no âmbito das operações de titularização (securitização), são eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

Os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência destas operações são contabilizados como títulos de investimento, de acordo com a política contabilística aplicável aos títulos de rendimento fixo, descrita na nota n.º 1, alínea h).

Os outros activos adquiridos são contabilizados pelo respectivo valor de aquisição.

De acordo com a instrução n.º 27/2000 do Banco de Portugal, são constituídas provisões nas contas do Grupo, para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos e títulos cedidos caso estes se mantivessem no activo, tendo como limite máximo o respectivo valor de aquisição.

h) *Obrigações, acções e outros títulos*. — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição, acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais

resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor pelo qual se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodicadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

i) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos. — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodicados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — *Forward Rate Agreement*):

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodicados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos. Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transacionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas

cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício. Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida. Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodicadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

j) Imobilizações corpóreas. — As immobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras immobilizações	3

k) Imobilizações incorpóreas:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

l) Locação financeira:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Pensões de reforma. — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de Fundo de Pensões do Grupo BCP, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ) e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal, os quais se encontram descritos na nota n.º 45.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, o financiamento mínimo das responsabilidades passou a ser de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao presente exercício, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com

base na avaliação actuarial efectuada anualmente, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise era em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, a qual resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, a partir de 1 de Janeiro de 2002, a diferença de cobertura do fundo de pensões determinada em 31 de Dezembro de 2001, será imputada a resultados, na parte que excede 10% do maior de entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o valor do fundo, durante o prazo máximo de 10 anos.

n) Fiscalidade. — As empresas do Grupo BCP com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

o) Distribuição de resultados pelos empregados. — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Caixa	571 381	443 790	502 213	405 810
Bancos centrais	1 250 587	860 719	1 109 292	807 703
	1 821 968	1 304 509	1 611 505	1 213 513

A rubrica de bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Por-

tugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Em instituições de crédito no País	56 450	118 449	36 982	132 249
Em instituições de crédito no estrangeiro	349 713	200 447	432 921	114 770
Valores a cobrar	973 939	965 207	949 177	957 023
	1 380 102	1 284 103	1 419 080	1 204 042

A rubrica de valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Banco de Portugal	758 203	982 312	755 782	979 296
Mercado Monetário Interbancário	342 826	219 362	783 184	611 054
Aplicações sobre outras instituições de crédito no País	679 989	566 404	2 262 268	1 934 590
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	2 601 605	3 983 269	6 555 187	5 882 541
	4 382 623	5 751 347	10 356 421	9 407 481
Crédito vencido — menos de 90 dias	871	—	—	—
Crédito vencido — mais de 90 dias	559	2 435	—	794
	4 384 053	5 753 782	10 356 421	9 408 275
Provisão específica para riscos de crédito	(133 146)	(128 576)	(132 293)	(128 557)
	4 250 907	5 625 206	10 224 128	9 279 718

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito — Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, subscritos pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente.

Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Até três meses	3 020 686	4 207 698	8 008 653	6 322 768
De três meses até um ano	506 074	952 950	1 146 922	2 039 350
De um ano até cinco anos	307 945	581 372	870 060	1 012 741
Mais de cinco anos	547 918	9 327	330 786	32 622
Duração indeterminada	1 430	2 435	—	794
	4 384 053	5 753 782	10 356 421	9 408 275

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito no Grupo e Banco são analisados como segue:

Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1 de Janeiro	1 460	15 077	1 460	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	20 968	—	36 044
Outras transferências	(967)	(18 823)	(1 461)	(18 823)
Provisão do exercício	331	(3 749)	1	(3 749)
Utilização de provisões	—	(14 620)	—	(14 620)
Diferenças cambiais	21	2 607	—	2 608
Saldo em 31 de Dezembro	845	1 460	—	1 460
Provisão específica para risco-país:				
Saldo em 1 de Janeiro	127 116	45 217	127 097	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	32 884	—	78 088
Outras transferências	10 016	48 201	10 022	48 201
Provisão do exercício	(4 831)	(4 250)	(4 826)	(4 256)
Utilização de provisões	—	(887)	—	(887)
Diferenças cambiais	—	5 951	—	5 951
Saldo em 31 de Dezembro	132 301	127 116	132 293	127 097
	133 146	128 576	132 293	128 557

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Crédito ao sector público	309 295	222 243	275 146	188 282
Crédito com garantias reais	16 537 929	11 816 824	13 182 450	8 799 313
Crédito com outras garantias	12 387 941	12 359 224	11 590 755	11 883 661
Crédito sem garantias	5 639 910	8 934 590	5 250 218	9 234 040
Crédito sobre o estrangeiro	4 711 214	4 802 458	3 566 836	4 005 250
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	794 622	515 779	58 306	22 230
Capital em locação	2 326 675	2 286 809	28 279	22 449
	<u>42 707 586</u>	<u>40 937 927</u>	<u>33 951 990</u>	<u>34 155 225</u>
Crédito vencido — menos de 90 dias	99 948	105 467	60 264	82 103
Crédito vencido — mais de 90 dias	626 889	453 455	464 775	345 463
	<u>43 434 423</u>	<u>41 496 849</u>	<u>34 477 029</u>	<u>34 582 791</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(496 109)	(383 619)	(350 575)	(295 395)
	<u>42 938 314</u>	<u>41 113 230</u>	<u>34 126 454</u>	<u>34 287 396</u>

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Curto prazo:				
Crédito descontado titulado por efeitos	1 690 998	1 797 024	1 664 384	1 752 173
Crédito em conta corrente	8 084 521	8 410 512	7 625 737	8 038 448
Descobertos em depósitos à ordem	4 672 582	4 296 808	4 900 997	4 435 414
Empréstimos	5 910 640	5 431 126	4 599 673	5 205 989
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	794 622	515 779	58 306	22 230
	<u>21 153 363</u>	<u>20 451 249</u>	<u>18 849 097</u>	<u>19 454 254</u>
Médio e longo prazos:				
Crédito descontado titulado por efeitos	102 326	134 719	102 311	134 679
Empréstimos	8 976 778	8 164 537	7 596 750	7 228 367
Crédito imobiliário	10 148 444	9 900 613	7 375 553	7 315 476
Capital em locação	2 326 675	2 286 809	28 279	22 449
	<u>21 554 223</u>	<u>20 486 678</u>	<u>15 102 893</u>	<u>14 700 971</u>
	<u>42 707 586</u>	<u>40 937 927</u>	<u>33 951 990</u>	<u>34 155 225</u>
Crédito vencido — menos de 90 dias	99 948	105 467	60 264	82 103
Crédito vencido — mais de 90 dias	626 889	453 455	464 775	345 463
	<u>43 434 423</u>	<u>41 496 849</u>	<u>34 477 029</u>	<u>34 582 791</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(496 109)	(383 619)	(350 575)	(295 395)
	<u>42 938 314</u>	<u>41 113 230</u>	<u>34 126 454</u>	<u>34 287 396</u>

Durante o ano de 2001, foram efectuadas diversas operações de titularização de créditos as quais se encontram descritas na nota n.º 39.

A análise do crédito sobre clientes, por sector da actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Agricultura e silvicultura	426 410	393 475	341 286	348 860
Indústrias extractivas	174 519	165 739	116 630	121 172
Alimentação, bebidas e tabaco	694 359	765 824	616 962	685 201
Têxteis	1 047 114	980 755	863 092	825 567
Madeira e cortiça	400 055	433 852	303 259	350 814
Papel, artes gráficas e editoras	288 610	352 434	189 575	247 733
Químicas	1 106 941	986 674	1 024 447	904 426
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1 143 180	1 230 939	952 695	1 090 142
Electricidade, água e gás	575 657	666 793	519 542	602 802
Construção	4 033 694	3 357 268	2 561 779	2 161 624
Comércio a retalho	2 444 271	2 210 665	1 943 285	1 667 564

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Comércio por grosso	2 865 742	3 296 784	2 387 686	2 888 310
Restaurantes e hotéis	701 749	575 041	609 279	503 717
Transportes e comunicações	1 295 914	1 234 724	940 589	958 198
Serviços	8 399 966	7 109 648	6 864 471	6 620 658
Crédito ao consumo	3 320 360	3 631 885	2 405 340	2 835 109
Crédito hipotecário	9 406 531	9 148 147	7 109 358	7 301 844
Outras actividades nacionais	1 416 530	1 550 340	1 057 694	1 125 569
Outras actividades internacionais	3 692 821	3 405 862	3 670 060	3 343 481
Provisão específica para riscos de crédito	(496 109)	(383 619)	(350 575)	(295 395)
	42 938 314	41 113 230	34 126 454	34 287 396

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, é a seguinte:

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	270 070	78 608	55 049	403 727
Indústrias extractivas	107 301	55 633	8 050	170 984
Alimentação, bebidas e tabaco	480 749	99 289	88 795	668 833
Têxteis	730 196	176 322	81 048	987 566
Madeira e cortiça	292 955	48 479	36 832	378 266
Papel, artes gráficas e editoras	176 964	61 983	41 879	280 826
Químicas	641 224	269 539	190 966	1 101 729
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	709 745	203 628	159 558	1 072 931
Electricidade, água e gás	163 160	248 595	163 874	575 629
Construção	2 628 559	1 086 165	267 243	3 981 967
Comércio a retalho	1 558 989	323 363	509 245	2 391 597
Comércio por grosso	2 165 006	276 822	321 495	2 763 323
Restaurantes e hotéis	369 026	89 890	234 255	693 171
Transportes e comunicações	700 488	254 764	330 713	1 285 965
Serviços	5 605 429	1 964 859	774 629	8 344 917
Crédito ao consumo	1 749 313	1 158 168	303 117	3 210 598
Crédito hipotecário	216 978	499 013	8 608 732	9 324 723
Outras actividades nacionais	946 430	171 190	277 487	1 395 107
Outras actividades internacionais	3 004 728	537 771	133 228	3 675 727
	22 517 310	7 604 081	12 586 195	42 707 586

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, é a seguinte:

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	243 358	46 386	38 416	328 160
Indústrias extractivas	98 956	10 343	5 114	114 413
Alimentação, bebidas e tabaco	464 735	63 220	71 398	599 353
Têxteis	654 802	106 414	48 036	809 252
Madeira e cortiça	226 986	26 180	29 881	283 047
Papel, artes gráficas e editoras	140 255	19 809	23 033	183 097
Químicas	631 289	213 635	175 215	1 020 139
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	677 186	109 613	102 110	888 909
Electricidade, água e gás	159 318	223 652	136 567	519 537
Construção	1 960 955	412 534	157 214	2 530 703
Comércio a retalho	1 385 077	191 435	329 405	1 905 917
Comércio por grosso	1 984 786	151 697	168 786	2 305 269
Restaurantes e hotéis	360 642	62 155	180 617	603 414
Transportes e comunicações	663 372	82 059	190 572	936 003
Serviços	4 973 408	1 425 661	420 589	6 819 658
Crédito ao consumo	1 544 691	662 572	129 638	2 336 901
Crédito hipotecário	144 290	297 608	6 618 445	7 060 343
Outras actividades nacionais	924 520	43 571	77 652	1 045 743
Outras actividades internacionais	3 157 857	431 622	72 653	3 662 132
	20 396 483	4 580 166	8 975 341	33 951 990

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Crédito ao sector público	275 145	1 843	32 307	309 295
Crédito com garantias reais	3 548 704	3 472 969	9 516 256	16 537 929
Crédito com outras garantias	8 986 054	1 599 598	1 802 289	12 387 941
Crédito sem garantias	5 063 622	419 934	156 354	5 639 910
Crédito sobre o estrangeiro	3 707 896	947 305	56 013	4 711 214
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	794 622	—	—	794 622
Capital em locação	141 267	1 162 432	1 022 976	2 326 675
	22 517 310	7 604 081	12 586 195	42 707 586

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, é a seguinte:

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Crédito ao sector publico	275 146	—	—	275 146
Crédito com garantias reais	3 072 279	2 735 217	7 374 954	13 182 450
Crédito com outras garantias	8 791 818	1 267 688	1 531 249	11 590 755
Crédito sem garantias	5 188 497	19 726	41 995	5 250 218
Crédito sobre o estrangeiro	2 982 158	557 535	27 143	3 566 836
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	58 306	—	—	58 306
Capital em locação	28 279	—	—	28 279
	20 396 483	4 580 166	8 975 341	33 951 990

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Agricultura e silvicultura	4 192	8 117	3 984	7 590
Indústrias extractivas	4 065	7 343	2 735	4 936
Alimentação, bebidas e tabaco	14 936	26 273	11 070	15 949
Têxteis	60 574	62 251	60 574	60 256
Madeira e cortiça	45 574	25 682	45 574	24 884
Papel, artes gráficas e editoras	4 882	17 922	4 882	14 929
Químicas	4 855	9 246	4 337	8 170
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	32 564	32 237	32 564	32 010
Electricidade, água e gás	—	5 537	—	—
Construção	30 506	12 352	22 685	12 335
Comércio a retalho	15 902	10 926	10 820	9 413
Comércio por grosso	30 263	17 228	29 718	15 295
Restaurantes e hotéis	6 070	6 292	6 070	1 902
Transportes e comunicações	1 034	2 067	1 034	2 067
Serviços	29 134	36 277	29 134	34 840
Crédito ao consumo	12 136	30 809	12 136	22 108
Outras actividades nacionais	14 888	26 430	2 828	14 316
Outras actividades internacionais	—	3 413	—	—
	311 575	340 402	280 145	281 000

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Agricultura e silvicultura	22 683	23 580	13 126	23 137
Indústrias extractivas	3 535	1 334	2 217	1 047
Alimentação, bebidas e tabaco	25 526	14 090	17 609	9 379
Têxteis	59 548	72 421	53 840	69 722
Madeira e cortiça	21 789	15 331	20 212	14 526
Papel, artes gráficas e editoras	7 784	7 837	6 478	6 891
Químicas	5 212	6 902	4 308	6 027
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	70 249	25 385	63 786	23 309
Electricidade, água e gás	28	46	5	40
Construção	51 727	45 897	31 076	36 062
Comércio a retalho	52 674	49 499	37 368	38 097
Comércio por grosso	102 419	76 393	82 417	66 730

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Restaurantes e hotéis	8 578	7 818	5 865	6 966
Transportes e comunicações	9 949	9 565	4 586	6 009
Serviços	55 049	57 414	44 813	44 862
Crédito ao consumo	109 762	78 093	68 439	40 489
Crédito hipotecário	81 808	31 167	49 015	6 939
Outras actividades nacionais	21 423	28 040	11 951	19 604
Outras actividades internacionais	17 094	8 110	7 928	7 730
	<u>726 837</u>	<u>558 922</u>	<u>525 039</u>	<u>427 566</u>

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Crédito com garantias reais	243 728	142 734	202 902	117 121
Crédito com outras garantias	219 387	177 506	185 841	165 831
Crédito sem garantias	176 454	194 512	113 984	136 428
Crédito sobre o estrangeiro	49 346	8 186	22 312	8 186
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	5 955	4 346	—	—
Capital em locação	31 967	31 638	—	—
	<u>726 837</u>	<u>558 922</u>	<u>525 039</u>	<u>427 566</u>

O quadro seguinte apresenta, para o Grupo, a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2001:

	Classes de incumprimento					Total
	Classe I (até 3 meses)	Classe II (3-6 meses)	Classe III (6-12 meses)	Classe IV (1-3 anos)	Classe V (mais 3 anos)	
Crédito vencido com garantia	46 902	29 873	86 112	215 254	75 778	453 919
Provisão específica existente	3 085	6 469	22 601	112 643	44 943	189 741
Crédito vencido sem garantia	53 046	37 413	108 433	53 040	20 986	272 918
Provisão específica existente	7 570	10 980	64 103	53 040	20 986	156 679
Total de crédito vencido	99 948	67 286	194 545	268 294	96 764	726 837
Total da provisão específica para crédito vencido	10 655	17 449	86 704	165 683	65 929	346 420
Total da provisão específica para crédito vincendo associado a crédito vencido						69 436
Total da provisão específica para crédito reestruturado						41 158
Total da provisão específica para risco-país a crédito vencido						39 095
Total da provisão específica para riscos de crédito						<u>496 109</u>

As provisões específicas por tipo de crédito são analisadas como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Crédito ao sector público	—	6 872	—	6 872
Crédito com garantias reais	137 735	116 143	119 093	93 781
Crédito com outras garantias	140 219	108 461	105 526	99 580
Crédito sem garantias	129 212	130 612	76 490	94 181
Crédito sobre o estrangeiro	68 681	8 219	49 466	981
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1 834	1 494	—	—
Capital em locação	18 428	11 818	—	—
	<u>496 109</u>	<u>383 619</u>	<u>350 575</u>	<u>295 395</u>

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisões específicas para cred. vencido e vincendo associado:				
Saldo em 1 de Janeiro	315 146	147 657	227 804	58 346
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	192 074	—	209 764
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	42 122	—	29 047
Outras transferências	115 950	13 277	82 756	7 429

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão do exercício	190 724	173 013	122 722	130 094
Utilização de provisões	(204 752)	(252 464)	(162 543)	(206 068)
Diferenças cambiais	(1 212)	(533)	604	(808)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>415 856</u>	<u>315 146</u>	<u>271 343</u>	<u>227 804</u>
Provisões específicas para crédito reestruturado:				
Saldo em 1 de Janeiro	30 098	24 535	29 227	18 337
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	247	—	5 468
Transferências	—	6 101	—	6 101
Provisão do exercício	11 060	(785)	11 060	(679)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>41 158</u>	<u>30 098</u>	<u>40 287</u>	<u>29 227</u>
Provisões específicas para risco-país:				
Saldo em 1 de Janeiro	38 375	34 361	38 364	29 698
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	1 376	—	5 954
Transferências	(4 046)	(1 156)	(4 184)	(1 143)
Provisão do exercício	4 884	3 518	4 883	3 579
Diferenças cambiais	(118)	276	(118)	276
Saldo em 31 de Dezembro	<u>39 095</u>	<u>38 375</u>	<u>38 945</u>	<u>38 364</u>
	<u>496 109</u>	<u>383 619</u>	<u>350 575</u>	<u>295 395</u>

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Crédito com garantias reais	9 753	26 753	9 753	26 753
Crédito com outras garantias	18 930	64 010	16 254	63 872
Crédito sem garantias	165 553	149 586	136 536	111 848
Crédito sobre o estrangeiro	4 373	3 595	—	3 595
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	170	6	—	—
Capital em locação	5 973	8 514	—	—
	<u>204 752</u>	<u>252 464</u>	<u>162 543</u>	<u>206 068</u>

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Agricultura e silvicultura	4 985	2 177	4 866	2 069
Indústrias extractivas	2 066	2 630	405	2 552
Alimentação, bebidas e tabaco	4 360	4 474	4 046	4 278
Têxteis	33 802	28 358	33 103	27 776
Madeira e cortiça	7 358	12 484	6 873	12 334
Papel, artes gráficas e editoras	3 604	3 164	3 487	2 908
Químicas	831	1 688	663	1 468
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	9 058	7 937	8 361	7 489
Electricidade, água e gás	—	3	—	—
Construção	15 642	16 823	14 738	15 796
Comércio a retalho	16 550	18 216	16 145	17 396
Comércio por grosso	31 524	44 263	30 592	43 457
Restaurantes e hotéis	3 899	4 964	3 719	4 778
Transportes e comunicações	4 231	3 804	3 333	2 890
Serviços	12 060	20 356	10 802	18 314
Crédito ao consumo	39 910	64 870	16 148	29 195
Crédito hipotecário	992	1 949	—	—
Outras actividades nacionais	9 507	10 888	5 262	9 952
Outras actividades internacionais	4 373	3 416	—	3 416
	<u>204 752</u>	<u>252 464</u>	<u>162 543</u>	<u>206 068</u>

A análise da recuperação de créditos e de juros, anulados por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 2001, sob a forma de reestruturação e de cobrança efectiva, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(Em milhares de euros)					
	Grupo			Banco		
	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total
Crédito com garantias reais	2 008	5 597	7 605	2 008	5 597	7 605
Crédito com outras garantias	1 755	9 524	11 279	1 515	9 522	11 037
Crédito sem garantias	1 794	51 742	53 536	1 633	42 169	43 802
Crédito sobre o estrangeiro	—	1 208	1 208	—	—	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	74	—	74	—	—	—
Capital em locação	5 911	—	5 911	—	—	—
	11 542	68 071	79 613	5 156	57 288	62 444

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irre recuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram (nota 30).

A recuperação de créditos e de juros anulados, por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 2001 e 2000, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Agricultura e silvicultura	1 021	1 025	1 006	920
Indústrias extractivas	248	116	161	70
Alimentação, bebidas e tabaco	1 141	4 242	1 136	3 939
Têxteis	5 200	6 889	5 112	6 259
Madeira e cortiça	907	1 119	903	988
Papel, artes gráficas e editoras	729	2 197	718	1 965
Químicas	696	2 801	680	2 554
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	8 103	3 976	3 159	3 557
Construção	11 630	6 784	11 475	5 800
Comércio a retalho	5 981	3 256	5 489	2 577
Comércio por grosso	13 628	9 675	13 264	8 798
Restaurantes e hotéis	800	2 524	775	2 308
Transportes e comunicações	838	1 826	729	1 266
Serviços	6 930	4 760	6 117	3 378
Crédito ao consumo	18 834	12 159	10 101	5 627
Crédito hipotecário	13	776	—	614
Outras actividades nacionais	1 706	4 096	1 619	2 433
Outras actividades internacionais	1 208	47	—	45
	79 613	68 268	62 444	53 098

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	1 674 302	1 741 877	1 057 950	1 250 455
De outros emissores	1 956 950	2 708 333	4 292 694	4 557 376
Títulos próprios	126 124	43 588	70 198	9 760
	3 757 376	4 493 798	5 420 842	5 817 591
Títulos vencidos	12 228	9 710	8 779	9 662
Provisão específica para títulos vencidos	(11 707)	(9 650)	(8 768)	(9 638)
	3 757 897	4 493 858	5 420 853	5 817 615
Acções e outros títulos de rendimento variável	1 015 895	1 163 966	941 911	1 065 471
	4 773 792	5 657 824	6 362 764	6 883 086

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea h).

Conforme referido na política contabilística n.º 1, alínea g) os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência de operações de titularização são contabilizados como títulos de investimento. Conforme referido na nota n.º 39, em 31 de Dezembro de 2001, os títulos detidos pelo Grupo ascendem a 176 701 000 euros e a provisão associada é de 28 513 000 euros. As referidas operações de titularização incluem em 2001, uma cedência de títulos que se encontravam registados na carteira de investimento.

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Mais-valias realizadas	80 541	121 239	52 940	40 779
Menos-valias realizadas	(3 249)	(21 457)	(105 984)	(11 743)
	77 292	99 782	(53 044)	29 036

O valor dos títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2002 são os seguintes:

	Grupo	Banco
Emissores públicos	86 115	78 122
Outros emissores	842 627	766 503
	928 742	844 625

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Títulos de negociação:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	52 941	161 099	7 600	205
Estrangeiros	5 209	48 529	—	—
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	20 286	6 430	11 054	5 967
Estrangeiros	58 022	23 399	36 930	—
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra	8 703	—	8 703	—
Acções de empresas:				
Nacionais	4 346	26 636	—	1 980
Estrangeiras	114 247	2 755	112 194	—
	263 754	268 848	176 481	8 152
Mais-valias não realizadas	602	—	—	—
Menos-valias não realizadas	(636)	(80)	—	—
	263 720	268 768	176 481	8 152
Títulos de investimento:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	791 317	1 011 241	781 681	978 357
Estrangeiros	681 192	274 182	178 582	221 163
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	432 816	1 056 421	2 943 333	2 980 531
Estrangeiros	661 838	698 009	589 325	725 228
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra	135 970	32 590	81 729	32 590
Com acordo de recompra	42	218 028	—	21 103
Papel comercial	769 841	922 142	760 087	863 431
Acções de empresas:				
Nacionais	320 774	384 334	289 957	337 668
Estrangeiras	14 492	6 039	228	223

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Unidades de participação	570 625	728 314	545 655	702 645
Certificados de depósito	17 058	8 787	—	3 110
Outros títulos	49 726	18 563	—	1 235
	<u>4 445 691</u>	<u>5 358 650</u>	<u>6 170 577</u>	<u>6 867 284</u>
Provisões para títulos de investimento	(118 256)	(69 695)	(111 005)	(58 622)
	<u>4 327 435</u>	<u>5 288 955</u>	<u>6 059 572</u>	<u>6 808 662</u>
Títulos próprios:				
De rendimento fixo	126 124	43 588	70 198	9 760
De rendimento variável	56 513	56 513	56 513	56 512
	<u>182 637</u>	<u>100 101</u>	<u>126 711</u>	<u>66 272</u>
	<u>4 773 792</u>	<u>5 657 824</u>	<u>6 362 764</u>	<u>6 883 086</u>

À data de 31 de Dezembro de 2001, não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2001, são analisados como segue:

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	791 028	289	791 317	1 524	(289)	792 552
Estrangeiros	680 409	783	681 192	919	(783)	681 328
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	411 397	21 419	432 816	1 792	(21 419)	413 189
Estrangeiros	631 164	30 674	661 838	2 559	(30 674)	633 723
Bilh. do Tesouro e outros tít. da dívida públ.	136 012	—	136 012	264	—	136 276
Papel comercial	769 841	—	769 841	—	—	769 841
Ações de empresas:						
Nacionais	307 965	12 809	320 774	7 376	(12 809)	315 341
Estrangeiras	14 473	19	14 492	—	(19)	14 473
Unidades de participação	518 362	52 263	570 625	5 530	(52 263)	523 892
Certificados de depósito	17 058	—	17 058	—	—	17 058
Outros títulos	49 726	—	49 726	12	—	49 738
	<u>4 327 435</u>	<u>118 256</u>	<u>4 445 691</u>	<u>19 976</u>	<u>(118 256)</u>	<u>4 347 411</u>

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2000, são analisados como segue:

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 009 268	1 973	1 011 241	1 781	(1 973)	1 011 049
Estrangeiros	272 362	1 820	274 182	2 616	(1 820)	274 978
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	1 037 186	19 235	1 056 421	5 604	(19 235)	1 042 790
Estrangeiros	696 256	1 753	698 009	2 220	(1 753)	698 476
Bilh. do Tesouro e outros tít. da dívida públ.	250 618	—	250 618	2 153	—	252 771
Papel comercial	922 142	—	922 142	—	—	922 142
Ações de empresas:						
Nacionais	368 766	15 568	384 334	61 421	(15 568)	430 187
Estrangeiras	6 020	19	6 039	—	(19)	6 020
Unidades de participação	699 001	29 313	728 314	14 054	(29 313)	713 055
Certificados de depósito	8 787	—	8 787	—	—	8 787
Outros títulos	18 549	14	18 563	30	(14)	18 579
	<u>5 288 955</u>	<u>69 695</u>	<u>5 358 650</u>	<u>89 879</u>	<u>(69 695)</u>	<u>5 378 834</u>

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2001, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	781 397	284	781 681	1 378	(284)	782 775
Estrangeiros	178 521	61	178 582	802	(61)	179 323
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	2 925 205	18 128	2 943 333	1 732	(18 128)	2 926 937
Estrangeiros	559 431	29 894	589 325	2 174	(29 894)	561 605
Bilh. do Tesouro e outros tít. da dívida públ.	81 729	—	81 729	264	—	81 993
Papel comercial	760 087	—	760 087	—	—	760 087
Acções de empresas:						
Nacionais	279 519	10 438	289 957	7 333	(10 438)	286 852
Estrangeiras	209	19	228	—	(19)	209
Unidades de participação	493 474	52 181	545 655	5 387	(52 181)	498 861
	<u>6 059 572</u>	<u>111 005</u>	<u>6 170 577</u>	<u>19 070</u>	<u>(111 005)</u>	<u>6 078 642</u>

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2000, são analisados como segue:

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	976 494	1 863	978 357	1 186	(1 863)	977 680
Estrangeiros	220 063	1 100	221 163	1 468	(1 100)	221 531
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	2 963 638	16 893	2 980 531	548	(16 893)	2 964 186
Estrangeiros	724 365	863	725 228	2 083	(863)	726 448
Bilh. do Tesouro e outros tít. da dívida públ.	53 693	—	53 693	—	—	53 693
Papel comercial	863 431	—	863 431	—	—	863 431
Acções de empresas:						
Nacionais	329 096	8 572	337 668	58 167	(8 572)	387 263
Estrangeiras	205	18	223	—	(18)	205
Unidades de participação	673 332	29 313	702 645	13 688	(29 313)	687 020
Certificados de depósito	3 110	—	3 110	—	—	3 110
Outros títulos	1 235	—	1 235	—	—	1 235
	<u>6 808 662</u>	<u>58 622</u>	<u>6 867 284</u>	<u>77 140</u>	<u>(58 622)</u>	<u>6 885 802</u>

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e para títulos de investimento são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	80	147	—	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	75	—	—
Outras transferências	556	(665)	—	—
Provisão do exercício	159	523	—	—
Utilização de provisões	(159)	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	<u>636</u>	<u>80</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	69 695	20 213	58 622	6 623
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	37 997	—	44 023
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	18 908	—	18 908
Outras transferências	85 976	(2 079)	86 941	(11 133)

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão do exercício	14 611	27 140	10 857	32 568
Utilização de provisões	(52 026)	(32 490)	(45 415)	(32 373)
Diferenças cambiais	—	6	—	6
Saldo em 31 de Dezembro	118 256	69 695	111 005	58 622
	118 892	69 775	111 005	58 622

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Participações financeiras em subsidiárias:				
Instituições de crédito residentes	—	—	137 513	137 513
Instituições de crédito não residentes	—	—	66 323	27
Outras subsidiárias residentes	51 170	74 212	151 885	509 137
Outras subsidiárias não residentes	924	301	873	91
	52 094	74 513	356 594	646 768
Participações financeiras em associadas e outras:				
Instituições de crédito residentes	6 823	6 435	1 611	1 611
Instituições de crédito não residentes	704 832	472 942	437 626	1 748
Outras empresas residentes	866 238	802 878	817 207	783 184
Outras empresas não residentes	1 088 682	1 367 517	289 593	853 892
	2 666 575	2 649 772	1 546 037	1 640 435
	2 718 669	2 724 285	1 902 631	2 287 203
Provisão específica para participações financeiras:				
Em empresas subsidiárias	(1 396)	(1 646)	(1 437)	(1 955)
Em empresas associadas	(31 622)	(33 209)	(83 133)	(83 133)
Em outras participações financeiras	(10 145)	(15 323)	(5 016)	(5 357)
	(43 163)	(50 178)	(89 586)	(90 445)
	2 675 506	2 674 107	1 813 045	2 196 758

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% do capital social das empresas detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 2001, eram as seguintes:

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Participação do Banco (percent.)	Capitais próprios em 31 de Dez. de 2001	Valor	Custo	Diferença
				proporcional nos capitais próprios	da participação	
				A	B	A-B
AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	Lisboa	100,00	43 515	43 515	69 130	(25 615)
Banco Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	50,01	49 398	24 704	47 250	(22 546)
Banque BCP, S. A. S.	Paris	100,00	68 561	68 561	66 299	2 262
BCP.BS, Holding, BV	Amesterdão	100,00	18	18	221	(203)
BCP Particip. Financ., SGPS, Soc. Unipessoal, L.ª	Lisboa	100,00	86 755	86 755	50 406	36 349
BCP Internacional II, Soc. Unipessoal, SGPS, L.ª	Funchal	100,00	74 708	74 708	25	74 683
BCP Ireland Investments, Ltd.	Dublin	100,00	895	895	—	895
BCP Overseas, Ltd.	Dublin	100,00	2 356	2 356	1	2 355
Big Bank Gdanski, S. A.	Varsóvia	44,13	403 949	178 263	400 843	(22 580)
BPA Ireland, Ltd.	Dublin	99,00	1 711	1 694	—	1 694
B. C. Português — Escritório de Repres. e Serv., S/C Ltda.	São Paulo	100,00	(3 569)	(3 569)	68	(3 637)
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	100,00	13 763	13 763	27	13 736
Chemical, SGPS, S. A.	Lisboa	50,00	9 007	4 504	4 382	122
Comercial Imobiliária, S. A.	Lisboa	100,00	26 399	26 399	25 128	1 271
Leasefactor, SGPS, S. A.	Lisboa	89,00	69 638	61 978	90 263	(28 285)

(Em milhares de euros)

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Participação do Banco (percent.)	Capitais próprios em 31 de Dez. de 2001	Valor	Custo	Diferença
				proporcional nos capitais próprios	da participação	
				A	B	A-B
Managerland, S. A.	Barcelona	50,00	(413)	(207)	500	(707)
Mozambique Capital Partners, Ltd.	Maputo	50,00	179	90	56	34
Mozambique Invest. Company, Ltd.	Maputo	29,47	1 682	496	1 579	(1 083)
Pinto Torta International Finance, Ltd.	George Town	50,00	141 239	70 620	23	70 597
Telesotto - Sociedade Videotex, S. A.	Lisboa	100,00	751	751	885	(134)
BCP Assesores Financeiros, L.ª	Lisboa	99,40	113	112	68	44
Servitrust — Trust Management and Services, S. A.	Funchal	100,00	182	182	100	82
Sociedade Imobiliária Colinas D'Arge, L.ª	Lisboa	72,00	(56)	(40)	1 437	(1 477)
Sottotur — Estudos e Prom. de Viagens, Tur. e Lazer, S. A.	Lisboa	100,00	271	271	50	221
Tottatur — Viagens e Turismo, S. A.	Lisboa	100,00	(129)	(129)	146	(275)
BITALBOND, B. V.	Roterdão	49,00	3 798	1 861	11	1 850
Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE	Lisboa	50,89	252	128	128	—
Paço da Palmeira — Soc. Agrícola e Comercial, L.ª	Braga	20,00	72	14	8	6
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	20,79	52 649	10 946	4 562	6 384
UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	Lisboa	29,24	22 508	6 581	1 611	4 970
				676 220	765 207	(88 987)

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão para participações financeiras:				
Saldo em 1 de Janeiro	50 178	8 667	90 445	51 511
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	12 954	—	11 543
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	1 050	—	—
Transferências	10 367	31 765	11 129	(322)
Provisão do exercício	139	(4 225)	—	27 713
Utilização de provisões	(19 927)	(33)	(14 538)	—
Diferenças cambiais	2 406	—	2 550	—
Saldo em 31 de Dezembro	43 163	50 178	89 586	90 445

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A. e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira.

A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota n.º 49.

Os investimentos em participações financeiras do Grupo e do Banco consolidados pelo método integral e proporcional são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Activobank, S. A.	—	—	10 530	—
AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	—	69 130	69 130
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	—	—	47 250	47 250
Banque BCP, S. A. S.	—	—	66 299	—
BCP Participações Financeiras, SGPS, Soc. Unipessoal, L.ª	—	—	50 406	49 953
BCP BS, Holding BV	—	—	221	—
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª	—	—	25	25
BC Português — Escritório de Represent. e Serviços, S/C Ltda.	—	—	68	47
Caracas Financial Services, Ltd.	—	—	27	19
Chemical, SGPS, S. A.	—	—	4 382	27 725
Comercial Imobiliária, S. A.	—	—	25 128	25 128
EMPRUR — Empresa de Projectos e Urbanização, S. A.	—	—	—	525
Finantejo — Sociedade de Desenvolvimento Regional, S. A.	—	—	—	3 390
Leasefactor, SGPS, S. A.	—	—	90 263	90 263
Managerland, S. A.	—	—	500	—
NovaBank, S. A.	—	—	25 000	—
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	23	27
Pirâmide — Estudos e Participações, SGPS, S. A.	—	—	—	24
SLEI — Soc. Luso-Atlântico de Emp. Industriais, SGPS, S. A.	—	—	—	15 316
SP ASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	—	—	—	312 031
Outras	—	—	1 013	5 915
Outras participações financeiras	2 718 669	2 724 285	1 512 366	1 640 435
Provisões para Outras participações financeiras	(43 163)	(50 178)	(89 586)	(90 445)
	2 675 506	2 674 107	1 422 780	1 549 990
	2 675 506	2 674 107	1 813 045	2 196 758

O valor das outras participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Participações financeiras em filiais excluídas e empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial:				
AGII — Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.	38 400	40 145	—	—
BCP — Assesores Financeiros, L.da	114	117	68	68
Banco Sabadell, S A	184 392	165 562	—	—
BIGBank Gdanski, S A	170 077	70 649	400 843	—
Cabelauto — Cabos para Automóveis, S A	—	1 746	—	—
Corretora Ibersecurities, S A	—	1 711	—	—
Eureko, B V	799 551	1 295 193	—	762 403
Fomento — Sociedade de Gestão, S G P S , S A	—	3 669	—	—
Grupo Financiero Bital, S A de C V	40 623	33 500	83 236	83 236
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S A	523	2 484	—	—
Mello Locação	2 237	—	—	—
Novafacar — Imobiliária e Metalúrgica, S A	—	17 482	—	—
Seguros e Pensões Internacional, B V	8 312	8 375	7 955	7 955
Seguros e Pensões Gere, S G P S , S A	—	—	—	—
Servitrust — Trust Management and Services, S A	182	2 149	100	100
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S A	11 552	11 736	4 562	4 562
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S A	6 822	6 435	1 611	1 611
VSC — Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda	6 144	896	—	—
Outras	11 845	16 660	1 598	2 660
	<u>1 280 774</u>	<u>1 678 509</u>	<u>499 973</u>	<u>862 595</u>
Provisões para particip. financeiras em subsid. e associadas	(33 018)	(34 855)	(84 570)	(85 088)
	<u>1 247 756</u>	<u>1 643 654</u>	<u>415 403</u>	<u>777 507</u>
Outras participações financeiras registadas ao custo de aquisição:				
Banca Intesa, S p A	348 732	234 985	—	—
Grupo EDP	788 479	741 232	788 479	753 702
Intertrust, S A	33 987	16 993	—	—
Finangeste — Empresa Financeira Gestão e Desenv , S A	14 310	14 994	13 808	9 243
Friends Provident PLC	196 528	—	196 528	—
SOMAGUE — Concessão e Serviços, S A	11 333	—	—	—
Soponata — Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S A	15 236	—	—	—
TagusPark — Parque de Ciência e Tecnologia, S A	2 173	2 173	—	2 173
Outras	27 117	35 399	13 578	12 722
	<u>1 437 895</u>	<u>1 045 776</u>	<u>1 012 393</u>	<u>777 840</u>
Provisões para outras participações financeiras	(10 145)	(15 323)	(5 016)	(5 357)
	<u>1 427 750</u>	<u>1 030 453</u>	<u>1 007 377</u>	<u>772 483</u>
	<u>2 675 506</u>	<u>2 674 107</u>	<u>1 422 780</u>	<u>1 549 990</u>

As principais participações financeiras para as quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2001, são analisadas como se segue:

	Valor contabil.	Valor de mercado
Participações financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial:		
Banco Sabadell, S. A.	184 392	241 525
BIG Bank Gdanski, S. A.	170 077	288 558
	<u>354 469</u>	<u>530 083</u>
Participações financeiras registadas ao custo histórico:		
Banca Intesa, SpA	348 732	213 707
EDP — Electricidade de Portugal	580 198	369 990
Friends Provident PLC	196 528	174 863
	<u>1 125 458</u>	<u>758 560</u>
	<u>1 479 927</u>	<u>1 288 643</u>

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Despesas de estabelecimento	37 280	23 261	4 349	5 611
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 005	6 168	284	606
Software	138 299	108 410	29 359	41 102
Campanhas publicitárias	480	468	—	—
Outras imobilizações incorpóreas	85 806	76 308	51 209	44 190
	<u>266 870</u>	<u>214 615</u>	<u>85 201</u>	<u>91 509</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(35 098)	(35 854)	(9 691)	(14 317)
Relativas a exercícios anteriores	(96 521)	(82 923)	(43 797)	(48 967)
	<u>(131 619)</u>	<u>(118 777)</u>	<u>(53 488)</u>	<u>(63 284)</u>
	135 251	95 838	31 713	28 225

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas, durante o ano de 2001, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em em 1 de Janeiro de 2001	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em em 31 de Dezembro de 2001
Custo:						
Despesas de estabelecimento	23 261	8 880	18 287	(12 916)	(232)	37 280
Investigação e desenvolvimento	6 168	83	(2 045)	799	—	5 005
Software	108 410	39 240	(20 623)	11 730	(458)	138 299
Campanhas publicitárias	468	—	—	—	12	480
Outras imobilizações incorpóreas	76 308	28 338	(10 182)	(8 310)	(348)	85 806
	<u>214 615</u>	<u>76 541</u>	<u>(14 563)</u>	<u>(8 697)</u>	<u>(1 026)</u>	<u>266 870</u>
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	6 994	2 014	(14)	(2 698)	(164)	6 132
Investigação e desenvolvimento	6 081	91	(2 045)	—	—	4 127
Software	66 600	23 133	(16 944)	(1 693)	57	71 153
Campanhas publicitárias	378	84	—	—	8	470
Outras imobilizações incorpóreas	38 724	9 776	(1 983)	3 607	(387)	49 737
	<u>118 777</u>	<u>35 098</u>	<u>(20 986)</u>	<u>(784)</u>	<u>(486)</u>	<u>131 619</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas durante o ano de 2001, para o Banco, são analisados como segue:

	Saldo em em 1 de Janeiro de 2001	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em em 31 de Dezembro de 2001
Custo:						
Despesas de estabelecimento	5 611	—	—	(1 262)	—	4 349
Investigação e desenvolvimento	606	—	(322)	—	—	284
Software	41 102	4 664	(17 188)	688	93	29 359
Outras imobilizações incorpóreas	44 190	15 213	(6 030)	(2 164)	—	51 209
	<u>91 509</u>	<u>19 877</u>	<u>(23 540)</u>	<u>(2 738)</u>	<u>93</u>	<u>85 201</u>
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	2 568	1 018	—	(1 045)	—	2 541
Investigação e desenvolvimento	584	20	(323)	—	—	281
Software	33 638	3 707	(13 737)	(2 414)	89	21 283
Outras imobilizações incorpóreas	26 494	4 946	(1 671)	(386)	—	29 383
	<u>63 284</u>	<u>9 691</u>	<u>(15 731)</u>	<u>(3 845)</u>	<u>89</u>	<u>53 488</u>

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Imóveis	1 231 908	1 070 157	857 362	809 778
Equipamento:				
Mobiliário	126 952	122 682	105 117	96 340
Máquinas	31 969	33 460	19 380	20 968
Equipamento informático	362 554	318 285	226 574	227 023
Instalações interiores	148 331	153 111	100 680	100 356
Viaturas	20 399	30 558	9 889	17 451
Equipamento de segurança	83 409	76 884	78 123	72 882
Obras em curso	114 919	164 236	91 533	74 987
Outras imobilizações corpóreas	38 642	43 459	30 681	30 289
	<u>2 159 083</u>	<u>2 012 832</u>	<u>1 519 339</u>	<u>1 450 074</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(112 793)	(107 101)	(70 233)	(75 266)
Relativas a exercícios anteriores	(734 846)	(664 963)	(618 345)	(565 828)
	<u>(847 639)</u>	<u>(772 064)</u>	<u>(688 578)</u>	<u>(641 094)</u>
	<u>1 311 444</u>	<u>1 240 768</u>	<u>830 761</u>	<u>808 980</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas durante o ano de 2001, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em em 1 de Janeiro de 2001	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em em 31 de Dezembro de 2001
Custo:						
Imóveis	1 070 157	73 399	(9 651)	106 134	(8 131)	1 231 908
Equipamento:						
Mobiliário	122 682	9 465	(10 488)	5 748	(455)	126 952
Máquinas	33 460	1 850	(1 063)	(1 715)	(563)	31 969
Equipamento informático	318 285	37 098	(5 431)	16 797	(4 195)	362 554
Instalações interiores	153 111	5 891	(2 705)	(6 567)	(1 399)	148 331
Viaturas	30 558	1 933	(11 209)	466	(1 349)	20 399
Equipamento de segurança	76 884	5 921	(134)	1 034	(296)	83 409
Obras em curso	164 236	101 213	(2 921)	(147 370)	(239)	114 919
Outras imobilizações corpóreas	43 459	1 147	(73)	(5 241)	(650)	38 642
	<u>2 012 832</u>	<u>237 917</u>	<u>(43 675)</u>	<u>(30 714)</u>	<u>(17 277)</u>	<u>2 159 083</u>
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	251 860	42 898	(1 429)	(4 671)	(1 343)	287 315
Equipamento:						
Mobiliário	81 162	12 575	(57)	83 685	(1 345)	176 020
Máquinas	59 975	2 926	(660)	(42 552)	(75)	19 614
Equipamento informático	213 321	33 051	(4 277)	(28 212)	(80)	213 803
Instalações interiores	81 091	11 013	(399)	(7 205)	(98)	84 402
Viaturas	13 251	3 621	(9 192)	(4 530)	(188)	2 962
Equipamento de segurança	49 136	5 854	(12)	(854)	(52)	54 072
Outras imobilizações corpóreas	22 268	855	—	(11 776)	(1 896)	9 451
	<u>772 064</u>	<u>112 793</u>	<u>(16 026)</u>	<u>(16 115)</u>	<u>(5 077)</u>	<u>847 639</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas durante o ano de 2001, para o Banco, são analisados como segue:

	Saldo em em 1 de Janeiro de 2001	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em em 31 de Dezembro de 2001
Custo:						
Imóveis	809 778	7 958	(4 205)	44 011	(180)	857 362

(Em milhares de euros)

	Saldo em em 1 de Janeiro de 2001	Aquisições/dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em em 31 de Dezembro de 2001
Equipamento:						
Mobiliário	96 340	8 478	(47)	263	83	105 117
Máquinas	20 968	377	(577)	(1 388)	—	19 380
Equipamento informático	227 023	6 470	(4 158)	(2 754)	(7)	226 574
Instalações interiores	100 356	1 399	(307)	(762)	(6)	100 680
Viaturas	17 451	837	(7 476)	(933)	10	9 889
Equipamento de segurança	72 882	5 201	(8)	48	—	78 123
Obras em curso	74 987	81 692	(1 679)	(63 467)	—	91 533
Outras imobilizações corpóreas	30 289	416	—	(40)	16	30 681
	<u>1 450 074</u>	<u>112 828</u>	<u>(18 457)</u>	<u>(25 022)</u>	<u>(84)</u>	<u>1 519 339</u>
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	221 547	34 220	(491)	(4 279)	69	251 066
Equipamento:						
Mobiliário	71 478	6 623	(31)	76 103	64	154 237
Máquinas	55 661	1 252	(566)	(42 603)	—	13 744
Equipamento informático	170 676	13 921	(4 154)	(30 762)	41	149 722
Instalações interiores	64 066	6 127	(307)	(2 436)	—	67 450
Viaturas	7 933	2 014	(6 476)	(5 214)	5	(1 738)
Equipamento de segurança	47 905	5 445	(1)	(1 251)	—	52 098
Outras imobilizações corpóreas	1 828	631	2	(462)	—	1 999
	<u>641 094</u>	<u>70 233</u>	<u>(12 024)</u>	<u>(10 904)</u>	<u>179</u>	<u>688 578</u>

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Devedores	564 342	362 235	478 603	272 435
Aplicações por recuperação de crédito	143 856	166 477	108 734	142 440
Outras imobilizações financeiras	87 370	97 632	4 273 106	3 143 539
Valores a cobrar	74 243	46 356	73 601	40 018
Impostos a recuperar	135 442	92 771	46 260	25 419
Bonificações a receber	296 340	216 045	184 193	129 304
Associadas	91 349	60 838	39 323	53 718
Contas diversas	19 063	35 551	11 992	12 787
	<u>1 412 005</u>	<u>1 077 905</u>	<u>5 215 812</u>	<u>3 819 660</u>
Provisões diversas	<u>(126 049)</u>	<u>(136 843)</u>	<u>(112 233)</u>	<u>(192 189)</u>
	<u>1 285 956</u>	<u>941 062</u>	<u>5 103 579</u>	<u>3 627 471</u>

Na rubrica de outras imobilizações financeiras do Banco encontra-se incluído o montante de prestações e suprimentos efectuados às *holdings* subsidiárias destinadas à tomada de participações financeiras em empresas subsidiárias. Os montantes referidos foram eliminados em consolidação.

Os referidos suprimentos e prestações do Banco são analisados como segue:

	2001	2000
BCP — Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	3 311 872	834 326
BCP — Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	827 871	671 558
BCP Ireland Investments, Ltd.	27 723	—
BCP Overseas, Ltd.	36 177	36 177
BPA Ireland, Ltd.	37 410	37 410
BitalPart, BV	—	1 445 568
BPA — Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	—	32 241
SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	—	39 591
Outras empresas	<u>32 053</u>	<u>46 668</u>
	<u>4 273 106</u>	<u>3 143 539</u>

Os movimentos nas provisões diversas são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1 de Janeiro	136 843	29 813	192 189	83 511
Transferências resultantes de aquisições	—	49 901	—	56 019
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	14 446	—	9 100
Outras transferências	60 550	34 728	(6 885)	9 163
Provisão do exercício	3 483	11 982	(157)	35 939
Utilização de provisões	(74 447)	(4 041)	(72 914)	(1 557)
Diferenças cambiais	(380)	14	—	14
Saldo em 31 de Dezembro	126 049	136 843	112 233	192 189

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Juros e outros proveitos a receber	939 570	696 134	980 171	818 802
Despesas antecipadas	283 839	129 923	159 275	34 232
Operações sobre títulos a receber	126 092	521 189	17 656	277 817
Valores a debitar a clientes	145 391	142 334	137 177	136 215
Outras contas de regularização	883 590	423 902	563 729	228 624
	2 378 482	1 913 482	1 858 008	1 495 690

Em 31 de Dezembro de 2001 conforme descrito na nota n.º 45, encontra-se incluído em despesas antecipadas o montante de 128 774 000 euros e 125 314 000 euros para o Grupo e Banco, respectivamente, relativo à diferença de cobertura do fundo de pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea m). Este montante será imputado a resultados a partir de 2002 durante um período de 10 anos.

O limite do corredor no montante de 269 988 000 euros e 261 107 000 euros para o Grupo e Banco, respectivamente, encontra-se registado em outras contas de regularização.

Estes valores foram registados por contrapartida de outras exigibilidades conforme nota n.º 15.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Banco de Portugal	235 208	1 343 654	235 208	1 343 654
Mercado Monetário Interbancário	351 090	366 875	325 823	397 330
Recursos de outras instituições de crédito no país	1 471 660	484 861	2 440 243	748 577
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	10 707 561	13 828 820	20 581 360	18 901 651
	12 765 519	16 024 210	23 582 634	21 391 212

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Até três meses	6 870 008	10 909 085	14 066 994	12 859 560
De três meses até seis meses	2 007 446	1 912 917	2 176 644	1 909 563
De seis meses até um ano	2 359 835	1 404 886	2 641 470	2 428 794
De um ano até cinco anos	752 419	1 272 322	3 061 714	2 920 426
Mais de cinco anos	775 811	525 000	1 635 812	1 272 869
	12 765 519	16 024 210	23 582 634	21 391 212

13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Depósitos para com clientes:				
Depósitos a prazo	12 543 268	13 149 285	8 983 040	10 905 657
Depósitos de poupança	3 194 599	3 041 678	3 174 164	3 035 342
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra	743 170	259 800	472	41 772
Outros débitos	246 712	405 486	195 861	280 870
	<u>16 727 749</u>	<u>16 856 249</u>	<u>12 353 537</u>	<u>14 263 641</u>

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94 do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Depósitos:				
Até três meses	10 582 586	6 606 072	7 981 057	5 081 306
De três meses até seis meses	3 155 341	3 774 806	2 529 174	3 423 039
De seis meses até um ano	1 698 790	3 326 475	1 551 125	3 140 874
De um ano até cinco anos	288 979	2 449 015	84 126	2 265 689
Mais de cinco anos	12 171	34 595	11 722	30 091
	<u>15 737 867</u>	<u>16 190 963</u>	<u>12 157 204</u>	<u>13 940 999</u>
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:				
Até três meses	638 346	257 322	472	41 772
De três meses até um ano	103 857	2 478	—	—
De seis meses até um ano	905	—	—	—
De um ano até cinco anos	62	—	—	—
	<u>743 170</u>	<u>259 800</u>	<u>472</u>	<u>41 772</u>
Outros débitos:				
Até três meses	246 712	291 954	195 861	280 870
De seis meses até um ano	—	7 267	—	—
De um ano até cinco anos	—	106 265	—	—
	<u>246 712</u>	<u>405 486</u>	<u>195 861</u>	<u>280 870</u>
	<u>16 727 749</u>	<u>16 856 249</u>	<u>12 353 537</u>	<u>14 263 641</u>

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Certificados de depósito	9 801	8 809	—	—
Empréstimos obrigacionistas	9 498 701	7 129 354	2 234 418	1 657 270
Papel comercial	1 210 387	1 283 828	—	—
	<u>10 718 889</u>	<u>8 421 991</u>	<u>2 234 418</u>	<u>1 657 270</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Certificados de depósitos:				
Até três meses	3 666	3 911	—	—
De três meses até um ano	3 722	4 898	—	—
De seis meses até um ano	1 538	—	—	—
De um ano até cinco anos	875	—	—	—
	<u>9 801</u>	<u>8 809</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Empréstimos obrigacionistas:				
Até três meses	610 786	36 381	49 381	—
De três meses até seis meses	163 492	127 051	31 023	—
De seis meses até um ano	825 983	39 632	289 311	—
De um ano até cinco anos	5 830 462	5 222 770	1 549 823	1 529 908
Mais de cinco anos	2 067 978	1 703 520	314 880	127 362
	<u>9 498 701</u>	<u>7 129 354</u>	<u>2 234 418</u>	<u>1 657 270</u>
Papel comercial:				
Até três meses	1 063 679	1 103 238	—	—
De três meses até seis meses	141 708	119 108	—	—
De seis meses até um ano	5 000	61 482	—	—
	<u>1 210 387</u>	<u>1 283 828</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>10 718 889</u>	<u>8 421 991</u>	<u>2 234 418</u>	<u>1 657 270</u>

Em 31 de Dezembro de 2001, as emissões do Grupo e do Banco, são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Empréstimos obrigacionistas:					
Banco Comercial Português:					
BCP — PSI 20 Cap. garantido	Fevereiro, 1997	Fevereiro, 2002	Indexada ao índice PSI 20	14 964	14 964
Atlânt PSI 20 Cap. garantido	Março, 1997	Março, 2002	Indexada ao índice PSI 20	8 789	9 976
BCP — PSI 20 Cap. garantido	Março, 1997	Março, 2002	Indexada ao índice PSI 20	10 065	12 470
BM Imobiliário/97 — 1.ª emissão	Junho, 1997	Junho, 2012	Lisbor 3 meses + 1,75%	49 880	49 880
BCP — Nikkei 225 Cap. gar.	Agosto, 1997	Agosto, 2002	Indexada ao índice Nikkei 225	14 964	14 964
Investim. NIKKEI — 1.ª e 2.ª emissões	Fevereiro, 1998	Fevereiro, 2003	Indexada ao índice Nikkei 225	13 450	24 940
Cap. garant. Dow Jones Euro Stoxx 50	Julho, 1998	Julho, 2002	Index, ao índice Dow Jones Stoxx 50	4 769	4 988
BCP — PSI 20 Cap. garantido	Abril, 1999	Abril, 2004	Indexada ao índice PSI 20	5 000	5 000
Obr. Investimento Real	Maior, 1999	Maior, 2006	Indexada ao IPC	383	5 000
BM Inv. PSI 2002/Cons	Junho, 1999	Junho, 2002	Indexada ao índice PSI 20	12 880	19 952
BM Inv. PSI 2002/Mod	Junho, 1999	Junho, 2002	Indexada ao índice PSI 20	2 171	9 976
BM Inv. PSI 2002/Cons 2.ª tranche	Julho, 1999	Junho, 2002	Indexada ao índice PSI 20	1 095	1 095
Atlântico 3,25% — 1.ª emissão	Agosto, 1999	Agosto, 2003	Taxa fixa de 3,25%	19 451	33 700
Invest. Mello Europa 2002	Agosto, 1999	Agosto, 2002	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	11 428	17 458
Atlântico 3,5% — 1.ª emissão	Agosto, 1999	Agosto, 2004	Taxa fixa de 3,5%	40 609	60 000
BCP 3,5% 99/04 — 1.ª série	Agosto, 1999	Agosto, 2004	Taxa fixa de 3,5%	14 137	27 000
Invest. Mello EUA 2004	Setembro, 1999	Setembro, 2004	Indexada ao índice S&P5000	10 749	12 470
Atlântico 3,25% — 2.ª emissão	Setembro, 1999	Setembro, 2003	Taxa fixa de 3,25%	36 262	60 000
Atlântico 3,5% 99-04 — 2.ª emissão	Setembro, 1999	Setembro, 2004	Taxa fixa de 3,5%	69 567	105 000
BCP 3,5% 99/04 — 2.ª emissão	Setembro, 1999	Setembro, 2004	Taxa fixa de 3,5%	20 696	35 000
Invest. Mello Europa 2003	Setembro, 1999	Outubro, 2003	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	13 589	17 458
Invest. Atlântico — Taxa crescimento	Outubro, 1999	Outubro, 2004	Tx crescente (3,25%; 3,5%; 4,25% e 5% nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivam.)	28 754	42 500
Invest. BCP SFI Tx Cresc.	Outubro, 1999	Outubro, 2004	Tx crescente (3,5%; 3,75%; 4% e 4,5% nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivam.)	2 848	26 500
Invest. Mello Multimedia 2003	Dezembro, 1999	Dezembro, 2003	Indexada a cabaz de Mello Multimedia	8 874	10 974
Atlântico Capital Crescente	Janeiro, 2000	Janeiro, 2003	Tx crescente (3%; 3,5% e 4% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	40 234	45 516
BCP Capital Crescente	Janeiro, 2000	Janeiro, 2003	Tx crescente (3%; 3,5% e 4% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	11 703	14 842
Invest. Mello Acções Europa 2003	Fevereiro, 2000	Fevereiro, 2003	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	12 185	14 465
Cap. gar. Telecomunic. — Março 2005	Março, 2000	Março, 2005	Index, a cabaz de acções (Telecoms)	4 958	5 000
Invest. Mello telecomunicações 2003	Março, 2000	Março, 2003	Index, ao ind DJ Euro Stoxx Telecom	17 542	19 952
Invest. Mello Acções Europa 2002	Março, 2000	Março, 2002	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	11 297	11 971
Invest. Emp. Farmacêutica 2003	Abril, 2000	Abril, 2003	index, a cabaz emp. farmacêutica (CEF)	20 942	24 940
Em TN BCP — SFE — 23.ª emissão	Maior, 2000	Maior, 2005	Taxa fixa de 5,710%	25 000	25 000
BCP — SFI Rend. EuroStoxx50	Maior, 2000	Maior, 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	10 332	10 500
BCP — SFI Rendimento 6 00%	Maior, 2000	Maior, 2004	Taxa fixa de 6% no período	10 293	10 500
BCP — SFI Rend. EuroStoxx50	Maior, 2000	Maior, 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	5 045	5 083
BCP — SFI Rendimento 9%	Maior, 2000	Maior, 2004	Taxa fixa de 9%	5 070	5 083
EmTN BCP—SFE — 21.ª emissão	Maior, 2000	Março, 2010	Taxa fixa de 5,20%	65 000	65 000
BCP — SFI — Rend. Máx. — 1.ª emissão	Julho, 2000	Julho, 2003	Tx crescente (3,25%; 3,5% e 6,5% no 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	96 501	110 000
BCP — SFI — Rend. Máx. — 2.ª emissão	Agosto, 2000	Agosto, 2003	Tx crescente (3,25%; 3,5% e 6,5% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	69 261	75 000
Em TN BCP — SFE — 32.ª emissão	Setembro, 2000	Setembro, 2002	GBP Libor 3 meses + 0,05%	245 901	245 901
BCP — SFI — Rend. Máx. — 3.ª emissão	Setembro, 2000	Setembro, 2003	Taxa fixa de 3,25%, 1.º ano	108 569	111 650
EmTN BCP — SFE 37.ª emissão	Novembro, 2000	Novembro, 2003	Euribor 3 meses + 0,15%	185 507	200 000
BCP — SFI — Cap. gar. telecomunic.	Dezembro, 2000	Dezembro, 2002	Index, a cabaz de acções (Telecoms)	5 981	6 000
BCP — SFI Taxa Garantida	Janeiro, 2001	Julho, 2003	Taxa fixa de 11,5%	63 072	65 000
EmTN BCP — SFE 42.ª emissão	Fevereiro, 2001	Agosto, 2006	Taxa fixa de 4,28%	5 000	5 000
BCP — SFI — CG Arco—Iris — 2006	Março, 2001	Março, 2006	Indexada a um cabaz de 3 índices	2 750	2 750

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	(Em milhares de euros)	
				Grupo	Banco
BCP — SFI — Obrig. Primavera	Maio, 2001	Maio, 2004	Corredor Eurib 6ms 360 (3,43%/5%)	4 024	7 500
BCP — SFE — Obrig. Primavera	Maio, 2001	Maio, 2004	Comedor Eurib 6ms 360 (3,43%/5%)	2 181	2 500
BCP — SFI Poup. Tx Gar — 1.ª emissão	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa fixa de 12%	63 547	64 750
BCP — SFE Poup. Tx Gar — 1.ª emissão	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa fixa de 12%	13 652	13 750
BCP — SFI Poup. Tx Gar — 2.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Taxa fixa de 12%	116 690	118 000
BCP — SFE Poup. Tx Gar — 2.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Taxa fixa de 12%	29 761	30 000
BCP — SFI Poup. Tx Gar — 3.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Taxa fixa de 12%	76 514	77 500
BCP — SFE Poup. Tx Gar — 3.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Taxa fixa de 12%	19 973	20 000
BCP 5,40% Nov01/11 — 1.ª emissão	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 5,40%	175 000	175 000
BCP 5,40% Nov01/11 — 2.ª emissão	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 4,90%	25 000	25 000
BCP Investimento:					
Banco CISE NIKKEI 225	Agosto, 1997	Agosto, 2002	Indexada ao índice Nikkei 225	14 964	—
Cap. garant. grandes marcas mundiais — 1.ª e 2.ª emissões	Fevereiro, 1998	Fevereiro, 2002	Index, a cabaz acções (G M Automov)	74 820	—
Cap. garant. Energia Mundial	Março, 1998	Março, 2002	Index, a cabaz de acções (Energia)	59 855	—
Cap. garant. Dow Jones Euro Stoxx 50	Junho, 1998	Junho, 2002	Indexada ao índice Dow Jones Stoxx 50	52 373	—
Invés. PSI 2002 — Moderado	Abril, 1999	Abril, 2002	Indexada ao índice PSI 20	13 965	—
Invés. PSI 2002 — Conservador	Abril, 1999	Abril, 2002	Indexada ao índice PSI 20	20 950	—
Obr. Cap. garantido PSI20	Abril, 1999	Abril, 2004	Indexada ao índice PSI 20	38 657	—
Obr. Investimento Real	Maio, 1999	Maio, 2006	Indexada ao IPC	23 413	—
Obr. Taxa Fixa 3,25% — 1.ª emissão	Agosto, 1999	Agosto, 2003	Taxa fixa de 3,25%	22 908	—
Obr. Taxa Fixa 3,25% — 2.ª emissão	Setembro, 1999	Setembro, 2003	Taxa fixa de 3,25%	18 186	—
Investimento Taxa Crescente	Outubro, 1999	Outubro, 2004	Tx crescente (3,25%; 3,5%; 4,25% e 5% nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivamente)	21 243	—
Obr. Cap. gar. Internet 2004	Dezembro, 1999	Dezembro, 2004	Index, a cabaz de acções (Internet)	39 500	—
Cap. gar. Telecoms 2000-05	Fevereiro, 2000	Fevereiro, 2005	Index, a cabaz de acções (Telecoms)	46 210	—
Obr. Taxa Crescente — 2003	Fevereiro, 2000	Fevereiro, 2003	Tx crescente (3,25%; 3,75%; 4,6% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	76 471	—
Mello Biotecnol 05 — 1.ª tranche	Março, 2000	Março, 2005	Index, a cabaz acções Mello Biotecnologia	8 200	—
Mello Biotecnol 05 — 2.ª tranche	Março, 2000	Março, 2005	Index, a cabaz acções Mello Biotecnologia	10 000	—
Cap. garant. Telecom. móveis 2000-2005	Março, 2000	Setembro, 2005	Index, a cabaz de acções (Telecoms)	37 200	—
Tx Crescente — Março 00/03	Março, 2000	Março, 2003	Tx crescente (3,25%; 3,75%; 4,6% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	18 844	—
Cap. garantido Média 2005	Abril, 2000	Outubro, 2005	Index Dow Jones Stoxx Media Price	23 752	—
Renda Mensal 4% — Maio/005	Maio, 2000	Maio, 2005	Taxa fixa de 4%	4 790	—
Poupança — Rend. Maio/2005	Maio, 2000	Maio, 2005	Tx crescente (3,25%; 3,75%; 4,25%; 4,75% e 5,5% nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivamente)	15 031	—
Rend. Crescente Maio/00-03	Maio, 2000	Maio, 2003	Taxa crescente (3,5%; 4,0%; 4,5% nos 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	17 762	—
Cap. gar. EUR/USD Julho/02	Junho, 2000	Julho, 2002	Tx função intervalo flutuação EUR/USD	1 738	—
Tx Fixa 4% Junho 00/02	Junho, 2000	Junho, 2002	Taxa fixa de 4%	5 649	—
Tx Crescente Junho 00/05	Junho, 2000	Junho, 2005	Tx crescente (4%; 4,25%; 4,5%; 4,85% e 5,35% nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivamente)	980	—
Rend. Cresc. Jun00/03 — 2.ª emissão	Junho, 2000	Junho, 2003	Taxa crescente (3,5%; 4% e 4,5% no 1.º, 2.º e 3.º anos, respectivamente)	547	—
Rend. Cresc. Junho 00/02	Junho, 2000	Junho, 2002	Taxa crescente (3,8% e 4,3% no 1.º e 2.º anos, respectivamente)	2 600	—
Tx Variável Junho 00/02	Junho, 2000	Junho, 2002	Eurib 360 (6ms)*n/N; n Eurib 6 meses ≤ 6 %	1 809	—
Valor Rend — 7% — Jul/00-04	Julho, 2000	Julho, 2004	Taxa fixa de 7%	1 998	—
Valor EuroStoxx 50 — Jul/00-04	Julho, 2000	Julho, 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	2 077	—
Rend gar EUR/USD — 2002	Julho, 2000	Julho, 2002	Tx função intervalo flutuação EUR/USD	1 089	—
Cap gar Rend Eurostoxx 50	Julho, 2000	Agosto, 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	7 500	—
Cap gar Inv Eurostoxx50	Julho, 2000	Julho, 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	7 614	—
BCP Invest. — Biotecnol /2005	Agosto, 2000	Agosto, 2005	Index, a cabaz de acções (Biotecnolog)	6 000	—
Capitalização — Agosto/02	Setembro, 2000	Setembro, 2002	Taxa fixa de 10% a dois anos	22 723	—

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Capitalização — Setembro/02	Setembro, 2000	Setembro, 2002	Taxa fixa de 10% a dois anos	27 808	—
Rend. Seguro Set/00-08	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	28 438	—
Cap. gar. Seleç Eur Qualid /03	Outubro, 2000	Outubro, 2003	Index DJ Eur Stoxx Health/Bank/Retail	9 994	—
Corredor Euribor — Out00/02	Outubro, 2000	Outubro, 2002	Corredor (4,75/6,05%)	12 722	—
Rend. Seguro 2.ª emissão—Out/00-08	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	1 250	—
Cx — 4,50 % — Nov/00-02	Novembro, 2000	Novembro, 2002	Taxa fixa de 4,5%	19 117	—
Cx 5,825% — Nov/00-08 — 1.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	60 000	—
Cx 5,72% — Nov/00-08 — 1.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72 %	28 000	—
Cx 5,825% — Nov/00-08 — 2.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	50 000	—
Cx 5,72% — Nov/00-08 — 2.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72 %	16 000	—
Cap. gar. Valor Telecom 02	Novembro, 2000	Novembro, 2002	Index, a cabaz de acções (Telecoms)	54 455	—
Cx 5,65% — Nov08 — 3.ª série	Dezembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,65 %	4 000	—
Tx Máx 5% Dez/00-03	Dezembro, 2000	Dezembro, 2003	Eurib 360 (12ms)*n/N; n Eurib 12 meses <= 6%	7 005	—
BCP Investimento Valor +	Janeiro, 2001	Janeiro, 2004	5,65%*n/N; n número de dias ut. Eurib 12 meses < 5%	7 377	—
Taxa Máxima 5% — Janeiro 2004	Janeiro, 2001	Janeiro, 2004	5%*n/N; n número de dias ut. Eurib.12 meses < 5,30%.	28 634	—
4% — 31 Janeiro 2001/2004	Janeiro, 2001	Janeiro, 2004	Taxa fixa de 4%	4 391	—
Cap. gar. Seleç. Empr. Mund/05	Janeiro, 2001	Janeiro, 2005	Indexada a cabaz de acções	5 732	—
BCP Investimento Crescente	Fevereiro, 2001	Fevereiro, 2004	Taxa crescente (3,6%; 3,8% e 4,1% no 1.º; 2.º e 3.º anos, respectivam.)	23 883	—
Especial Milénio — 01/04	Fevereiro, 2001	Fevereiro, 2004	Corredor Eurib. 360 (3,60%/5%) => 6%*n/N	46 422	—
Especial Milénio — 01/04 — 2.ª emissão	Fevereiro, 2001	Fevereiro, 2004	Corredor Eurib. 360 (3,60%/5%) => 6%*n/N	12 681	—
Cap Gar Economia Global/05	Março, 2001	Março, 2005	Indexado a um cabaz de índices	25 980	—
5,32% — 2001/09 MAR 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,32%	50 000	—
5,36% — 2001/09 MAR 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,36%	37 000	—
5,34% — 2001/09 MAR 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,34%	15 000	—
5,35% — 2001/09 MAR 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,35%	12 700	—
6,522% — Março 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 6,522%	7 500	—
Rendimento Seguro 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 1,95%	7 500	—
BCP Investimento Especial +	Março, 2001	Março, 2004	Taxa 5% no 1.º ano, e 12,6% -2 x a taxa Euribor 6 meses nos 2.º e 3.º anos	14 474	—
BCP Investimento Especial +	Março, 2001	Março, 2004	Corredor Eurib. 6ms 360 (3,60%/5%) => 6%*n/N	6 285	—
BCP Investimento 2001/2004	Março, 2001	Março, 2004	Indexada ao índice JP Morgan	10 509	—
BCP Investimento Soberano	Maio, 2001	Maio, 2003	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx50	19 946	—
Europa 6% + — Maio 2001/2004	Maio, 2001	Maio, 2004	Indexada a um cabaz de 3 índices	10 103	—
CG Bio — Farmacéuticas — 2005	Maio, 2001	Maio, 2005	Indexada a um cabaz de 3 índices	18 304	—
BCP Investimento Excellentis	Maio, 2001	Maio, 2003	Corredor Eurib 6ms 360 (3,30%/5%) => 5%*n/N	2 500	—
Especial Rendimento 6,25%	Maio, 2001	Maio, 2004	Taxa fixa de 6,25%	2 500	—
Especial EuroStoxx50	Maio, 2001	Maio, 2004	Indexada ao índice EuroStoxx 50	36 924	—
BCP Investimento Rendim. Extra	Junho, 2001	Junho, 2004	Taxa crescente (5,25% no 1.º ano; Euribor 6 meses + 0,5% nos 2.º e 3.º anos)	31 602	—
CG Atlântico 7,25% Já 2004	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa Fixa de 7,25%	9 841	—
CG Sup Rend Boas Férias 7,25%	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa Fixa de 7,25%	7 448	—
Alta Poupança 7,25% II	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa Fixa de 7,25%	50 863	—
Alta Poupança 7,25%	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa fixa de 7,25%	51 306	—
Alta Poupança Variável	Julho, 2001	Julho, 2004	Cupão zero	12 819	—
5,5% Mais Julho 2004	Julho, 2001	Julho, 2004	Taxa fixa de 5,5% no 1.º ano	19 044	—
Rendimento Extra — 2.ª emissão	Agosto, 2001	Agosto, 2004	Taxa 6% 1.º ano, indexada nos seguintes	11 941	—
Alta Poupança 7,25% — 2.ª emissão	Agosto, 2001	Agosto, 2003	Taxa fixa de 7,25%	14 864	—
Atlântico 7,25% Já — 2.ª emissão	Agosto, 2001	Agosto, 2004	Indexada a cabaz de acções	12 030	—
Alta Poupança Variável — 2.ª emissão	Agosto, 2001	Agosto, 2004	Indexada a cabaz de acções	15 845	—
Alta Poupança 7,25% — 3.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2003	Taxa fixa de 7,25%	8 853	—
CG Atlântico 7,25% Já — 3.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Indexada a cabaz de acções	16 062	—
Alta Poupança Variável — 3.ª emissão	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Taxa fixa de 6,25 %	7 456	—
Alto Rendimento 6,25%	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Indexada a cabaz de acções	7 464	—
Alto Rendimento Mais	Setembro, 2001	Setembro, 2004	Indexada a cabaz de acções		—

(Em milhares de euros)							
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco		
Corredor 5,5%	Setembro, 2001	Setembro, 2003	Corredor Eurib. 6ms 360 (3,55% / 4,49%) => 5,5%*n/N	14 915	—		
Corredor 6,25%	Outubro, 2001	Outubro, 2003	Corredor 6,25% base 30/360	4 209	—		
7% Outubro 2003	Outubro, 2001	Outubro, 2003	Taxa fixa de 7%	4 205	—		
Mais Outubro 2005	Outubro, 2001	Outubro, 2005	Indexada a um cabaz de 4 índices	4 209	—		
Rendimento Global 4,75%	Novembro, 2001	Novembro, 2003	Taxa fixa de 4,75%	9 144	—		
CG Investimento Global	Novembro, 2001	Novembro, 2004	Indexada a um cabaz de 3 índices	9 144	—		
Corredor Crescente 5%	Novembro, 2001	Novembro, 2003	Corredor crescente [(3%/3,65%); (2,86%/3,79%); (2,72%/3,93%); (2,58%/4,07%); nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º cupões, respectivamente].	9 983	—		
Valor 5% 2001	Dezembro, 2001	Dezembro, 2003	Taxa fixa de 5%	4 250	—		
CG Valor Mais — Dezembro/05	Dezembro, 2001	Dezembro, 2005	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx50	4 250	—		
Banco de Investimento Imobiliário:							
BII 1995/2005 — 3.ª série	Dezembro, 1996	Dezembro, 2005	Lisbor 3 meses	74 820	—		
BII 1996/2011	Junho, 1996	Junho, 2011	Lisbor 3 meses + 1,75%	249 380	—		
BII 1996/2008 Hipotecárias	Dezembro, 1996	Dezembro, 2008	Ver referência (i)	184 555	—		
BII /97 — 2.ª emissão	Outubro, 1997	Outubro, 2002	Lisbor 6 meses + 0,25%	63 832	—		
FRNs BII Finance Comp	Setembro, 1996	Setembro, 2011	Lisbor 3 meses + 1,75%	349 159	—		
Banco Mello Cayman:							
Mello Cayman — 150 m euros	Dezembro, 1999	Dezembro, 2002	Euribor 3 meses + 30 bps	109 454	—		
Banco Internacional Moçambique:							
BIM/2000	Setembro, 2000	Setembro, 2005	Ver referência (ii)	3 871	—		
BCP Finance Bank:							
BCP Fin Bank — Euros 400 m	Fevereiro, 1999	Fevereiro, 2002	Euribor 3 meses + 0,15%	396 349	—		
BCP Fin Bank — USD 400 m	Maió, 1999	Maió, 2004	US Libor 3 meses + 0,125%	451 875	—		
BCPFin Bank — USD15 m	Junho, 1999	Março, 2003	Taxa fixa de 5%	16 945	—		
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Agosto, 1999	Setembro, 2007	Taxa fixa de 4,85%	24 562	—		
BCP Fin Bank — Euros 200 m	Setembro, 1999	Setembro, 2002	Euribor 3 meses + 0,125%	198 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 83,79 m	Outubro, 1999	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,697429%	83 790	—		
BCP Fin Bank — USD 500 m	Janeiro, 2000	Janeiro, 2005	US Libor 3 meses + 0,15%	561 010	—		
BCP Fin Bank — Euros 4 m	Março, 2000	Março, 2004	Indexada às ações Telecoms	3 932	—		
BCP Fin Bank — Euros 500 m	Março, 2000	Março, 2003	Euribor 3 meses + 0,125%	473 519	—		
BCP Fin Bank — Euros 20 m	Março, 2000	Março, 2002	Taxa fixa de 7%	20 000	—		
BCP Fin Bank — USD 10 m	Março, 2000	Março, 2002	Taxa fixa de 9,6 %	11 297	—		
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Março, 2000	Março, 2010	Euribor 6 meses + 0,25%	68	—		
BCP Fin Bank — Euros 37,5 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,83%	37 500	—		
BCP Fin Bank — Euros 50 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,6625 %	50 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,615%	25 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 42,5 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,86%	42 500	—		
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Maió, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,618%	25 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Maió, 2000	Maió, 2008	Taxa fixa de 6,1619%	21 781	—		
BCP Fin Bank — Euros 75 m	Maió, 2000	Maió, 2008	Taxa fixa de 5,68167%	75 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 50 m	Maió, 2000	Maió, 2002	Euribor 3 meses + 0,1%	50 000	—		
BCP Fin Bank — Euros 16,6 m	Junho, 2000	Maió, 2005	Taxa fixa de 5,86%	16 600	—		
BCP Fin Bank — USD 500 m	Junho, 2000	Janeiro, 2005	US Libor 3 meses + 0,15%	564 844	—		

(Em milhares de euros)		Taxa de juro		Data de reembolso		Data de emissão		Denominação		Grupo	Banco
BCP Fin Bank	— Euros 80 m	Tx cresc. (4,86% 1.º ano; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º e 100 bp nos 6.º e 7.º)	Junho, 2008	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	BCP Fin Bank	80 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 20 m	Tx cresc. (4,87% 1.º ano; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º e 100 bp nos 6.º e 7.º)	Junho, 2008	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	BCP Fin Bank	20 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 20 m	Tx cresc. (4,66% 1.º ano; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º e 100 bp nos 6.º e 7.º)	Junho, 2008	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	BCP Fin Bank	20 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 19,5 m	Tx cresc. (4,71% 1.º ano; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º e 100 bp nos 6.º e 7.º)	Junho, 2008	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	Junho, 2000	BCP Fin Bank	19 500	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 5 m	Index indice Down Jones EuroStoxx 50	Agosto, 2003	Agosto, 2000	Agosto, 2000	Agosto, 2000	Agosto, 2000	BCP Fin Bank	4 581	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 25 m	Euribor 3 meses + 0,21%	Setembro, 2005	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	BCP Fin Bank	25 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 11 m	Euribor 1 mês + 0,13%	Setembro, 2003	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	BCP Fin Bank	11 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 29 m	Taxa fixa de 6,25%	Setembro, 2008	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	BCP Fin Bank	28 255	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 1,25 m	Taxa fixa de 6,25%	Setembro, 2008	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	Setembro, 2000	BCP Fin Bank	1 250	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 30 m	Euribor 6 meses + 2,2%	Dezembro, 2005	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	BCP Fin Bank	30 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 10 m	Euribor 6 meses + 1,75%	Dezembro, 2005	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	BCP Fin Bank	10 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 1,84 m	Taxa fixa de 5%	Fevereiro, 2002	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	BCP Fin Bank	1 840	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 1,51 m	Taxa fixa de 5%	Fevereiro, 2002	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	Dezembro, 2000	BCP Fin Bank	1 510	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 5 m	Taxa fixa de 4,25%	Agosto, 2007	Março, 2001	Março, 2001	Março, 2001	Março, 2001	BCP Fin Bank	5 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 10 m	Euribor 6 meses + 1%	Abril, 2003	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	BCP Fin Bank	10 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 25 m	Euribor 6 meses + 1,75%	Abril, 2004	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	BCP Fin Bank	25 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 500 m	Euribor 3 meses + 0,15%	Maio, 2006	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	BCP Fin Bank	499 253	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 48,5 m	Euribor 6 meses + 0,40%	Junho, 2005	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	BCP Fin Bank	48 500	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 49,88 m	Euribor 6 meses + 0,50%	Novembro, 2007	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	BCP Fin Bank	49 880	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 8 m	Taxa fixa de 7,75%	Outubro, 2002	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	BCP Fin Bank	8 000	—	—
BCP Fin Bank	— USD 8 m	Taxa fixa de 7,85%	Outubro, 2002	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	BCP Fin Bank	9 038	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 210 m	Euribor 6 meses + 1,50%	Agosto, 2006	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	BCP Fin Bank	210 000	—	—
BCP Fin Bank	— USD 50 m	USD Libor 6 meses + 1,50%	Agosto, 2006	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	BCP Fin Bank	56 484	—	—
BCP Fin Bank	— USD 11 m	USD Libor 6 meses + 1,75%	Agosto, 2006	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	BCP Fin Bank	12 427	—	—
BCP Fin Bank	— GBP 100 m	GBP Libor 3 meses + 0,20%	Agosto, 2006	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	Agosto, 2001	BCP Fin Bank	163 934	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 12 m	Taxa fixa de 7,20%	Setembro, 2006	Setembro, 2001	Setembro, 2001	Setembro, 2001	Setembro, 2001	BCP Fin Bank	12 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 5,75 m	Euribor 6 meses + 1,95%	Outubro, 2006	Outubro, 2001	Outubro, 2001	Outubro, 2001	Outubro, 2001	BCP Fin Bank	5 750	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 75 m	Euribor 3 meses + 0,90%	Novembro, 2006	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	40 190	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 3 m	Euribor 6 meses + 1,65%	Novembro, 2006	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	70 978	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 6 m	Taxa fixa de 7,20%	Setembro, 2006	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	3 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 11,429 m	Euribor 6 meses + 1,40%	Novembro, 2004	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	6 000	—	—
BCP Fin Bank	— USD 4,515 m	Indexada a cabaz de acções	Novembro, 2009	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	11 429	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 15 m	Indexada a cabaz de acções	Novembro, 2009	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	5 101	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 15 m	Cupão zero	Novembro, 2011	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	Novembro, 2001	BCP Fin Bank	15 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 12 m	Cupão zero	Dezembro, 2011	Dezembro, 2001	Dezembro, 2001	Dezembro, 2001	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank	12 000	—	—
Papéis Comerciais:										9 498 701	2 234 418
BCP Finance Bank:											
BCP Fin Bank	— Euros 75 m	Taxa fixa de 4,52%	Fevereiro, 2002	Março, 2001	Março, 2001	Março, 2001	Março, 2001	BCP Fin Bank	75 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 36 m	Taxa fixa de 4,63%	Janeiro, 2002	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	Abril, 2001	BCP Fin Bank	36 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 10 m	Taxa fixa de 4,47%	Maio, 2002	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	Maio, 2001	BCP Fin Bank	10 000	—	—
BCP Fin Bank	— Euros 13 m	Taxa fixa de 4,44%	Março, 2002	Junho, 2001	Junho, 2001	Junho, 2001	Junho, 2001	BCP Fin Bank	13 000	—	—
BCP Fin Bank	— USD 20 m	Taxa fixa de 3,83%	Janeiro, 2002	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	BCP Fin Bank	22 594	—	—
BCP Fin Bank	— USD 19 m	Taxa fixa de 4,08%	Maio, 2002	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	Julho, 2001	BCP Fin Bank	21 464	—	—

(Em milhares de euros)		Taxa de juro		Data de reembolso		Data de emissão		Denominação		Grupo	Banco
		Taxa fixa de 4,38%		Janeiro, 2002	Julho, 2001	BCP Fin Bank — Euros 12 m				12 000	—
		Taxa fixa de 4,025%		Abril, 2002	Julho, 2001	BCP Fin Bank — USD 15 m				16 946	—
		Taxa fixa de 4,34%		Janeiro, 2002	Agosto, 2001	BCP Fin Bank — Euros 30 m				30 000	—
		Taxa fixa de 4,04%		Março, 2002	Setembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 10 m				10 000	—
		Taxa fixa de 3,67%		Janeiro, 2002	Setembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 9 m				9 000	—
		Taxa fixa de 2,58%		Janeiro, 2002	Setembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 130 m				146 859	—
		Taxa fixa de 4,47%		Março, 2002	Outubro, 2001	BCP Fin Bank — GBP 20 m				32 787	—
		Taxa fixa de 2,62%		Janeiro, 2002	Outubro, 2001	BCP Fin Bank — USD 20 m				22 594	—
		Taxa fixa de 3,63%		Janeiro, 2002	Outubro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 60 m				60 000	—
		Taxa fixa de 3,62%		Janeiro, 2002	Outubro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 30 m				30 000	—
		Taxa fixa de 3,59%		Janeiro, 2002	Outubro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 30 m				30 000	—
		Taxa fixa de 3,57%		Fevereiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 7 m				7 000	—
		Taxa fixa de 3,37%		Fevereiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 70 m				70 000	—
		Taxa fixa de 3,36%		Fevereiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 80 m				80 000	—
		Taxa fixa de 3,41%		Fevereiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 20 m				20 000	—
		Taxa fixa de 3,44%		Janeiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 50 m				50 000	—
		Taxa fixa de 3,39%		Fevereiro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 19 m				19 000	—
		Taxa fixa de 3,31%		Mai, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 17 m				17 000	—
		Taxa fixa de 3,33%		Novembro, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 5 m				5 000	—
		Taxa fixa de 3,305%		Mai, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 10 m				65 000	—
		Taxa fixa de 2,24%		Mai, 2002	Novembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 65 m				11 298	—
		Taxa fixa de 3,44%		Janeiro, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 42 m				42 000	—
		Taxa fixa de 3,97%		Fevereiro, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — GBP 10 m				16 393	—
		Taxa fixa de 2,00%		Março, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 25 m				28 242	—
		Taxa fixa de 2,00%		Fevereiro, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 50 m				56 484	—
		Taxa fixa de 1,93%		Março, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 50 m				56 484	—
		Taxa fixa de 3,37%		Março, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — Euros 60 m				60 000	—
		Taxa fixa de 1,897%		Fevereiro, 2002	Dezembro, 2001	BCP Fin Bank — USD 25 m				28 242	—
										1 210 387	—

(1) A taxa de juro será igual a 60% da taxa anual nominal variável do crédito à habitação para o regime geral com prestações mensais e constantes, praticada e divulgada pelo BII e em vigor nessa data. A taxa de juro definida não poderá ser inferior à Lisboa a três meses acrescida de 1,5%.

(2) Taxa de juro fixa de 18,5% para o 1.º cupão. Para os restantes, a taxa de juro aplicável corresponderá à média das taxas médias das últimas seis emissões de bilhetes do Tesouro, acrescida de 2% para os cupões 2.º a 6.º; 2,75% para os cupões 7.º e 8.º e 3% para os cupões 9.º e 10.º.

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Credores:				
Fornecedores	62 175	103 630	20 240	40 097
Por contratos de <i>factoring</i>	85 869	107 162	—	—
Outros credores	154 508	169 617	70 357	107 906
Sector público administrativo	87 672	134 098	53 884	70 291
Contas diversas	416 385	8 249	393 129	3 871
	806 609	522 756	537 610	222 165

A rubrica de contas diversas inclui um montante de 398 762 000 euros e 386 421 000 euros para o Grupo e Banco, respectivamente, relativo à diferença de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma à data de 31 de Dezembro de 2001, conforme referido na nota n.º 45.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Juros a pagar	809 509	904 840	725 049	873 890
Receitas antecipadas	79 304	98 234	35 481	78 668
Férias e subsídios de férias a pagar	68 682	214 179	40 978	192 348
Outros custos administrativos a pagar	17 199	406	15	11
Operações sobre títulos a liquidar	122 681	530 929	51 721	263 611
Outras contas de regularização	385 418	240 227	297 984	286 992
	1 482 793	1 988 815	1 151 228	1 695 520

17 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão para riscos gerais de crédito	567 028	582 184	564 313	560 101
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	182 002	125 127	136 603	83 470
Provisões para riscos bancários gerais	150 455	124 788	71 211	29 983
Outras provisões para riscos e encargos	24 697	105 956	21 310	104 992
	924 182	938 055	793 437	778 546

Os movimentos das provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1 de Janeiro	124 788	157 028	29 983	39 280
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	43 691	—	120
Outras transferências	17 202	(137 235)	(13 445)	(66 677)
Provisão do exercício	(15 406)	62 322	(2 000)	57 260
Custos extraordinários do exercício	66 002	—	66 002	—
Utilização de provisões	(33 891)	(928)	(9 329)	—
Diferenças cambiais	(8 240)	(90)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	150 455	124 788	71 211	29 983

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisão genérica para crédito directo:				
Saldo em 1 de Janeiro	516 289	235 254	441 795	87 423
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	154 449	—	243 176
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	41 304	—	41 304
Outras transferências	(25 908)	28 677	(24 790)	15 605
Provisão do exercício	6 792	57 314	5 912	55 403
Utilização de provisões	(260)	(1 031)	—	(1 031)
Diferenças cambiais	(500)	322	—	(85)
Saldo em 31 de Dezembro	496 413	516 289	422 917	441 795
Provisão genérica para crédito por assinatura:				
Saldo em 1 de Janeiro	65 895	42 106	118 306	31 304
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	17 448	—	38 065
Outras transferências	5 178	(3 767)	150	(1 756)
Provisão do exercício	(482)	10 029	22 940	50 644
Utilização de provisões	—	(10)	—	(10)
Diferenças cambiais	24	89	—	59
Saldo em 31 de Dezembro	70 615	65 895	141 396	118 306
	567 028	582 184	564 313	560 101

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.ºs 3/95 e 2/99 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1, alínea e). As provisões para riscos de crédito em 31 de Dezembro de 2001, por sector de actividade referentes ao Grupo, são analisadas como segue:

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Porcentagem do total de provisões	Porcentagem de crédito por sector em relação ao total de crédito
Agricultura e silvicultura	5 360	16 093	21 453	2	1
Indústrias extractivas	2 270	2 370	4 640	—	—
Alimentação, bebidas e tabaco	8 880	23 311	32 191	3	2
Têxteis	13 112	43 186	56 298	5	2
Madeira e cortiça	5 022	17 547	22 569	2	1
Papel, artes gráficas e editoras	3 729	5 221	8 950	1	1
Químicas	14 628	4 392	19 020	2	3
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	14 245	47 895	62 140	6	3
Electricidade, água e gás	7 643	25	7 668	1	1
Construção	52 869	28 137	81 006	8	9
Comércio a retalho	31 753	29 033	60 786	6	5
Comércio por grosso	36 689	46 579	83 268	8	6
Restaurantes e hotéis	9 203	4 930	14 133	1	2
Transportes e comunicações	17 074	6 006	23 080	2	3
Serviços	110 794	83 688	194 482	18	19
Crédito ao consumo	42 627	65 637	108 264	10	8
Crédito hipotecário	123 804	36 687	160 491	15	22
Outras actividades nacionais	18 523	21 344	39 867	4	3
Outras actividades internacionais	48 803	14 028	62 831	6	9
	567 028	496 109	1 063 137	100	100

Os movimentos nas provisões para pensões de reforma e sobrevivência, são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1 de Janeiro	125 127	102 198	83 470	58 788
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	—	—	43 410
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	41 658	—	—
Provisão constituída por reservas — custos de reestruturação	251 438	—	248 863	—
Transferências	69 883	—	57 280	—
Provisão do exercício	(4 020)	35 045	(5 664)	55
Utilização de provisões	(249 921)	(53 774)	(247 346)	(18 783)
Diferenças cambiais	(10 505)	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	182 002	125 127	136 603	83 470

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Saldo em 1 de Janeiro	105 956	82	104 992	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	4 412	—	4 350
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	—	99 759	—	99 759
Outras transferências	(43 227)	976	(41 679)	883
Provisão do exercício	12 815	10 128	7 877	9 398
Utilização de provisões	(50 450)	(9 398)	(49 880)	(9 398)
Diferenças cambiais	(397)	(3)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	24 697	105 956	21 310	104 992

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Obrigações de caixa	2 346 731	1 050 779	2 455 667	1 175 631
Obrigações perpétuas	463 318	440 185	2 100 435	2 030 150
Outros passivos subordinados	73 549	82 020	442 229	500 338
	2 883 598	1 572 984	4 998 331	3 706 119

Em 31 de Dez. de 2001, as emissões de empréstimos subordinados do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Obrigações de caixa:					
Banco Comercial Português:					
BCP 1993	Dez. 1993	Dez. 2003	Ver ref. (i)	74 815	74 820
BCP 1995	Março 1995	Março 2005	Lisbor 6 meses + 0,20%	145 898	149 639
BCP 1999	Fev. 1999	Fev. 2002	Euribor 3 meses + 0,15%	—	400 000
BCP 2001 — Março 2001	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 1,03%	—	400 000
BCP 2001 — Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,98%	—	200 000
Guaranteed Exchangeable Bonds ...	Junho 2001	Junho 2011	Taxa Fixa de 4,750%	—	425 000
BCP Junho 2001	Junho 2001	Março 2011	Taxa Fixa de 6,350%	150 000	150 000
BCP Set. 2001	Set. 2001	Set. 2011	Taxa Fixa de 6,150%	120 000	120 000
BPA 1993 — 1.ª emissão	Fev. 1993	Fev. 2003	TBA x 1,055	74 820	74 820
BPA 1993 — 2.ª emissão	Dez. 1993	Dez. 2003	Ver ref. (ii)	37 410	37 410
BPA 1996	Dez. 1996	Jan. 2007	Lisbor 6 meses + 0,2%	149 639	149 639
UBP 1993 — 1.ª emissão	Fev. 1993	Fev. 2004	Ver ref. (iii)	27 434	27 434
UBP 1993 — 2.ª emissão	Nov. 1993	Nov. 2004	Lisbor 6 meses + 0,375%	9 976	9 976
UBP 1996	Junho 1996	Junho 2006	Lisbor 6 meses + 0,25%	29 778	29 928
BM Imobiliário 1998	Junho 1998	Junho 2008	Lisbor 12 meses	7 482	7 482
BPSM 1995	Março 1995	Março 2005	Lisbor 6 meses + 0,25%	59 713	59 856
BPSM 1995 — 2.ª emissão	Abril 1995	Abril 2003	Lisbor 6 meses + 0,25%	139 663	139 663
BCP Investimento:					
Cisf 1993	Dez. 1993	Dez. 2003	Euribor 3 meses + 0,15%	29 928	—
BMI 1995 — 1.ª emissão	Junho 1995	Junho 2005	Lisbor 6 meses + 0,4%	9 976	—
BCP Investimento 2001/2011	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,95%	18 000	—
Banco de Investim. Imobiliário:					
BII 1993	Nov. 1993	Nov. 2003	Taxa fixa 4,4063%	9 079	—
BII 1995	Junho 1995	Junho 2005	Lisbor 3 meses + 0,25%	9 976	—
BII 1996	Dez. 1996	Dez. 2003	Lisbor 3 meses + 0,25%	14 964	—
BII 1998	Dez. 1998	Dez. 2008	Lisbor 3 meses + 0,5%	29 928	—
BII SFE 1999	Dez. 1999	Dez. 2009	Euribor 6 meses + 1,0%	17 500	—
BCP Leasing:					
1992 — 1.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	3 492	—
1992 — 2.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	6 484	—
1992 — 3.ª emissão	Dez. 1992	Dez. 2002	TBA x 1,065	14 964	—
1993 — 1.ª emissão	Junho 1993	Junho 2003	Ver ref. (iv)	9 976	—

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
1993 — 2.ª emissão	Set. 1993	Set. 2003	Ver ref. (v)	11 722	—
1992 — 1.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	4 988	—
1992 — 2.ª emissão	Julho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	4 988	—
1992 — 3.ª emissão	Dez. 1992	Dez. 2002	TBA x 1,065	9 976	—
1995 Lusoleasing	Dez. 1995	Nov. 2005	Lisbor 6 meses + 0,4%	9 976	—
1998 Comercial Leasing	Dez. 1998	Dez. 2008	Lisbor 6 meses + 0,75%	4 988	—
1993 Macaulease	Jan. 1993	Junho 2003	TBA x 1,075	4 988	—
BCP Factoring:					
BPA Factor 1995	Agosto 1995	Agosto 2005	Lisbor 6 meses + 0,375%	2 494	—
Nacional Factoring 1999	Março 1999	Março 2009	Lisbor 6 meses + 0,75%	7 482	—
Expresso Atlântico:					
BCM 1992	Maiço 1992	Maiço 2003/4	TBA x 1,06	19 952	—
BCM 1992 — 2.ª emissão	Set. 1992	Maiço 2003/4	TBA x 1,06	12 470	—
Interbanco:					
Interbanco 2000	Set. 2000	Set. 2010	Euribor 6 meses + 0,65%	15 000	—
Banco Internac. de Moçambique:					
BCM 2000	Dez. 2000	Dez. 2010	Libor 6 meses	11 812	—
BCP Finance Bank:					
EMTN 44.ª em. — 1.ª tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,250%	400 000	—
EMTN 44.ª em. — 2.ª tranche	Maiço 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,250%	200 000	—
Subord Guarant Exchang	Junho 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 4,750 %	425 000	—
				<u>2 346 731</u>	<u>2 455 667</u>
Obrigações perpétuas:					
B. Mello — USD Tranche A	Junho 1997	—	USD Libor 3 meses + 3,125%	—	84 726
B. Mello — USD Tranche B	Junho 1997	—	Taxa fixa 8,875%	—	24 175
Banco Mello	Junho 1999	—	Taxa fixa 8,3872%	—	58 110
BCP — Euro 400 milhões	Junho 1999	—	Taxa fixa 6,25%	—	400 000
BCP 2000	Jan. 2000	—	Euribor 3 meses + 0,2075%	—	486 949
BCP — Euro 600 milhões	Set. 2000	—	Euribor 3 meses + 1,75%	—	600 000
BPA 1997	Junho 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,95%	199 519	199 519
BII 1997	Dez. 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,8%	28 610	—
BII 1999	Set. 1999	—	Euribor 3 meses + 2,0%	7 500	—
Banco Mello (Cayman)	Junho 1997	—	USD Libor 3 meses + 1,5%	84 726	—
Banco Mello (Cayman)	Junho 1997	—	Taxa fixa 8,125%	28 241	—
B M Imobiliário 1998	Dez. 1998	—	Lisbor 12 meses	15 962	15 962
BPSM — USD 125 milhões	Junho 1997	—	USD Libor 3 meses + 1,25%	—	141 210
TOPSs BPSM 1997	Dez. 1997	—	Lisbor 6 meses + 0,4%	89 784	89 784
Mello Crédito 1998	Dez. 1998	—	Lisbor 12 meses + 1,75%	3 990	—
BCP Leasing 2001	Dez. 2001	—	Euribor 3 meses + 1,75%	4 986	—
				<u>463 318</u>	<u>2 100 435</u>
Outros passivos subordinados:					
Titulos de participação:					
BPA 1.ª e 2.ª emissões	1986	A partir 1996	(V. 3.º e 4.º parágrafos)	2 397	2 397
Banco Mello	1987	A partir 2005	(V. 5.º e 6.º parágrafos)	23 767	29 928
BPSM	1987	A partir 1997	(V. 7.º e 8.º parágrafos)	14 964	14 964
BPSM	1986	A partir 1996	(V. 7.º e 8.º parágrafos)	24 940	24 940
Outros:					
BCP — Euro 370 milhões	Out. 1999	Out. 2004	Euribor 3 meses + 0,16%	—	370 000
Interbanco	Dez. 2000	—	—	7 481	—
				<u>73 549</u>	<u>442 229</u>
				<u>2 883 598</u>	<u>4 998 331</u>

Referências:

TBA — Taxa base anual do Banco de Portugal

PRV — Média das Prime Rate Variáveis praticadas pela CGD, BES, BPA, e BFE.

(i) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,125% e TBA + 1%.

(ii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,2% e TB A + 0,8125%.

(iii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,75% e TBA x 1,07.

(iv) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,4375% e TBA + 1,0625%.

(v) A menor entre, Lisbor 3 meses + 0,25% e PRV — 1%.

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5.º ano após a data de emissão.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa incide sobre 2/3 do valor nominal e é igual à taxa de referência do mercado de capitais fixada por aviso do Banco de Portugal em vigor no início de cada período anual de contagem de juros, acrescida de 2 pontos percentuais. A parte variável incide sobre 1/3 do valor nominal e é calculada em função do resultado do Banco, na respectiva proporção, isto é, atendendo ao valor do capital do Banco que concorre com os Títulos de Participação para este efeito. No entanto, independentemente do montante dos resultados apurados, será sempre garantida uma remuneração variável mínima de 5% incidente sobre a terça parte do valor nominal dos títulos.

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986 poderá ocorrer a partir do final do 10.º ano de vida dos títulos, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Por outro lado, o Banco Comercial Português, S. A., poderá, em qualquer altura, adquirir nas bolsas de valores os títulos de participação por si emitidos, para posterior venda ou anulação dentro do prazo de um ano.

A remuneração dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos *ecrans* da Reuters (página LBOA). A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos *cash-flows* e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior

ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos *ecrans* da Reuters (página LBOA). E estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos *ecrans* da Reuters (página LBOA), decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos *ecrans* da Reuters (página LBOA).

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do Banco Comercial Português, S. A., sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A remuneração das duas emissões de títulos de participação emitidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., em 1986 e 1987, têm duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência das obrigações, fixada em aviso do Banco de Portugal, que estiver em vigor no 1.º dia de cada período de vencimento de juros.

A remuneração variável, que incidirá sobre os restantes 30% do valor nominal do título, corresponderá ao produto do índice de crescimento anual dos meios libertos líquidos (*cash-flows*) gerados pela actividade desenvolvida pelo Banco com a taxa de juro ilíquida anual dos depósitos a prazo superior a 180 dias e inferior a um ano, vigente no início de cada período de contagem de juros.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Até três meses	—	—	400 000	—
De seis meses a um ano	44 892	24 940	—	—
De um ano até cinco anos	768 775	763 988	1 003 474	1 416 692
Mais de cinco anos	1 556 831	261 850	1 452 121	187 049
Indeterminada	513 100	522 206	2 142 736	2 102 378
	<u>2 883 598</u>	<u>1 572 984</u>	<u>4 998 331</u>	<u>3 706 119</u>

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Encargos imputados com passivos subordinados	126 758	65 833	245 662	190 389
Encargos pagos com passivos subordinados	93 467	44 247	231 817	171 946

19 — Capital subscrito e prémio de emissão:

O capital de 2 326 714 877 euros (466 464 451 971\$), representado por 2 326 714 877 acções de valor nominal de um euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Em Março de 2001, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu ao aumento do capital social, por exercício de direito de preferência, de 2 101 562 549 euros para 2 269 687 552 euros mediante a emissão de 168 125 003 novas acções, com o valor nominal de um euro, ao preço de subscrição de 4,25 euros por acção — o que representava um desconto de 25% face ao preço de fecho do título em 22 de Janeiro de 2001 na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

Em Abril de 2001, na sequência da deliberação da assembleia geral do Banco que foi realizada no dia 26 de Março de 2001, procedeu-se ao aumento do capital social, por incorporação de reservas, mediante a emissão de 57 027 325 novas acções ordinárias, escriturais, nominativas, com o valor nominal de um euro cada, atribuídas gratuitamente aos accionistas detentores de acções representativas do capital social quando o mesmo se encontrava fixado em 2 101 562 549 euros, através da aplicação do factor 0,0271356782 ao número de direitos de incorporação detidos, com arredondamento por defeito.

As rubricas do capital social e prémio de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Banco	
	Capital social	Prémio de emissão
Saldo em 31 de Dezembro de 1999	1 000 000	587 202
Emissão de 59 030 987 acções em contrapartida de acções Banco Mello, S. A.	59 031	259 146
Emissão de 227 822 849 acções em contrapartida de acções Banco Português do Atlântico, S. A.	227 823	1 093 550
Emissão de 760 155 450 acções em contrapartida de acções Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	760 156	3 016 297
Emissão de 12 542 478 acções em contrapartida de acções Companhia de Seguros Império, S. A.	12 542	55 060

(Em milhares de euros)

	Grupo e Banco	
	Capital social	Prémio de emissão
Emissão de 33 702 432 acções em contrapartida de acções Banco de Investim. Imobiliário, S. A.	33 702	—
Emissão de 8 308 353 acções em conversão de acções BCP International Bank, Ltd.	8 309	8 558
Reserva de fusão, por incorporação no Banco Comercial Português, S. A., do:		
Banco Mello, S. A.	—	(608 052)
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	—	(2 172 941)
Banco Português do Atlântico, S. A.	—	(1 536 018)
Custos de reestruturação e ajustamentos de <i>fair-value</i> relevados em prémio de emissão (a)	—	(532 159)
Encargos relacionados com o aumento de capital e fusão	—	(513)
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	2 101 563	170 130
Emissão de 168 125 003 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas	168 125	546 406
Emissão de 57 027 325 acções, por incorporação de reservas	57 027	—
Encargos relacionados com o aumento de capital e fusão	—	(1 333)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001	2 326 715	715 203

(a) Numa base consolidada, o valor remanescente de 663 milhões de euros de custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value* foram relevados em *goodwill* durante o ano 2000.

O valor de *goodwill*, incluindo custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value*, registados em reservas de fusão, em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2000, foi debitado prioritariamente em reservas livres e o valor remanescente em prémios de emissão, em conformidade com a instrução específica do Banco de Portugal.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva

ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da assembleia geral, em Março de 2001, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 108 239 144 euros (v. nota n.º 21).

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Reserva legal	210 382	102 143	210 382	102 143
Reserva estatutária	9 926	—	9 926	—
Outras reservas e resultados transitados	719 125	707 870	631 751	5
Resultado do exercício	571 672	505 498	516 616	1 081 121
<i>Goodwill</i> resultante da consolidação	(2 376 602)	(1 752 375)	—	—
Diferença cambial de consolidação	74 306	37 932	—	—
Outras reservas de consolidação	(63 551)	(52 255)	—	—
	(854 742)	(451 187)	1 368 675	1 183 269

A variação da rubrica de reserva legal é analisada na nota n.º 20.

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de outras reservas de consolidação registou um movimento negativo de 50 413 000 euros, incluindo o valor relativo ao movimento das reservas nas contas da Eureko no montante de 41 691 000 euros.

A rubrica de *goodwill* resultante da consolidação é analisada como segue (em milhares de euros):

Saldo em 31 de Dezembro de 1999	(726 440)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 5,0% do BIG Bank Gdanski	(72 353)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 50,1% do Interbanco	(37 522)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição para reforço da participação na Eureko	(629 741)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 10,0% do Banco Sabadell	(215 961)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 25,6% da Ibersecurities	(23 309)
Valor do <i>goodwill</i> registado no activo em 31 de Dezembro de 1999 relativo a subsidiárias do Grupo BCP	(104 860)
<i>Goodwill</i> resultante de outras aquisições	(4 156)
Ajustamentos ao <i>goodwill</i> resultante das empresas fundidas por incorporação no BCP (a)	61 967
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	(1 752 375)
Ajustamento ao <i>goodwill</i> relativo à Eureko	(487 112)
Ajustamento ao <i>goodwill</i> relativo ao Banco Sabadell	7 997
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de Ibersecurities (Grupo ActivoBank)	(9 098)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição adicional da participação no BBG	(122 696)
Ajustamento ao <i>goodwill</i> do BCM Moçambique	(9 137)
<i>Goodwill</i> resultante de outras aquisições	(4 181)
Saldo em 31 de Dezembro 2001	(2 376 602)

(a) Excluindo o valor já considerado em base individual na reserva de fusão por incorporação no Banco Comercial Português, S. A. (nota n.º 19).

Em 31 de Dezembro de 2000, a decomposição do *goodwill*, apurado para as subsidiárias fundidas por incorporação no Banco Comercial Português, S. A., no ano 2000, incluindo custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value*, debitados por contrapartida de reservas e prémio de emissão, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2000			1999
	Total acumulado	Prémio de emissão	Reservas	Reservas
Banco Mello, S. A.	(608 040)	(608 052)	12	—
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	(1 973 695)	(2 172 941)	199 246	—
Banco Português do Atlântico, S. A.	(1 535 072)	(1 536 018)	499 744	(498 798)
BMI, SGPS, S. A.	(4 642)	—	(4 642)	—
Banco Mello Imobiliário, S. A.	(6 938)	—	(6 938)	—
Património Hipotecário do BII	37 623	—	37 623	—
	<u>(4 090 764)</u>	<u>(4 317 011)</u>	<u>725 045</u>	<u>(498 798)</u>
Custos de reestruturação resultantes do programa de pré-reformas e valorização dos activos dos fundos de pensões	(551 332)	(271 380)	(279 952)	
Ajustamentos relativos às responsabilidades por serviços passados até 31 de Dezembro de 1999	(52 273)	(25 730)	(26 543)	
Anulação de custos diferidos referentes às pré-reformas até 31 de Dezembro de 1999	(148 834)	(73 260)	(75 574)	
Ajustamentos resultantes da aplicação do critério de justo valor aos activos e passivos	<u>(442 798)</u>	<u>(161 789)</u>	<u>(281 009)</u>	
	<u>(1 195 237)</u>	<u>(532 159)</u>	<u>(663 078)</u>	
	<u>(5 286 001)</u>	<u>(4 849 170)</u>	<u>61 967</u>	<u>(498 798)</u>

22 — Acções próprias:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Valor de balanço das acções do Banco Comercial Português, S. A.,	8 986	128 875	8 986	23
Número de acções	1 975 004	25 004 290	1 975 004	4 290
Valor unitário médio em euros	4,55	5,15	4,55	5,31

As acções próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S. A., encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

23 — Interesses minoritários:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	2001	2000
Chemical, SGPS, S. A.	—	26 257
Banco Expresso Atlântico, S. A.	11 057	10 820
Banco Popular Comercial, S. A.	—	27 911
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	24 699	19 810
BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	(12 845)	(40 860)
Interbanco, S. A.	22 812	21 099
NovaBank, S. A.	77 757	—
Outras subsidiárias	11	158
	<u>123 491</u>	<u>65 195</u>
Acções preferenciais	<u>1 223 725</u>	<u>1 215 754</u>
	<u>1 347 216</u>	<u>1 280 949</u>

Existe um acordo de accionistas para a cobertura dos capitais próprios negativos do BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L. Em 31 de Dezembro de 2001, os interesses minoritários em acções preferenciais são analisados como segue:

(i) Emissão de 5 000 000 de acções preferenciais convertíveis Série A, de 50 dólares cada (25 dólares de valor nominal e 25 dólares de prémio de emissão), sem direito a voto, no montante de 250 000 000 milhões de dólares, pelo BCP International Bank Ltd., em 21 de Junho de 1996. Desta emissão, foram convertidas em acções do BCP o montante de 230 070 550 dólares.

Nos parágrafos seguintes são apresentadas as principais conversões:

Em Dezembro de 1997, foram convertidas 1 644 000 acções no montante de 82 200 000 dólares, em acções do Banco Comercial Português, S. A., procedendo-se em consequência à emissão de 6 006 351 novas acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, S. A., pelo exercício parcial dos direitos de conversão associados às acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP International Bank, Ltd., (8% Non-Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, Series A).

A subscrição destas novas acções, com o valor nominal de 1000\$, foi realizada com um prémio de emissão unitário de 1144,52\$, no

montante total de 6 874 389 000\$, conforme decorre das condições da emissão.

Durante o primeiro semestre de 1998, procedeu-se à conversão de 2 136 776 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 106 838 800 dólares em 8 129 000 acções do Banco Comercial Português, S. A. Em Fevereiro de 1999, procedeu-se à conversão de 787 635 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 39 381 750 dólares em 3 031 000 acções do Banco Comercial Português, S. A.;

(ii) Emissão de 8 000 000 de acções preferenciais, de 50 euros cada, sem direito a voto, no montante total de 400 000 000 de euros, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999;

(iii) Emissão de 6.000.000 acções preferenciais, de 100 euros cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de 600 000 000 de euros, pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000, destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 20 000 000 de acções preferenciais Série A, de 25 dólares cada, sem direito a voto, no montante total de 500 000 000 de dólares, pela BCP Capital Finance, Ltd., em 29 de Setembro de 1995;

(iv) Emissão de 2 400 000 acções preferenciais Série A, de 25 euros cada, não cumulativas e sem direito a voto, no montante total de

60 000 000 de euros, pela Mello Capital, Ltd., à data de 22 de Junho de 1999.

(v) Emissão de 125 000 acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de 1000 dólares, garantidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., no montante total 125 000 000 de dólares, pela Pinto Totta International Finance, Ltd., à data de 29 de Julho de 1997.

As empresas BCP Capital Finance Limited, BCP International Bank Limited, BCP Finance Company e Mello Capital, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, são subsidiárias detidas integralmente e indirectamente pelo Banco Comercial Português, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman.

A empresa Pinto Totta International Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, é uma subsidiária directa do Banco Comercial Português, S. A., detida conjuntamente em partes iguais a 50% com o Banco Totta & Açores, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman.

Esta empresa é incorporada pelo método proporcional de consolidação nas contas do Grupo BCP.

Em 31 de Dezembro de 2001, as emissões de acções preferenciais do Grupo são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

Subsidiárias	Data de emissão	Número de acções	Valor nominal unitário	Taxa de juro	Grupo
BCP International Bank	Junho 1996	(i) 398 589	(ii) USD 50	Taxa fixa 8%	22 514
BCP Finance Company	Junho 1999	8 000 000	EUR 50	Taxa fixa 6,25%	400 000
BCP Finance Company	Setembro 2000	6 000 000	EUR 100	Libor 3 meses +1,75%	600 000
Mello Capital, Ltd.	Junho 1999	2 400 000	EUR 25	Taxa fixa 7,5%	60 000
Pinto Totta International Finance	Julho 1997	125 000	USD 1 000	Taxa fixa 7,77% (iii)	141 211
					<u>1 223 725</u>

(i) Número de acções vivas em 31 de Dezembro de 2001, na sequência da conversão em acções BCP.

(ii) O valor nominal indicado inclui o montante de 25 dólares de prémio de emissão.

(iii) A partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor 6 meses +2,75%.

24 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Juros de crédito	2 761 656	2 358 857	2 220 098	1 677 078
Juros de títulos de negociação	18 088	14 008	153	2 562
Juros de títulos de investimento	212 969	231 456	318 627	320 927
Juros de depósitos e outras aplicações	403 811	440 486	875 759	1 047 875
	<u>3 396 524</u>	<u>3 044 807</u>	<u>3 414 637</u>	<u>3 048 442</u>

25 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Juros de depósitos e outros recursos	1 452 709	1 358 363	2 055 775	1 904 879
Juros de títulos com acordo de recompra	12 867	3 006	—	—
Juros de títulos emitidos	579 090	430 854	315 134	235 209
	<u>2 044 666</u>	<u>1 792 223</u>	<u>2 370 909</u>	<u>2 140 088</u>

26 — Provisão para riscos de crédito:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Aplicações em instituições de crédito:				
Crédito vencido e cobrança duvidosa	331	(3 749)	1	(3 749)
Risco-país	(4 831)	(4 250)	(4 826)	(4 256)
	<u>(4 500)</u>	<u>(7 999)</u>	<u>(4 825)</u>	<u>(8 005)</u>

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Crédito concedido a clientes:				
Crédito vencido, vincendo associado e risco-país	195 608	176 531	127 605	133 673
Crédito reestruturado	11 060	(785)	11 060	(679)
Riscos gerais de crédito	6 310	67 343	28 852	106 047
	<u>212 978</u>	<u>243 089</u>	<u>167 517</u>	<u>239 041</u>
	208 478	235 090	162 692	231 036

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

27 — Rendimentos de títulos:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Rendimentos de títulos de negociação	96	—	—	—
Rendimentos de títulos de investimento	21 356	31 638	19 789	27 315
Rendimento de immobilizações financeiras:				
De participações em subsidiárias	—	—	156 017	76 472
De participações em associadas e outras	34 410	13 239	27 429	15 141
De apropriação por equivalência patrimonial	84 145	140 423	—	—
	<u>140 007</u>	<u>185 300</u>	<u>203 235</u>	<u>118 928</u>

28 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Comissões recebidas:				
Por garantias prestadas	52 831	52 509	47 984	46 660
Por compromissos perante terceiros	9 780	12 234	3 570	7 430
Por serviços bancários prestados	350 070	367 100	235 096	253 679
Por operações realizadas com títulos	43 321	125 277	22 060	83 324
Outras comissões	111 008	82 508	102 442	114 000
	<u>567 010</u>	<u>639 628</u>	<u>411 152</u>	<u>505 093</u>
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas	1 234	360	896	310
Por serviços bancários prestados por terceiros	22 795	31 071	18 722	27 305
Por operações realizadas com títulos	7 761	9 360	4 412	6 402
Outras comissões	47 924	23 780	12 408	4 859
	<u>79 714</u>	<u>64 571</u>	<u>36 438</u>	<u>38 876</u>
Resultados líquidos de comissões	487 296	575 057	374 714	466 217

29 — Resultados em operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Lucros em operações financeiras:				
Operações cambiais	143 862	202 656	103 908	178 747
Operações com títulos	239 814	272 442	101 670	73 821
Swaps e contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	8 575	89 043	5 752	76 785
Contratos de opções e futuros	125 307	160 963	46 067	61 148
Outras operações	2 697	3 109	2 618	2 885
	<u>520 255</u>	<u>728 213</u>	<u>260 015</u>	<u>393 386</u>

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Prejuízo em operações financeiras:				
Operações cambiais	104 889	163 127	70 860	143 695
Operações com títulos	123 133	108 698	107 931	38 823
Swaps e contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	25 882	88 152	23 461	72 125
Contratos de opções e futuros	109 949	153 492	43 440	59 182
Outras operações	33	7	30	6
	<u>363 886</u>	<u>513 476</u>	<u>245 722</u>	<u>313 831</u>
Resultados líquidos de operações financeiras	156 369	214 737	14 293	79 555

30 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Prestação de serviços	71 684	61 771	26 759	24 355
Recuperação de créditos e de juros vencidos	79 613	68 268	62 444	53 098
Reembolso de despesas	35 340	38 167	29 126	30 588
Proveitos de locação financeira	5 472	7 908	—	—
Recuperação de despesas	9 311	12 093	843	8 894
Ganhos na alienação de imobilizações	6 828	39 980	122 518	47 824
Outros	142 778	142 450	114 422	150 134
	<u>351 026</u>	<u>370 637</u>	<u>356 112</u>	<u>314 893</u>

31 — Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas:

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	2001		Banco	
	Participação alienada (porcentagem)	Mais-valias (milhares de euros)	Participação alienada (porcentagem)	Mais-valias (milhares de euros)
Ganhos na alienação de participações financeiras:				
Shopping Direct — Comércio Electrónico, S. A.	—	—	100,0	30 195

Incluído nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2000, em base individual, encontrava-se o montante de 682 233 393 euros referente à mais valia resultante da alienação de 50,1% de participação na Seguros e Pensões, SGPS, S. A., à Eureko B.V. Em base consolidada, esta mais-valia é anulada por contrapartida do valor de participação na Eureko pelo Grupo BCP.

Esta rubrica, em base individual, incluía ainda em 31 de Dezembro de 2000, mais-valias no montante de 152 406 171 euros, resultantes da venda de participações detidas pelo BPSM, no âmbito do acordo estabelecido entre o BCP e a CGD. Em base consolidada, estas mais-valias foram anuladas por contrapartida do *goodwill* apurado sobre a aquisição do BPSM.

32 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Remunerações	540 189	553 394	325 484	386 326
Encargos sociais obrigatórios	164 041	171 600	106 591	119 145
Encargos sociais facultativos	15 588	11 472	5 894	6 990
Outros custos	7 540	7 454	3 311	3 072
	<u>727 358</u>	<u>743 920</u>	<u>441 280</u>	<u>515 533</u>

O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos da administração e fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, registados na rubrica de custos com o pessoal, foi de 173 266 000 euros (2000: 154 548 000 euros).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Portugal:				
Direcção	1 152	1 239	699	764
Enquadramento	2 023	2 294	1 746	2 058
Específicas/técnicas	2 590	4 454	1 348	1 578
Outras funções	9 070	9 003	6 469	7 991
	<u>14 835</u>	<u>16 990</u>	<u>10 262</u>	<u>12 391</u>
Estrangeiro	2 992	1 209		
	<u>17 827</u>	<u>18 199</u>		

33 — Amortizações do exercício:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Imobilizado incorpóreo:				
Despesas de estabelecimento	2 014	4 139	1 018	321
Despesas de investigação e desenvolvimento	91	893	20	96
Software	23 133	19 985	3 707	6 769
Campanhas publicitárias	84	83	—	—
Outras imobilizações incorpóreas	9 776	10 754	4 946	7 131
	<u>35 098</u>	<u>35 854</u>	<u>9 691</u>	<u>14 317</u>
Imobilizado corpóreo:				
Imóveis	42 898	39 547	34 220	33 293
Equipamento:				
Mobiliário	12 575	15 135	6 623	13 293
Máquinas	2 926	3 230	1 252	2 033
Equipamento informático	33 051	26 210	13 921	13 000
Instalações interiores	11 013	10 835	6 127	6 028
Viaturas	3 621	4 014	2 014	1 606
Equipamento de segurança	5 854	5 577	5 445	5 257
Outras imobilizações corpóreas	855	2 553	631	756
	<u>112 793</u>	<u>107 101</u>	<u>70 233</u>	<u>75 266</u>
	<u>147 891</u>	<u>142 955</u>	<u>79 924</u>	<u>89 583</u>

34 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Provisões para títulos de negociação	159	523	—	—
Provisões para títulos de investimento	14 611	27 140	10 857	32 568
Provisão para participações financeiras	139	(4 225)	—	27 713
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	(4 020)	35 045	(5 664)	55
Provisões para riscos bancários gerais	50 596	62 322	64 002	57 260
Provisões para outros activos	3 483	11 982	(157)	35 939
Outras provisões para riscos e encargos	12 815	10 128	7 877	9 398
	<u>77 783</u>	<u>142 915</u>	<u>76 915</u>	<u>162 933</u>

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

A provisão para riscos bancários gerais, líquida de reposições, inclui o montante de 66 002 000 euros, o qual foi contabilizado em custos extraordinários (v. nota n.º 37).

35 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Impostos	25 458	11 842	4 876	7 835
Perdas na alienação de imobilizações	2 017	4 274	71 655	89 812
Donativos e quotizações	9 364	7 735	8 654	5 157
Prejuízos e equivalência patrimonial	1 393	4 743	—	—
Outros custos de exploração	31 388	51 563	13 359	27 675
	69 620	80 157	98 544	130 479

36 — Impostos sobre lucros:

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 1999	53 941	2 517
Exercício de 2000	129 698	79 128
Exercício de 2001	84 455	65 972
Carga fiscal paga:		
Exercício de 1999	44 711	(3 951)
Exercício de 2000	46 064	(3 693)
Exercício de 2001	19 815	(8 483)
Diferença:		
Exercício de 2001	64 640	74 455

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais. A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se totalmente provisionada e registada em Outros passivos na rubrica de Sector Público Administrativo, nota n.º 15.

Os impostos sobre lucros para o Banco Comercial Português, S. A. e as suas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à taxa nominal de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais nomeadamente o relativo a dividendos e às actividades desenvolvidas na Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira.

37 — Custos extraordinários:

Em 30 de Junho de 2001, na rubrica de outras reservas encontrava-se incluído o montante de 395 milhões de euros (79,2 milhões de contos) referentes a uma estimativa de custos de reestruturação, a incorrer durante o exercício de 2001. Esta estimativa enquadrava-se no âmbito do programa de redimensionamento do quadro de pessoal, que envolvia pré-reformas e rescisões por mútuo acordo de cerca de 1500 colaboradores, e da concentração de negócio, que incluía o encerramento de 271 sucursais do Grupo, nos valores de 280 milhões de euros e de 115 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2001, na sequência de consulta formulada ao Banco de Portugal e em cumprimento de instruções emitidas, o BCP procedeu a uma reclassificação contabilística dos encargos estimados, no montante de 115 milhões de euros, referentes ao programa de encerramento de sucursais e que haviam sido relevados em 30 de Junho de 2001 por contrapartida de reservas. Adicionalmente, este valor foi objecto de revisão, tendo em conta que parte das sucursais encerradas apresentaram reduzidos custos de encerramento e que, nas restantes, o valor revisto, considerando dados de custos mais actuais entretanto apurados, se revelou inferior ao inicialmente estimado, reduzindo-se assim para 66 milhões de euros esta componente dos custos de reestruturação, que foi considerado custo extraordinário do exercício de 2001. Daqui resulta um aumento de reservas, em relação a 30 de Junho de 2001, decorrente desta diferença de estimativas, no valor de 49 milhões de euros.

De referir que, aquando da publicação dos resultados do primeiro semestre de 2001, se havia indicado que a revelação destes custos por contrapartida de reservas se encontrava sujeita à aprovação do Banco de Portugal.

No que diz respeito ao programa de redimensionamento do quadro de pessoal, verificou-se que os encargos efectivamente incorridos foram aproximadamente 29 milhões de euros inferiores ao inicialmente previsto, do que resulta um aumento de reservas em relação a 30 de Junho de 2001.

38 — Resultados de pré-aquisição:

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica, reflecte os resultados não atribuíveis ao Grupo Banco Comercial Português e gerados nas instituições adquiridas entre 1 de Janeiro de 2000 e a data de aquisição das participações a seguir enunciadas:

Banco Português do Atlântico, S. A.:

São apurados com base nos resultados consolidados do Grupo Atlântico reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis na participação adquirida de cerca de 29% do capital social.

Banco Mello, S. A.:

São apurados com base nos resultados consolidados do Grupo Banco Mello reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis na participação adquirida de cerca de 49% do capital social.

Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.

No que se refere à participação de 53 % adquirida à Caixa Geral de Depósitos no início de Abril de 2000, são apurados com base nos resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 31 de Março de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida. Quanto à participação de 44,8% adquirida em Junho de 2000, são apurados com base nos resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida.

Relativamente ao remanescente da participação de 2,2%, são apurados com base nos Resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 31 de Dezembro de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida.

39 — Operações de titularização:

À data de 31 de Dezembro de 2001, encontravam-se em aberto as seguintes operações de titularização:

Emissão	Data de início	Montante	Moeda	Activo cedido
Nova n.º 1	Julho de 1998	443 963 597	DEM	Credito ao consumo.
Tagus Financing n.º 1	Julho de 1999	300 000 000	EUR	Locação financeira e créditos ao consumo.
Tagus Global Bond n.º 1	Novembro de 2000	311 898 965	EUR	Eurobonds.
Tagus Global Bond n.º 2	Mai de 2001	740 466 343	EUR	Obrigações nacionais e Eurobonds.
Nova n.º 2	Novembro de 2001	352 133 718	EUR	Créditos ao consumo.
Magellan Mortgages n.º 1	Dezembro de 2001	1 000 000 000	EUR	Crédito imobiliário.

Das operações de titularização efectuadas pelo Grupo não decorreram mais ou menos valias contabilísticas significativas.
Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2001, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal	Moeda	Data de reembolso	Rating das obrigações (S&P)
Nova n.º 1	Classe A	421 800	DEM	2005	AA
	Classe B	13 300	DEM		A
Tagus Financing n.º 1	Classe A	274 600	EUR	2007	AAA
	Classe B	11 700	EUR	2007	AA
	Classe C	3 700	EUR	2007	A
	Residuais	7 500	EUR	2007	—
Tagus Global Bond n.º 1	Classe A	262 000	EUR	2010	AAA
	Classe B	24 000	EUR	2010	A
	Classe C	25 000	EUR	2010	—
Tagus Global Bond n.º 2	Classe A1	350 000	EUR	2011	AAA
	Classe A2	490 000	EUR	2011	AAA
	Classe B	34 000	EUR	2011	AA
	Classe C	71 100	EUR	2011	A
Nova n.º 2	Classe D	125 150	EUR	2011	—
	Classe A	318 650	EUR	2010	AAA
	Classe B	21 050	EUR	2010	AA
	Classe C	12 400	EUR	2010	A
Magellan Mortgages n.º 1	Classe A	942 500	EUR	2036	AAA
	Classe B	37 000	EUR	2036	AA
	Classe C	20 500	EUR	2036	BBB
	Classe D	5 000	EUR	2036	—

O valor dos títulos adquiridos, bem como das respectivas provisões, registado no balanço consolidado do Grupo BCP em 31 de Dezembro de 2001, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

Emissão	Valor contabilístico	Provisões
Nova n.º 1	4 532	—
Tagus Financing n.º 1	18 874	12 692
Tagus Global Bond n.º 1	27 494	—
Tagus Global Bond n.º 2	98 645	1 276
Nova n.º 2	10 656	4 566
Magellan Mortgages n.º 1	16 500	9 979
	176 701	28 513

O valor dos títulos em carteira encontra-se registado na conta títulos de investimento, e as respectivas provisões foram incluídas na conta provisões para títulos de investimento (nota n.º 6).

40 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Garantias e avales prestados	8 920 058	8 296 979	16 256 234	13 307 366
Garantias e avales recebidos	22 150 743	19 925 881	19 925 297	18 091 494
Compromissos perante terceiros	8 072 184	3 563 093	7 896 436	3 322 959
Compromissos assumidos por terceiros	24 849 133	10 833 027	24 503 058	10 532 030
Operações cambiais à vista:				
Compras	417 555	1 566 590	383 260	1 258 705
Vendas	414 325	1 566 499	380 532	1 269 523

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Operações cambiais a prazo:				
Compras	1 036 638	1 273 699	958 933	1 238 716
Vendas	856 708	1 174 088	933 883	1 192 726
Contratos de <i>swap</i> de moeda	2 831 253	2 398 415	2 831 134	2 401 815
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro	39 398 699	24 859 190	45 667 700	28 469 589
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro e cambiais	2 115 606	2 174 416	3 833 840	3 905 482
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros	4 462 303	3 252 125	634 582	62 728
FRAs	19 952	55 000	19 952	55 000
Opções compradas	730 641	1 365 578	566 178	939 000
Opções vendidas	354 459	641 934	160 744	356 742
Contratos com garantia de taxa de juro	2 619 089	1 488 243	2 663 935	1 560 623
Valores recebidos em depósito	128 521 900	127 616 932	100 623 468	103 808 171
Valores depositados na central de valores	98 646 023	130 672 544	84 821 184	122 404 417
Outras contas extrapatrimoniais	37 427 549	30 998 285	23 766 352	17 455 925

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros por prazo de maturidade e também a sua ponderação em termos de riscos para efeitos de cálculo do *ratio* de solvabilidade.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	A mais de dois anos	Total	Ponderação para efeitos do <i>ratio</i> de solvabilidade
<i>Swaps</i> de moeda	2 831 253	—	—	2 831 253	13 709
<i>Swaps</i> de taxa de juro	17 420 117	4 376 765	17 601 817	39 398 699	101 286
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	264 453	55 711	1 795 442	2 115 606	51 256
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	19 952	—	—	19 952	—
Futuros	4 462 303	—	—	4 462 303	—
Opções compradas:					
De moeda	7 554	—	—	7 554	1
De cotações	600 017	—	—	600 017	—
Outros	123 070	—	—	123 070	—
Opções vendidas:					
De moeda	8 395	—	—	8 395	1
De cotações	238 277	—	—	238 277	—
Outros	107 787	—	—	107 787	—
Contratos com garantia de taxa de juro	1 360 915	861 579	396 595	2 619 089	6 416
Contratos a prazo de moeda	1 036 638	—	—	1 036 638	27 565
	28 480 731	5 294 055	19 793 854	53 568 640	200 234

O Grupo gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos (*hedging*) numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta nos quadros seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	A mais de dois anos	Total
Operações de negociação:				
<i>Swaps</i> de taxa de juro	5 254 917	2 655 186	9 940 177	17 850 280
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	103 039	54 762	106 872	264 673
Opções de moeda compradas	7 554	—	—	7 554
Opções de moeda vendidas	8 395	—	—	8 395
	5 373 905	2 709 948	10 047 049	18 130 902
Operações de cobertura de riscos (<i>hedging</i>):				
<i>Swaps</i> de moeda	2 831 253	—	—	2 831 253
<i>Swaps</i> de taxa de juro	12 165 200	1 721 579	7 661 640	21 548 419
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	161 414	949	1 688 570	1 850 933
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	19 952	—	—	19 952
Futuros	4 462 303	—	—	4 462 303

(Em milhares de euros)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	A mais de dois anos	Total
Opções compradas:				
De cotações	600 017	—	—	600 017
Outros	123 070	—	—	123 070
Opções vendidas:				
De cotações	238 277	—	—	238 277
Outros	107 787	—	—	107 787
Contratos com garantia de taxa de juro	1 360 915	861 579	396 595	2 619 089
Contratos a prazo de moeda	1 036 638	—	—	1 036 638
	<u>23 106 826</u>	<u>2 584 107</u>	<u>9 746 805</u>	<u>35 437 738</u>
	<u>28 480 731</u>	<u>5 294 055</u>	<u>19 793 854</u>	<u>53 568 640</u>

Para se conseguir gerar resultados de operações não associadas à procura verificada pelos clientes, o Banco pode criar posições de risco para aproveitar vantagens e oportunidades de mercado que não estão directamente associadas com as actividades dos clientes.

O quadro seguinte apresenta, para 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o resultado líquido das operações de derivados e restantes instrumentos de negociação, por categoria de instrumento:

	2001	2000
Swaps de taxa de juro e swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSS)	(17 041)	5 970
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	(266)	39
Futuros e OTs	6 020	(337)
Opções	9 338	(1 086)
Contratos a prazo de moeda	—	15
	<u>(1 949)</u>	<u>4 601</u>

41 — Método do *fair value* (justo valor) para os instrumentos financeiros:

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros, nos casos em que é praticável a identificação de tais valores:

Swaps de taxa de juro:

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs):

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Opções de moeda:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas tendo em conta estimativas de ganhos/perdas, assumindo os preços/taxas actuais do mercado.

Futuros:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas assumindo as cotações actuais do mercado.

Contratos a prazo de moeda (*forward exchange contracts*):

O *fair value* é calculado com base na obtenção do valor de mercado aplicável aos períodos até às respectivas maturidades.

A decomposição das operações de derivativos de negociação do Grupo e o respectivo *fair value* é analisado como segue:

	2001		2000	
	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico
Operações de negociação:				
Swaps de taxa de juro	17 850 280	—	19 237 844	—
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSS)	264 673	—	10 001	—
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	—	—	55 000	—
Opções de moeda compradas	7 554	—	14 609	—
Opções de moeda vendidas	8 395	—	27 634	—
	<u>18 130 902</u>	<u>—</u>	<u>19 345 088</u>	<u>—</u>

42 — Contingências:

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 294/95, de 17 de Novembro, que regulamenta os fundos imobiliários, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro, que regu-

lamenta os fundos mobiliários, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2001	2000
AF Investimentos — Fundos Imobiliários, S. A.	410 918	415 838
AF Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A.	7 390 236	8 172 449
AF Investimentos International, S. A.	257 416	237 373
BCP Investimentos International, S. A.	1 112 180	1 053 132
Prime International, S. A.	30	25
M. Conseil, Ltd.	—	3 167
	<u>9 170 780</u>	<u>9 881 984</u>

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo por tipo de fundo é analisado como segue:

	Grupo	
	2001	2000
Fundos de investimento mobiliários	8 759 862	9 466 146
Fundos de investimento imobiliários ...	410 918	415 838
	<u>9 170 780</u>	<u>9 881 984</u>

43 — Distribuição de resultados:

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2001	2000	2001	2000
Pagam. de dividendos do Banco Comercial Português, S. A.	—	150 000	—	150 000
Distribuição de result. pelos empregados das empresas do Grupo	28 116	18 428	24 940	16 440

44 — Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2001:

BCP e Sabadell lançaram ActivoBank:

No dia 7 de Maio, foi lançado o ActivoBank7, primeiro projecto desenvolvido no âmbito da parceria entre o Banco Comercial Português, S. A. e o Banco Sabadell, S. A. Esta nova operação assume a forma de um banco autónomo.

A plataforma tecnológica e a equipa comercial que suportam a actividade são as do actual Banco 7.

O ActivoBank7 é um banco independente, especializado na oferta de soluções de investimento para particulares, através de uma abordagem multicanal, centrada na *Web*.

BCP e Sabadell lançaram Managerland portal financeiro ibérico para gestores:

Em Junho de 2001, no âmbito da parceria estratégica entre o Grupo Banco Comercial Português e o Grupo Banco Sabadell, foi constituída a sociedade Managerland, S. A., operando como um portal financeiro ibérico para empresas e empresários denominado managerland.pt, desenvolvido com o objectivo de apoiar a gestão das empresas, permitindo ainda aceder a um leque de operações bancárias, e receber toda a informação relevante para a decisão, estando disponível para todos os clientes de ambos os *partners*.

BCP adquire à Jerónimo Martins 50% do capital social do Banco Expresso Atlântico:

O Banco Comercial Português e a Jerónimo Martins celebraram, em Novembro de 2001, um acordo para a aquisição pelo Banco Comercial Português de 3 999 999 acções, representativas de 49,99%

do capital social do Banco Expresso Atlântico, de que a Jerónimo Martins era titular, pelo montante de 17,7 milhões de euros.

Após a aquisição da participação da Jerónimo Martins, pendente da não oposição do Banco de Portugal, o Banco Comercial Português passará a deter a totalidade do capital social do Banco Expresso Atlântico.

BCP aumentam a participação no Big Bank Gdanski:

Na sequência do aumento de capital efectuado pelo BIG Bank Gdanski (BBG) no montante de Pln 764 milhões (201,9 milhões de euros) pela emissão reservada a accionistas de 424 590 872 novas acções na proporção de uma nova acção por cada uma detida, ao preço de Pln 1,80 por acção (0,459 euros), o Banco Comercial Português aumentou a sua participação no BBG de 19,9 % para 44,1 %.

45 — Pensões de reforma:

O Grupo BCP assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades o Grupo mantém Fundos de Pensões autónomos, geridos pela PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	Grupo	
	2001	2000
Número de participantes:		
Reformados e pensionistas	12 772	11 706
Pessoal no activo	13 847	15 488
	<u>26 619</u>	<u>27 194</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea m), as responsabilidades do Grupo BCP por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	Grupo	
	2004	2003
Responsab. por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	2 561 875	2 202 098
Pessoal no activo	714 889	734 063
Responsab. com serviços passados — Atlântico	(30 690)	(72 063)
	<u>3 246 074</u>	<u>2 864 098</u>
Valor do Fundo	<u>(2 665 200)</u>	<u>(2 457 255)</u>
Responsabilidades não financiadas	580 874	406 843
Provisões constit. e valores a pagar	(182 112)	(457 219)
Diferença de cobertura	398 762	(50 376)
Valor do corredor	(269 988)	—
Valor a amort. pelo período de 10 anos	<u>128 774</u>	<u>—</u>
Responsabilidade com serviços futuros por direitos adquiridos	735 442	741 213

O acréscimo das responsabilidades não financiadas em 2001 é analisado como segue:

	Grupo
	Respons. não financ.
Valores em 1 de Janeiro de 2001	406 843
Custo normal	45 980
Custo dos juros	168 530

(Em milhares de euros)

	Grupo — Respons. não financ.
Custo com programas de reformas antecipadas	251 438
Reformas antecipadas — estrangeiro	12 603
Amortização de serviços passados — Atlântico	3 430
Rendimento esperado dos activos	(149 450)
Ganhos e perdas actuariais	414 655
Contribuições para o Fundo	(541 370)
Pagamentos efectuados	(21 280)
Variação cambial	(10 505)
Valores em 31 de Dezembro de 2001	580 874

De acordo com os princípios previstos no aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, e conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea m), as responsabilidades adicionais calculadas em 1995, resultantes das alterações de pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para os colaboradores com origem no Grupo Banco Português do Atlântico, foi diferido e tem vindo a ser amortizado por um período de 20 anos.

Com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, o montante por amortizar à data de 31 de Dezembro de 2001, foi recalculado em 30 690 000 euros, com o objectivo de efectuar as correcções decorrentes de reduções operadas na população abrangida. Este valor será amortizado pelo prazo residual de 13 anos. Durante o exercício de 2001, foram efectuadas contribuições para o Fundo de Pensões no total de 552 379 000 euros, dos quais 11 009 000 euros foram efectuadas por conta dos trabalhadores. As contribuições efectuadas corresponderam a 287 397 000 euros em títulos de negociação e 264 981 000 euros em dinheiro.

Para cobrir as responsabilidades não financiadas, o Grupo BCP constituiu provisões e contabilizou custos a pagar que em 31 de Dezembro de 2001 ascendiam globalmente a 182 112 000 euros (2000: 457 219 000 euros).

Nos termos dos valores mínimos de financiamento das responsabilidades, de acordo com o aviso n.º 12/2001, do referido valor registado na conta outras exigibilidades, o valor mínimo de 352 381 000 euros será contribuído para o Fundo.

O valor do Fundo de Pensões, em 31 de Dezembro de 2001, inclui o montante de 376 735 000 euros relativo a títulos emitidos por empresas do Grupo, do qual 243 967 000 euros corresponde a obrigações e 123 768 000 euros a acções. Inclui ainda um montante de 39 968 000 euros relativo a imóveis arrendados por empresas relacionadas com o Grupo BCP.

A diferença de cobertura de responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2001, foi reconhecida de acordo com o método do corredor, como activo (v. nota n.º 11), na conta flutuação de valores pelo montante de 269 988 000 euros e na conta despesas antecipadas pelo montante de 128 774 000 euros, e como um passivo (v. nota n.º 15) na conta outras exigibilidades pelo montante de 398 762 000 euros, de acordo com o estabelecido no aviso n.º 12/2001.

O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, a partir de

2002, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea m).

Em 2001, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 67 654 000 euros (2000: 71 540 000 euros), excluindo custos de reestruturação relativos a reformas antecipadas, cuja análise é apresentada como segue:

	Grupo — 2001
Custo dos serviços correntes	45 980
Custo dos juros	168 530
Rendimento esperado dos activos	(149 450)
Amortiz. de responsab. com serviços passados — 1994	3 430
Outros	(836)
Custo do período	67 654

Adicionalmente, das responsabilidades geradas no exercício, foram debitados por contrapartida de outras reservas, custos de reestruturação relativos a reformas antecipadas no montante de 251 438 000 euros (v. nota n.º 37).

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelo aviso n.º 12/2001. A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

(Em percentagem)

	Fundo BCP	
	2001	2000
Taxa de crescimento salarial	3	3
Taxa de crescimento das pensões	2	2
Taxa de rendimento do Fundo	6	6
Taxa de desconto	6	6
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez	—	—
Taxa de turnover	—	—

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

As perdas actuariais verificadas em 2001 são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e que foram de 10% para a taxa de crescimento dos salários, 3,85% para a taxa de crescimento das pensões, tendo o rendimento do fundo atingido valores negativos na ordem dos 6,77%.

46 — Créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

A data de 31 de Dezembro de 2001, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de obrigações, acções e outros títulos, são analisados como segue:

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito de clientes	Títulos de rendim. fixo	Total
Banco Expresso Atlântico, S. A.	28 617	—	—	28 617
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	703 004	—	1 146 093	1 849 097
Banco Mello (Cayman), Ltd.	—	—	27 517	27 517
Banco Mello (Luxembourg), S. A.	108 847	—	—	108 847
BCP Finance Bank Ltd.	27 171	—	61 637	88 808
BCP Finance Company, Ltd.	22 031	—	—	22 031
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2 393 505	—	—	2 393 505
BCP Investment, B. V.	—	261 145	—	261 145
BPA Internacional S G P S, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	11 297	—	11 297
BPA Overseas Bank, Ltd.	380 840	—	—	380 840
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.ª	—	60 104	—	60 104
CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.	202 900	—	—	202 900
Interbanco, S. A.	149 939	—	30 000	179 939
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	—	12 165	—	12 165
Grupo BCP Investimento	23 867	—	189 644	213 511

(Em milhares de euros)

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito de clientes	Títulos de rendim. fixo	Total
Grupo Leasefactor	1 371 045	—	1 181 314	2 552 359
Mello Locação — Comércio e Aluguer, S. A.	—	147 495	—	147 495
NovaBank, S. A.	85 399	—	—	85 399
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviço, ACE	—	438 108	—	438 108
Outras	10 291	648	—	10 939
	<u>5 507 456</u>	<u>930 962</u>	<u>2 636 205</u>	<u>9 074 623</u>

47 — Débitos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 2001, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de débitos para com instituições de crédito, débitos para com clientes, débitos representados por títulos e de passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Débitos ICs	Débitos a clientes	Débitos represent. por títulos	Passivos subordinados	Total
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.	326 476	—	—	—	326 476
Banco Expresso Atlântico, S. A.	37 716	—	—	—	37 716
BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	34 537	—	—	—	34 537
Banco Mello (Cayman), Ltd.	160 083	—	—	108 902	268 985
Banco Mello (Luxembourg), S. A.	72 312	—	—	—	72 312
Banque BCP, S. A. S.	373 142	—	—	—	373 142
BCP Finance Company, Ltd.	—	—	—	1 000 000	1 000 000
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	3 306 673	—	—	—	3 306 673
BCP Finance Bank Ltd.	4 711 642	—	—	2 281 949	6 993 591
BCP Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	70 779	—	—	70 779
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	24 205	—	—	24 205
BPABank National Association	51 710	—	—	—	51 710
BPA Overseas Bank, Ltd.	1 582 372	—	—	—	1 582 372
Chemical, SGPS, S. A.	—	9 185	—	—	9 185
Interbanco, S. A.	28 297	—	—	—	28 297
Grupo AF Investimentos	—	106 330	—	—	106 330
Grupo BCP Investimento	1 441 721	9 970	259 564	3 889	1 715 144
Mello Capital, Ltd.	—	—	—	58 110	58 110
NovaBank, S. A.	17 162	—	—	—	17 162
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	—	141 211	141 211
Outras	6 151	29 663	10 994	—	46 808
	<u>12 149 994</u>	<u>250 132</u>	<u>270 558</u>	<u>3 594 061</u>	<u>16 264 745</u>

48 — Indicadores do balanço consolidado e demonstração de resultados consolidados por funções:

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, em Portugal e no estrangeiro.

Os segmentos de negócio abordados pelo Grupo BCP, identificados no quadro que se segue, com referência ao ano findo em 31 de Dezembro de 2001, são operados por subsidiárias distintas. A informação financeira dos segmentos de negócio é elaborada com base nos mesmos princípios contabilísticos aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo as transacções intra-Grupo reflectidas em cada um dos segmentos e na coluna de outros.

Segue-se uma breve descrição das principais áreas de negócio do Grupo:

Banca comercial:

A banca comercial é a área de negócio de maior dimensão no Grupo, levada a cabo fundamentalmente pelo BCP, através das suas redes bancárias (que, no final de 2001, eram as seguintes: Particulares & Negócios, Private Banking, Corporate, Empresas, NovaRede, Banco 7, Atlântico e SottoMayor), pelo Banco Expresso Atlântico e pelos bancos localizados fora do território nacional (Banco Internacional de Moçambique, Banco Comercial de Macau, Banque BCP, Novabank e BPABank).

Banca de investimento:

O BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., é a subsidiária do Grupo BCP no negócio da banca de investimento.

Gestão de activos:

O Grupo BCP realiza o negócio de gestão de activos através da AF Investimentos, sociedade *holding* que detém as participadas de gestão de fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, e de gestão personalizada de patrimónios.

Crédito especializado:

Os negócios de *factoring* e de *leasing* mobiliário e imobiliário do Grupo BCP são desenvolvidos pela Leasefactor, sociedade *holding* que detém as participadas dos referidos negócios.

Crédito ao consumo:

O CrédiBanco é o banco de crédito ao consumo do Grupo BCP. Em Dezembro de 1999, o Grupo BCP estabeleceu um acordo de parceria com a SIVA (que, posteriormente, alterou a sua designação social para SAG GEST), que incluiu a aquisição conjunta do Interbanco, uma instituição especializada no financiamento automóvel para particulares e empresas.

De acordo com a estratégia definida pelo Grupo para o negócio de crédito ao consumo, o Interbanco centralizou a concessão de crédito automóvel no ponto de venda, centrando o CrédiBanco a sua actividade nos restantes segmentos de negócio.

ServiBanca:

A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços a todo o Grupo BCP.

Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas do Grupo que utilizam os seus serviços:

	Banca comercial	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Crédito ao consumo	Servibanca	Outros	Consolidado
(Em milhares de euros)								
Indicadores do balanço consolidado por segmentos de negócio:								
Activo:								
Caixa, disponibilidades e outros créditos sobre instituições crédito	16 906 184	1 483 955	116 697	4 160	34 214	—	(11 092 233)	7 452 977
Créditos sobre clientes	38 405 361	363 945	—	2 860 748	693 785	—	614 475	42 938 314
Carteira de investimentos (a)	8 910 538	620 475	9 841	961	2 799	—	(2 086 330)	7 458 284
<i>Total do activo</i>	72 705 933	2 710 323	140 236	2 902 117	808 392	477 905	(16 784 198)	62 960 708
Passivo:								
Débitos para com instituições de crédito	27 694 772	129 292	—	1 416 455	485 132	438 108	(16 994 564)	13 169 195
Débitos para com clientes	28 208 150	157 625	—	—	30 687	—	1 044 588	29 441 050
Débitos representados por títulos	3 954 580	2 007 453	—	1 148 053	25 000	—	3 583 803	10 718 889
<i>Total do passivo</i>	67 898 029	2 538 103	96 721	2 832 468	715 210	477 653	(15 131 868)	59 426 316
Demonstração de result. consol. por funções/segmentos de negócio:								
Juros e proveitos equiparados	3 884 512	153 834	7 060	167 248	95 294	—	(911 424)	3 396 524
Juros e custos equiparados	2 688 938	142 152	1	122 383	30 084	17 066	(955 958)	2 044 666
Margem financeira	1 195 574	11 682	7 059	44 865	65 210	(17 066)	44 534	1 351 858
Provisão para riscos crédito	192 651	(893)	—	14 554	24 276	—	(22 110)	208 478
Margem financeira após provisão para riscos crédito	1 002 923	12 575	7 059	30 311	40 934	(17 066)	66 644	1 143 380
Comissões líquidas	419 679	26 860	24 804	(1 514)	(997)	(1)	18 465	487 296
Outros resultados exploração	259 782	7 538	3 380	10 635	18 589	318 812	(395 902)	222 834
Margem de serviços	679 461	34 398	28 184	9 121	17 592	318 811	(377 437)	710 130
Rendimentos de títulos	19 853	1 599	—	—	—	—	—	21 452
Rendimentos de imobilizações financeiras	186 743	2 175	—	—	1 789	—	(72 152)	118 555
Lucros em operações financeiras (líquidos)	27 141	16 176	(89)	—	12 325	—	100 816	156 369
Provisão para depreciação de títulos	(13 366)	(1 353)	(23)	—	(32)	—	4	(14 770)
Resultados antes de custos de transformação	1 902 755	65 570	35 131	39 432	72 608	301 745	(282 125)	2 135 116
Custos com o pessoal	540 692	18 781	6 482	12 342	19 771	128 740	550	727 358
Outros gastos administrativos	633 322	14 882	5 731	10 336	27 038	135 528	(317 803)	509 034
Amortizações	104 678	1 896	347	1 260	2 501	37 638	(429)	147 891
Custos de transformação	1 278 692	35 559	12 560	23 938	49 310	301 906	(317 682)	1 384 283
Resultado operacional	624 063	30 011	22 571	15 494	23 298	(161)	35 557	750 833
Outras provisões	(61 080)	969	(55)	(2 347)	(553)	—	53	(63 013)
Outros resultados extraordinários	97 098	835	(29)	1 108	539	161	(41 140)	58 572

	(Em milhares de euros)							
	Banca comercial	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Crédito ao consumo	Servibanca	Outros	Consolidado
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	660 081	31 815	22 487	14 255	23 284	—	(5 530)	746 392
Impostos sobre lucros	67 753	5 124	4 580	4 845	6 195	—	(4 042)	84 455
Interesses minoritários	29	—	—	1	—	—	90 234	90 265
Lucro do exercício	592 299	26 691	17 907	9 409	17 088	—	(91 722)	571 672

(a) Inclui carteira de títulos, acções próprias e participações financeiras.

49 — Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português:

Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	
AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	Lisboa	18 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	100 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
AF Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A.	Lisboa	5 845 691	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos — Fundos Imobiliários, S. A.	Lisboa	875 000	EUR	Gestão de fundos de invest. imobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.	Lisboa	2 309 233	EUR	Gestão de patrimónios	100,0	100,0	—
BCP Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	150 000	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	149 639	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100,0	100,0	—
Prime Internacional, S. A.	Luxemburgo	75 000	EUR	Consultoria de invest. mobiliário	100,0	100,0	—
AF Investments, Ltd.	George Town	100 000 000	PTE	Finaceira	100,0	100,0	—
M — Conseil, S. A.	Luxemburgo	75 000	EUR	Assessoria financeira	100,0	100,0	—
Leasefactor, SGPS, S. A.	Lisboa	62 500 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
BCP Factoring, S. A.	Lisboa	13 750 000	EUR	Factoring	100,0	100,0	—
BCP Leasing, S. A.	Porto	43 695 000	EUR	Locação financeira	100,0	100,0	—
BCP Investimento — Banco Com. Port. de Investimento, S. A.	Lisboa	75 000 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Cisf Imobiliária — Comp. de Invest. e Gestão de Imóveis, S. A.	Lisboa	3 000 000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	—
BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.	Lisboa	28 500 000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	—
BCP Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP — Participações Financeiras, SGPS, Soc. Unipessoal, L. ^{da}	Lisboa	7 818 798 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Pirâmide — Estudos e Participações, SGPS, S. A.	Lisboa	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	Funchal	2 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
Chemical, SGPS, S. A.	Lisboa	1 400 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	50,0
CrediBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.	Lisboa	35 090 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Banco Expresso Atlântico, S. A.	Porto	40 000 000	EUR	Banca	50,0	50,0	—
Interbanco, S. A.	Lisboa	37 500 000	EUR	Banca	50,0	50,0	—
Polyfinances, S. A.	Luxemburgo	1 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	99,9	50,0	—
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	200 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	—
Multifinance, Corp., Ltd.	Malta	100 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	—
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	94 500 000	EUR	Banca	50,0	50,0	50,0
BII Internacional, SGPS, L. ^{da}	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	—

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	
BII Finance Company, Ltd.	George Town	25 000	USD	Financieira	100,0	50,0	—
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.	Macao	225 000 000	MOP	Banca	100,0	100,0	—
BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	Maputo	500 000 000 000	MZM	Banca	50,4	50,4	—
BIM Investimento, S. A. R. L.	Maputo	23 222 000 000	MZM	Banca	75,0	50,2	—
BIM Leasing, S. A. R. L.	Maputo	52 000 000 000	MZM	Locação financeira	95,0	60,3	—
Banque BCP, S. A. S.	Paris	65 000 000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
Banque BCP (Luxembourg), S. A.	Luxemburgo	12 500 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
NovaBank, S. A.	Atenas	51 500 000 000	GRD	Banca	50,0	50,0	1,5
Banco ActivoBank (Portugal), S. A.	Lisboa	17 500 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Banco Mello (Cayman), Ltd.	George Town	5 988 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Mello Capital, Ltd.	George Town	60 000 001	EUR	Banca	100,0	—	—
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	George Town	195 000 000	USD	Financieira	100,0	100,0	—
BCP International Bank Limited	George Town	20 964 725	USD	Banca	100,0	100,0	—
BCP Investment, B. V.	Amesterdão	153 845 493 684	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
BCP/BS, Holding B. V.	Amesterdão	18 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Finance Bank Ltd.	George Town	146 000 000	USD	Banca	100,0	—	—
BCP Finance Company, Ltd.	George Town	885 201 000	USD	Investimento	100,0	100,0	—
BCP Capital Finance, Ltd.	George Town	16 000 000	USD	Banca	100,0	100,0	—
BPA Overseas Bank Ltd.	George Town	107 138 303	USD	Banca	100,0	100,0	100,0
BCP Overseas Limited	Dublin	100 241	PTE	Investimento	100,0	100,0	—
BCP IFSC, Limited	Dublin	7 253 023 962	PTE	Investimento	100,0	100,0	—
BCP Ireland Investments, Ltd.	Dublin	2	EUR	Financieira	100,0	100,0	100,0
BPA Ireland Limited	Dublin	100	PTE	Investimento	100,0	100,0	99,0
BPA Ireland Investments Incorporated	Dublin	7 500 000 000	PTE	Investimento	100,0	100,0	—
BitallPart, B. V.	Roterdão	19 370	EUR	Investimento	100,0	100,0	—
SENLOC — Investimentos e Serviços, L.ª	Funchal	153 845 493 684	PTE	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
Sotomayor Bank Canada	Toronto	29 500 000	CAD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
B. C. Português — Escritório de Repres. e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	8 690 369	BRL	Banca	100,0	100,0	100,0
Banco Português do Atlântico (USA), Inc.	Newark	10 000 000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	—
BPA Bank National Association	Newark	30 000 000	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	25 000	USD	Banca	100,0	100,0	—
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	251 500	EUR	Serviços financeiros	93,6	88,8	50,9
Comercial Imobiliária, S. A.	Lisboa	5 000 000 000	PTE	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
MC — Teleserviços, Serviços e Correio	Lisboa	1 000 000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0

Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação de contas pelo método proporcional foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	
ActivoBank, S. A.	Madrid	127 906 000	EUR	Banca	45,8	45,8	8,2
Corretora Ibersecurities, S. A.	Madrid	1 050 000	EUR	Corretagem	45,8	45,8	—
Managerland, S. A.	Barcelona	1 000 000	EUR	Serviços financeiros	50,0	50,0	50,0
Pinto Totta International Finance, Ltd.	George Town	250 050 000	USD	Investimento	50,0	—	—

Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e que são registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco	
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Controlo (percent.)	Particip. directa (percent.)
AGII — Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.	Porto	35 000 000	EUR	Investimento e gestão imobiliária	100,0	50,0	—	—
BCP — Assessores Financeiros, L.ª	Lisboa	11 000 000	PTE	Assessoria e serviços	100,0	100,0	99,4	—
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.ª	Porto	10 000 042	PTE	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	—	—
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	Porto	1 000 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	—	—
Mello Locação — Comércio e Aluguer, S. A.	Lisboa	1 000 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	50,0	—	—
Mozambique Capital Partners, Ltd.	Maputo	10 000	USD	Investimentos	50,0	50,0	50,0	—
Servitrust — Trust Management and Services, S. A.	Funchal	100 000	EUR	Serviços de <i>travst</i>	100,0	100,0	100,0	—
Sociedade Imobiliária Colinas D'Arge, L.ª	Lisboa	400 000 000	PTE	Imobiliária	72,0	72,0	72,0	—
Sottotur — Estudo e Promoção de Viagens, Turismo e Lazer, S. A.	Lisboa	50 000	EUR	Turismo	100,0	100,0	100,0	—
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	Lisboa	1 500 000	EUR	Aluguer de equipamento	100,0	100,0	—	—
Tottatur — Viagens e Turismo, S. A.	Lisboa	50 000 000	PTE	Turismo	100,0	100,0	100,0	—
Unilong — Sociedade de Aluguer de Longa Duração, S. A.	Lisboa	250 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	—	—
VSC — Aluguer de Veículos Sem Condutor, L.ª	Lisboa	12 500 000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	—	—

Em 31 de Dezembro de 2001, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco	
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Controlo (percent.)	Particip. directa (percent.)
BitaiBond, B. V.	Roterdão	50 000	NLG	Investimento mobiliário	49,0	49,0	49,0	—
GICES — Soc. Gestora de Fundos de Invest. Imobiliários, S. A.	Lisboa	120 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. imobiliários	20,0	20,0	—	—
Mozambique Investment Company, Ltd.	Maputo	8 550	USD	Investimentos	39,5	39,5	29,5	—
OPE — Optimização Energética, S. A.	Lisboa	130 000 000	PTE	Optimização energética	25,0	25,0	—	—
Paço da Palmeira — Sociedade Agrícola e Comercial, L.ª	Braga	8 000 000	PTE	Sociedade agrícola	20,0	20,0	20,0	—
SIIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	4 928 460 000	PTE	Serviços bancários	21,9	21,6	20,8	—
Uniore — Cartão de Crédito Internacional, S. A.	Lisboa	1 700 000 000	PTE	Cartões de crédito	30,3	30,1	29,2	—

Em 31 de Dezembro de 2001, as principais participações financeiras em grupos financeiros eram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco	
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Controlo (percent.)	Particip. directa (percent.)
Banco Sabadell, S. A.	Barcelona	87 429 744	EUR	Banca	8,5	8,5	—	—
BIG Bank Gdanskí, S. A.	Varsóvia	849 181 744	PLZ	Banca	44,1	44,1	44,1	—
Eureko, B. V.	Amesterdão	241 270 942	EUR	Grupo Assure-finance	24,6	24,6	—	—

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christoph de Beck*, presidente — *João Luis Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Português, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de balanço de 63 390 023 milhares de euros e um total de capital próprio de 4 410 593 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 516 616 milhares de euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

«A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S.A., em 31 de Dezembro de 2001, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 22 de Janeiro de 2002. — *Mário Branco Trindade.*

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Banco Comercial Português, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de balanço de 62 960 708 milhares de euros e um total de capital próprio de 2 187 176 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 571 672 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriada mente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Banco Comercial Português, em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 22 de Janeiro de 2002. — *Mário Branco Trindade.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.^{as} o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., referentes ao exercício de 2001, dando, assim, cumprimento às disposições legais, alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais e estatutárias.

2 — O conselho, reuniu, sempre que considerado necessário, com o presidente do conselho de administração e, trimestralmente, com o administrador responsável pelas áreas relevantes para a actividade do conselho fiscal, tendo tomado conhecimento, oportuno, das deliberações do conselho de administração e das recomendações e deliberações do conselho superior.

Ao longo do exercício, dedicou este conselho fiscal especial atenção ao desenvolvimento e conclusão da reestruturação interna decorrente dos processos de fusão no Grupo Banco Comercial Português, nomeadamente, dos Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A., e Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.

3 — No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

4 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas. Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

5 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

6 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

Porto, 31 de Janeiro de 2002. — O Conselho Fiscal: (*Sem assinaturas.*)

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras apresentadas nas páginas 4 a 88 do Banco Comercial Português, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2001 e 2000. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco Comercial Português, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2002. — *KPMG*.

Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução*. — Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 do Banco Comercial Português, S. A. e do Grupo, que inclui o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2001, as demonstrações dos resultados consolidados e individuais, por naturezas e por funções, e as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e individuais do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos ao balanço e às demonstrações dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Total do activo	62 960 708	63 390 023
Capital próprio	2 187 176	4 410 593
Resultado líquido	571 672	516 616

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima refe-

ridos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2002. — João Augusto & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

Relatório sobre o governo da sociedade

O presente relatório é elaborado em cumprimento do Regulamento n.º 7/2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e, respeitando às práticas de governo da sociedade, é organizado de acordo com o modelo para o efeito anexo ao já citado regulamento.

É convicção do conselho de administração do Banco Comercial Português que as recomendações emitidas pela CMVM sobre o governo das sociedades, na sua mais recente redacção de Dezembro de 2001, têm na sua generalidade adesão por parte do Banco, não existindo situações que justifiquem qualquer menção excepcional.

Nos capítulos do relatório que se seguem, para cuja elaboração, como já referido, foi adoptado o modelo anexo ao Regulamento n.º 7/2001 da CMVM, procedeu-se a uma descrição pormenorizada dos aspectos considerados relevantes para o melhor esclarecimento dos accionistas e investidores, quanto ao grau de adopção das citadas recomendações pelo Banco Comercial Português.

Capítulo I:

Divulgação de informação:

1 — Órgãos e definição de competências no quadro do processo de decisão empresarial:

Os órgãos de administração e fiscalização do Banco Comercial Português são o conselho de administração e o conselho fiscal.

O contrato de sociedade do Banco Comercial Português prevê ainda a existência de um corpo social, o conselho superior, a quem é cometido o especial acompanhamento da vida social e quem incumbe pronunciar-se, mediante parecer prévio, sobre os mais relevantes aspectos da actividade do Banco e do Grupo Banco Comercial Português, estatutariamente enumerados no artigo 28-B do contrato de sociedade que em seguida se transcreve:

«Artigo 28.º-B

1 — Compete ao conselho superior pronunciar-se, mediante parecer prévio, sobre as matérias referidas no número seguinte e ainda sobre todas aquelas que lhe forem submetidas pelo presidente do conselho de administração.

2 — São obrigatoriamente submetidas à apreciação do conselho superior as propostas de deliberação do conselho de administração respeitantes a:

- a) Política geral de gestão;
- b) Plano de actividades e orçamentos e planos de investimentos anuais;
- c) Cooptação de administradores;
- d) Pedido de convocação de assembleia geral e propostas ou relatórios a submeter a esta;
- e) Relatório de gestão e contas anuais;
- f) Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da empresa;
- g) Mudança de sede;
- h) Aumentos de capital social;
- i) Projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade.

3 — O conselho de administração, através do seu presidente, prestará ainda ao conselho informação trimestral sobre a evolução dos negócios sociais.»

O Banco Comercial Português desenvolveu uma estrutura organizacional flexível, com poucos níveis hierárquicos e com uma clara segregação entre as áreas de negócio que avaliam, contratam e gerem as transacções e as áreas de operações que as verificam, processam e controlam. Merece destaque especial nesta sede a ServiBanca, a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento do Grupo Banco Comercial Português, que foi criada em 26 de Julho de 1996, assumindo a natureza jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas.

A ServiBanca integra um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços, em especial às plataformas comerciais, ou que desenvolvem a sua actividade no âmbito do apoio à gestão corporativa das sociedades agrupadas.

A ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E. (SVB) é administrada por um conselho de administração, eleito pela assembleia geral, actualmente composto por nove administradores, quatro dos quais, incluindo o presidente, são administradores do Banco Comercial Português.

A competência para a atribuição de funções e responsabilidades na organização é do conselho de administração do BCP.

As unidades orgânicas com reporte directo ao conselho de administração, no quadro do processo de decisão empresarial, são as seguintes:

- Centro Corporativo (SVB);
- Direcção de Aprovisionamento e Património (SVB);
- Direcção de Assessoria Jurídica;
- Direcção de Auditoria (SVB);
- Direcção de Compras (SVB);
- Direcção de Comunicação e Relações Institucionais (SVB);
- Direcção de Contabilidade (SVB);
- Direcção de Controlo de Riscos (SVB);
- Direcção de Crédito;
- Direcção de Custódia Institucional;
- Direcção de Derivados de Acções (BCPI);
- Direcção de Desenvolvimento (SVB);
- Direcção de Gestão de Activos e Passivos;
- Direcção de Mercado de Capitais (BCPI);
- Direcção de Operações Financeiras (BCPI);
- Direcção de Qualidade (SVB);
- Direcção de Recuperação de Crédito (SVB);
- Direcção de Recursos Humanos (SVB);
- Direcção de Relações com Investidores;
- Direcção de Serviço às Redes (SVB);

- Direcção de Sistemas de Telemarketing (SVB);
- Direcção de Tesouraria (BCPI);
- Direcção de Títulos (SVB);
- Direcção Internacional;
- Direcções Comerciais e de Coordenação das Redes da Banca Comercial;
- Direcções Comerciais e de Coordenação de Produtos;
- Direcções de Apoio às Redes;
- Direcções de Infra-estruturas de Comunicações e Sistemas (SVB);
- Direcções de Marketing;
- Direcções de Segurança Física e dos Sistemas de Informação (SVB);
- Direcções do Crédito à Habitação (SVB);
- Secretaria Geral (SVB).

2 — Evolução da cotação das acções BCP na Bolsa de Valores de Lisboa:

Em capítulo autónomo do relatório e contas 2001 (volume I — As acções do BCP nas Bolsas de Valores) é reportada informação detalhada sobre o comportamento bolsista do título BCP ao longo de 2001, nomeadamente por comparação com o desempenho dos títulos de outras instituições congéneres e com a *performance* de índices de acções sectoriais e globais, tanto ao nível do mercado doméstico como de praças internacionais.

Nesse mesmo capítulo são ainda sintetizados os indicadores que caracterizam a evolução da cotação do título (cotações média, máxima e mínima) em 2001, quer em termos reais, quer ajustada do efeito decorrente dos aumentos de capital social do Banco que ocorreram em 2001, também aí descritos pormenorizadamente.

Enquanto factos relevantes neste domínio, destacamos as seguintes operações descritas nesse capítulo: (i) a deliberação da assembleia geral de accionistas reunida em 26 de Março de 2001 de, na sequência da aprovação da proposta de aplicação dos resultados referentes ao exercício de 2000, proceder a um aumento do capital social do BCP por incorporação de reservas e emissão de 57 027 325 novas acções, cabendo a cada accionista a atribuição gratuita de uma acção por cada 37 detidas (factor: 0,0271356782); e (ii) a emissão em 20 de Junho de 2001 de um empréstimo obrigacionista convertível no valor de 425 milhões de euros, podendo a conversão ser efectuada durante todo o período de vida da emissão através da aplicação de um preço de conversão de referência à data da emissão de 6,025 euros por acção.

3 — Política de distribuição de dividendos:

Constitui prática regular do Banco Comercial Português a enunciação e divulgação junto dos investidores da sua política de dividendos, bem como fundamentar com clareza e precisão as propostas de aplicação de resultados, no âmbito do relatório e contas anual.

Sintetizam-se em seguida os principais indicadores que caracterizam a política de distribuição de resultados seguida pelo BCP nos últimos anos.

4 — Direitos de subscrição de acções para quadros do Grupo Banco Comercial Português:

Até à data foram aprovados três programas de direitos de subscrição de acções para quadros do Grupo Banco Comercial Português.

4.1 — Caracterização do programa relativo ao exercício de 1998:

4.1.1 — Beneficiários:

Colaboradores do Grupo Banco Comercial Português que em 31 de Dezembro de 1998 auferissem uma remuneração efectiva mensal igual ou superior a 500 000\$.

4.1.2 — Benefício atribuído:

Salvo comunicação em contrário, os beneficiários terão direito a subscrever, a partir de Março de 2002, e por ocasião de aumentos de capital a realizar expressamente para o efeito, acções do Banco Comercial Português ao preço de euros 5,73 euros (que corresponde à aplicação de um prémio de 5% sobre o valor médio dos preços de fecho das acções do BCP, cinco sessões de bolsa imediatamente anteriores a 24 de Março de 1999 — data da sessão da assembleia geral em que este fixou o preço de exercício daquele direito, valor este que já se encontra ajustado em função da alteração do valor nominal das acções de 1000\$ para um euro entretanto ocorrido).

Política de dividendos

	1995 (a)	1996 (a)	1997 (a)	1998 (a)	1999 (b)	2000 (b)	2001 (b)
Dividendos por acção (euros)	0,32	0,35	0,47	0,58	0,15	—	0,15
Dividendos distribuídos (milhares de euros)	35 562,24	47 647,16	73 908,29	116 000,44	150 000,00	(d) 315 234,38	349 007,23
Dividend yield (c) (percent.)	2,90	3,20	3,40	2,50	2,20	2,70	2,70
Dividend pay-out (c) (percent.)	35,20	35,20	41,10	41,00	42,30	34,90	62,40

(a) acções de valor nominal de 1000\$.

(b) acções de valor nominal de um euro.

(c) ano de pagamento do dividendo.

(d) Reserva livre especial para a realização de um aumento de capital por incorporação de reservas, do qual resultou a emissão de 57 027 325 novas acções.

4.1.3 — Número de acções necessárias ao exercício dos direitos:

Com referência a 1 de Janeiro de 2001 número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1059 ascendendo a 2 585 815 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

Com referência a 31 de Dezembro de 2001, o número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários do programa de direito de subscrição de acções era de 1046 ascendendo a 2 561 945 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

4.2 — Caracterização do programa relativo ao exercício de 1999:

4.2.1 — Beneficiários:

Colaboradores do Grupo Banco Comercial Português que:

Auferissem uma remuneração efectiva mensal igual ou superior a 500 000\$ no dia 31 de Dezembro de 1999;

Tendo, em 31 de Dezembro de 1999, remuneração efectiva mensal superior a 300 000\$ e inferior a 500 000\$, tivessem tido nota de desempenho para bónus igual ou superior a 115.

4.2.2 — Benefício atribuído:

Salvo comunicação em contrário, os beneficiários terão direito a subscrever, a partir de Março de 2003, e por ocasião de aumentos de capital a realizar expressamente para o efeito, acções do Banco Comercial Português ao preço de euros 5,73 euros (corresponde à aplicação de um prémio de 5% sobre o valor médio dos preços de fecho das acções do BCP 5 sessões de bolsa imediatamente anteriores a 24 de Março de 1999 — data da sessão da assembleia geral em que este fixou o preço de exercício daquele direito, valor este que já se encontra ajustado em função da alteração do valor nominal das acções de 1000\$ para um euro entretanto ocorrido).

4.2.3 — Número de acções necessárias ao exercício dos direitos:

Com referência a 1 de Janeiro de 2001 o número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1473 ascendendo a 6 062 050 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

Com referência a 31 de Dezembro de 2001, o número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários do programa de direito de subscrição de acções era de 1446 ascendendo a 5 998 000 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

4.3 — Caracterização do programa relativo ao exercício de 2000:

4.3.1 — Beneficiários:

Colaboradores do Grupo Banco Comercial Português que cumpram uma das seguintes condições:

Terem auferido gratificação extraordinária relativa ao exercício de 2000 em montante igual ou superior a 3000 contos;

Terem participado no programa de direitos de subscrição de acções do Banco Comercial Português oferecido aos colaboradores do Grupo Banco Comercial Português no âmbito da gratificação extraordinária relativa ao exercício de 1999.

4.3.2 — Benefício atribuído:

Salvo comunicação em contrário, os beneficiários terão direito a subscrever, a partir de Março de 2004, e por ocasião de aumentos de capital

a realizar expressamente para o efeito, acções do Banco Comercial Português ao preço de cinco euros (que traduz um desconto de 2% sobre a média dos preços de fecho das cinco sessões de bolsa imediatamente anteriores a 23 de Abril de 2001 — data da sessão do conselho de administração em que este fixou o preço de exercício daquele direito — conforme deliberação da assembleia geral que aprovou o programa, realizada em 26 de Março de 2001).

4.3.3 — Número de acções necessárias ao exercício dos direitos:

Com referência a 1 de Janeiro de 2001 o número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários do programa de direito de subscrição de acções foi de 1347, ascendendo a 6 714 436 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

Com referência a 31 de Dezembro de 2001, o número de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português beneficiários do programa de direito de subscrição de acções era de 1327 ascendendo a 6 649 185 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de tal direito.

4.4 — Características comuns a todos os programas:

4.4.1 — Transmissão de direitos:

Excepto nos casos abaixo abordados de morte, invalidez ou reforma, os direitos só poderão ser transmitidos nos termos que o conselho de administração venha a caso a caso a autorizar.

4.4.2 — Exercício dos direitos:

O exercício dos direitos e a sua eventual transmissão serão sempre efectuados através do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. (ou outra entidade que o conselho de administração venha a indicar para o efeito). O BCP Investimento actuará como agente colocador das emissões de acções que venham a ter lugar;

Salvo se ocorrer uma antecipação por decisão do conselho de administração, ou no caso referido em 4.4.3, o processo decorrerá nos moldes próprios de um aumento de capital, pelo que o conselho de administração fixará: um período para que os beneficiários possam comunicar ao BCP Investimento as suas intenções — número de acções que pretendem subscrever, até ao máximo a que têm direito; e uma data para liquidação da operação. O conselho de administração poderá fixar um ou mais períodos para exercício dos direitos atribuídos, decorridos os quais os direitos caducam;

As acções resultantes do exercício dos direitos serão depositadas em conta-títulos do beneficiário a abrir especificamente para este efeito junto de um dos Bancos do Grupo Banco Comercial Português, a menos que o conselho de administração venha a optar por procedimento diferente.

4.4.3 — Eventos susceptíveis de afectarem o funcionamento ou os parâmetros do programa, ou ainda a capacidade do beneficiário.

4.4.3.1 — Aumentos de capital e eventos dilutivos:

O preço de exercício dos direitos será ajustado, reflectindo a diluição que se verifique em eventuais aumentos de capital, bem como em função de *stock splits* ou de outras operações que impliquem alteração do valor do título e que tiverem decorrido entre as assembleias gerais do BCP que aprovaram os programas e o momento do exercício dos direitos.

4.4.3.2 — Eventos extraordinários:

Em caso de oferta pública sobre as acções do BCP, bem como em caso de fusão ou aquisição envolvendo esta instituição, ou de retirada de cotação das acções do BCP, os detentores dos direitos de subscrição

poderão proceder ao seu imediato exercício, ainda que tais eventos sucedam antes do prazo fixado para o respectivo exercício.

4.4.3.3 — Transmissão dos direitos em caso de reforma, invalidez ou morte do beneficiário:

Será facultada, consoante o caso aplicável, ao colaborador, ao seu representante legal ou aos seus herdeiros, a possibilidade de optar pela manutenção dos direitos ou pela sua libertação mediante o pagamento da diferença entre o preço de mercado dos títulos à data da reforma ou da desvinculação por invalidez ou morte e o preço de exercício dos direitos correspondentes.

4.4.3.4 — Caducidade dos direitos:

Os direitos atribuídos caducam no momento em que o colaborador se desvincular do Grupo Banco Comercial Português ou for suspenso das suas funções por razões de ordem disciplinar. Os direitos caducam também se o colaborador for excluído de futuros processos de atribuição de gratificação extraordinária por razões imputáveis ao seu desempenho profissional.

5 — Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação:

O Banco Comercial Português tem vindo progressiva e uniformemente a adoptar a utilização de novas tecnologias para a difusão de informação considerada relevante sobre a vida da sociedade, através do *site* institucional na Internet ww.bcp.pt (versão em português e inglês), nomeadamente: os acontecimentos marcantes na esfera da actividade do Banco e das empresas associadas e os factos relevantes; a divulgação dos resultados do Banco Comercial Português a nível individual e consolidado, no âmbito dos deveres de prestação de informação financeira trimestral; a disponibilização permanente dos relatórios e contas anuais referentes aos três últimos exercícios; um conjunto de informação de carácter institucional (v. g. missão e estratégia do Banco e curriculum vitae dos membros do órgão de administração), configuração dos principais negócios em que o Banco e o Grupo Banco Comercial Português intervêm e a localização das redes de distribuição e das operações nos diversos mercados geográficos em que o Grupo actua e a divulgação de informação útil aos accionistas, entre as quais as convocatórias e as deliberações das assembleias gerais consideradas mais relevantes.

Ressalva-se, para este efeito, a não disponibilização através deste *site* dos documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais, que, nos termos e prazos legais, são colocados à disposição dos accionistas, em suporte papel, na sede da sociedade. O incentivo à participação directa e por representação nas assembleias gerais é tratado no capítulo II, ponto 4.

No âmbito das iniciativas inovadoras de utilização de novas tecnologias para a divulgação de informação financeira, sublinhe-se a prática regular da realização de sessões de Conference Call, no âmbito da divulgação trimestral de resultados do BCP e do Grupo Banco Comercial Português, em que são convidados a participar, em simultâneo, investidores institucionais, reconhecidos *researchers* e analistas financeiros estrangeiros que acompanham com regularidade a evolução dos valores do BCP cotados nas Bolsas nacional e internacionais.

No relacionamento institucional com as entidades de supervisão e as entidades reguladoras dos mercados, o Banco Comercial Portugal incentiva e privilegia, sempre que possível, o correio electrónico (*e-mail*) para efeitos de recepção e prestação de informação, mediante a utilização de suportes adequados em formato electrónico.

6 — Direcção de relações com investidores:

O compromisso de proporcionar um relacionamento completo, rigoroso, eficiente e disponível com os investidores nacionais e estrangeiros e com as entidades de supervisão e o mercado em geral tem sido uma constante desde a constituição do Banco Comercial Português.

A Direcção de Relações com Investidores (DRI), que reporta ao órgão de administração do BCP, tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação no que respeita a acontecimentos, factos enquadráveis na noção legal e regulamentar de factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e notícias relacionadas com as actividades do Banco e do Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, por investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

No âmbito da assessoria ao conselho de administração do Banco, a DRI acompanha regular e assiduamente o comportamento e a evolução

diária do título e dos valores BCP cotados na Bolsa de Lisboa e nas Bolsas internacionais — v. g. cotação, *turnover* e liquidez —, bem como dos índices sectoriais e dos mercados em geral. Ainda neste âmbito, a DRI patrocina a realização de programas regulares e frequentes com investidores institucionais e analistas financeiros estrangeiros e coadjuva o conselho de administração nesses contactos directos (*road show*), no quadro de uma política de cada vez maior aproximação à comunidade de investidores.

Os contactos com a direcção de relações com investidores do BCP poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Banco Comercial Português.
Direcção de Relações com Investidores.
Rua Augusta, 62, 1.º, 1149-023 Lisboa.
Telefone: + 351 213 211 081.
Fax: + 351 213 211 079.
E-mail: investors@bcp.pt

Representante para as relações com o mercado:

Miguel Magalhães Duarte.
Director Geral Adjunto.

Capítulo II:

Exercício de direito de voto e representação de accionistas:

1 — Exercício do direito de voto por correspondência:

Nos termos do n.º 13 do artigo 13.º do contrato de sociedade do BCP, o exercício do direito de voto por correspondência é restrito às matérias imperativamente estabelecidas na lei, ou seja, presentemente, alteração dos estatutos e eleição dos titulares dos órgãos sociais.

A metodologia a adoptar para o exercício do direito de voto por correspondência, aprovada pelo presidente da mesa da assembleia geral, é publicitada, sendo o caso, no aviso convocatório das assembleias gerais. Serão sempre assegurados: a garantia de recepção dos pedidos dos accionistas; o envio tempestivo aos mesmos dos documentos para votação; a recepção destes, juntamente com a carta de imobilização e depósito das acções detidas em igualdade de circunstâncias com todos os restantes accionistas; e a garantia de sigilo na votação.

2 — Direito de participação na assembleia geral:

Nos termos da lei e do artigo 13.º do contrato de sociedade do BCP, podem participar na assembleia geral os accionistas que comprovem a qualidade de accionista com direito a voto no 15.º dia anterior à data marcada para a reunião, mantendo a titularidade ao tempo da assembleia, devendo aquela qualidade ser comprovada pela instituição financeira onde se encontram inscritas as acções, nos termos legais. A cada 1000 euros de capital (1000 acções) corresponde um voto. Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar por cônjuge, ascendente, descendente, outro accionista ou administrador do Banco. Os accionistas sem direito de voto poderão agrupar-se com outros accionistas por forma a perfazer o número de acções que confirmam direito de voto, fazendo-se nesse caso representar por um dos accionistas agrupados. As cartas de representação devem ser recebidas na sociedade até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao da reunião.

3 — Votação:

O resultado da votação tem, nas assembleias gerais mais recentes, sido apurado mediante a leitura óptica de códigos de barras de cupões que compõem os boletins de voto que são entregues a cada accionista ou seu representante no momento do respectivo registo, no início da reunião.

4 — Outros mecanismos para incentivar o exercício do direito de voto e representação de accionistas:

O Banco Comercial Português incentiva ainda o exercício do direito de voto e representação de accionistas através da realização de um *mailing*, composto pelo seguinte conjunto de documentos:

Carta do presidente do conselho de administração;

Cópia da convocatória da assembleia geral;

Carta de representação, para eventual utilização pelos accionistas, pessoas singulares ou colectivas, com uma nota explicativa no verso sobre o direito de participação na assembleia e modo de preenchimento da referida carta;

Envelope RSF.

Para melhor esclarecimento da matéria abordada neste capítulo, transcreve-se de seguida extracto do contrato de sociedade:

«Artigo 13.º

Constituição da assembleia geral

1 — Só podem estar presentes e participar na assembleia geral aqueles cuja qualidade de accionistas com direito a voto, no 15.º dia anterior à data para que a assembleia se encontre marcada, seja confirmada por forma legalmente admitida, com indicação do número de acções detidas.

2 — Só será relevante a qualidade de accionista e a quantidade de acções comprovada nos termos do n.º 1 que se mantenha ao tempo da reunião da assembleia geral.

3 — A cada 5000 euros de capital corresponde um voto, sendo todavia transitoriamente aplicáveis os limites inferiores que forem fixados em lei imperativa, (nota: actualmente o limite imperativo fixado é de 1000 euros = 1 voto).

4 — Os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

5 — Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar por outros accionistas ou pelas pessoas a quem a lei atribuir esse direito. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por pessoa designada para o efeito.

6 — No caso da contitularidade de acções, só o representante comum poderá participar nas reuniões da assembleia geral, nos termos da lei e destes estatutos.

7 — Ao usufrutuário e credor pignoratício de acções, só pertence o direito de participar nas assembleias gerais, nas condições previstas nestes estatutos e na lei.

8 — Os accionistas deverão comunicar ao presidente da mesa, por carta recebida até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da assembleia geral, o nome de quem os representa.

9 — Poderão ainda assistir às reuniões da assembleia geral o representante comum dos obrigacionistas e, bem assim outras pessoas cuja presença seja autorizada pelo presidente da mesa, podendo designadamente participar técnicos do Banco, sem direito a voto, e sob a proposta do conselho de administração, para esclarecimento de questões específicas que estejam em apreciação. (...)

13 — O exercício do direito de voto por correspondência é restrito às matérias imperativamente estabelecidas na lei.

(...»

Capítulo III:

Regras societárias:

1 — Código deontológico da sociedade e do Grupo e sistemas de controlo interno:

1.1 — Para além do quadro regulador aplicável às sociedades comerciais, ao sistema financeiro em geral, e aos mercados de valores mobiliários em particular, o conselho de administração procedeu à aprovação de um código deontológico que incorpora as regras próprias de funcionamento do Banco Comercial Português e do comportamento individual de cada um dos colaboradores do Banco e do Grupo Banco Comercial Português, no exercício das respectivas funções.

O código deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade bancária, financeira, seguradora e sobre os valores mobiliários ou produtos derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Este código foi oportunamente distribuído a todos os colaboradores do Grupo Banco Comercial Português, sendo entregue aos novos colaboradores quando da frequência da formação de integração, encontrando-se igualmente acessível à generalidade dos colaboradores em formato electrónico juntamente com toda a regulamentação interna.

O código deontológico e a regulamentação interna sobre esta matéria não estão disponíveis para o público em geral, podendo contudo os investidores com interesse fundamentado na sua consulta requerer à DRI acesso aos mesmos.

1.2 — O conselho de administração, no exercício das suas funções, efectua o controlo permanente dos riscos inerentes à actividade bancária. Este controlo é ainda efectuado, numa base mais detalhada e de forma sistemática, por todos os departamentos do Banco ao nível da gestão diária das respectivas áreas. Na análise e gestão do risco é também tomada em consideração a perspectiva consolidada (empresas do Banco Comercial Português).

A actividade de supervisão e de controlo regular e sistemático sobre a actividade e processos encontra-se descentralizada em todas as áreas de negócio do Banco, complementada pelas áreas de apoio à gestão, nomeadamente a direcção de controlo de riscos, a direcção de contabilidade e a direcção de gestão de activos e passivos.

A par da estrutura hierárquica definida, que permite uma correcta segregação de funções, da adequação e fidedignidade dos sistemas automatizados de suporte de toda a actividade e da qualidade da informação de gestão, existe também a definição formal dos procedimentos e sistemas de controlo interno implementados, que se encontra sistematizada, de acordo com a sua natureza e relevância, merecendo saliência:

a) O regulamento geral de crédito, para operações bancárias, cujo objectivo é estabelecer os princípios orientadores da concessão de crédito, assim como definir a composição, atribuições de competências e funcionamento das comissões de crédito;

b) O regulamento de crédito e o Manual de Princípios e Normas de Gestão de Riscos, para Operações Financeiras, normativos que estabelecem a política global do Banco e os princípios gerais que enquadram a concessão de crédito e a actuação do Banco no domínio dos mercados financeiros.

O regulamento de crédito estabelece critérios e atribui competências para decisão de concessão de crédito e define regras de informação e controlo entre os vários órgãos intervenientes. O Manual de Princípios e Normas de Gestão de Riscos identifica e limita os diversos tipos de riscos em que o Grupo incorre no exercício da sua actividade global e, em particular, os riscos inerentes à sua participação nos mercados financeiros, estabelece regras e procedimentos em matéria de informação e controlo e define, em complemento do estabelecido no Código Deontológico do Banco Comercial Português, um conjunto de normas de conduta para os operadores de mercado.

Os sistemas de controlo instituídos asseguram a capacidade de execução com eficácia, de forma adequada à natureza e ao volume de actividades, harmonizando as exigências comerciais e as regras estabelecidas.

A definição das linhas de orientação estratégicas das funções de auditoria interna nas diversas instituições do Grupo Banco Comercial Português é da competência do presidente e vice-presidentes dos conselhos de administração dos bancos e dos presidentes dos conselhos de administração das sociedades *holding* do Grupo que, no exercício das suas responsabilidades, reúnem formalmente com o objectivo de coordenar e controlar o desenvolvimento das actividades correlacionadas.

A direcção de auditoria avalia continuamente a adequação dos sistemas de controlo implementados, mediante a utilização de metodologias apropriadas, bem como o correcto cumprimento das normas em vigor.

A medição regular dos níveis de serviço por cada área também é efectuada, permitindo a adequação permanente das estruturas e procedimentos face ao volume de trabalho, assim como a realização e aferição de objectivos e controlos estabelecidos.

2 — Controlo do risco na actividade da sociedade:

Em capítulo próprio, no âmbito da análise financeira que integra o relatório e contas 2001 (volume I — Gestão dos Riscos), consta uma descrição pormenorizada dos princípios, metodologias e instrumentos adoptados pelo BCP e pelo Grupo Banco Comercial Português na gestão dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito e do risco operacional.

Descrevem-se, em síntese, as metodologias utilizadas, os órgãos responsáveis pela monitorização e controlo dos riscos e os instrumentos que são privilegiados pelo BCP e Grupo Banco Comercial Português na avaliação dos riscos de mercado

O controlo das posições de risco dentro dos limites pré-fixados anualmente é concentrado nas áreas de mercados (sala de mercados) e é efectuado diariamente pela área de apoio ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), o qual acompanha semanalmente as posições.

O BCP e Grupo Banco Comercial Português observam os princípios recomendados pelo Comité de Basileia (BIS), consagrados no Manual de Princípios e Normas de Gestão de Riscos, para Operações Financeiras, e utiliza uma gama diversificada de instrumentos de medição dos riscos em função do factor de risco — risco de taxa de juro, risco cambial, risco de liquidez, risco de acções, riscos não direccionais e *basis risk* — privilegiando, no entanto, o VaR (*Value at Risk*) como medida fulcral para o controlo da exposição a riscos de mercado (actividade de *trading* e riscos de balanço), complementada por análises de sensibilidade e *historical stress testing* consistentes.

Risco de liquidez:

A gestão da liquidez do BCP é efectuada de forma centralizada na sala de mercados do Grupo, em Lisboa.

O BCP passou a adoptar a metodologia do Banco de Portugal, na sequência das alterações de reporte de mapas de liquidez introduzidas pelo Banco de Portugal a partir da segunda metade de 2001 (até então vinha adoptando uma metodologia semelhante à seguida pelo Banco de França); o risco de liquidez é avaliado com base em indicadores estruturais e de curto prazo (liquidez imediata e trimestral), complementados com *stress tests*.

Risco de crédito:

O controlo do risco de crédito bancário encontra-se centralizado num órgão que, para além de acompanhar e assegurar a capacidade dos modelos de avaliação utilizados internamente, procede regularmente à análise da qualidade da carteira de crédito segundo diversas ópticas (ex: evolução dos perfis de risco das redes comerciais, concentração de risco individual e sectorial).

A avaliação do risco de crédito no BCP baseia-se em processos e modelos ajustados ao perfil de risco específico de cada um dos diferentes segmentos de clientes: (i) no segmento de particulares é privilegiada a utilização dos modelos de *credit scoring*, essencialmente de índole comportamental, e (ii) no segmento de empresas são utilizados processos internos de *rating*, combinando a informação económico-financeira com elementos qualitativos (ex: organização e gestão da empresa, posicionamento competitivo, perspectivas sectoriais de evolução da actividade).

A avaliação e decisão de concessão de crédito bancário processa-se à luz do regulamento de crédito, cabendo aos órgãos responsáveis pela gestão do crédito o controlo preventivo do risco e a detecção precoce de situações potenciais de incumprimento.

Risco operacional:

A gestão do risco operacional no BCP tem como suporte uma atribuição rigorosa de responsabilidades funcionais e a definição formal de procedimentos de controlo interno, cujo escrupuloso cumprimento é supervisionado através de procedimentos de auditoria interna.

O Grupo Banco Comercial Português dispõe de instrumentos de prevenção e de planos de emergência para eventual ocorrência que possa afectar, nomeadamente, os sistemas centrais e departamentais, os quais permitem salvaguardar a integridade da informação armazenada e assegurar a continuidade da actividade, por accionamento do *disaster recovery plan*, que garante a recuperação no prazo de 18 horas do funcionamento das aplicações consideradas críticas.

O BCP e o Grupo dispõem, também, de apólices de seguros destinadas a assegurar a cobertura de riscos de natureza patrimonial e pessoal.

3 — Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais ou existência de acordos parassociais:

Os limites ao exercício dos direitos de voto são os constantes do contrato de sociedade, cujo extracto ora se transcreve, não existindo direitos especiais de algum accionista, nem acordos parassociais conhecidos da sociedade.

«Artigo 13.º

Constituição da assembleia geral

(...)

10 — Não serão contados os votos emitidos por um accionista por si ou através de representantes:

a) Que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;

b) Que excedam a diferença entre os votos contáveis emitidos por outros accionistas que com o accionista em causa se encontrem, e na medida em que se encontrarem, em qualquer das relações previstas nos n.ºs 14, 15 e 16 deste artigo.

11 — As restrições estabelecidas no número anterior não abrangem os votos que um accionista emita como representante de outro ou outros, sem prejuízo da aplicação ao representado ou representados das limitações aí consignadas.

12 — Quando na assembleia não estiver presente a totalidade do capital social, a percentagem de votos referida no n.º 10 deste artigo reporta-se à totalidade dos votos presentes.

(...)

14 — Consideram-se abrangidos para efeito da alínea b) do n.º 10 deste artigo, os direitos de voto:

a) Detidos por terceiros em seu próprio nome, mas de conta do interessado;

b) Detidos, se o interessado for uma pessoa singular ou qualquer pessoa colectiva que não seja uma sociedade, por sociedades que dela dependam, por sociedades que com estas se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio, e, bem assim, por sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de grupo com qualquer das antes referidas;

c) Detidos, se o interessado for uma sociedade, por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, por quaisquer outras sociedades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou de grupo com estas últimas;

d) Detidos por uma sociedade na qual o interessado, por virtude de um acordo celebrado, tenha o domínio da maioria dos direitos de voto, quer por si mesmo, quer através de sociedades que se encontrem relativamente a ele em qualquer das situações a que se referem as alíneas b) e c) ou de pessoas que actuem em seu próprio nome, mas por conta do interessado ou dessas sociedades;

e) Detidos por terceiro que tenha celebrado com o interessado ou com qualquer das sociedades referidas nas alíneas b), c) e d) acordo que o obrigue a adoptar, através de um exercício concertado de direitos de voto, uma política comum em relação às deliberações em assembleia geral, ou à gestão da sociedade em causa ou a transferir, provisória e remuneradamente, os seus direitos de voto para o interessado ou para as sociedades referidas;

f) Que o interessado ou qualquer outra das pessoas ou entidades referidas nas alíneas anteriores possam adquirir, por sua exclusiva iniciativa, em virtude de acordo celebrado;

g) Inerentes a acções detidas em penhor ou caução pelo interessado, ou depositadas junto dele, se, no primeiro caso, os respectivos direitos de voto tiverem sido transferidos para o interessado ou se, em qualquer dos casos, a este houverem sido conferidos poderes para os exercer como entender, na ausência de instruções específicas dos seus titulares.

15 — Para os efeitos do número precedente, entende-se por sociedade dependente de uma pessoa singular, ou de uma pessoa colectiva que não seja uma sociedade, a sociedade sobre a qual o interessado pode exercer, directa ou indirectamente uma influência dominante, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de preceito que venha a modificá-lo ou substituí-lo.

16 — Consideram-se ainda abrangidas, para os efeitos da alínea b) do n.º 10 deste artigo, em caso de oferta de aquisição, as pessoas singulares ou colectivas que, em virtude de um acordo expresso ou tácito, cooperam activamente com o oferente tendo em vista assegurar o êxito da oferta, nomeadamente através da aquisição dos valores mobiliários que dela são objecto, designadamente:

a) As pessoas singulares ou colectivas que, por acordo com o oferente, venham a adquirir, em resultado da oferta, valores mobiliários que dela são objecto;

b) Se o oferente for uma sociedade, as sociedades que com ela se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo, quaisquer outras sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo com estas últimas, e ainda, se for o caso, a pessoa singular ou pessoa colectiva de que a sociedade oferente dependa, directa ou indirectamente;

c) Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização do oferente, se este for uma sociedade;

d) As pessoas singulares ou colectivas que tenham com o oferente um contrato de sindicato de voto relativo à sociedade visada.»

Capítulo IV:

Órgão de administração:

1 — A administração da sociedade é exercida por um conselho, composto por 7 a 13 membros, eleitos pela assembleia geral por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

No exercício de 2001 o conselho de administração era composto por:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente.

Filipe de Jesus Pinhal, vice-presidente.

Christopher de Beck, vice-presidente.

João Luís Ramalho de Carvalho Talone (a), vogal.

Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro (a), vogal.

Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães, vogal.

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues, vogal.

António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques, vogal.
 Alípio Barrosa Pereira Dias, vogal.
 Alexandre Alberto Bastos Gomes, vogal.
 Miguel José Ribeiro Cadilhe (a), vogal.
 Rui Fernando Cunha do Amaral Barata (a), vogal.
 Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda, vogal.

(a) Cessação de funções em 31 de Janeiro de 2002.

Não há no BCP administradores que tenham sido eleitos em representação de, ou que tenham vinculação relativamente a, qualquer accionista ou grupo de accionistas em particular, pelo que, todos os administradores do Banco Comercial Português são, para este efeito, considerados administradores independentes.

As funções exercidas pelos membros do órgão de administração do BCP em outras sociedades, incluindo em outras sociedades do Grupo Banco Comercial Português, são reportadas em apêndice a este relatório.

2 — No Banco Comercial Português não existe uma comissão executiva, nem outra situação que consubstancie delegação de competência em matéria de gestão.

3 — O conselho de administração reúne obrigatoriamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu presidente ou por outros dois administradores.

No exercício de 2001, o conselho de administração do Banco reuniu 26 vezes.

4 — No Banco Comercial Português não existem outras comissões de controlo internas para além das já identificadas no capítulo III.

5 — A remuneração dos membros do conselho de administração do Banco Comercial Português é fixada anualmente pela comissão de remunerações e previdência, composta por três accionistas e eleita em assembleia geral, podendo a remuneração fixada ser constituída por uma parte variável que, nos termos do artigo 10.º do contrato de sociedade, não poderá exceder 10% dos lucros do exercício.

6 — O montante total de remunerações auferidas pelo conjunto dos membros do órgão de administração do Banco Comercial Português no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi de 47 776 milhares de euros, constituindo 2884 milhares de euros a componente de remunerações fixas.

Apêndice do relatório sobre o governo da sociedade:

Cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2001:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves:

Outros cargos:

Presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Presidente do conselho de administração do CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.

Presidente do conselho de administração do Interbanco, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.

Presidente do conselho de administração da Leasefactor, SGPS, S. A.
 Presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.

Presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração da EDP — Electricidade de Portugal, S. A.

Membro do conselho de administração da ONI, SGPS, S. A.

Vice-presidente da direcção da Associação Portuguesa de Bancos em representação do Banco Comercial Português, S. A.

Presidente do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.

Vice-presidente do conselho de administração do Activobank, S. A.
 Vice-presidente do Board of Directors da Eureko, B. V.

Membro do conselho de administração do Banco Sabadell, S. A.

Membro do conselho de administração da NovaBank, S. A.

Membro do conselho de administração da Banca IntesaBci, SpA

Membro do Board of Management da Seguros e Pensões Internacional, B. V.

Membro do Board of Directors da Association Achmea Membro do Supervisory Board do BIG Bank Gdanski, S. A.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Vice-presidente: Filipe de Jesus Pinhal:

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.

Membro do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.

Presidente do conselho de administração da Fundação Cupertino de Miranda.

Presidente do conselho de administração da Pirâmide — Estudos e Participações, SGPS, S. A.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da SENLOC — Investimentos e Serviços, L.ª

Vice-presidente: Christopher de Beck:

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.

Membro do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.

Membro do conselho de administração do NovaBank, S. A.

Membro do Board of Directors da Eureko, B. V.

Membro do Board of Directors da F&C Asset Management Holdings, B. V.

Membro do Supervisory Board da Achmea Bank Holding, N. V.

Membro do Supervisory Board da Achmea Hypotheekbank, N. V.

Membro do Supervisory Board do Staal Bank, N. V.

Membro do Supervisory Board do BIG Bank Gdanski, S. A.

Membro do Conseil de Surveillance do Banque BCP, S. A.

Gerente da AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da E-Seguros, SGPS, L.ª

Gerente da SENLOC — Investimentos e Serviços, L.ª

Vogal: João Luís Ramalho de Carvalho Talone (a):

Outros cargos:

Presidente do conselho de administração da Eureko Portugal, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Chief Executive Officer da Eureko, B. V.

Membro do Board of Management da Seguros e Pensões Internacional, B. V.

Membro do conselho de administração da MAAF Assurances.

Membro do Board of Management da European Alliance Partners Company (EurAPCo) B. V.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Vogal: Pedro Manuel Rocha Líbano Monteiro (a):

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.

Membro do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.

Membro do conselho de administração do Interbanco, S. A.

Membro do conselho de administração da Leasefactor, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Gerente da VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.^{da}

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães:

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Membro do conselho de administração do Chemical, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues:

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração do Chemical, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.

Membro do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.

Membro do conselho de administração da UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A.

Membro do conselho de administração da Pirâmide — Estudos e Participações, SGPS, S. A.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da SENLOC — Investimentos e Serviços, L.^{da}

Vogal: António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques:

Outros cargos:

Presidente do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração do Chemical, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.

Membro do conselho de administração do Banco Português do Atlântico (USA), Inc.

Membro do Board of Directors da Eureka B. V.

Membro do conselho de administração da Interamerican Hellenic Insurance, Co.

Membro do conselho de administração da Friends First Holding Ltd.

Gerente da AF — Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: Alípio Barrosa Pereira Dias:

Outros cargos:

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Presidente do conselho de administração da CVP — Sociedade de Gestão Hospitalar, S. A.

Presidente do conselho fiscal da Fundação Oriente.

Presidente do conselho fiscal da Associação dos Oficiais de Reserva.

Vice-presidente da Direcção da Cruz Vermelha Portuguesa.

Membro do conselho geral da Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Curador da Fundação Cidade de Lisboa Curador da Fundação O Século.

Vogal: Alexandre Alberto Bastos Gomes:

Outros cargos:

Membro do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.

Membro do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.

Membro do conselho de administração do ActivoBank, S. A.

Membro do conselho de administração do Managerland, S. A.

Membro do conselho de administração da ONI, SGPS, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português

Membro do conselho de administração da Pirâmide — Estudos e Participações, SGPS, S. A.

Gerente da VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.^{da}

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: Miguel José Ribeiro Cadilhe (a):

Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.

Presidente do conselho de administração da AGII Atlântico — Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Gerente do BII Internacional, SGPS, L.^{da}

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: Rui Fernando da Cunha Amaral Barata (a):

Outros cargos:

Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}

Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Vogal: Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda:

Outros cargos:

Primeiro vice-presidente do conselho de administração do BIG Bank Gdanski, S. A.

Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.^{da}
Gerente da BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da}

(a) Cessação de funções no Banco Comercial Português em 31 de Janeiro de 2002.

O Conselho de administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*. — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Extracto da acta n.º 26 da assembleia geral de accionistas de 18 de Março de 2002

(...)

Logo após, o presidente da mesa leu o ponto um da ordem de trabalhos, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 2001, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício e declarou aberta a discussão, tendo informado que, no momento, se encontravam presentes ou representados accionistas detentores de 66,74% do capital social.

(...) o presidente da mesa declarou que iria submeter à votação os documentos em debate, relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 2001 a nível individual e consolidado, para o que deveria ser utilizado o boletim correspondente à votação A. E encontrando-se presentes ou representados accionistas com direito a 1 550 043 votos, verificou-se que estes documentos foram aprovados por unanimidade com 1 547 436 votos a favor e nenhum contra, tendo-se absterido de votar accionistas representando 2607 votos. Concluída a votação, o presidente proclamou os respectivos resultados.

Em seguida o presidente da mesa anunciou que os trabalhos prosseguiriam com a discussão e a votação do ponto dois da ordem de trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo procedido à leitura da proposta respectiva, provinda do conselho de administração do Banco, a qual era do seguinte teor:

1 — Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando ainda a política, prevista aliás estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido, no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício;

Nos termos da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 294.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 30.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte

aplicação dos resultados do exercício (516 615 752,64 euros), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (38 579,56 euros):

- a) 52 000 000 de euros para reforço da reserva legal;
- b) 9 000 000 de euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) 80 000 000 de euros para reforço de reservas livres;
- d) 25 830 000 euros para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º dos Estatutos, correspondentes a cerca de 5% dos resultados do exercício;
- e) 349 007 231,55 euros para atribuição de dividendos;
- f) 817 100,65 euros ou seja, o remanescente, para conta nova.

2 — Considerando que a verba global de 349 007 231,55 euros prevista no número um para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida (no caso de 0,15 euros por acção), e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade no acréscimo da liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante do número anterior, que:

- a) A cada acção emitida será pago o dividendo unitário de 0,15 euros que presidiu à elaboração da proposta;
- b) Não será pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

3 — Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas na sequência da deliberação da assembleia geral de 26 de Março de 2001, mais se propõe que se delibere, em relação à aplicação de resultados constante do n.º 1, que:

- a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 0,15 euros;
- b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis possa ser efectuado mediante a utilização de reservas livres disponíveis.

Em seguida, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração, que teceu algumas considerações sobre a proposta apresentada.

Como ninguém mais desejasse usar da palavra, o presidente da mesa declarou que iria submeter à votação a proposta apresentada pelo conselho de administração para o que deveria ser utilizado o boletim correspondente à votação B.

Realizada a votação, e encontrando-se presentes ou representados accionistas com direito a 1 550 093 votos, verificou-se que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho havia sido aprovada por unanimidade, com 1 549 999 votos a favor e nenhum contra, tendo-se absterido de votar accionistas representando 94 votos. Concluída a votação, o presidente proclamou os respectivos resultados.

(...)

(*Sem assinaturas.*)

1000162478

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
